ESTUDOS E TRADUÇÕES À MARGEM DA FILOLOGIA

LUIZ ANTÔNIO LINDO

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo – SP)

L747e Lindo, Luiz Antônio.

Estudos e traduções à margem da filologia
Luiz Antônio Lindo.
1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2023.
E-book: 7 Mb; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5637-752-0.

1. Filologia. 2. Linguística. 3. Tradução.
I. Título. II. Assunto. III. Autor.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Filologia. 400

2. Linguística. 410

3. Tradução e interpretação. 418.02

ESTUDOS E TRADUÇÕES À MARGEM DA FILOLOGIA

LUIZ ANTÔNIO LINDO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

CAPES

Copyright © 2023 – Luiz Antônio Lindo
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Revisão: Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Editoração: Vinnie Graciano
Capa: Acessa Design

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman
(Unicamp – Campinas)
Clarissa Menezes Jordão
(UFPR – Curitiba)
Edleise Mendes
(UFBA – Salvador)
Eliana Merlin Deganutti de Barros
(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)
Eni Puccinelli Orlandi
(Unicamp – Campinas)
Glaís Sales Cordeiro
(Université de Genève – Suisse)
José Carlos Paes de Almeida Filho
(UNB – Brasília)
Maria Luisa Ortiz Alvarez
(UNB – Brasília)
Rogério Tilio
(UFRJ – Rio de Janeiro)
Suzete Silva
(UEL – Londrina)
Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva
(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES
Rua Dr. Miguel Penteado, 1038 – Jd. Chapadão
Campinas – SP – 13070-118
Fone 19 3252.6011
ponteseditores@ponteseditores.com.br
www.ponteseditores.com.br

A minha Família

PREFÁCIO

Os escritos que se seguem foram realizados ao longo de alguns anos, quer como exercícios escolares, quer como tarefas acadêmicas. Fundamentalmente, eles começaram a tomar forma à proporção que os problemas para os quais se buscava solução iam sendo enfrentados. Como a solução que se buscou não foi encontrada com a facilidade desejada, os problemas de alguma forma permaneceram, apenas aqui e acolá um pouco menos opressivos. Curiosamente, à medida que se procurava aclarar as dúvidas reinantes, novas dificuldades se apresentavam, obrigando a fazer novas investidas nos estudos e perseverar nas tentativas de ordenar os fios de raciocínio que iam se desenovelando. Como resultado, novos escritos foram tomando o lugar dos antigos. Fiquem tranquilos que só trouxe aqui os antigos, enquanto continuo me debruçando sobre os novos, sabendo que aos poucos estes também vão se tornando antigos. Quem sabe, mais adiante proporei uma leitura destes últimos, certamente quando já serão passados e tiverem repousado o suficiente.

Estes escritos já faz algum tempo que estão guardados. Alguns deles já rodaram as salas em conferência, outros nunca deixaram a escuridão da gaveta desde quando paradoxalmente vieram à luz. Todos, porém, indistintamente, só adquiriram a necessária desenvoltura após serem submetidos a certas sessões de fisioterapia no tampo da escrivaninha. Como reagiram? Já digo: apesar de modorrentos e encarquilha-

dos, não foi tão difícil como se pensa recuperar os seus movimentos, ao menos o bastante para deixá-los em condições de esvoaçar. Ao tratamento que receberam não faltaram, porém, confesso, algumas gotas da água lustral do pensamento, até que, revigorados, eles pudessem pôr-se em pé, e aí estão, prontos de novo para enfrentar a luz de led e a língua dos humanos.

Os textos apresentados têm a seguinte cronologia:

"A Gestalt brasiliana de Antonil" foi apresentada como conferência na I Semana de Filologia na USP, em 2006, e publicada nas *Atas* do evento homônimo.

"O *Roteiro Geral* de Gabriel Soares de Sousa como texto de razão política" foi publicado na revista *Língua e Literatura*, v. 24, em 2013.

"Sensibilidade e valor na criação do léxico americano" foi publicado nos *Cadernos do CNLF,* v. IX, em 2005.

"A América sob o signo da sua fundação e da sua transfiguração" foi apresentado como conferência no Seminário – Temas e valores da primeira cultura brasileira, em 2011, por mim organizado na Câmara Municipal de São Paulo.

"Lacianos, romanos e românicos, cidadãos do instituto linguístico latino" foi apresentado como conferência na XII Semana de Filologia na USP, em 2017.

"*Alteratio* e *generatio*: duas visões renascentistas sobre a produção de língua vernácula" foi apresentado como conferência na XI Semana de Filologia na USP, em 2016.

"Humanistas e a língua vulgar" foi apresentado como conferência na X Semana de Filologia na USP, em 2015.

A tradução comentada de *La Ginestra* de Leopardi foi publicada na revista *Philologus*, v. 33, em 2005.

A tradução de *Aesthetica in Nuce* de Benedetto Croce é inédita, embora elaborada há vários anos.

A tradução dos *Paradoxa Stoicorum* de Cícero foi publicada nas *Atas da IV Semana de Filologia na USP*, em 2011.

Manifesto aqui a minha gratidão à direção e aos colegas do Programa de Pós-Graduação Letra do DLM pela gentileza em proporcionarem a publicação deste pequeno livro.

ESTUDOS

I

A *GESTALT BRASILIANA* DE ANTONIL

G. G. Trissino, na dedicatória de *L'Italia Liberata dai Goti*, defende uma poesia atenta aos pormenores do quotidiano contra uma outra, inclinada ao sublime e avessa às circunstâncias da vida. O sentido da sua proposta, por ele mesmo declarado, é re-homerizar a poesia, restabelecendo, contra a escola latinizante avessa ao prosaísmo, então dominante, os particulares descritivos tão próprios do poeta grego. E com o seu poema, contando a empresa do general bizantino Belisário contra os godos que infestavam a Itália, ele pretende asseverar o seu ponto de vista. Mas à parte a solução para a equação motivo-arte oferecida pelo crítico e poeta italiano, vale notar a oposição que tornou manifesta entre duas ontologias envolvendo uma certa relação entre o sujeito e o objeto.

O sujeito, aqui Trissino, dá primazia estética a uma classe de objetos dotados duma propriedade considerada relevante, qual seja a de serem triviais. Um outro sujeito, identificado por sua vez com as propriedades dos objetos rejeitados, atribui à classe destes relevância es-

tética. Independentemente de se submeter o motivo em disputa a um tal desencontro de pontos de vista, é interessante ressaltar como está implícito um juízo de valor em qualquer um daqueles juízos estéticos. O mesmo procedimento é adotado e leva a um desfecho parecido por quem pretenda selecionar propriedades dos objetos consideradas positivas em face de outras, consideradas negativas. O juízo de valor é portanto um passo decisivo na construção de ontologias ou classes de objetos por exigência do sujeito que emite uma opinião; e como tal um produtor de significados na linguagem.

Pode-se estender esse raciocínio para outras esferas de manifestação da vida cultural e tentar descobrir nos hábitos de linguagem os registros que o demonstrem. Podem-se averiguar, por exemplo, as ontologias criadas a partir do sentimento de simpatia ou desejo por objetos capazes de despertar afinidades. Está claro que quanto mais o objeto é percebido com afeto, até ao ponto de suscitar simpatia, mais é estimado pelo sujeito como tendo um valor em si mesmo. E, ao contrário, quanto mais o objeto é percebido como um meio para se obter um resultado, mais é estimado como tendo um valor indireto. Enquanto o primeiro independe de juízo para se mostrar como tal, passando a valer assim que é percebido efetivamente, o segundo é hipotético, quer dizer, depende do juízo que se faz da sua capacidade de levar ao fim almejado. Assim, podemos chamar o primeiro valor imediato e o segundo, valor derivado, por representarem duas maneiras de se compreender a relativa posição do objeto em face do sujeito, ou seja, o lugar por ele ocupado na constelação de valores deste último.

Os domínios de distribuição dos valores, tais como esses, se refletem na linguagem, como não poderia deixar de ser, sendo possível, por certos traços de seu significado, identificá-los. "Palavras de valor" presentes no vocabulário fazem sentido em relação aos valores imediatos e derivados. Elas nos fornecem informações por exemplo sobre a distribuição do vocabulário dos cronistas ibero-americanos em torno do uso dos americanismos léxicos, um assunto que nos interessa

de perto. Na medida em que as palavras traduzem por vias simbólicas o *cosmion* instaurado pelas comunidades políticas na sua perpétua busca pela autorrealização, os valores por elas expressos constituem um registro da reflexão e dos sentimentos envolvidos no processo de autoidentificação da comunidade em face do mundo exterior, isto é, em face das forças externas aptas a influir de alguma maneira na sua conformação interna.

Os valores imediatos e derivados dos sujeitos que compõem historicamente a comunidade americana estão representados em parte no seu vocabulário americanista, em parte no resto de seu vocabulário, de modo que não se pode prescindir do exame lexical no conhecimento das relações dos indivíduos com os objetos característicos num determinado contexto. Os escritos que vêm em todas as épocas expondo as formas do viver americano são nesse sentido documentos que permitem considerar os costumes e a cultura definidos com aquela singularidade que alimenta a historicidade do ambiente retratado.

Pode-se dizer que todos os cronistas, espanhóis e portugueses, acabam por relatar e tornar relevantes, de uma maneira peculiar a cada qual, aspectos que ilustram os momentos da construção histórica de que foram testemunhas, os quais podem, por sua vez, ser explicitados mediante um exame mais atento do seu vocabulário. Vejamos o caso de João Antônio Andreoni, conhecido também como André João Antonil, e do seu *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, obra cercada de circunstâncias infelizes que lhe marcaram o destino, ainda mais obscurecida por particularidades desconhecidas da biografia do autor[1]. Nele há uma seção que trata do fabrico do açúcar (o "Livro do Açúcar") em que os conceitos que o embasam constituem juízos de realidade sobre a indústria açucareira, seguidos de discussões por-

1 O leitor poderá ter as informações que desejar em TAUNAY, Affonso de E., "André João Antonil (João Antônio Andreoni, S. J.) e sua Obra – Estudo biobibliográfico". São Paulo: 1923; em DINIZ SILVA, Andrée Mansuy, "Introdução e Comentário crítico". Lisboa, 2001; e em OBERMEYER, Franz, verbete "João Antônio ANDREONI", Biographisch-Bibliographisches Kirchenlexikon, Band XXIV, http://www.bautz.de, 2005, onde poderão ser encontradas muitas mais notícias sobre a vida do frade jesuíta.

menorizadas sobre as dificuldades que a cercam e descrições de todos os passos do processo produtivo. A classe de valores ali predominante é a dos valores econômicos, portanto derivados, no sentido de fazerem alusão a bens que de alguma maneira entram na troca por outros bens.

Além desses, encontram-se no *Livro do Açúcar* vários exemplos de valores imediatos, atribuídos a coisas que tanto podem ter como não ter relação com os bens econômicos. Merecem atenção especial os valores imediatos que são designados com americanismos léxicos, em especial os indigenismos. Para se compreender melhor esse ponto, é preciso levar em conta o exemplo de outros textos anteriores à *Cultura e Opulência*, tais como o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa, ou o *Tratado da Terra do Brasil*, de Pêro de Magalhães Gândavo. Nessas obras, assim como em outras dos primeiros cronistas, em português ou espanhol, chama a atenção o caudal de americanismos léxicos, sobretudo os indigenismos usados para denotar boa parte da fauna, da flora, dos lugares e dos pormenores etnográficos americanos. Já no *Cultura e Opulência* nota-se, ao contrário, a raridade dos indigenismos. O que representa essa divergência no uso do léxico? Quando relacionada com a diferença nas modalidades de valores que vimos tratando, elas explicam por exemplo que tipo de idealização da vida americana foi seguida em cada espécie de texto.

Em Antonil, os valores dos bens econômicos são expressos por palavras de valor como "cana-de-açúcar", "droga", "melaço", etc., inclusive os apartados léxicos que constituem os diferentes campos semânticos em que estão compreendidos. Trata-se em geral de produtos industrializados destinados à exportação[2]. São de notar também os nomes de atividades, de "setores" onde se dá a produção e de utensílios, tais como "engenho", "moenda" "casa de purgar", "mesa", "peja-

2 Na sua "Introdução" à edição de 1967 de Cultura e opulência do Brasil, texto da edição de 1711 por João Antonio Andreoni (André João Antonil), A. P. Canabrava ressalta esse aspecto como essencial para se compreender o sentido do texto.

dor", etc. Toda essa variedade de vocábulos designadores dos valores econômicos está representada por termos patrimoniais.

Um segundo grupo de palavras está constituído pelos americanismos léxicos propriamente ditos, ou seja, indigenismos. Como já se disse, eles são raros em Antonil. Geralmente, fazem referência a madeiras nativas usadas na produção açucareira, como a "sapucaia", a "maçaranduba", o "jacarandá" e umas poucas mais.

Como já observei em outro trabalho[3], a presença dos indigenismos nos cronistas revela o elo sentimental com as coisas americanas, manifestado desde as primeiras letras e conservado ao longo da história. Caracteristicamente, as coisas que em geral recebem nomes nativos são apreendidas como agradáveis ou belas, ou de ambas as maneiras, e configuram valores imediatos, sendo vistas como estimáveis em si mesmas. Pelo contrário, as coisas que têm uma utilidade mercantil e por isso são representativas de valores derivados, por se destinarem a um fim que não elas mesmas, costumam receber denominações patrimoniais. Os exemplos disso são abundantes, bastando um pouco de reflexão sobre a etiquetagem léxica de bens econômicos autóctones ou implantados recentemente e bens nativos não destinados especificamente a mover a máquina econômica para mostrar como sempre houve essa separação entre valores como causa de uma separação paralela na língua.

A partir da constatação de que o léxico do *Livro do Açúcar* obedece a critérios de valor, pode-se passar a uma análise sobre as consequências desse fato para a constituição do texto. Se levarmos em conta que os valores imediatos e derivados diferem entre si pela maneira como é formado o juízo em cada um deles, e que a presença desses valores se faz notar pela significação manifestada pelas respectivas classes de palavras que os expressam, então é possível falar em pala-

3 "Sensibilidade e valor na criação do léxico americano", Cadernos do CNLF, v. IX, 2005.

vras de valor como as depositárias dos sentimentos e juízos expressos no texto.

O *Livro do Açúcar* apresenta um número elevado de palavras de valor como expressão de juízos racionais, as quais podem ser identificadas com os conceitos ligados aos fatores produtivos do açúcar, tais como a agricultura de base e de apoio, a manufatura, a aparelhagem tecnológica, a distribuição, mas também as formas sociais de organização do setor. Esse fato é corroborado ainda pela presença reduzida dos valores imediatos, como aponta o uso reduzido de americanismos léxicos.

Chega-se assim à conclusão de que o predomínio dos conceitos expressivos de valor derivado sobre os de valor imediato caracteriza um texto em que as relações mercantis estabelecem o nexo central da significação. Tomando emprestado a terminologia econômica, pode-se dizer que os objetos centrais de *Cultura e Opulência* entram na categoria "valor de troca", na medida em que expressam determinadas formas de realizar os processos produtivo e distributivo em torno da mercadoria "açúcar". Mais especificamente no *Livro do Açúcar* a sua presença revela a estrutura na qual uma certa forma das relações humanas dá origem a bens econômicos continuamente submetidos a avaliação, de acordo com as flutuações positivas ou negativas do grau de prosperidade observado ao longo do tempo.

O lado negativo especialmente, digamos uma baixa na lucratividade, por destoar agudamente nesse quadro (orientado para resultados crescentes, sem os quais seria impossível calcular o avanço), seria percebido como uma reversão de expectativas, logo por seu efeito psicológico e não só econômico. Havendo lucro ou prejuízo, haverá portanto também reflexos na economia do desejo, ora favoráveis, ora desfavoráveis, conforme o estado de coisas presente. Desse modo, pode-se dizer que à criação de valor econômico corresponde a criação de valor

sensível, expresso no léxico e ainda, frise-se, passível de gerar uma experiência estética.

ECONOMIA *BRASILIANA*

Buscar satisfazer o desejo de lucrar através da oferta de um bem no mercado geralmente importa em trocá-lo por uma quantia de dinheiro. Um sistema de valoração que funcione dando essa especificação ao bem é um componente do chamado mercado, convertido assim no lugar ideal para a realização daquela espécie de desejo. O açúcar e seus correlatos são tanto mercadoria a ser trocada por moeda quanto símbolos do sistema de valores que move a economia açucareira, através da sua troca por moeda no mercado. Como se trata dum sistema representado por valores idealizados, formados com juízos sujeitos a acertos e erros, a sua justificação psicológica leva à criação de uma expectativa de felicidade.

Esse é o ponto em que *Cultura e Opulência* entra como uma ação dirigida para a enunciação da felicidade possível através da descrição do funcionamento da produção açucareira. Tem-se notícia de uma das bases mais sólidas da confiança assim originada na capacidade econômica da indústria do açúcar através da divulgação feita por Antonil dos pormenores do processo produtivo. Pois a descrição que ele faz não é senão a constatação de que essa indústria em terras americanas atingiu um patamar de desenvolvimento que faz esperar um progresso contínuo e permanente para ela, ou seja, considerando o jogo de forças no período, a sua entrada definitiva no sistema econômico mundial. Ao assinalar o emprego de um grande volume de mão-de-obra, matéria-prima e demais fatores de produção, sem esquecer as questões técnicas e financeiras envolvidas no planejamento, ele atesta o grau de desenvolvimento atingido, próprio de uma indústria moderna quando medida pelos padrões internacionais da época.

Antonil concebe pragmaticamente o negócio açucareiro como uma produção para o mercado. Seus critérios de avaliação são os da racionalidade, do cálculo motivado pela avidez de lucro dos produtores, cujo interesse máximo reside no funcionamento do engenho em todos os seus pormenores. Seu horizonte americano é o do ideal de progresso através da geração de riqueza, estendendo-se até se fundir com o horizonte europeu correlato. E ao fazer isso ele se mostra possivelmente mais Andreoni do que Antonil, mais europeu do que americano, mais leigo do que clerical. Para escrever o *Livro do Açúcar* ele precisa mostrar-se tal qual é, e talvez se mostre de fato, para não pôr a perder um ideal no qual se inclui, para o qual parece trabalhar conscientemente. Por isso, descreve minuciosamente o funcionamento dum negócio que sente requerer a sua participação; chega mesmo a cuidá-lo dando instruções, formulando hipóteses, ensinando o que pode das particularidades técnicas da fabricação. O *Livro do Açúcar* é por isso um livro do mundo, feito para o mundo, no qual a América tem um papel decisivo. Nele ela não é mais uma colônia, mas uma terra de todos.

De fato, a América na altura se consolida como a periferia viva da Europa em expansão. Enquanto a Ásia e a África servem apenas para o comércio ou a penetração esporádica e limitada, a América torna-se o objetivo dos europeus que buscam expandir sua indústria e praticar o cultivo em larga escala.

Pode-se dizer que a relação entre a Europa e a América é a de um centro infuso, representado pela primeira, e uma periferia profusa, representada pela segunda. O centro se reconhece na periferia, porque é nesta que se dá a expansão na escala requerida pela dinâmica do crescimento econômico europeu. O processo de periferização europeia, que conhecera várias etapas e condições, agora se dirige à América como o seu caminho natural. Nesse particular, a relativa virgindade da natureza americana torna-se um fator decisivo, por criar condições mais propícias ao estabelecimento humano. O transplante de métodos de exploração econômica e sobretudo o da cultura no mais amplo sen-

tido se vê facilitado pela certeza de encontrar uma resistência menor por parte dos antigos habitantes locais.

O que o *Livro do Açúcar* também mostra desse quadro de convivência dinâmica entre a América e a Europa é um momento particular em que os negócios americanos crescem com tendência a conquistar a autonomia. O tipo de exploração exemplificado pela cana-de-açúcar é exclusivo de alguns territórios extraeuropeus e constitui um alargamento dos horizontes tradicionais. O impacto do açúcar sobre os hábitos de consumo da metrópole, a sua adoção graças às suas propriedades notáveis, independentemente de modismos, excentricidades e bizarrices comumente imaginadas para os produtos americanos, foi algo que transcendeu a razão econômica, pois o açúcar viria a ser o novo mel químico da cozinha e mesa europeia, um verdadeiro manancial de doçura que realizava o velho sonho de ter à vontade um prazer sensorial que pactuava com a satisfação intelectual da lucidez, numa época de renovação desta última.

A América tornava-se assim, com o seu produto fabricado em engenhos como o daquele Sergipe do Conde, de propriedade dos jesuítas, descrito por Antonil, um grande partícipe na expansão européia[4]. Mas embora a forma de produção aplicada no engenho seja em parte uma novidade, a empresa industrial, do ponto de vista administrativo, era um fato por demais conhecido na história econômica dos povos.

4 F. Mauro assim se refere ao porte do engenho para a história: "Économie spéculative sans doute, mais assez peu monétaire, assez souvent au bord de la faillite, mais, en fin de compte, assez solide pour servir de cadre à la naissance d'une nouvelle civilisation." L'Expansion Européenne (1600-1870). Paris: PUF, 1964, p. 169. E ainda: "Ora, o açúcar vai ser o grande triunfo do séc. XVII no Brasil, e do Brasil no séc. XVII. Vai dar de novo ao império português um vigor que se julgava perdido para sempre, criar realmente um tipo de civilização." In Portugal, o Brasil e o Atlântico 1570-1670. Lisboa, 1989, p. 243.

Quanto de seu conhecimento, é lícito especular, o lucano Andreoni[5], ao tratar com minúcias das atividades fabris num engenho, devia à sua experiência prévia de negócios, ao menos como observador da intensa vida mercantil-industrial dos "Comuni" italianos? A sua interferência na polêmica entre "paulistas" e jesuítas em torno do emprego do escravo índio mostra o seu lado prático amadurecido provavelmente antes da chegada ao Brasil[6]. Ao tomar posição pelos paulistas, Andreoni como que descortinava o futuro, e o via na linha do planejamento requerido pela indústria açucareira e pelas outras atividades econômicas contempladas no *Cultura e Opulência*. No seu entender, não havia outra saída senão adotar o caminho mais sensato para levar adiante a expansão econômica (a periferização profusa). A racionalidade era assim administrada como um remédio contra o mal da estagnação, sempre a ameaçar o engenho. Ele parecia pensar e agir como um italiano capaz de entender a arte de civilizar pela indústria. Por isso, ao escrever o seu

5 André João Antonil é o seu pseudônimo em português; de nome verdadeiro Giovanni Antonio Andreoni, S. I, nascido em 8-2-1649 em Lucca (Itália) e morto em 13-3-1716 na Bahia (Brasil), aportou no Brasil proveniente de Lisboa em 1681, ao lado do padre Vieira, para secretariá-lo no cargo de Visitador Geral para o qual o clérigo célebre havia sido nomeado. Andreoni veio ao Brasil para prestar serviços na missão jesuítica que desde 1549 vinha tomando proporções vultosas em toda a América Latina. A sua primeira função ao lado de Vieira foi viajar pelo Brasil. Em seguida, lecionou Retórica no Colégio Jesuíta da Bahia, onde também atuou como pregador, além de chefe de uma Congregação Mariana para jovens e mestre de noviços. Prosseguindo em sua carreira, assumiu importantes cargos administrativos. Em 1683 enviou-o Vieira a Pernambuco para a importante tarefa de mediar uma disputa entre o jesuíta Estanislau de Campos e o bispo local, acerca de um criminoso que buscara refúgio no Colégio Jesuíta, o que lhe deu a oportunidade de demonstrar os seus conhecimentos jurídicos. Ele aproveitou a viagem, tendo recebido elogios de Vieira, numa carta enviada ao governador de Pernambuco (29-6-1689), por sua habilidade como Visitador. Logo depois tornou-se assessor do Provincial Alexandre de Gusmão e finalmente reitor do Colégio da Bahia entre 1698 e 1702 e novamente entre 1709 e 1713. Entrementes, de 1705 a 1709 foi Provincial dos jesuítas.

6 Com ele estavam o padre italiano Jorge Benci, entrado na discussão com a Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos (1700), e o padre flamengo Jacobo Rolland. Vieira, situado do lado contrário, não deixou de notar que os adversários não eram nascidos em Portugal ou no Brasil.

tratado, colocou nele técnica, ou seja, planejamento, acima de tudo[7]. Ter um estrangeiro, junto a outros, ficado ao lado dos "bandeirantes" não deixa de ser premonitório em anunciar a imigração maciça de dois séculos mais tarde, composta por uma imensa maioria de novos pioneiros que irão reindustrializar São Paulo e territórios afins. A escolha moral que o punha em conflito com os "portugueses" era uma escolha de linha de conduta, afinal de contas, e como tal não podia ser medida pelos critérios da opinião contrária. Em matéria de moralidade, tratava-se de buscar uma solução prática oferecida pelo saber administrativo, pela tecnologia e pela sorte, para produzir os efeitos benéficos de uma atividade "moderna" e colher os seus frutos morais na forma de civilidade e seus respectivos bens culturais. O que a divergência ética desunia ele procurava unir através do fortalecimento da empresa econômica, o que não deixava de ser uma vantagem para todos os envolvidos no processo, inclusive, até certo ponto, apesar da dificuldade em justificar, dos próprios trabalhadores índios e negros "perdidos" para o açúcar e as outras fainas, cuja consciência da perda cresceria com o tempo. Mas o discurso de moralidade que ele não fez está na *Economia Cristã* do pe. Benci. Ali talvez se deva buscar o embasamento ético que não se vê em Antonil.

A GESTALT DO AÇÚCAR

O açúcar é um colosso que se faz se desfazendo. Ele é a "droga" principal a constar do título completo de *Cultura e Opulência*. Seu po-

7 A. P. Canabrava, na sua "Introdução" à edição de 1967, observa que ele "expressava convicção própria, pessoal, distinta da ortodoxia jesuítica em matéria de índios. O senso de objetividade, tão agudo em Andreoni, o inclinava a ponderar sobre as reais condições econômicas da Colônia, em área dominada pela carência de produção rentável que permitisse a aquisição do escravo africano, e a se identificar com os interesses dos moradores quanto à utilização da mão-de-obra indígena. A opinião do seu grupo encontra-se exposta na "Apologia dos Paulistas" escrita pelo padre Jacobo Rolland, na "Resposta ou Apologia", do padre Domingos Ramos, documentos pouco conhecidos, e nos capítulos sobre a administração dos índios, de autoria de Jorge Benci, que serviram de base aos entendimentos levados a efeito em São Paulo por Alexandre de Gusmão, em 1694."

der nasce na razão e se revela plenamente no sentimento. Embora comece abstratamente como molécula, termina concretamente como um mundo. O *Livro do Açúcar* é o texto que trata dum sistema de valores coerente com as regras de mercado, em torno do produto açúcar, e o apresenta como complexo cultural, mediante um nexo de representações simbólicas das condições materiais. A produção do açúcar em escala industrial é também uma fonte de felicidade, e a sensação de que ele efetivamente se enraizou no solo social irradia o sentimento de que trouxe e espalhou a prosperidade pelos seus ambientes produtivo e consumidor. A constatação do complexo industrial do açúcar traz a convicção de que se trata de uma força civilizatória em plena ação, e daí o sentimento que suscita em todos os momentos através da história que ajuda a escrever.

A vivência do açúcar, nos pontos de produção, de distribuição, de consumo no quotidiano local e distante, tendente a se universalizar, vai além do que os seus vivenciadores imediatos estão aptos a reconhecer, situando-se num patamar cultural que transcende os seus dados materiais imediatos, em virtude do sentido que lhe conferem os seus apreciadores situados em todas as partes do mundo e em todas as posições culturais e sociais. A sua projeção no mapa mundial difunde uma significação semelhante à do mel na antiguidade, o qual vem a substituir efetivamente, e em parte também no imaginário, associando-se àquele na expressão da "doçura", para o enleio do espírito. Não cabe estender-se sobre isso aqui, mas o "adoçamento" do mundo por obra da cana-de-açúcar, além de ter contribuído para aproximar os continentes, por meio das relações econômicas que estabeleceu, tem um sentido que se conheceria melhor se se estendesse a interpretação de seu significado a aspectos fabulosos já anteriormente declarados em textos artísticos, os quais serviriam porventura de contextualização para a análise da transcendência de um produto aparentemente prosaico e implantado em solo antes agreste por obra de homens vistos em geral como protótipos do terra-a-terra. Mas bas-

ta lembrar o quanto tem alimentado o chamado "campo", sob tantos aspectos, materiais e humanos, a vida do espírito, para se reconhecerem as vastas potencialidades que dele emergem para a restauração e o refinamento dos ideais mais transcendentes.

A felicidade como característica do sentimento em torno do valor do açúcar constitui um princípio conjuntivo do texto em *Cultura e Opulência*. Chamo "felicidade" agora não ao sentimento que sobressai à vista da prosperidade reinante na lavoura açucareira, mas a uma estrutura textual, caracterizada por um nexo de expressões constituída no patamar apropriado aos juízos de valor derivados, tomados em relação ao bem econômico e a tudo que o cerca. O nexo expressivo no caso tem a ver com a contextualização coerente dos elementos que servem de base para a asserção do juízo derivado. O pressuposto deste, afinal, leva em conta o complexo situacional referente ao produto e à sua exploração econômica num mercado. Assim, a contextualização fornece as bases para dar coerência aos significados articulados e define o modo de ligar os significados mediante a seleção dos componentes semânticos adequados, o que implica obviamente a correspondente exclusão de outros. A seleção léxica caracterizada pela assunção dos vocábulos patrimoniais e respectiva omissão dos americanismos léxicos, mencionada acima, seria uma comprovação de que uma determinada estrutura textual se impõe sobre outras possíveis. Com isso se afirma que a categoria fundamental dessa estrutura são os juízos imediatos ou conceitos objetivos, ou seja, o que Antonil faz quando dirige a sua descrição ao complexo situacional do engenho e às circunstâncias que lhe determinam a condição de sistema produtivo. Todas as representações que contam para a criação do texto da "felicidade", como é denominado aqui, dependem por sua vez da convicção expressa nos juízos derivados, pois estes condicionam uma disposição para tomar dentre aquelas as que servem para realizar a expressão propriamente sensível. Vale dizer, sem a sensibilidade fraqueja a razão. Desse

modo, como se depreende, os juízos imediatos dependem daquelas representações para se organizarem.

Diante do exposto, abrem-se duas possibilidades de interpretar o *Livro do Açúcar*: uma diz respeito às significações que têm como prioridade a relação juízo imediato-juízo derivado; a outra diz respeito à *Gestalt* do texto, ou seja, à conjuminação dos sentimentos suscitados em Antonil pelos fenômenos vivenciados por ele com a convicção, expressa predominantemente através dos juízos derivados, de que a descrição levada a cabo se faz acertadamente em vista do fim previsto. Sobre a primeira já se falou, restando tratar da segunda.

A organicidade do fabrico do açúcar e também o nível de perfeição atingido nessa atividade pressupõem os juízos de valor declarados em torno dos bens econômicos. O produto que é o fim no processo real torna-se o começo no relato, de maneira que o açúcar consiste ao mesmo tempo no coroamento do processo físico de produção e na base do relato. Do ponto de vista do estilo, a descrição antoniliana é no todo a-estética, no sentido de que não visa a representar a experiência no ambiente real sob forma artística, conquanto não esteja totalmente isento de expressões com essa característica. Nem parece ser o relato uma peça retórica, no sentido de perseguir uma finalidade precipuamente suasória ou estar concebida para externar atributos ornamentais. Em outras palavras, não se pode pretender que a obra persiga fins precipuamente literários.

Mais do que a forma, é ressaltado o seu conteúdo. E a matéria central é o açúcar. Da sua eficácia como "droga" ele retira as suas qualidades de bem econômico, mostrando-se num certo momento de sua circulação no mercado um valor derivado, especificamente neste caso valor de troca. Instrumentalizado para gerar riqueza, ele por sua vez instrumentaliza indiretamente uma série de objetos, coisas e até indivíduos, transformando-os em meios para o seu fabrico. Do seu seio se desenvolve todo um arcabouço dentro do qual ele reina e pelo qual

é responsável. A sua Gestalt funda um reino, o seu reino. Somente quando acabado, sobressaindo "da parte superior das formas", ele está nos seus trajes majestosos, pronto para exercer o poder e ostentar as pompas para os quais foi concebido. De açúcar se fala de inúmeras maneiras: "droga", "mel", "remel", "melado", "melaço", "de cara fechada", "de cara quebrada", "redondo", "baixo", "inferior", "branco batido", "mascavado (mascavo) macho", "mascavado (mascavo) batido", "cabucho". Ele se vê por toda parte no "engenho", na "moenda", na "mesa", no "gato", no "catumbá", na "cocheira", no "cocho", no "parol", no "terno dos cobres", na "caldeira", na "pomba", no "reminhol", na "passadeira", na "escumadeira", na "batedeira", no "vasculho", no "tacho", na "guinda", na "casa de purgar", na "forma", no "balcão de mascavar", no "fecho", na "caixa"[8].

O capítulo XII, o último, do *Livro do Açúcar*, é inusitado, porque metamorfoseia o produto em figura dotada de sentimentos. Realiza-se a passagem que o sentimento intenso nascido da experiência com o produto haveria de suscitar, ou seja, a da utilidade e das virtudes econômicas para a do prazer da mesa e suas vicissitudes nos mais variados ambientes. Passa-se da descrição do objeto em si para a do objeto para si, do documento para a narração ornamentada. Uma nova forma aparece que faz face a todo o resto do livro, sobretudo à sua parte central, voltada para a descrição do processo de produção com as suas peculiaridades e dificuldades reais. Este capítulo é portanto o do *pathos* do açúcar. A sua finalidade é mostrar que o "sofrimento" a que está sujeita a coisa natural destinada a ter um lugar destacado no viver humano, tal o açúcar, converte-se em objeto de satisfação para os que dela se servem. É o valor derivado tratado como valor imediato, a que se chega por fim quando se passa a encará-lo pelo ângulo do consumidor alheio à tipicidade do objeto mercantil. Segue-se a constatação dos afetos suscitados pelo desejo de possuir o objeto, desejo sem o qual

8 Os termos acima, encontradiços no Livro do Açúcar, constam quase todos do glossário que acompanha a edição de 1967.

não se justificaria a pesada maquinaria que permite transformar a cana em açúcar. Coisas elementares tornam-se fenômenos sentimentais e se veem cercadas do gesto afetuoso: um bem econômico agora passa a viver junto ao coração, quando se cumpre o seu destino mais prosaico. A eterna ligação da economia com o apelo sentimental, a articulação do útil com o prazeroso, é expressa artisticamente, desde que o afeto se faça ver na percepção de um objeto apreendido como desejável por si mesmo, como valor imediato. A ascensão para uma *Gestalt* mais poderosa, mais emblemática, só se realiza portanto no último capítulo, mas sempre tendo por condição o relato anterior que mostrou propósito na economia do açúcar. Nesse sentido, à "felicidade" extraeconômica, ou extratécnica, se chega passando por nexos textuais conduzidos regradamente. Para ir de um patamar cronístico a outro literário é preciso aparecer o contexto sentimental que introduz na expressão da "felicidade" a ornamentação literária. Literalmente, eis algo do que se diz no capítulo em questão: "É reparo singular dos que contemplam as coisas naturais ver que as que são de maior proveito ao gênero humano não se reduzem à sua perfeição sem passarem primeiro por notáveis apertos. E isto se vê bem na Europa no pano de linho, no pão, no azeite e no vinho, frutos da terra tão necessários, enterrados, arrastados, pisados, espremidos e moídos antes de chegarem a ser perfeitamente o que são. E nós muito mais o vemos na fábrica do açúcar, o qual desde o primeiro instante de se plantar até chegar às mesas e passar entre os dentes a sepultar-se no estômago dos que o comem, leva uma vida cheia de tais e tantos martírios que os que inventaram os tiranos lhes não ganham vantagem. Porque se a terra, obedecendo ao império do Criador, deu liberalmente a cana para regalar com a sua doçura os paladares dos homens, estes, desejosos de multiplicar em si deleites e gostos, inventaram contra a mesma cana, com seus artifícios, mais de cem instrumentos para lhe multiplicar tormentos e penas."[9] Depois de sofrer martírios sem conta, o açúcar

9 Ed. Lisboa, 2001, p. 183.

> [...] ainda assim, sempre doce e vencedor de amarguras, vai a dar gosto ao paladar dos seus inimigos nos banquetes, saúde nas mezinhas aos enfermos, e grandes lucros aos senhores de engenho e aos lavradores que o perseguiram, e aos mercadores que o compraram e o levaram degredado nos portos, muito maiores emolumentos à Fazenda real nas alfândegas.[10]

"Açúcar" já foi o árabe "*sukkar*", antes de entrar para as outras línguas. Palavras emprestadas não costumam representar, ao menos num primeiro momento, valores econômicos, mas valores imediatos. Com "açúcar" foi assim, até que, recebendo um selo de cidadania na nova língua, já perdida a alusão à sua roupagem estrangeira, depois que o produto concreto se tornou trivial e magnificamente relevante, como mercadoria, passou a constar dos relatórios contábeis e despachos aduaneiros. Nessa forma ele foi tratado na crônica dos engenhos americanos, como no livro de Antonil. Formidável, esse açúcar.

REFERÊNCIAS

ANDREONI, João Antonio (André João Antonil). **Cultura e opulência do Brasil, texto da edição de 1711**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

ANDREONI, João Antonio, **Cultura e Opulência do Brasil; por suas Drogas e Minas**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

DINIZ SILVA, Andrée Mansuy. Introdução e Comentário crítico. *In*: ANDREONI, João Antonio. **Cultura e Opulência do Brasil** por suas Drogas e Minas. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

LINDO, Luiz Antônio. Sensibilidade e valor na criação do léxico americano. **Cadernos do CNLF,** v. IX, 2005.

10 Ib., p. 185.

MAURO, Frédéric. **L'Expansion Européenne (1600-1870).** Paris: PUF, 1964

MAURO, Frédéric. **Portugal, o Brasil e o Atlântico 1570-1670**. Lisboa: Ed. Estampa, 1989.

OBERMEYER, Franz. João Antônio ANDREONI. **Biographisch-Bibliographisches Kirchenlexikon,** Band XXIV, 2005. Disponível em: http://www.bautz.de.

TAUNAY, Affonso de E. **André João Antonil (João Antônio Andreoni, S. J.) e sua Obra – Estudo biobibliográfico.** São Paulo: Melhoramentos, 1923.

II

O *ROTEIRO GERAL* DE GABRIEL SOARES DE SOUSA COMO TEXTO DE RAZÃO POLÍTICA

A primeira parte do *Tratado Descritivo do Brasil* de Gabriel Soares de Sousa, denominada "Roteiro geral da costa brasílica"[11], explicita um ponto essencial da empresa portuguesa de conquista do Brasil, qual seja, o anseio por tirar o máximo proveito econômico dos recursos naturais da terra há pouco descoberta. Na medida em que se deixa dirigir pela perspectiva de sucesso do empreendimento exploratório, o escrito se insere num contexto de contornos planetários conhecido pelo nome alusivo de Era das Navegações, para o qual contribui com momentos do caso brasileiro. Entretanto, como ficará cada vez mais cla-

11 Edição preparada por Adolfo de Varnhagen, Col. Brasiliana, vol. 117, 4ª edição, Cia. Editora Nacional/USP, 1971. O escrito é afim aos "roteiros" e "diários de navegação" marítimos da época, geralmente encomendados à marinha portuguesa, tal como o primeiro sobre o Brasil, de autoria de Pêro Lopes de Sousa, aliás o capitão da frota que em 1530 trouxe o fundador da Capitania de São Vicente e irmão, Martim Afonso de Sousa. O diário de Pêro foi descoberto pelo mesmo Varnhagen, que o publicou em Lisboa, em 1839, com o título de Diário da Navegação de Pedro Lopes de Souza pela Costa do Brazil até o Rio Uruguay (de 1530 a 1532).

ro com o correr do texto, há algo específico na sua maneira de dispor as coisas mais interessantes, algo que o autor soube traduzir ao fim de suas observações precisas, dando-lhe uma interpretação arguta. A impressão final que fica da leitura é que uma maneira de pensar exclusiva de um homem ou de um grupo de homens agindo diretamente na gestão de seus negócios à espera do lucro certo – fato que ocorreu inegavelmente -, requeria uma ordem para que os frutos obtidos não se perdessem na esfera dos interesses particulares; e que só uma ordem justa, à qual deveriam aspirar, porém não fundar, daria completude ao primeiro passo representado pelas operações mercantis. Uma coincidência de fatores que colocou lado a lado o senso de oportunidade e clarividência das autoridades e particulares em estimar corretamente os fatos, a oferta abundante de bens naturais e por fim a boa sorte conferiram uma marca ao caso brasileiro, o que permitiu distingui-lo num cenário de práticas envolvendo experiências presentes e passadas, parte das quais colhidas em terras distantes de África e Ásia, onde se desenvolvia sob o mesmo pretexto uma intensa atividade navegadora sob bandeira portuguesa. Nesse movimento de avanço sobre territórios e mercados, conduzido sob uma bandeira nacional, Soares de Sousa participou como uma testemunha e um arauto, pois assim como viu e provou a terra, procurou vislumbrar saídas que por seu alcance acabariam por transcender o aspecto meramente utilitário do seu escrito. Em virtude disso, entendemos que a sua proposta mais ampla foi levar a bom termo uma forma de aconselhamento. Significa que a tarefa a que ele se propôs abrange um espaço conceitual maior do que o designado pelo sentido econômico da conquista, o que pode ser apreciado a contento mediante um exame mais cuidadoso, voltado para aspectos menos evidenciados no texto. A título de exemplo, destacamos dois pontos que servem de baliza para essa interpretação. O primeiro emerge da constatação da imensa disparidade por ele observada entre os bens naturais servíveis à indústria e ao comércio e a capacidade humana de os explorar. Esse fato, que parece flagrante nas descrições encontradas no *Roteiro*, haveria de ter consequências

para o arranjo humano de razão e desejo em torno do qual se torna possível instaurar o convívio social apropriado ao funcionamento duma sociedade formada sob a égide da fidelização a um projeto político assistido por um amplo processo de aculturação[12]. Outro ponto merecedor de atenção é o da articulação notada entre a perspectiva do observador e narrador dos fatos e a do legislador responsável pelos atos cívicos e jurídicos necessários à instauração duma ordem política, desde que este último é escolhido pelo primeiro o destinatário por excelência do que é dito de mais substancial.

A fim de esclarecer como esses pontos são tratados no *Roteiro*, vejamos alguns exemplos tirados do texto que possam nos orientar nessa tarefa. Já no proêmio, junto com a expectativa de sucesso alimentada pela exuberância dos recursos achados, vem a preocupação com as consequências nefastas do manejo impróprio das espécies cobiçadas e com as surpresas preparadas por uma natureza parcialmente ignota. Uma regra de bom aviso para lidar com isso diz que para se servir do melhor, mesmo que fornecido quase graciosamente, é preciso adotar um procedimento de observação eficaz que prepare a tomada de posse e o aproveitamento da terra. Isto leva o nosso observador a palmear o terreno por onde incursiona em busca do conhecimento das suas peculiaridades. Uma vez assegurada a vantagem que se busca, o passo final será tomá-la para si e transformá-la em bem. O resultado da observação mostra-se positivo: a terra tem "as suas qualidades e estranhezas", manifestas em "grandeza, fertilidade e outras grandes partes que têm a Bahia de Todos os Santos e demais Estados do Brasil". As impressões gravadas nas retinas do observador levam-no por fim a aconselhar enfaticamente o rei de Portugal a tomar medidas para que não se descuide de tão grande potencial de enriquecimento e se repare o desmazelo instaurado desde a morte de D. João III[13], de modo a se levarem na devida conta os "grandes merecimentos deste

12 In "A primeira cultura animi ibero-americana" (não publicada) trato dos elementos culturais que serviram de base para a instauração da sociedade ibero-americana.

13 O livro supõe-se concluído em 1587, portanto 30 anos após a morte do rei.

seu Estado..., para que lhe ponha os olhos e bafeje com o seu poder, o qual se engrandeça e estenda a felicidade, com que se engrandeceram todos os Estados que reinam debaixo de sua proteção". A conclamação prevê que neste reino será possível edificar "um grande império, o qual com pouca despesa destes reinos se fará tão soberano que seja um dos Estados do mundo". A menção à prosperidade e à felicidade possíveis, uma vez tomadas as devidas providências políticas e administrativas, não deixa dúvidas sobre quem seja o primeiro destinatário do *Roteiro*[14] e porque isto é tão importante.

A celebração das qualidades da terra embala daí por diante o ânimo do roteirista: "É muito fértil, diz Soares de Sousa, mui sadia, fresca e lavada de bons ares e regada de frescas e frias águas. Pela qual costa tem muitos, mui seguros e grandes portos, para nele entrarem grandes armadas, com muita facilidade, para as quais tem mais quantidade de madeira que nenhuma parte do mundo, e outros muitos aparelhos para se poderem fazer." (SOARES DE SOUSA, 1971, proêmio, pp. 39-40) No mesmo tom prossegue ele: "É esta província muito abastada de mantimentos de muita substância e menos trabalhos que os de Espanha. Dão-se nela muitas carnes, assim naturais dela, como das de Portugal, e maravilhosos pescados; onde se dão melhores algodões que em outra parte sabida, e muitos açúcares tão bons como na ilha da Madeira. Tem muito pau de que se fazem as tintas. Em algumas partes dela se dá trigo, cevada e vinho muito bom, e em todas todos os frutos e sementes da Espanha, do que haverá muita qualidade, se Sua Majestade mandar prover nisso com muita instância e no descobrimento dos metais que nesta terra há, porque lhe não falta ferro, aço, cobre, ouro, esmeralda, cristal e muito salitre; e em cuja costa sai do mar todos os anos muito bom âmbar; e de todas estas e outras podiam vir todos os anos a estes reinos em tanta abastança, que se escusem os que vêm a eles dos estrangeiros, o que se pode facilitar

14 Em 1587, o rei de Portugal era Filipe II de Espanha (Filipe I de Portugal), mas é possível que o soberano do tempo da escrita seja Henrique I ou mesmo Sebastião I.

sem Sua Majestade meter mais cabedal neste Estado que o rendimento dele nos primeiros anos...” (SOUSA, 1971, p. 40) E assim prossegue a tentativa de convencer a autoridade máxima do reino da necessidade de prover o Brasil com os melhores homens, equipamentos e soluções à altura do gênio político português. Na verdade, os conselhos transmitidos nessa índole constituem na ocasião uma prática subsidiária na boa administração do império. D. João III, conquanto absolutista medieval, ou talvez por isso mesmo, governara com os ouvidos atentos aos conselhos que propiciassem as melhores deliberações. Na sua chancelaria, como notou Alfredo Pimenta, “é vulgar encontrar-se a expressão ‘avendo sobre isto conselho’”[15]. Numa carta de 1534 se lê que o rei “ouve por bẽ não na (determinação) tomar sem grande consideraçam e côselho das pesoas de que nisto devo tomar.” (PIMENTA, 1936, p. 24, *apud* FREIRE DE OLIVEIRA, **Elementos para a História do Município de Lisboa**, I, 544). Soares de Sousa apresta pois o seu *Roteiro* para contribuir para as boas decisões do governante. O restante do livro dará desenvolvimento a este propósito, procurando mostrar da maneira mais precisa e objetiva as informações julgadas imprescindíveis para o cumprimento da tarefa. Na segunda parte do *Tratado*, subsequente ao *Roteiro*, tendo por subtítulo “Memorial e declaração das grandezas da Bahia de Todos os Santos, de sua fertilidade e das notáveis partes que tem”, o seu autor perseguirá o mesmo fim com mais desenvoltura, de modo a justificar plenamente o título abrangente da obra.

O quase assombro diante das potencialidades oferecidas pela natureza virgem sugere que essa riqueza estaria sendo entregue como uma dádiva. Sendo assim, os inúmeros recursos postos à disposição do homem se traduzem em benefício na medida em que revelam as virtudes da própria natureza. Através dessas mesmas virtudes emergem os produtos das espécies naturais, de que se serve o homem para o seu próprio bem. É assim que por meio dos recursos encontrados na selva

15 D. João III. Porto: Livraria Tavares Martins, 1936, p. 23.

se torna possível erigir o Estado do Brasil, quer dizer, o lugar de todos e não só do número limitado dos que obtêm lucro com a exploração, visto que a suposta dádiva dos recursos que propiciam os meios de viver satisfatoriamente não escolhe os seus beneficiários, pelo contrário, está dirigida a todos igualmente. Uma lição aprendida com a selva, portanto, é a da condenação do egoísmo, a partir do que se pode pensar a existência durável da coletividade humana. Se, de um lado, a selva, por sua rudeza e dimensão, parece propensa a engolfar a esfera do existir humano, dissolvendo-a na sua própria essência, por outro lado, suscita o impulso para a sua própria inclusão na esfera humana, uma vez desbravada e transformada em sítio civilizado. Isto na medida em que a extensão do humano se vale da força de extensão da selva enquanto esta se manifesta na oferta de bens ou dádiva. E assim, inserido no movimento de ampliação da afinidade humana sobre o espaço potencialmente disposto para abrigar a espécie, o indivíduo se vê motivado a procurar o bem de si mesmo da maneira mais plena. Para se entender melhor o enfoque dado em geral à natureza pelos cronistas do dezesseis, seria preciso considerar alguns pontos essenciais: primeiro, a concepção da lei natural na época, pela qual o sentimento de pertença à ordem natural impedia a cisão, comum na modernidade, entre o eu e o coletivo, incluindo o todo representado pela natureza e sob o poder de Deus; segundo, a concordância em geral entre a intenção desses autores e os propósitos dos governos da época em promover os seus respectivos estabelecimentos políticos; terceiro, a forma como a crônica se valia tanto do testemunho de terceiros quanto da observação direta, o que colocava o seu discurso de mediação dialética junto aos vários interlocutores-receptores no plano ao mesmo tempo da autoridade e da ciência. Este terceiro ponto marca a historiografia cronística como um método de incorporar a palavra de outrem na sua própria.

A descrição da costa brasileira[16] feita por Soares de Sousa começa pela bacia do rio Amazonas, chamado pelos índios de Mar Doce e reconhecido já então "como um dos maiores do mundo" (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 43). Aos olhos do explorador, ele constitui um desafio a vencer: "Como não há coisa que se encubra aos homens que querem cometer grandes empresas, não pôde estar encoberto este rio do mar Doce ou das Amazonas ao capitão Francisco de Orellana..." (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 44) No percurso da costa, a primeira dificuldade a vencer são as grandes distâncias; em seguida, o ermo peculiar dos trópicos, forrado de vegetação e esculpido na rocha e nas massas de água. Rios, grandes lagoas, relevos acidentados, zonas inóspitas, enfim, a própria selva vai-se desenovelando em léguas derreadoras da energia humana. Uma outra dificuldade, muito mais imprevisível que todas que a natureza é capaz de urdir, se faz companhia certa em cada jornada para dentro do desconhecido: o índio. São eles muitos, de várias nações e temperamentos, nem sempre visíveis, geralmente "atraiçoados", invariavelmente insondáveis até que o convívio permita dissipar as distâncias psicológicas e culturais que os separavam dos brancos. Outra dificuldade que se espera enfrentar são os corsários, geralmente de procedência francesa, acoitados junto às praias como lobos famintos à espreita das suas vítimas. Nesse cenário, as tentativas de colonização levadas a cabo nos primeiros tempos por particulares, e logo por donatários de terras, recentemente incorporados

16 Como mostram os mapas da época, o Brasil consistia então numa larga faixa de terra litorânea expandida no seu ponto médio qual uma lente plano-convexa, muito menor do que viria a ser, embora já imponente.

ao sistema colonial[17], suscitam nos agentes "internos" do processo civilizatório ibérico o desejo de conhecer a realidade, a fim de adaptar as suas ações ao meio e aos intentos perseguidos pelas autoridades constituídas. Esse conhecimento não tem por fundo a mera curiosidade, mas o necessário à implementação dos negócios e do domínio territorial, sem os quais não se ergueria o arcabouço institucional para a consolidação do reino então planejado. Os cuidados por compreender a "terra" se inserem pois nos planos da empresa colonial, cujo alto significado econômico e político a situa no patamar das obras concertadas para criar um "estado", desde a primeira forma embrionária que tomou dentro das possibilidades existentes, até o seu desenvolvimento numa sociedade nos moldes das demais sociedades ocidentais. A ordem social que dela brotou surgiu pois não como caricatura de estado, mas como estado potencialmente perfeito, dentro das possibilidades que a este fim se ofereciam. Esquecem-se os que deduzem um destino ignóbil para o Brasil, fitando com malícia tão-somente o frenesi exploratório do arranhar superficial da terra ainda virgem, que as verdadeiras primícias de nosso estabelecimento estão marcadas por momentos decisivos de ação sólida e severa, como a criação das capitanias e da governadoria geral, o que se deu já na primeira metade do século XVI. Também não se pode esquecer que os processos peculiares de administração adotados no Brasil tinham um parentesco

17 O instituto das capitanias hereditárias é um evento robusto do Plano da Colonização do Brasil, traçado no governo de D. João III. Como informa Alfredo Pimenta, "a missão dos donatários das capitanias consistia, de um modo geral, em levar para o Brasil, gente, gados, sementes, ferramentas de lavoura. Gente, para povoar as terras e as defender do selvagem, e conseguir a conversão deste à fé católica; sementes, para fecundar as terras; ferramentas de lavoura e gados, para as modificar. O Rei pensara em dar as terras só por uma vida. Isso não atraía capitais e homens. Transformou esse domínio em hereditário: uma espécie de feudalismo: ele tinha a suserania das terras; mas os capitães donatários tinham o seu domínio directo e útil." (Op. cit., p. 58) O prof. José Baptista de Carvalho, in A Verdadeira História das Capitanias Hereditárias, 2008, p. 63, assim define as capitanias: "Eram estruturas jurídicas, políticas, administrativas, econômicas, e não simplesmente latifúndios. Eram indivisíveis, inalienáveis e transmitidas hereditariamente. Foram concedidas pelo Rei através de Cartas régias que definiam as condições de sua posse e governo." Como se sabe, passados alguns anos, em 1548, procura-se corrigir os defeitos manifestos do sistema com a introdução do Governo Geral.

direto com os métodos adotados à época pela Espanha a mesmo título no restante da América.

Em sintonia com os criadores do estado brasileiro, Gabriel Soares de Sousa vai fazendo o inventário dos bens que deverão constar do patrimônio material e humano. Da imensa paisagem natural destaca os maiores rios, como o Amazonas, mas também o de São Francisco, que o gentio "chamava o Pará". Fonte inesgotável de suprimento hídrico, às suas margens viviam muitos indígenas, de cujas relações bem podia nascer um novo povo com características próprias. Dum lado do rio habitavam os caetés; do outro, tupinambás; de outra parte ainda, tapuias, tupinaés, amoipiras, ubirajaras e amazonas, além de "outro gentio (não tratando dos que comunicam com os portugueses), que se atavia com joias de ouro, de que há certas informações" (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 64). É importante conhecer a navegabilidade daquelas imensas massas de água: "Navega-se este rio com caravelões até a cachoeira, que estará da barra vinte léguas, pouco mais ou menos, até onde tem muitas ilhas, que o fazem espraiar muito mais que na barra, por onde entram navios de cinqüenta tonéis, pelo canal do sudoeste, que é mais fundo do que o do nordeste. Da barra deste rio até a primeira cachoeira há mais de 300 ilhas" (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 64). Os afluentes do São Francisco, como o Sergipe, o Cotegipe e o Real, onde podem entrar navios de calado de mar aberto, estão repletos de pescado e dão em terras, como no caso do Sergipe, forradas de "grandes matas de pau-brasil" (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 67). Desta riqueza há muita, "que com pouco trabalho se pode carregar" (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 64). Medições mais ou menos precisas da vazão, oportunidades de acesso e aproveitamento, condições sazonais de uso, todas essas informações vão sendo registradas em torno dos grandes monumentos naturais, pois certamente farão a diferença na hora da posse e do aproveitamento econômico.

Ao passar os olhos pela geografia, Soares de Sousa dirige invariavelmente sua atenção ao potencial produtivo da terra e das águas,

do que existe e do que poderá vir a existir mercê do engenho humano em descobrir grandes lucros e explorações a baixo custo. O grosso de seus interlocutores, à parte o mais alto e o sacerdócio, é formado de homens de empresa, capitães hereditários e agentes forais e militares encarregados de dar combate aos índios e aos estrangeiros porventura topados durante o avanço pela posse definitiva da terra.

Nos indígenas ele se detém à medida que as informações colhidas permitem mostram os imprevistos do seu comportamento ora mais arredio, ora mais amistoso. Alguns capítulos lhes são especialmente dedicados. No XXXII, por exemplo, os aimorés merecem atenção por representarem um obstáculo à colonização. Diz Soares de Sousa acerca deles que "tanto têm feito a esta capitania dos Ilhéus", povoada antes por tupiniquins, "as quais a despovoaram por medo destes brutos, e se foram viver no sertão" (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 78). Somos informados que os aimorés descendiam dos tapuias, "dos quais nos tempos de atrás se ausentaram certos casais, e foram-se para umas serras mui ásperas, fugindo a um desbarate, em que os puseram seus contrários, onde residiram muitos anos sem verem outra gente; e os que destes descenderam, vieram a perder a linguagem e fizeram outra nova que se não entende de nenhuma outra nação do gentio de todo este Estado do Brasil" (SOARES DE SOUSA, 1971, pp. 78-79) A interessante digressão sobre os aimorés e suas desavenças com outras tribos nos permite conhecer pormenores preciosos sobre o seu modo de vida, como a prática do canibalismo com fim alimentar e o emprego das manobras traiçoeiras nos combates e assaltos. Mas o maior mal de que se fazem culpados consiste no causarem interrupção nos empreendimentos:

> A Capitania de Porto Seguro e dos Ilhéus, denuncia o cronista, estão destruídas e quase despovoadas com o temor destes bárbaros, cujos engenhos não lavram açúcar por lhe terem morto todos os escravos e gente deles, e a das mais fazendas, e os que escaparam das suas mãos lhes tomaram tamanho medo, que em dizendo

> aimorés despejam as fazendas, e cada um trabalha por se pôr em salvo, o que também fazem os homens brancos, dos quais têm morto estes alarves de vinte e cinco anos a esta parte, que esta praga persegue estas duas capitanias, mais de trezentos homens portugueses e de três mil escravos (SOARES DE SOUSA, 1971, pp. 80-81).

A conclusão a que chegou Soares de Sousa, no que era certamente apoiado por muitos, é que não restava remédio senão "destruir estes alarves" se se quisesse fazer prosperar as "fazendas da Bahia" (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 80). Os pormenores acerca do indígena contidos no *Roteiro* fazem ver quão grande haveria de ser o seu papel na empresa econômica e social. Tendo em vista a força condicionante dos princípios da lei natural incutidos na lei e na jurisprudência da colônia, toda e qualquer organização do trabalho levada a cabo pelos colonos brancos teria de levar em conta o estatuto atribuído ao autóctone de indivíduo humano criado por Deus e naquelas terras supostamente instalado para servir aos seus desígnios insondáveis. Desse modo, o índio passa a contar como um dado não só da natureza, mas também da realidade social, o qual deve ser assimilado para pôr-se juntamente com os demais na busca da melhor forma de vida. O índio se apresenta por isso como um amortecedor dos ímpetos voluptudinários da empresa comercial, visto que esta não pode em tese ignorar o *habitus* do homem indígena que não ofereça risco à preservação da comunidade. Obrigada a levar em conta essa inércia da tradição e da autoridade humana do índio, a conquista deve compor-se com o que se lhe depara a realidade política, isto é, as coisas devem caminhar num ritmo menos pressuroso do que podiam prever os planos empresariais. Somente seguindo os princípios da lei natural, os europeus do século XVI podem esperar participar dos resultados da sua conquista da América. Para conquistar, é necessário ser conquistado.

As sabidas constantes disputas territoriais entre os indígenas explicava que o contato com eles variasse de uma região para outra. Os tupiniquins (cap. XXXIX), ocupantes da costa desde "o rio de Camamu até o rio de Cricaré" (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 87), viam-se na altura acossados por rivais, quais sejam os tupinambás, "que os apertaram por uma banda", e os aimorés, "que os ofendiam por outra". No passado recente foram esses índios os primeiros contatos dos brancos que aportaram em Porto Seguro, Ilhéus e Espírito Santo, com os quais travaram "grandes guerras". Com o tempo, porém, "vieram a fazer pazes, que se cumpriram e guardaram bem de parte a parte, e de então para agora foram os tupiniquins muito fiéis e verdadeiros aos portugueses" (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 88).

Os goitacases (cap. XLV), notados sobretudo pelos "danos que fizeram aos povoadores do Espírito Santo e aos da Paraíba" (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 95), tinham forte inimizade pelos papanases, os quais, em resultado de "guerra cruel", foram empurrados a viver no sertão. Resistiram-lhes os tupiniquins, que continuavam a pelejar e matar, constantemente. Dos papanases registra-se o costume de dormirem no chão, sobre folhas, "como os goitacases", não se ocuparem de lavouras, mas de caça e pesca, e possuírem regras precisas sobre os agravos de crimes cometidos por congêneres da tribo (cap. XLVI).

Os tamoios, notabilizados por auxiliarem os franceses na sua tomada provisória do Rio de Janeiro, ocupavam originariamente ampla área da costa fluminense, tendo ido viver no sertão, após a vitória portuguesa infligida aos gálicos. Eram contrários a todas as tribos, salvo à dos tupinambás, de que eram afins nas "gentilidades, vida e costumes".

As ininterruptas correrias a que as disputas tribais submetiam os índios não podiam passar despercebidas a Soares de Sousa, que aparentemente estava menos curioso que atento às consequências desse movimento para o estabelecimento colonial.

As localidades em poder dos colonos merecem menção especial, a começar da Bahia, povoada por Francisco Pereira Coutinho, que quem quiser saber quem foi "leia os livros da Índia, e sabê-lo-á" (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 73). Esta capitania ia da Ponta do Padrão até o Rio de São Francisco, ao longo do mar, além de entrar por terra seguindo-lhe os recôncavos. Pereira Coutinho povoou-a em pessoa, fazendo-se acompanhar de moradores casados e solteiros (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 73). Do Rio de Janeiro as primeiras impressões falam à imaginação: "É tamanha coisa o Rio de Janeiro da boca para dentro, que nos obriga a gastar o tempo em o declarar neste lugar, para que se veja como é capaz de se fazer mais conta dele do que se faz" (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 100). Soares de Sousa se detém a contar como ali se travou o duelo formidável entre portugueses e franceses, de que resultou, uma vez vitoriosos os primeiros, o empenho em edificar uma cidade "que se chamasse de São Sebastião", epíteto que faz alusão ao jovem rei português morto em batalha (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 105). Para a guerra os portugueses arregimentaram ajuda de várias tribos indígenas e muitos reinóis, domiciliados de São Vicente à Bahia, além de escravos. Os franceses, encastelados na cidade, guarnecidos atrás de fortalezas e barricadas, tendo ao seu lado os tamoios, resistiram o quanto puderam aos assaltos dos portugueses. Cessado o embate, a fortificação do Rio pelas autoridades vencedoras se fez levantando "muros de taipas com suas torres", providos da "artilharia necessária". Seguiu-se a construção de várias igrejas, uma Casa de Misericórdia e hospital, um mosteiro jesuítico junto a colégio onde curiosamente se informa que era ministrado o ensino de latim, sustentado por subsídios oficiais de dois mil cruzados anuais. Na ocasião em que escrevia, Soares de Sousa sugere a maneira como se deveria enxergar a vocação da cidade:

> Neste Rio de Janeiro, diz, se podem fazer muitos engenhos por ter terras e águas para isso, no qual se dão as vacas muito bem, e todo o gado de Espanha; onde

> se dá trigo, cevada, vinho, marmelos, romãs, figos e todas as frutas de espinho; e muito farto de pescado e marisco, e de todos os mantimentos que se dão na costa do Brasil [...] (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 108).

Vale notar que, após a refrega que decidiu a posse sobre o território, vem a preocupação em demarcar o novo reduto civil e militar com as obras e instituições que não deixem dúvida sobre a identidade de seus edificadores. A par disso, cumpre atentar para a indústria e a lavoura preferencial com as quais se pensa dotar a cidade afinal conquistada, remodelando-a como paisagem evocativa da metrópole, com engenhos de açúcar cercados de roças atrevidamente ocupadas com vacas de Espanha, onde se plantam o trigo, a cevada, se faz o vinho, etc., tal como ali se lê. Ao se compararem os elementos que nesse trecho compõem esta paisagem lusitana com os levantados no "Memorial" da segunda parte do livro, quando se desfia um copioso vocabulário americanista, percebe-se melhor como pode variar a descrição da realidade por Soares de Sousa. A lição a tomar seria que a oscilação entre ser luso e ser brasileiro alcança poucos graus de amplitude em certos focos civilizatórios, devendo ser isto levado em conta na análise da identificação cultural e do sentido da aculturação promovida pelos peninsulares. Entendemos que a proximidade em questão não se deve exatamente ao fato de haver nesses lugares uma concentração de colonizadores portugueses natos, o que sem dúvida aplaina as diferenças, mas à circunstância de o ser português não significar ser muito diferente do ser brasileiro enquanto um outro no sentido forte do termo. O ser português não consistia em ser um estranho, um estrangeiro, mas em ser simplesmente um outro, sem demarcação rígida das fronteiras nacionais. Ao se instalar no Brasil, as suas marcas de identidade já tinham sido anuançadas por suas peregrinações pelo vasto globo terrestre, mercê da miscigenação física e social que daí procedeu. Essas características do português, em particular o seu modo de viver a europeidade, acarretou no Novo Mundo ser ele algo mais do que a sua

tradição cultural determinava e algo menos do que o seu orgulho porventura reclamava.

A capitania de São Vicente e a vila de São Paulo são descritas destacando-se o papel nelas desempenhado pelos seus primeiros povoadores e pelos padres da Companhia de Jesus, cuja missão era doutrinar sobre "quatro aldeias de índios forros cristãos" (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 111). Um aspecto destacado são os "dois ou três engenhos de açúcar" que ali funcionavam um tanto modestamente, pois faziam "pouco açúcar, por não irem lá navios que os tragam". Por outro lado, sobressai o seu povoador principal, Martim Afonso de Sousa, "cuja fidalguia e esforço é tão notório a todos", desde que liderara grandes empresas na Índia, como capitão-mor do mar e depois governador. O empreendedorismo de Martim Afonso salta à vista, mas é antes a sua percepção da perspectiva promissora de sua capitania que o faz especial. O empenho em lançar do nada os alicerces duma comunidade e de fazê-la distinta das demais, dando-lhe um destino e uma missão particulares, na medida em que soube aproveitar o seu isolamento para a conformar à própria sorte, situa o empreendimento como um grande marco da formação da nacionalidade. Soares de Sousa conta que Martim Afonso "determinou de ir povoar em pessoa (a capitania), para o que fez prestes uma frota de navios, que proveu de mantimentos e munições de guerra como convinha; na qual embarcou muitos moradores casados que o acompanhavam, com os quais se partiu do porto de Lisboa, donde começou a fazer sua viagem [...]" (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 111). A vila assim criada por ele "foi povoada de muita e honrada gente que nesta armada foi, a qual assentou numa ilha, donde lançou os guaianases, que é o gentio que a possuía e senhoreava aquela costa até contestarem com os tamoios; a qual vila floresceu muito nestes primeiros anos, por ela ser a primeira em que se fez açúcar na costa do Brasil" (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 112). O irmão de Martim Afonso, Pedro Lopes, teve para si a capitania adjacente de Santo Amaro, descortinada desde o esteiro de Santos, a qual

foi povoada pelo filho primogênito de Martim Afonso, Pero Lopes de Sousa, que também herdou, à morte do pai, a de São Vicente. Pero também "foi povoar em pessoa" o seu domínio e "fez para o poder fazer uma frota de navios em que se embarcou com muitos moradores [...]" (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 114). Cumprindo-se a regra hereditária da família, à sua morte sucedeu-lhe o filho, Lopo de Sousa.

Soares de Sousa prezava bem o clima e as terras das capitanias de São Vicente e de Santo Amaro, onde

> são os ares frios e temperados, como na Espanha, cuja terra é mui sadia e de frescas e delgadas águas, em as quais se dá o açúcar muito bem, e se dá trigo e cevada, do que se não usa na terra por os mantimentos dela serem muito bons e facilíssimos de granjear, de que os moradores são mui abastados e de muito pescado e marisco, onde se dão tamanhas ostras que têm a casca maior que um palmo, e algumas muito façanhosas [...] Tem esta capitania muita caça de porcos e tamanhos, que os esfolam para fazerem botas e couros de cadeiras (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 114).

O gentio descrito com preponderância nesta parte eram os guaianases, fronteiros aos tamoios, ao norte, e aos carijós, ao sul. A rivalidade intensa entre os grupos fazia que se matassem "uns aos outros cruelmente". Os guaianases são retratados como dignos de consideração, por não serem "maliciosos, nem refalsados, antes simples e bem acondicionados, e facílimos de crer em qualquer coisa" (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 115). Trata-se de "gente de pouco trabalho, muito molar, não usam entre si lavoura, vivem de caça que matam e peixe que tomam nos rios, e das frutas silvestres que o mato dá; são grandes flecheiros e inimigos de carne humana" (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 115). A avaliação por dois traços contraditórios, o de darem boa companhia aos brancos, por um lado, e serem "gente folgazã de natureza",

por outro, torna esses índios próprios para a convivência, porém impróprios para o trabalho. Para Soares de Sousa sabemos o quanto devia pesar negativamente a indolência. Sabemos também que os argumentos em prol da proteção dos indígenas pelos eclesiásticos, os seus primeiros advogados junto às autoridades políticas, dependiam duma avaliação positiva no quesito caráter. Por esse critério, os guaianases do litoral paulista certamente foram bem vistos.

Rumando para o sul, até Cananeia, encontravam-se os carijós, povo retratado como "doméstico, pouco belicoso, de boa razão; segundo seu costume, não come carne humana, nem mata homens brancos que com eles vão resgatar, sustentam-se de caça e peixe que matam, e de suas lavouras que fazem, onde plantam mandioca e legumes como os tamoios e tupiniquins" (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 119). À proporção que vão ficando distantes os centros do estabelecimento português, a descrição se faz mais rala de convencimentos e propensa à mera observação exterior. No sul do Brasil e além, na zona do rio da Prata, há pouco a dizer que não possa servir de mais proveito a um cronista com outro ponto de vista. Eis como Soares de Sousa se refere ao rio da Prata:

> Nem de sua grandeza não temos que dizer neste lugar, porque é tão nomeado que se não pode tratar dele sem grandes informações, do muito que se pode dizer dos seus recôncavos, ilha, rios que nele se metem, fertilidades da terra e povoações que por ele acima têm feito os castelhanos que escaparam da armada que nele se perdeu há muitos anos, os quais se casaram com as índias da terra, de que nasceram grande multidão de mestiços, que agora têm povoado muitos lugares [...]" (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 123).

A presença dos "castelhanos" e seus mestiços, reconhecível em denominações geográficas como "os Castilhos", e os "Baixos

de Castelhanos", constitui um empecilho para o avanço da nacionalidade luso-brasileira, conquanto nada exista na natureza que opere uma solução de continuidade.

O Roteiro termina quando Soares atinge a "ponta de terra do Marco", "baixa e pouco proveitosa". Chega assim aos confins do que é aproveitável e oportuno à colonização portuguesa em termos materiais. Como ele mesmo diz, "nesta ponta de Marco se acaba a demarcação da coroa de Portugal nesta costa do Brasil" (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 124).

O QUE FAZER COM AS INFORMAÇÕES

A massa de informações coletada por Soares de Sousa e reunida no *Roteiro* justifica-se por se supor que contribua para as deliberações tomadas pelo seu destinatário situado acima de todos: o governante régio. Nesse sentido, o texto não visa a servir como material de leitura para alimentar uma discussão difusa dos problemas da colonização. Seu pressuposto é o de auxiliar na tomada de decisões por autoridades reunidas em torno do rei. O autor espera que os bons motivos oferecidos pelas riquezas da terra americana há pouco descoberta, assim como são apresentados e classificados, se convertam em diretrizes administrativas emanadas do poder central. A alternativa possível, que seria visar a constituir um governo autônomo apto a promulgar aquelas diretrizes, cingindo-as aos interesses particulares dos grupos de frente da ação colonizadora, é descartada por Soares de Sousa. Sua escolha pela legalidade que tinha por eixo o rei enquanto agente central da ordem legal mais plena e compreensiva está em harmonia aliás com a adotada na maioria dos centros ibero-americanos da época, em que pese as discrepâncias suscitadas pelas circunstâncias locais. Com o texto de Soares de Sousa está-se diante do que ocorreu substancialmente, em matéria de prática administrativa, durante o primeiro século, qual seja, o desenvolvimento das relações entre, de um lado,

colonos proprietários, sumariados na pessoa do *encomendero*, de que o conquistador do México, Cortés, fez-se o exemplo mais acabado do período, e o poder central, representado pelo rei e pelo sistema oficial de organização[18].

Aos olhos de Soares de Sousa, assim como de várias outras personagens, trata-se de promover a exploração em nome duma ordem legal constituída como sistema estatal. Sua posição a respeito dessa matéria leva-o a insistir para que as instâncias do Estado já em funcionamento, por meio dos institutos das capitanias e dos órgãos administrativos e judiciais espalhados pelas jurisdições recentemente criadas, recebam a intervenção decisiva do poder central, a fim de que o desenho político do poder sobre o vasto território se dê estritamente sob as linhas traçadas pela intenção real. Indícios desse modo de pensar se encontram por todo o texto. Num certo momento, ele se queixa que "os reis passados tanto se descuidaram" do conjunto do Brasil, o qual "está muito desamparado depois que el-rei D. João III passou desta vida para a eterna, o qual principiou com tanto zelo"[19] (proêmio).

Em seguida ao rei, os homens com mais peso na destinação do *Relato* incluem donatários, capitães, oficiais administrativos e judiciários com funções no sistema colonial[20]. D. João III está acima de to-

18 Ver a respeito GIBSON, Charles. Spain in America. N. York: Harper & Row, 1966. Acrescente-se que o terceiro interessado nessas relações, a Igreja, embora decisiva no contexto que se criou, não será considerada aqui, em vista do que sugere o Roteiro e seu fulcro, ou seja, o laicado colonial.

19 Após a morte desse monarca, em 1557, sucedeu-o D. Sebastião. Com a morte prematura deste, Portugal deslizou rapidamente para o domínio espanhol, o que fez ainda mais improvável cumprir-se a recomendação de nosso autor. D. João III tomou medidas decisivas para consolidar o poder português no Brasil, como a divisão do território por capitanias e a instalação do poder central em 1548. É opinião abalizada afirmar que por suas mãos o Brasil entrou a representar a parte mais importante do império português de Ultramar.

20 Esta ordem de preferência condiz com o prescrito nas Leyes de Indias baixadas pela realeza espanhola para a América hispânica. Na Recopilación de Leyes de los Reinos de las Indias, lib. VI, tít. VIII, ley V, se lê: "Mandamos, y repetidamente encargamos a todos los que en las Indias tienen facultad de encomendar, que en esto procedan con toda justificación, teniendo especial cuidado de preferir a los que hubiese de mayores méritos y servicios, y de estos a los descendientes de primeros descubridores, pacificadores, pobladores y vecinos más antiguos, que mejor y con más fidelidad hayan servido en las ocasiones de nuestro real servicio..." (Madri, 1841, p. 254).

dos não só em virtude do cargo que ocupara, mas também por ter sabido dirigir os passos da empresa colonial rumo à implantação dum estado. Objetivamente, a grandeza desse monarca está em conceber a união de Brasil e Portugal numa única estrutura estatal, o que implicou conferir ao exercício do poder real uma maior complexidade. A nova terra americana passa a gozar do *status* de parte ativa do complexo estatal lusitano, o que lhe reforçou a tendência a institucionalizar e organizar por conta própria o espaço público do poder, ainda não reconhecido plenamente na organização política lusitana, na altura definida por formas parafeudais de identificação do público com o privado. A redução drástica da inferioridade intrínseca do Brasil, obtida com essa medida, importou em valorizar a sociedade em face do Estado, o que marcará daí por diante a trajetória do país como a de uma nação destinada a se fazer por si mesma, a partir das artes de sua gente e dos recursos naturais colocados a sua disposição. Acreditamos que uma investigação sobre as peculiaridades do desenvolvimento ulterior, nos aspectos social e econômico, poderá ser feita levando em conta esse fato. O importante a assinalar é que essa forma de Estado em que o poder se acha dividido entre um detentor do poder político, dum lado, e um corpo político que faculta o exercício do poder, de outro, está implícita na solução que reuniu Portugal e Brasil num mesmo reino. Podemos dizer que a presença do Brasil na equação tornou essa estrutura sujeita às alterações reclamadas pela parte que ascendia potencialmente ao centro do poder, ou seja, o Brasil. O resultado final, em termos concretos, apontava para a dissolução dos elos de dependência mútua. À medida que houvesse o desenvolvimento da civilização do Novo Mundo, a preservação do *status quo* que conferia a um monarca absoluto o exercício do poder, como era o caso de Portugal e a sua tradição de casa real, passaria a depender cada vez mais da habilidade e discernimento dos responsáveis pela manutenção da ordem estatal. A ruptura formal e definitiva desse estado de coisas, como se sabe, ocorreria séculos mais tarde.

Para o ponto de vista do discurso de Soares de Sousa, o rei era o responsável máximo pelas decisões capazes de mudar os rumos da vida na colônia. A posição do rei nessas decisões fornece o motivo pelo qual uma descrição dos fatos concernentes ao potencial econômico da terra adquire o seu sentido pleno. A mera existência dos recursos não se compara ao poder de decidir sobre eles. Se não fossem colocados nas mãos certas, isto é, de uma sociedade reunida por um propósito comum, eles serviriam tanto como vinham servindo aos índios, que, como amiúde se lê, mais faziam parte da paisagem do que a modificavam e dominavam em benefício de sua grei. O mesmo nos é dito sobre os particulares exclusivamente devotados aos seus negócios privados. Quanto aos donatários, apesar da importância de suas ações no aproveitamento racional dos recursos, o domínio que exerciam sobre os territórios servia antes para mostrar a sua capacidade política. Para que as limitações fossem superadas, seria necessário portanto que todos rompessem o teto de suas respectivas jurisdições e microcosmos para deixar entrar a luz da unidade e da legalidade irradiada pelo estado ideado por D. João III.

Ao tratar com clareza esses marcos da situação política na altura, Soares de Sousa põe o *Roteiro* a serviço da maior obra do rei, que no seu entender é a edificação da ordem estatal no território brasileiro. Ele observa que as grandes extensões e oportunidades oferecidas apontam para a formação de núcleos de socialização organizados em torno dos negócios geridos por particulares. Esses núcleos, separados entre si, supõem o desenvolvimento duma administração própria, tal como decorreria fatalmente do modelo das capitanias hereditárias no dia em que a fidelidade ao rei, observada nos primeiros donatários e responsável pela preservação do interesse comum, deixasse de existir. E assim como para fazer face a essa tendência, das capitanias se passou necessariamente ao Governo Geral, era preciso implantar definitivamente sobre a sociedade brasileira a ordem jurídica que emana do Estado e do seu poder agregativo. Este seria o único caminho para

evitar que houvesse a desagregação do conjunto do território, seguida do seu esfacelamento em núcleos sociais independentes, à maneira do que ocorrera nos tempos da ocupação árabe da Península com as chamadas repúblicas de taifas.

A tarefa de instituir e consolidar o Estado brasileiro competia ao rei, porque era ele o ator principal e único no exercício da soberania. Quando D. João III resolve instaurar um Estado com amplidão ultramarina, estreitando os laços entre Brasil e Portugal, só lhe resta fazê-lo dando-lhe de regra a forma parafeudal de monarquia absoluta. Ao mesmo tempo, o fato de ele não estar a tal obrigado não implica a possibilidade da criação autônoma dum Estado brasileiro por brasileiros ou residentes no Brasil. Se isto dá ao país um papel secundário na função de gerir o Estado, por outro lado revela o quanto lhe foi proveitosa a decisão tomada pelo soberano. A subalternidade política brasileira foi compreendida na sua justa medida por Soares de Sousa, tendo a sua consciência desse fato contribuído para emprestar ao relato o caráter de documento ilustrativo do funcionamento das primeiras formas políticas e sociais brasileiras, bem como das questões que estavam sendo debatidas. O texto mostra particularmente como a governança do Brasil dos inícios foi encarada pelo poder central sob a óptica do patrocínio estatal e do ordenamento legal que lhe correspondia. Pela preocupação em destacar os aspectos da realidade condizentes com o objetivo de orientar decisões, podemos traçar um paralelo entre o documento e os desígnios civilizatórios traçados pelas autoridades metropolitanas. Sua visão se situa pois no plano do discurso motivador, elaborado por um particular com consciência cívica, sabedor de que não lhe cabe decidir sobre os rumos da colônia, conquanto, por seu comprometimento local e prudência, reserve-se o direito de iluminar com informações precisas o caminho que supõe deva ser trilhado. O relato tende portanto a servir de subsídio para a elaboração dum outro discurso, qual seja o realizado pela autoridade máxima do soberano, na forma de disposições a serem obedecidas

por todos os cidadãos. O soberano é reconhecido assim como aquele que tem condições de transmitir, por meio de seu discurso autorizado, a lei, a fim de prover as bases da cidadania ou poder constituído com regras definidas de alcance geral. O mérito consciente do *Roteiro* está em propiciar elementos substanciais para a ideação do estado luso-brasileiro da época, no momento em que se cogita tornar o Brasil o maior expoente do império português afora Portugal.

ABUNDÂNCIA E RACIONALIDADE

A jurisprudência seguida na criação do estado luso-brasileiro valeu-se da preexistência de forma estatal concebida segundo os princípios do estado português, os quais foram aplicados na sua reprodução sob novas circunstâncias. Isto quer dizer que uma teoria do estado previamente posta em funcionamento se prestava a servir de modelo para se obter um resultado certo, isto é, pouco sujeito a errar quanto à natureza dos fatos tomados em consideração, como requerem as boas obras de sabedoria prática. À apresentação desses fatos num relato coerente, tendo em vista o interesse em munir de informações precisas as autoridades portuguesas, dedicou-se Soares de Sousa, entre outros. Ao fazê-lo, ele sabia que estava contribuindo para dar eficácia à doutrina política da qual se servira D. João III para a criação do estado luso-brasileiro. Mas se o texto, por sua disposição utilitária, atinge seus objetivos declarados de auxiliar na solução de problemas práticos da maior importância, por outro lado ele revela pormenores da realidade observada que haveriam de interferir no manejo dos bens econômicos colocados no centro das expectativas mercantis então acalentadas.

O problema em tela gira em torno do volume de recursos colocado à disposição dos agentes econômicos. Por um lado, o esforço da navegação se justificava pela expectativa de obter lucros com a exploração de bens naturais, o que pressupunha satisfazer a escassez de bens entre aqueles que os demandavam. Por outro lado, em contraste com isso,

vinha a constatação, feita por Soares de Sousa e por outros cronistas da época, de que o potencial de fornecimento desses bens pela natureza americana não só podia satisfazer a demanda, mas também estava acima do demandado. Essa constatação redundou num *topos* da cultura material americana subsequente, passando a constar como uma referência para se pensar a relação do homem com a natureza. Do ponto de vista que nos interessa analisar aqui, a questão pode ser colocada da seguinte maneira: quanto mais sabe que a terra promete render, mais predisposto se vê o conquistador a empreender a conquista. Desde que o prato da balança de custo-benefício da empresa como um todo pende para o benefício, conclui-se que a vinda dos colonos empreendedores passou a obedecer a um cálculo em torno dos riscos e das vantagens, o qual era feito com maior cuidado por aqueles que ocupavam os postos avançados da conquista. À medida que as notícias sobre o Novo Mundo permitiam esboçar uma planilha contendo os dados mais relevantes para se avaliar o conjunto e determinar os objetivos, o risco da "aventura" ia-se apagando na imaginação para dar lugar aos prognósticos feitos à vista das informações disponíveis. As dúvidas da incerteza preliminar à partida da terra natal rumo ao assenhoreamento dos bens, traduzidas em angústia e portanto mergulhadas na irracionalidade, dão lugar à confiança na consecução da ação até o seu fim, visto que esta passa a ser executada sob a égide do desejo assistido pela razão. Assim, a irracionalidade inicial, devida à relativa ignorância dos dados concretos, é confrontada com a racionalidade obtida mercê do progressivo conhecimento dos mesmos dados. Pode-se dizer que a própria natureza, aliada à capacidade racional humana de escolher os fins e identificar os meios de atingi-los, suprem a racionalidade, ou seja, são a fonte dos juízos prudenciais formados em torno do empreendimento como um todo. Tendo em vista o que sugerem os relatos e registros disponíveis, além do que se sabe hoje, pode-se assim afirmar que a empresa colonizadora no Brasil dos primeiros tempos teve caráter eminentemente racional.

A racionalidade implícita na forma como os primeiros agentes da conquista se lançaram à exploração da natureza americana se mostra primeiramente no reconhecimento e na adaptação que fizeram dos meios necessários para chegar aos fins propostos. As crônicas da época contam como uma série de novos hábitos foram incorporados à existência dos empreendedores, visando a garantir a sobrevivência e a busca de riquezas. Aprenderam eles as técnicas de cultivo e a preparação de alimentos com os indígenas, investigaram a flora e a fauna inusitadas e não só tiraram proveito das suas qualidades, como também fizeram empréstimos às línguas indígenas para designar as coisas que os cercavam. Os colonos agiram como quem faz uma escolha e trata de alcançar os seus objetivos da melhor maneira, ou seja, de modo coerente. E contra os obstáculos que se levantavam ao seu avanço, ao fim e ao cabo tiveram a seu favor o meio ambiente. Esse fato se traduziu num aumento do índice de sucesso da sua ação. Entre o indivíduo possessivo e a natureza possuída surge assim uma estratégia humana específica de busca do fim almejado mediante um aprendizado sobre os meios adequados para tal. Os exploradores mais habilitados, enquanto agentes econômicos com uma experiência prévia, veem-se assim obrigados a modificar seu comportamento, a ponto de se mostrarem com o tempo um tanto diferentes dos seus conterrâneos europeus que não tinham passado pelas mesmas situações. Assim como passam a diferir dos portugueses metropolitanos alheios à investida sobre a selva, diferem dos aborígenes, em termos dos padrões de racionalidade que seguem. A principal razão para isso é o fato de tomarem parte nas ações econômicas voltadas para a criação de riqueza empregando os meios adequados sugeridos pelas circunstâncias, o que se traduz na posse, pelos indivíduos aptos, de conteúdos cognitivos característicos, ou seja, na aquisição dum tirocínio à altura do desafio enfrentado. A diferença de hábitos e perspectivas dos envolvidos na atividade de assenhoreamento dos bens, na fase da conquista, expõe as variações nos padrões de racionalidade que podemos detectar e considerar como fatores determinantes para a prática da competição que então se ins-

talou e dos primeiros passos rumo ao domínio político e econômico da terra. Frise-se que os novos senhores não só tiveram de aprimorar os métodos aplicados na exploração econômica, mas também se inclinaram a adotar uma conduta não conformista em face dos padrões convencionais da península, além de atuarem com uma relativa rejeição ante o modo de pensar característico dos aborígenes, cujo senso lógico propriamente dito cumpriu um papel quando muito marginal no esforço da conquista.

Se assim é, o colono, em contato com a terra há pouco descoberta, adquiriu novos hábitos de pensamento que se opunham aos hábitos tradicionais que trazia consigo. Sua mentalidade, ao ser confrontada com duas perspectivas de ação, a da subsistência, de um lado, e a do enriquecimento, de outro, devia escolher a que mais conviesse a sua própria índole, bem como a que mais se coadunasse com o que era ditado pelas circunstâncias. A dubiedade dos pontos de vista se refletiu na maneira de fazer parte da ordem econômica sedimentada pelas relações vigentes na prática de negócios ocidental. O *homo economicus* americano, em face do seu correlato europeu, desvia-se, como se pode julgar, dos modelos tradicionais, impelido a tal em parte pela abundância de recursos dispensada pela natureza do Novo Mundo, que assim se faz a fonte para uma estratégia peculiar de produzir riquezas. A expectativa de que o enriquecimento teria curso mais longo do que até então se suspeitava, deveria levá-lo a dedicar menos zelo à poupança e a gastar com mais confiança, apoiado em seu alavancado poder aquisitivo[21]. Em termos humanos, o conhecimento adquirido na relação com o meio ambiente pródigo fortaleceu uma tendência à naturalização[22] do novo homem americano, à qual não faltou a influência dos costumes dos povos autóctones, os quais foram em parte imitados.

21 A fim de aproveitar a bonança, a Coroa (e também alguns particulares, quando possível e oportuno) instituiu um serviço arrecadador eficiente, cujas benesses chegaram até aos reinóis partícipes do butim, os quais foram eventualmente transformados em encomenderos peninsulares. Vide C. Gibson, op. cit., p. 66.

22 No sentido de identificação mútua entre a terra e o homem, tal como se costuma pensar que é o caso em se tratando do índio.

O movimento tendente a resolver a dubiedade de ponto de vista entre classes de colonos conformistas e não conformistas trouxe, por outro lado, um certo abalo no apreço por bens intangíveis procedentes do Velho Mundo, como os valores da educação recebida dos antepassados e as regras de convívio assentadas desde longa data.

Assim, pode-se concluir que a racionalidade econômica do empreendedor colonial tem uma relação estreita com a prodigalidade da natureza americana. A possibilidade de extrair vantagens suplementares como compensação pelo esforço contém um apelo ao planejamento de ações econômicas, tendo em vista a alta probabilidade de obter êxito onde os fins perseguidos e os meios para atingi-los se combinam de maneira eficaz. Nessas condições, é de esperar que crenças, noções produzidas pela imaginação sob o impacto de emoções negativas, a inércia acarretada pela expectativa de fracasso, os impulsos erráticos, em suma, tudo o que se opõe ao fim almejado e à lógica de sua boa execução tenha a sua força diminuída. O campo de ação da irracionalidade se vê pois restringido quando a racionalidade econômica de padrão europeu, alimentada pela motivação extra despertada pela visão da natureza americana, promissora em recursos, descobre que o enriquecimento está ao alcance. Por outro lado, considerando que a atuação econômica é parte da estrutura colonial e que, como vimos em Soares de Sousa, o vértice dessa estrutura se identifica com o Rei e a sua forma estatal peculiar de soberania, o lugar que cabe aos empreendedores será aquele disposto em lei. Nesse quadro, os homens que souberam discernir os meios de enriquecer e lhes deram eficácia assumiram a sua função enquanto interlocutores possíveis da principal atividade exercida na terra, os seus representantes mais abalizados junto à sede do poder. Esses homens se destacaram desde o princípio porque souberam analisar os elementos à disposição e inferir o que era determinante para extrair da natureza o que a ordem estatal pretendia converter em civilização. Não é por outra razão que uma das primeiras vozes capazes de articular o discurso sobre a nova terra,

em bases locais, produziu o que de mais acabado a convergência da razão e do desejo podia oferecer naquelas circunstâncias.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Baptista de. **A Verdadeira História das Capitanias Hereditárias.** São Paulo: Ed. do autor, 2008.

GIBSON, Charles. **Spain in America**. Nova York: Harper & Row, 1966.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de. **Elementos para a História do Município de Lisboa.** Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1889.

PIMENTA, Alfredo. **D. João III**. Porto: Livraria Tavares Martins, 1936.

RECOPILACIÓN de Leyes de los Reinos de las Indias. Madri, Boix, 1841.

SOARES DE SOUSA, Gabriel. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587.** São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

III

SENSIBILIDADE E VALOR NA CRIAÇÃO DO LÉXICO AMERICANO

Desde os primeiros estabelecimentos europeus na América, os homens que para cá vieram foram levados a tomar, com base em dois valores inerentes a todo viver humano, importantes empréstimos, de vocabulário ou semânticos, às línguas indígenas. Sob a égide do belo e do útil, eles incorporaram ao léxico patrimonial de suas respectivas línguas inúmeros americanismos, através dos quais deram forma às comparações e correspondências que era possível fazer entre uma parte substancial da sua sensibilidade e a realidade que se lhes deparava.

Se pretendemos falar de empatia ou simpatia sob uma perspectiva filológica, é a este belo e a este útil que devemos recorrer como verdadeiras causas do aparecimento ou ao menos consolidação de certas expressões características da vida americana. Pois neles se encerra uma relação que a noção de empatia explicita, revelando-a como o prazer que sente um observador diante da imagem de um objeto que responde ao seu desejo. O comprazer-se na imagem do objeto desejado

tem ao mesmo tempo um sentido de belo e de útil, o belo associado à contemplação que suscita e o útil ao prazer que proporciona. Dentro do seu âmbito específico, a natureza e muitas das coisas e tipicidades americanas se apresentam amiúde aos que as observam e desfrutam como bens estéticos e proveitosos capazes por isso de suscitar a simpatia, através da qual se explicam alguns aspectos relevantes da lexicalização nativa.

Palavras exuberantes e precisas, os primeiros americanismos léxicos entraram nas línguas ibéricas quando a imaginação europeia entrou em contato com as coisas americanas. "Canoa", um dos primeiros, já se lê no diário da primeira viagem de Colombo e logo em Nebrija (1493-95). Palavra privilegiada com algo da mesma energia que move as massas hídricas desafiadoras, resistiu até hoje, indene a toda astúcia e a toda conjuntura porventura urdida para derrotá-la. Por isso, ei-la sempre presente, ilustrando por si mesma, e pronta a evocar sonhos de aventura narrados em romances tropicais, adultos e infantis, em roteiros de viagens, em compêndios técnicos e esportivos, onde se conserva viva tal qual deve ter sido interpretada pelos ouvidos europeus que pela primeira vez tomaram conhecimento da sua existência, talvez em presença de taínos, os seus supostos criadores, a remarem por águas caribenhas na curiosa embarcação que o navegador Colombo assim descreveu: "Son navetas de un madero adonde no llevan vela. Estas son las Canoas." (**Primer Viage de Colon**, *apud* JAL, 1848, p. 398). E que o soldado-cronista Bernal Díaz de Castillo capturou em mais pormenores:

> Vimos venir diez canoas muy grandes, que se dicen piraguas, llenas de indios naturales de aquella poblazón, y venían a remo y vela. Son canoas hechas a manera de artesas, y son grandes y de maderos gruesos y cavados de arte que están huecos, y todas son de un madero y hay muchas dellas a que caben [en pie] cuarenta [y cinquenta] indios. (*apud* ALVAR, 1990, pp. 66-67).

Cenas como essas narradas pelos primeiros observadores da vida americana dão conta de como o recém-chegado à América, em busca de soluções para as suas dificuldades, trata de conferir eficácia a sua língua[23]. Cria assim novas maneiras de se expressar, adapta o material existente ou toma empréstimos das línguas indígenas. Pode-se dizer que os atos inovadores de linguagem que têm origem nesse período buscam algo do prazer que proporciona o usufruto dos recursos próprios à sobrevivência, como o ar, a água e as provisões de boca, com a ressalva de que o desejo por estes não se prolongue numa agonia mórbida por impossibilidade de ser pronta e imediatamente saciado. Por um impulso que funde a necessidade à fantasia, uma série de itens apreciados por sua utilidade, destreza ou afetividade, passam a ser registrados com nomes tirados às línguas indígenas, até formarem um grande acervo, dentro do qual são incluídos os nomes de objetos aparentemente dissociados como o são muitos dos seres da flora e da fauna, de acidentes geográficos, de etnias, etc. Esse vasto acervo de americanismos deve boa parte de sua profusão à sua função de indicarem itens percebidos como sendo dotados do valor que suscita a simpatia, no sentido de uma atração e gozo de consenso que une o observador e a imagem do objeto que responde ao seu desejo. Nesta esfera, cabe falar em objetos que geram valor estético, assim como, quando considerados por sua utilidade, indiquem possuir valor de uso. Quanto aos bens materiais que não podem entrar nessas classes, por ocuparem o seu lugar em outra como mercadoria, onde atendem o objetivo previsto na exploração estritamente mercantil, estão por isso referidos ao desejo sob uma outra condição, marcada por relações de cunho econômico, donde merecerem o nome de valores de troca. Surge daí uma classificação de objetos em classes antagônicas, embora possam eles servir tanto a uma como a outra função. A partir da evidência de sua fruição, cada classe de objetos está unida a uma representação. Assim

23 Os vocábulos taínos incorporados nos trinta anos iniciais do estabelecimento nas Grandes Antilhas fixaram-se como nenhuns outros indigenismos, julgados pela quantidade e pela difusão internacional.

como a percepção dum certo objeto requer unir na sua representação o útil natural ao belo, sob a égide da simpatia, o mesmo útil natural, se percebido precipuamente como útil estritamente mercantil requer ser representado como mercadoria, independentemente de o belo eventualmente nele presente ser determinante para lhe garantir essa condição, já que ao se dar a sobredeterminação do útil pelo belo põe-se a nu a verdadeira finalidade pretendida neste caso, implicando uma dissolução do belo em favor do útil. Ante a mercadoria, ao invés dos afetos que buscam satisfação *vis-à-vis* o objeto, entra em ação na sua representação o desejo de se apossar provisoriamente do objeto, não por necessidade vital, como deixa clara a interposição do advérbio "provisoriamente", ou por prazer ou necessidade, tal como especifica a sua representação como utilidade pura e simples, nem de modo algum por anseio contemplativo, como no eventual gozo da beleza por ele proporcionado, mas por interesse de lucro, visando no objeto como valor de troca um meio para a obtenção do meio de troca universal que é o seu valor monetário. Esses dois modos de usufruir das coisas provenientes da América, como não podia deixar de ser, deram origem a termos traduzidos por sua vez nos idiomas para onde foram transplantados, de modo a se poderem separar em dois grupos distintos os vocábulos que servem para indicá-los. Como essa classificação não tem caráter necessário, tendo por base meramente o evolver fortuito dos fenômenos empíricos, os quais não comportam demonstrabilidade senão extrínseca, o meio de justificá-la é apresentar as evidências factuais na forma de enumeração ou normatização classificatória. Para tanto, vale recorrer aos testemunhos deixados nas obras dos cronistas dos primeiros tempos, onde a delineação dessa dicotomia deixou suas marcas. Atentando apenas para as descrições da cena brasileira, feitas em português, nota-se como os empréstimos vocabulares indígenas se encaixam preferencialmente na perspectiva estético-utilitária, ao passo que os vocábulos extraídos do léxico patrimonial (estamos olhando do ponto de vista da língua adventícia, em virtude do momento em que se dão as incorporações vocabulares)

servem preferencialmente para designar a atividade notoriamente mercantil. Vejamos alguns exemplos:

Gabriel Soares de Sousa intercala no seu glorioso *Tratado Descritivo do Brasil* vários subtítulos concernentes à flora e à fauna brasileiras, dentro dos quais se encontram as descrições mais lúcidas e harmoniosas que se poderiam almejar acerca das "coisas" naturais no seu estado intacto[24]. Ele o faz em parte para atender um dos objetivos do livro que é o de informar sobre uma região do mundo até então desconhecida dos europeus; e em parte para atender a um outro objetivo que é o de descrever cada item, segundo as espécies e as características de cada um. Ao assumir a posição de observador e de avaliador dos fenômenos, introduz a si mesmo (não necessariamente às claras) como o admirador da paisagem, o provador da guloseima, o vigilante contra os perigos, o sancionador dos costumes que lhe pareçam sãos. Ser Gabriel Soares de Sousa no *Tratado* é ser um apreciador e um juiz, é conferir valores aos objetos incorporados nas descrições e nas definições que devem constar de seu relato. Nesse sentido, ele faz despertar a consciência de que a enciclopédia universal está sendo enriquecida com uma série de inclusões sapientes e espirituosas[25] sobre as novas variedades de seres e de situações humanas que vai encontrando na sua expedição ptolemaica[26].

24 Descrições tão luminosas como as suas encontram um paralelo na de Monteiro Lobato a lamentar a violação do meio ambiente pelas queimadas criminosas a que assistiu consternado. A diferença é que enquanto um celebra a inviolabilidade do vocabulário autóctone, o outro condena a iniquidade dos atos perpetrados; o resultado são dois discursos que contemplam a limitação humana, encarada sob aspectos distintos.

25 Não teriam as expedições e fundações coloniais contribuído de alguma maneira para o "enciclopedismo" das Luzes, ao darem a clara sensação de que se tratava de um grande passo na universalização da civilização?

26 O acréscimo do número de itens a uma coleção constitui um fator de estímulo para sustentar uma descrição do "novo". Se excluíssemos os elementos descritivos prosaicos de relatos como o de Soares de Sousa estaríamos convergindo para obra estritamente científica, desde que criteriosamente elaborada. Este é mais um motivo para se insistir na oportunidade de se proceder a uma avaliação estética da literatura sousiana.

> Pois, diz, queremos manifestar as grandezas da Bahia de Todos os Santos, a fertilidade da terra, e abastança dos mantimentos, frutos e caça dela, convém que se saiba se tem o mar tão abundoso de pescado e marisco como tem a terra do muito que nela se cria, como já fica dito; e porque havemos de satisfazer a esta obrigação, gastando um pedaço em relatar a diversidade de peixes que este mar e os rios que nele entram criam comecemos logo no capítulo seguinte (**SOARES DE SOUSA,** 1971, p. 275).
>
> A Bahia de Todos os Santos está arrumada em treze graus e um terço, como fica dito atrás; onde os dias em todo o ano são quase iguais com as noites e a diferença que têm os dias de verão aos do inverno é uma hora até hora e meia [...] E há-se de notar que nesta comarca da Bahia, em rompendo a luz da manhã, nasce com ela juntamente o sol, assim no inverno como no verão. E em se recolhendo o sol à tarde, escurece juntamente o dia e cerra-se a noite; a que matemáticos deem razões suficientes que satisfaçam a quem quiser saber este segredo, porque os mareantes e filósofos que a esta terra foram, nem outros homens de bom juízo não têm atinado até agora com a causa porque isso assim seja (SOARES DE SOUSA, 1971, pp. 132-133).

Esses pequenos trechos expõem o que predomina por todo o livro: uma mescla de consciência erudita, desenvoltura aventuresca e contemplação perante uma realidade ubérrima, intrigante e majestosa. Os itens são coligidos, examinados nas suas possibilidades materiais, desfrutados e imediatamente devolvidos ao desfrute do leitor, para que este possa igualmente fazer a sua avaliação particular. Soares de Sousa não tem tempo ou condições para criticar e buscar as justificativas para negar o que uma eventual ação humana ruinosa possa estar causando aos bens materiais e espirituais da terra onde pisa.

Ele vai antes ao encontro dos valores que as coisas e as ações encerram em si mesmas, apoiado no fato de as estar conhecendo nas suas primícias, em estado praticamente virginal, portanto, aos seus olhos, plenas de energia cósmica, mas também prontas a oferecer vantagens. Ademais, elas são para ele as suscitadoras de sentimentos e emoções que se inscrevem na sua experiência como achados e retratos em tintas fortes da vida, o que o obriga a tratá-las com a devida gentileza e cautela, em concórdia com o que se nota nos demais cronistas, inclusive nos seus afortunados pares que redigem na língua irmã. Tomemos o que ele nos deixou sobre os valores que por força teórica destacamos nesta pequena exposição como os que revelam a atitude simpática sob a qual estão reunidos o útil e o belo. Acerca da mandioca, por exemplo, Gabriel Soares de Sousa compôs um pequeno compêndio, iniciando com ela o seu estudo sobre os mantimentos naturais da terra, por considerá-la o principal deles "e de mais substância" (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 172). Um produto desta grandeza mereceu uma dissertação que principia por uma definição: "Mandioca é uma raiz da feição dos inhames e batatas, e tem a grandura conforme a bondade da terra, e a criação que tem." (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 172) A seguir, enumera as variedades de mandioca, as suas propriedades, a sua utilidade ou os perigos incorridos no seu consumo indiscriminado, os cuidados no seu plantio e manejo, em suma, descreve-a sob todos os ângulos. Estende-se sobre ela por 10 capítulos (XXXVII-XLVI), e ainda a cita *passim* dezenas de vezes. Para a sua definição, serve-se curiosamente da comparação com duas raízes, inhame e batata, a primeira designada com nome supostamente africano e a segunda, com nome taíno[27]. É interessante notar que tanto um como o outro já se encontravam naturalizados na língua, apesar das suas origens, e mostravam-se plenamen-

27 O mesmo rodeio em recorrer a um elemento conhecido para definir uma coisa desconhecida se observa na anotação da batata feita por Pedro Mártir de Anglería: "cuando yo las ví me figuré que eran nabos lombardos o criadillas grandes de la tierra", Décadas del Nuevo Mundo, México, 1964-65, I, p. 272, apud Manuel Alvar, op. cit. (no texto), p. 61. Infere-se que este procedimento constitui uma etapa da adaptação lexical que pode eventualmente terminar no puro e simples empréstimo do indigenismo e na sua incorporação ao léxico patrimonial.

te eficazes para servirem na formação de sentido[28]. O uso de "batata" (e "inhame") em lugar de "raiz de tal e tal tipo" logo tornou-se consenso no grupo que recebeu e interpretou a informação. Isso não só mostra o quanto palavras outrora alienígenas avançam para se tornarem convencionais no espaço onde o seu emprego assume caráter necessário.

Ao lado de mandioca poderíamos elencar um sem-número de vocábulos ameríndios que comparecem com toda a propriedade nO *Tratado* de Soares de Sousa e em obras como o *Tratado da Terra do Brasil* e *História da Província Santa Cruz,* de Pero de Magalhães Gândavo, os *Tratados da Terra e Gente do Brasil,* de Fernão Cardim, e os similares em espanhol e francês. Muitos desses relatos têm essa peculiaridade de incorporarem glossários de americanismos, tornando-os atrativos aos leitores de todas as épocas, visto que inúmeros desses termos continuam vivos nos *standards* das línguas ibéricas, na forma de topônimos, nomenclatura faunística e florística, gentílicos, etc., enquanto outros mantêm-se localizados, sobretudo, em áreas vizinhas aos atuais falares indígenas.

Dentre o acervo de americanismos, destaca-se ainda uma classe de vocábulos que veio a sofrer variação semântica por adaptação ao contexto de vida regional. Tais são, por exemplo, em português, "fazenda", "engenho", "roça", "mameluco", "açude", "mulato", etc. São, essas, palavras que isoladamente ou quando juntas a outras (não necessariamente as atrás indicadas) carregam o sentido do seu referencial americano, como se vê na locução "fazendas de canas". Elas servem para mostrar que houve uma repartição do nativismo léxico entre o que foi fornecido pelas línguas aborígenes e o que foi adaptado da língua ibérica, e ainda o que resultou da fusão de elementos de ambas as fontes.

28 Um caso interessante de solução que supõe escolha divergente de um vocábulo é o de "milho", do latim "milium" (MEYER-LÜBKE, 1992, 5572), adotado no português, em contraste com as principais línguas românicas, que preferiram servir-se do taíno dominicano (La Española) "mahís". Soares de Sousa observa que o milho é "de Guiné, que em Portugal chamam zaburro" (SOARES DE SOUSA, 1971, p. 182), e os índios, ubatim.

Em terceiro lugar, para o propósito que temos, é importante considerar os termos encontrados nas obras de cronistas que revelam como se deu a apropriação pelo léxico de termos referentes aos chamados valores de troca, ou seja, aqueles valores que nascem dum desejo saciável mediante a conversão de um bem em moeda no mercado econômico. Para ilustrar esse ponto, o livro de Soares de Sousa é suficiente, mas para ver o problema em toda a sua profundidade serve melhor ainda o livro de João Antônio Andreoni (André João Antonil), *Cultura e Opulência do Brasil*. Publicada em 1711, a perseguida obra do jesuíta italiano constitui uma narrativa que combina informações, comentários sobre costumes, preceptiva cristã e orientação administrativa sobre as práticas econômico-sociais mais relevantes no Brasil do período. É interessante notar que a descrição pormenorizada que faz dos processos industriais, agrários e mineradores leva ao emprego de vocábulos quase todos de fundo patrimonial. Por exemplo, no pequeno glossário compilado por A. P. Canabrava, incluído após os seus comentários à obra (*Cultura e Opulência do Brasil, Introdução e Vocabulário por A. P. Canabrava*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1967), é mencionado um número escasso de palavras indígenas, no máximo alguns nomes de árvores lenhosas, cuja madeira era usada na construção das moendas e apetrechos da atividade açucareira; mas o mesmo glossário dá o seu maior espaço aos termos patrimoniais referentes aos procedimentos técnicos e instrumentos requeridos pela alta complexidade do ofício. No conjunto, pode-se observar como os vocábulos que dão conta das atividades fabris e mercantis estão enraizados na língua, quanto a isso tornando o relato de Andreoni consistente[29]. Alguns desses termos e expressões são os que citamos acima ao falar da adaptação semântica às cores locais: "fazenda", "canavial", "engenho", "senhor de engenho", "roça". Embora não sejam ameríndios, estes termos pos-

29 Atendem eles em geral os requisitos da perspicuitas, uma vez que dão transparência conceptual ao discurso; da consuetudo, por refletirem o uso empírico da linguagem no meio em que se aplicam, ou seja, as referidas atividades fabris e mercantis; da vetustas, por representarem a norma desde os tempos em que começaram a ser empregados (conhecem-se desde os primeiros cronistas); e da auctoritas, por constarem do vocabulário dos eruditos que os utilizaram e fixaram na língua.

suem fortes matizações americanas, devido à especialização a que foram submetidos. Para nós, alguns deles podem ser colocados ao lado de tantos outros que constituem o vocabulário fundamental das práticas econômicas voltadas para o mercado, as quais costumam repelir as conotações afetivas. Estes termos, praticamente indenes à influência linguística ameríndia, dão nome aos minerais, aos animais de corte e de tração, aos vegetais como hortaliças e legumes, à boa parte das frutas vendidas em grandes centros urbanos, a certas madeiras comerciais[30], a produtos da pesca marítima em geral, a cereais e grãos da lavoura extensiva, em suma, formam quase todo o vocabulário econômico concernente aos valores de troca potenciais.

Por outro lado, os americanismos léxicos podem refletir os diversos aspectos em que o desejo busca a sua expressão em associação com o sentimento do belo. Uma palavra americana tirada à sorte como "canoa" pode consistir em símbolo destinado a unir o interior da consciência e o exterior da realidade numa expressão sensível suscitadora de simpatia. Ao trazer em si a memória duma experiência impregnada de americanidade, tal símbolo produz um estado afetivo afim ao sentimento do belo. Símbolos dessa classe e com esse vínculo americano abundam plenos de força vital nos relatos cronísticos, razão por que se tornam especialmente talhados para servirem de instrumentos de referência ao meio peculiar da vida americana.

REFERÊNCIAS

ALVAR, Manuel. **Americanismos en la Historia de Bernal Díaz del Castillo**. Madri: Ed. de Cultura Hispánica, 1990.

ANDREONI, João Antônio (André João Antonil). **Cultura e opulência do Brasil, texto da edição de 1711**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

30 Note-se que o nome do pau-brasil, um produto de alto valor comercial nos primórdios da colonização e que forneceu o nome próprio "Brasil", deriva de vocábulo germânico

JAL, A. **Glossaire Nautique.** Paris: F. Didot, 1848.

BANNIARD, Michel. **Du Latin aux Langues Romanes**, Paris: Nathan, 1997.

MEYER-LÜBKE, Wilhelm. **Romanisches Etymologisches Wörterbuch**. Heidelberg: K. Winter's Universitätsbuchhandlung, 1992.

SOARES DE SOUSA, Gabriel. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587.** São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

IV

A AMÉRICA SOB O SIGNO DA SUA FUNDAÇÃO E DA SUA TRANSFIGURAÇÃO

...αἱ συμφοραι τῶν ἀνθρώπων ἄρχουσι και οὐκι ὥνθ-
ρωποι τῶν συμφορέων

...os acidentes dominam o homem e não
o homem os acidentes

(Heródoto, 7.49)

Perché la fortuna è donna, ed è necessario, volendola
tenere sotto, batterla ed urtarla.

(Maquiavel, *Il Principe*)

Os primeiros relatos escritos sobre a América e o Brasil, as chamadas crônicas dos tempos que se seguiram à descoberta, tinham como uma de suas peculiaridades a averiguação das condições naturais e humanas para a organização duma nova sociedade nos Trópicos. Para ser a melhor possível, a nova ordem a ser criada precisaria com-

binar formas transplantadas e formas originais. O aproveitamento destas últimas dependia do reconhecimento prévio do meio, de que temos vários exemplos relatados nas crônicas. No caso brasileiro em particular, merece menção o *Tratado Descritivo do Brasil,* de Gabriel Soares de Sousa, especialmente ilustrativo a esse respeito, pela minuciosa sondagem que faz da flora e da fauna, bem como dos costumes das nações indígenas encontradas[31]. Outros cronistas da mesma época, seguindo um roteiro similar, contribuirão para elaborar o inventário da realidade física e humana das diferentes províncias da América. As informações que contêm em geral dão conta duma natureza pródiga e de aborígenes vivendo como se supõe que vivam os homens reunidos para a vida em comum. Nesta emblemática passagem, Gabriel Soares de Sousa, ele mesmo a um tempo observador e empreendedor, resume a que conclusão chegara com as suas investigações e a que tarefa podiam propor-se os homens envolvidos na construção do país, considerando a realidade examinada: "Em reparo e acrescentamento estará bem empregado todo o cuidado que Sua Majestade mandar ter deste novo reino, pois está capaz para se edificar nele um grande império, o qual com pouca despesa destes reinos se fará tão soberano que seja um dos Estados do mundo." (SOARES DE SOUSA, 1971, Proêmio, p. 40.)

Sabemos de lugares em nosso planeta que são particularmente inóspitos à vida humana. Poucos ousariam conceber uma morada de homens nas profundezas abissais, nos desertos inclementes, junto aos picos dos montes mais sobranceiros ou nas geleiras profundas de nossa Terra. A simples ida a tais lugares representa antes um desafio, um anseio de conquista visando a registrar um feito, uma aventura

31 No proêmio da primeira parte do Tratado, denominada Roteiro Geral da Costa Brasílica, lê-se: "Como todas as coisas têm fim, convém que tenham princípio, e como o de minha pretensão é manifestar a grandeza, fertilidade e outras grandes partes que tem a Bahia de Todos os Santos e demais Estados do Brasil, do que os reis passados tanto se descuidaram, a el-rei nosso senhor convém, a ao bem do seu serviço, que lhe mostre, por estas lembranças, os grandes merecimentos deste seu Estado, as qualidades e estranhezas dele, etc., para que lhe ponha os olhos e bafeje com seu poder, o qual se engrandeça e estenda a felicidade..." SOARES DE SOUSA, 1971, p. 39.

ao alcance apenas de indivíduos ou grupos isolados, que nada tem a ver com o modo de vida normal. Se olharmos para trás no tempo veremos que para o comum dos homens a América e dentro dela o Brasil já chegaram a representar um desafio semelhante ao que costumam enfrentar em suas conquistas extraordinárias os homens destemidos e dados à aventura. É que houve um momento, imediatamente após a descoberta e os primeiros contatos com os habitantes nativos, em que se podia duvidar ser o Brasil como um todo um espaço apto a receber a vida humana. Sem nada ou quase nada saber das condições vigentes no que no princípio ainda era misteriosamente chamado de Mundo Novo, vinham a propósito as informações que permitissem tomar pé da situação real. Assim como hoje, devidamente equipado, ao explorar alguma parte do Cosmo, o homem se pergunta se as condições físicas num determinado astro comporta a lei que rege a vida e os negócios humanos, os primeiros navegadores e expedicionários estavam atentos ao que se lhes deparava o meio e se os nativos estavam predispostos ao convívio social. Exímios observadores, eles se perguntavam constantemente se o que estava à mostra era tudo que havia digno de ser notado. Estaria a sorte reservando-lhes piores surpresas? Haveria algo inesperado além de suas forças que não poderiam superar, por melhores que fossem as suas habilidades e capacidades? Só um gênero de informação colhida diretamente através da visita de reconhecimento poderia dirimir todas as dúvidas a tal respeito. A resposta nossa e que nem sempre estava ao seu alcance é que estamos aqui hoje para confirmar os primeiros testemunhos favoráveis quanto à possibilidade de viver no Brasil e na América.

Para os novos habitantes, viver à brasileira significava estabelecer o melhor regime de vida, o qual se consolidaria numa ordem política adequada. *A Política* Aristóteles nos faz compreender esse ponto, quando diz que a primeira coisa a considerar no estabelecimento do regime político são:

> as condições da *polis* ideal ou perfeita; pois a *polis* perfeita não pode existir sem as reservas adequadas dos meios de vida. E por isso devemos pressupor várias condições puramente imaginárias, mas nada que seja impossível (ἀδύνατος) (1325b 39). Deverá existir um certo número de cidadãos, um território no qual abrigá-los, e assim por diante. Assim como o tecelão ou construtor naval ou qualquer outro artesão deve dispor do material adequado para realizar seu trabalho (e na medida em que tenha recebido o melhor preparo, a fim de que sua obra resulte mais perfeita), assim o estadista ou legislador deve também dispor do material que mais lhe convém (ARISTÓTELES, 1952, 1325b 35-1326a 4).

O primeiro item a considerar será pois a população (1326a 5), quanto ao número (πλῆθος) e ao caráter (φύσις); definido o número adequado, o qual não pode ser demasiado grande nem pequeno, uma proporção será constituída pelos cidadãos efetivos, "a parte essencial" da *polis*: "o número destes constitui uma prova da grandeza duma cidade" (ARISTÓTELES, 1952, 1326a 23). A polis "só começa a existir quando tiver atingido uma população em número suficiente para uma vida satisfatória na comunidade política" (ARISTÓTELES, 1952, 1326b 8). Quanto ao caráter dos cidadãos, vale o que é efetivamente observado em cada parte do globo, ou seja, o que chama a atenção na experiência dos diferentes povos do "mundo habitável". Aristóteles julga influir no caráter o clima, cuja variedade iria de par com as disposições psíquicas. O termo médio climático constitui o ideal, coincidente aliás com o termo médio político, cujo exemplo mais notável citado por ele são os povos helênicos. O critério principal para se ter o melhor caráter como o grego é a presença da liberdade na organização política, a qual se tem e se mantém graças às qualidades de inteligência e brio (próprias do homem ἔνθυμον καί διανοητικόν) (ARISTÓTELES, 1952,

1327b 20-31).[32] O legislador colheria nos simultaneamente inteligentes e corajosos os melhores frutos da virtude (ἀρετή)[33] que se faz necessária na construção da cidade (ARISTÓTELES, 1952, 1327b 37). Se a obra em vista consiste na edificação da vida satisfatória, é preciso contar com os meios adequados para tanto, os materiais e os humanos, os quais são essencialmente naturais e providos portanto pelo acaso. É deste modo que as determinações naturais obrigam o legislador e súditos a agirem no plano estrito do possível. Podemos dizer que as crônicas americanas como as conhecemos fazem justiça a Aristóteles, desde que se preocupavam em avaliar se as condições da terra tornavam possível o estabelecimento ibero-americano.

Passados aproximadamente duzentos anos dos primeiros escritos cronísticos, Cornelius de Pauw (1739-1799), um etnólogo holandês de nomeada[34], em *Recherches philosophiques sur les Américains, ou Mémoires intéressants pour servir à l'Histoire de l'Espèce Humaine. Avec une Dissertation sur l'Amérique & les Américains*, procurou demonstrar que a América sob todos os aspectos era inferior à Europa. Baseando-se aparentemente em informações esparsas de "espanhóis", ele descreve o indígena americano como uma "raça de homens, de que a indolência era a principal característica: depois de comer e dançar a maior parte do dia, eles gastavam o resto do tempo dormindo, sem pensar no amanhã. A maioria não tinha capacidade de refletir

32 ἔνθυμος, de ἐν e θυμός. Em 1327b 40-41 se lê: "O thymos é a qualidade da alma que gera amizade e nos possibilita amar." E ainda em 1328a 6-8: "O poder de mando e o amor da liberdade residem em todos os homens nesta qualidade, pois o thymos é preponderante e invencível." A διανόησις é o exercício da inteligência mediante o logos discursivo.

33 O significado de areté pressupõe a posse duma natureza excelente.

34 Em vida ele foi considerado a maior autoridade em América, embora não tivesse posto os pés no continente. Isto não o impediu de ser convidado para escrever artigos para a Encyclopédie e de ser homenageado por Napoleão com um obelisco. Era amigo dos intelectuais iluministas, com os quais se correspondia, incluindo Voltaire. Suas ideias apontam para a mesma direção traçada pelo Iluminismo e assumida com tintas fortes por Buffon (Georges-Louis Leclerc) e pelo abade Raynal (Guilherme Thomas François). Contudo, os cronistas Clavigero, Molina e Gilij procuraram apontar várias de suas inexatidões.

nem memória, andavam seminus e geralmente estavam inebriados pelo fumo" (PAUW, 1795, pp. 1-2)[35].

> Os homens, prossegue, não tinham barba, ou pelos no corpo, como os eunucos; eram quase insensíveis à paixão do amor; tinham leite, ou uma espécie de líquido leitoso, nos mamilos; não podiam ou não queriam carregar pesos, e os homens e mulheres estavam contaminados pela doença venérea; tal era a preguiça dos homens e sua aversão pelo trabalho, que nem mesmo a necessidade extrema, a que frequentemente se viam sujeitos, os levava a cultivar a terra; confiando para tudo na natureza, e permaneciam estranhos absolutos à indústria (PAUW, 1795, p. 2).

O caráter, condição indispensável para a boa organização da sociedade, como apontou Aristóteles, constitui justamente o traço mais desabonador desse nativo:

> O americano, falando com precisão, não é virtuoso nem vicioso. Que motivo teria ele para ser uma coisa ou outra? A timidez de sua alma, a fraqueza de seu intelecto, a necessidade de prover a sua subsistência, a força da superstição, a influência do clima, tudo o leva para muito longe da possibilidade de se aperfeiçoar; mas ele não o percebe; sua felicidade é não pensar; permanecer na completa inação; dormir um bocado; nada desejar, uma vez saciada a fome; e não se preocupar com nada a não ser os meios de procurar comida quando atormentado pela fome. Não se prestaria a construir uma cabana, se o frio e o tempo inclemente não o forçassem a tal, nem sequer deixaria a cabana, se não fosse obrigado a tanto. Em seu entendimento

35 As citações foram extraídas de Selections from M. Pauw, with Additions by Daniel Webb. Londres, 1795, pp. 1-2.

> não há gradação, continua sendo uma criança até o último instante de sua vida. Por sua natureza indolente ao extremo, mostra-se vingativo por fraqueza, e atroz em sua vingança, porque é ele mesmo insensível; nada tendo para perder senão a vida, vê todos os inimigos como um bando de assassinos. Se seus planos de vingança dependessem de coragem para lograr a sua execução, não haveria na terra um animal mais terrível; nem seria ele menos perigoso aos próprios europeus, do que é para as pequenas hordas com que se mete em guerra, e que, não sendo mais corajosas do que ele, tornam a partida igual, e suas guerras eternas (PAUW, 1795, p. 16).

Tendo de compartilhar o mesmo ambiente americano, o destino dos europeus emigrados é tornarem-se eles próprios:

> degenerados, como os animais; uma prova de que o clima é desfavorável ao aperfeiçoamento tanto do homem quanto do animal. Os *criollos*, descendentes de europeus e nascidos na América, embora educados nas universidades do México, de Lima e no Colégio de Santa Fé, nunca produziram um único livro. Esta degradação da humanidade deve ser atribuída às qualidades viciadas do ar estagnado em suas imensas florestas e corrompido pelos vapores nocivos das águas paradas e dos campos sem cultivo (PAUW, 1795, pp. 17-18).
>
> Os *criollos*, tanto da América do Sul quanto do Norte amadurecem sua inteligência, tal como as têm, mais cedo do que as crianças europeias; mas esta antecipação da maturidade tem vida breve, em proporção à intempestividade de sua aparência; pois o *criollo* decai, ao se aproximar da puberdade; sua vivacidade o abandona, suas forças se apagam e ele deixa de pensar exatamente quando poderia pensar com algum propósito:

> por isso se diz que já estão cegos no momento em que os outros homens começam a ver (PAUW, 1795, p. 18).

Como se nota, Pauw insiste em que a deficiência do homem americano se deve às condições climáticas do meio em que é obrigado a viver. O ar malsão seria o responsável pela propagação de "insetos, serpentes venenosas, vegetação contaminada" que:

> distinguem tão infortunadamente este hemisfério. As mesmas qualidades nocivas do ar que são favoráveis aos produtos tóxicos são provavelmente a origem real da degenerescência dos homens e animais; assim como os líquidos contaminados que infectam a natureza vegetal devem macular o sangue e subjugar as forças do animal (PAUW, 1795, p. 35).

Por causa do clima inóspito da América teriam malogrado ou sido prejudicados o cultivo do arroz, da uva e do vinho, do café, da cana-de-açúcar. Os animais também deixariam a desejar quando comparados ao de outros continentes: "Observou-se, diz Pauw, por ocasião da descoberta do Mundo Novo, que nenhum quadrúpede de grande porte foi encontrado nos Trópicos; não havia cavalos, asnos, bois, camelos, dromedários ou elefantes; todos os quais, exceto os últimos, foram desde tempos imemoriais domados para servir ao homem em nosso hemisfério...

"O puma, ou leão da América, não tem juba; nem pode ser comparado pelo tamanho, força ou coragem ao leão da África. O mesmo se pode dizer do jaguar, que foi honrado com o nome de tigre; assim também o *cougar*, ou tigre covarde, como é chamado, que parece peculiar a este país." (PAUW, 1795, p. 31-32). "Em geral, a América, diz, não poderia jamais ser povoada como a Europa e a Ásia", por estar "coberta de pântanos imensos, que tornam o ar sumamente malsão, e o solo produtivo dum número prodigioso de vegetais venenosos. Pode-se

viajar por vastas solidões da América do Norte sem encontrar uma única habitação ou traço do homem" (PAUW, 1795, p. 21). Por precisarem reconhecer que a influência do clima teria afetado não só os homens, mas também os animais e a vegetação, todos os naturalistas seriam unânimes em afirmar que:

> os animais trazidos da Europa para a América degeneram; a mesma deterioração que predomina nos animais mais robustos se estende aos homens, que, em diferentes regiões, têm sofrido disenterias epidêmicas mais ou menos letais. A grande umidade da atmosfera, a quantidade prodigiosa de águas estagnadas, os vapores tóxicos, os líquidos deteriorados e as qualidades prejudiciais das plantas e alimentos, contam para a fraqueza da compleição, a aversão pelo trabalho e a inadaptação geral para todo tipo de melhoria, o que tem impedido os americanos de emergirem da vida selvagem (PAUW, 1795, p. 27-28).

A ausência de realizações do homem americano, quando confrontada com a exuberância intelectual europeia, revelaria a distância que separa os dois continentes: "Por toda a extensão da América... nunca apareceu um filósofo, um artista, um homem erudito ou destacado, cujo nome tenha encontrado um lugar na história das ciências ou cujo talento lhe tenha granjeado nomeada ou sido útil aos demais.

> A Europa é o único lugar no mundo em que se encontram filósofos e astrônomos, pois os chineses, com todas as suas jactâncias, não têm nenhum. Também não têm escultores, pintores ou arquitetos, assim como os outros povos da Ásia; seus poetas são meros trovadores; quanto ao drama é grande a diferença entre a *Taha-o-chi-cou-Ell*, sua melhor tragédia, e a *Phèdre* de Racine [...] (PAUW, 1795, pp. 28-29).

Apesar da grande diversidade de povos que compõem a Europa, Pauw os reúne sob um mesmo conceito. Pela primazia que confere aos europeus sobre os outros povos pode-se dizer que está imbuído do senso de magnanimidade (μεγαλοψυχία)[36]. Se se considera que aquele que ostenta *grandeur* está no centro da impressão causada por esse sentimento, podemos imaginar que um exame mais atento do que passa pela cabeça de Pauw a esse respeito levaria a uma caracterização menos homogênea do que ele classifica como "nosso" e como dos "outros". Da etnia privilegiada dos europeus, determinada pelo clima, procederiam as outras virtudes, acima de todas, como se presume, a moral ou política, pois é por gozarem duma organização social superior que os europeus merecem o nome de povo, cada um deles reunido em suas respectivas nações. Essa excelência teria sido aproveitada na criação duma cultura nacional, no sentido de expressão viva do caráter próprio dum povo. Mas por mais positiva que seja essa criação, na medida em que constitui a alma das instituições europeias, ela por si só não explica o avanço que teria levado esse povo ao nível de civilização festejado por Pauw. Lograr o intento de atingir o maior nível de civilização, graças à posse das excelências moral e física, provedoras dos dotes naturais de inteligência e de coragem próprios do caráter vencedor, requer um saber distinto, capaz de dar forma a esses dotes. O ápice civilizatório alcançado pelos europeus, de que fala Pauw, e que se traduziria no progresso alcançado por eles, medido pela distância que os separaria dos demais, reflete esse saber, menos dependente do sentimento "patriótico" exibido em suas considerações do que do exercício duma sabedoria. Como a marcha do progresso que leva a um incremento do grau de civilização depende do emprego de conhecimentos de ciência moral ou política, o "patriotismo" deve ser en-

36 Como o definiu GAUTHIER, 1951, p. 21, "ser magnânimo é pois, num sentido primeiro, não poder suportar uma afronta." A noção de magnanimidade permeou todo o paganismo. Aristóteles, nos Analíticos Segundos (B, 13, 97b 15-25), distingue dois sentidos, um deles o de não suportar uma afronta, o outro, o da impassibilidade perante as vicissitudes da sorte. O primeiro sentido deu origem à magnanimidade dos políticos, o segundo, à dos filósofos. A manifestada por Pauw se enquadraria presumivelmente em sua justa medida na política, posta a serviço da antropologia.

tendido como uma maneira de se comportar em face desse conhecimento, favorecendo o que beneficia o próprio povo, em detrimento ou à revelia dos demais. Mas isso não impede ver que a atitude "patriótica" ao fim e ao cabo é anticientífica, uma vez que o conhecimento científico tem por efeito promover um nivelamento entre os homens, sobretudo entre os homens que fazem ciência. Nesse caso, a possível *grandeur* europeia sugerida por Pauw reflete uma espécie de luta interior, na qual uma parte quer uma coisa e a outra parte quer o contrário. Podemos dizer que enquanto cientista Pauw entende que a marcha do desenvolvimento europeu, por mais que se beneficie do aproveitamento de qualidades humanas inatas espalhadas na população, depende em última análise do progresso da ciência; por outro lado, entende que em nome da dignidade propriamente europeia a marcha progressiva rumo ao grau máximo de civilização deve adquirir caráter nacional, ainda que sob a égide da europeidade.

Transpondo essa mesma concepção para a América, ele descreve um continente apático, devido à ausência no homem americano das qualidades que seriam inatas no europeu, resultante em última análise do clima infecto que aí prevalece. Ao mesmo tempo, admite que o potencial para agir do "selvagem" o leva de preferência a cometer violência, pois "mostra-se vingativo por fraqueza, e atroz em sua vingança, porque é ele mesmo insensível; nada tendo a perder senão a vida" (PAUW, 1795, p. 124) A propensão para cometer atrocidades anularia a inteligência através dum impulso para desafogar um furor incontrolável. Sendo assim, o que desfavorece o "selvagem" em face do homem civilizado procederia da sua incapacidade de escolher os melhores fins, obrigando-o a levar uma existência estremecida pelo risco constante de cair no descontrole emocional. Seria ele outro se tivesse a seu favor a ciência e o cultivo da prudência que lhe proporcionassem os bons propósitos e as melhores escolhas. Curioso é que esse estado mental e social do nativo, tal como retratado por Pauw, não impediu o aparecimento do espírito nacional entre os america-

nos, o qual se impõe como uma criação inerente ao convívio humano, marcado pelas peculiaridades que distinguem os espaços habitados pelo homem. Esse fato denota um certo "progresso" no sentido da conquista do estatuto civilizatório, tal como mostra a existência do espírito nacional entre os europeus. Sendo assim, pode-se dizer que na comparação proposta por Pauw entre povos europeus e americanos o principal fator que permite verificar a existência de níveis distintos de gozo da civilização segundo os modos de vida próprios de cada um é o desenvolvimento entre os primeiros da ciência e a sua eventual ausência entre os últimos. Como cientista, Pauw só teria a lamentar essa situação, mas não o faz quando, manifestando orgulho na afirmação da própria origem, ignora a possibilidade da universalização do conhecimento científico entre os "selvagens". A ciência, como se sabe, constitui uma dádiva oferecida aos que souberam aproveitá-la da melhor maneira, em primeiro lugar os gregos clássicos, de quem os europeus a receberam. Aristóteles, ao discorrer sobre a divisão dos dons naturais entre os povos, na *Política*, trata os europeus setentrionais de maneira similar ao que faz Pauw em relação aos aborígenes americanos, pois diz: "Os que vivem num clima frio e na Europa são cheios de espírito (*thymos*), mas escassos em inteligência (*dianoia*) e habilidade (*techné*)" (ARISTÓTELES, 1952, 1327b 24-25). Ao ler essa pequena nota vale lembrar que da mesma maneira que precisaram haurir na ciência grega (e o souberam) a competência intelectual que porventura lhes faltava, os europeus desde a era clássica adotaram formas religiosas que lhes facultaram domesticar as suas energias rudes e carreá-las com perseverança para fins humanitários e piedosos, a depender da situação. Pode-se dizer que a lição decisiva lhes chegou através dos romanos, povo que, embora sabidamente feroz nos inícios de sua trajetória, soube, em cada um dos momentos em que surgia a ocasião, tomar a resolução de adquirir os saberes e promover a civilidade. Como resultado, a posse dos bens da civilização de que se viram fiadores passou a ter por contrapartida o dever de propagá-los, um dever estritamente ordenado segundo o regime civil e a religião, do qual o povo romano se fez

portador e missionário até as últimas quadras de seu poderio material e espiritual.

O diagnóstico depreciativo da natureza e do homem americanos em Pauw está em pleno contraste com o diagnóstico favorável feito pelos cronistas, como já vimos. Ele resiste ou desaba na medida em que resiste ou desaba o diagnóstico dos cronistas. O diagnóstico pauwiano pretende ser no entanto uma avaliação precisa da realidade. As consequências do que ele afirma não deixam dúvidas: quando considerada pela perspectiva aristotélica, a América descrita por Pauw seria material e espiritualmente falando imprópria para a edificação da comunidade humana em bases aceitáveis, exatamente o contrário do que apuraram os primeiros observadores e cronistas. Releve-se que o prognóstico pauwiano representa um desafio lançado passados mais de duzentos anos após o descobrimento e a colonização da Ibero-América, o que o situa a meio caminho entre o nosso próprio tempo e aquela época. Hoje, não seria errado dizer que ele continua à primeira vista sentido como familiar pelos que se debruçam sobre a cena americana, ao menos no que respeita a uma parte do continente, do México para baixo. Talvez o que ele possua de mais instigante se deva ao fato de ter sido elaborado a partir duma perspectiva racionalista, vale dizer, científica. Daí possivelmente seja interpretado como um misto de acerto e de equívoco; primeiro, porque traduz a voz da razão científica, tida num certo meio intelectual por incontestável; depois, ao contrário, por repelir uma visão comum do viver humano na qual se tende a aceitar as coisas tais como são e portanto entregues ao seu próprio fluxo de vida, vale dizer, alheia ao juízo extremo encontrado na explicação científica. Com efeito, a aposta de Pauw contra a América deu-se num momento em que os estudos etnológicos constituíam uma ciência recente[37], todavia de qualquer modo uma ciência, portanto merecedora

37 A etnologia, como ramo da antropologia, ganhou grande impulso com a descoberta da América, tendo-se tornado disciplina acadêmica já no século XVIII. Uma de suas metas é a reconstrução da história do mundo, objetivo reconhecido como válido em nossos dias e então perseguido pelo próprio Pauw.

de reconhecimento, o bastante para tornar o cientista Pauw respeitado em seu tempo como um grande conhecedor das coisas americanas. Não se cogitou então examinar se o conhecimento no seu caso se fazia menos a partir do que é observado *in loco* do que da comparação entre os povos coexistentes em escala mundial, mediante o emprego de generalizações sobre as diferentes formações culturais. Bastava a sua convicção de estar munido dos instrumentos epistemológicos adequados para que as conclusões que tirava sobre um determinado objeto de estudo se justificassem. Nessas circunstâncias parecia-lhe seguro desdenhar as observações feitas no passado que não se coadunassem com as suas próprias teses. Tendo a seu lado a razão científica, autorizava-se a prever ou admitir o malogro da América, a despeito do testemunho contrário de observadores que o antecederam; isto, porém, não o impedia de interpretar os dados à disposição, a partir do entendimento de como as forças naturais agiam na conformação do mundo humano. Ao repelir o conhecimento que não se guiasse pelos critérios científicos, ele se incluía na classe dos cientistas esclarecidos de seu tempo, cujo saber em larga medida estava a par da consciência de que construíam uma personalidade moral disposta a iluminar a humanidade, senão salvá-la, ou ao menos tirá-la da obscuridade. Vale lembrar que essa classe de sábios, onde se faz notar, tem amiúde corrido o risco de se enredar na formulação de discursos extravagantes que, por inocência ou incúria, levam amiúde à prática da *parrhesia*.

Se se pretendesse instituir uma vida digna e proveitosa, como se supõe que é o desejo de todos os homens em todos os tempos, porém num lugar e com pessoas como a América descrita por Pauw, que decisões deveriam ser tomadas para se conseguir o melhor diante das condições oferecidas? Em primeiro lugar, entende-se que as decisões não poderiam refletir a consciência dos homens que se acham abaixo da linha que faculta as boas escolhas. Em segundo lugar, os obstáculos naturais representados pelo meio teriam de ser vencidos com o auxílio do saber capaz de elevar ao máximo as possibilidades humanas; esse

saber obviamente provém da ciência. Considerando que tal ciência seria um instrumento da moral, conclui-se que tanto o conhecimento demonstrado na escolha dos fins quanto o saber aplicado no bom manejo dos meios haveriam de estar concentrados em pessoas capazes de descobrir o melhor e hábeis em perseguir os objetivos propostos. Esses homens teriam a seu cargo a imensa tarefa de moldar o mundo humano numa América por mais aviltada que esta estivesse, nos termos da perspectiva pauwiana, portanto não favorável a prover espontaneamente os recursos necessários para a execução de tal tarefa. Para se ter uma ideia do que tal obra representa, diante dos limites humanos que tão bem conhecemos, precisamos porventura de toda a força de nossa imaginação. Para começar, duvidaríamos que agentes morais convencionais, por melhores que fossem, estivessem capacitados a apontar os caminhos justos para a boa fortuna dum tal agrupamento social. Seria mais adequado pensar em qualquer coisa de formidável impregnando a personalidade dos homens que se aboletassem a conduzir o comboio da vida americana pelas veredas do menos provável ou do quase impossível, como se vislumbra requerer a ciência política aristotélica. O poder dessa classe de titãs morais teria de se mostrar afim ao absoluto divino, quando comparado à potência natural dos indivíduos normais, aptos tão-só a seguir o curso de sua vida naturalmente ordenada. Aquele poder seria pois tanto mais extraordinário quanto mais se fizesse capaz de reordenar o eixo moral da sociedade pelas coordenadas do eixo natural, para lá da capacidade deficitária de seus membros. O problema é que, estando eles acima do comum, fica difícil saber se os critérios para as melhores escolhas que fariam seriam aqueles que podemos julgar como as melhores pelo senso comum ou pela tradição, os únicos meios de que dispomos para tanto. Nesse ponto, surge portanto a questão de saber que escolhas seriam feitas. Sabe-se que quem pode o mais pode o menos, assim como quem tem menos quer mais, mas como ter certeza de que a vontade de quem ordena e a de quem se sujeita às ordens podem encontrar-se num ponto comum que satisfaça o arranjo de espaço e tempo sob o qual o su-

perior e o inferior precisam estar, ao fim duma escalada conjunta rumo ao mais alto? Cada elemento que compõe a América precisaria sair da condição sob a qual foi apreciada por Pauw e mover-se como um só bloco, sem o que ela continuaria presa da imperfeição das partes porventura ainda sujeitas à inércia que conduz o todo. Se um único perno dessa imensa máquina viva se inclinasse no percurso, todo o esforço despendido para fazê-la mudar de posição teria sido inútil.

Desse modo, a intervenção visando a uma reforma moral da sociedade americana, não só pensável, mas também pressuposta a nosso ver na crítica à crítica pauwiana, acabaria revelando uma dissensão profunda entre o desejo do agente moral encarregado de fazê-la (seja ele um indivíduo excepcional, um povo estrangeiro, um partido político) e o interesse do povo sujeito à mudança. A intervenção nesses moldes representaria um risco para a normalidade da sociedade estabelecida. Não só o desejo implícito na escolha do fim pelo líder traria em si um grande perigo, mas também a ciência que teria de ser empregada para levar a bom termo a transição para outro patamar moral teria grande probabilidade de falhar. Pois o saber nesse caso estaria a serviço da vontade de efetuar a transição, uma vez que não se pode contar com a preexistência *a priori* duma ciência moral aplicável a tal caso. O conflito assim previsto atingiria o cerne da moldura de desejo e saber, à maneira da aporia que enfrentava a moldura similar da moral antiga, em que os melhores fins eram os discernidos pelos mais virtuosos e só por eles. Nesse sentido, as manobras para enfrentar o desafio da crítica pauwiana e criar uma sociedade exemplar a partir de recursos alegadamente exíguos desaguariam em última análise na revolução no sentido mais pleno do termo, qual seja a da repristinação dos dons humanos perdidos na corrente da história, ou, se se preferir, por inação da faculdade de perquirir os desígnios divinos.

Ao fim e ao cabo, o diagnóstico de Pauw não está só na história do pensamento. Ele é condizente com uma certa visão de homem que já não vive *na* natureza, mas habita o seu próprio mundo, um mundo hu-

mano passível de ser criado e recriado vezes sem conta sob a batuta de personalidades extraídas à espécie, como se esse mundo estivesse à mercê de criaturas mutantes. Contrariamente ao homem que é e se representa fundamentalmente um só, em que pese a diversidade de sua conformação, condicionada pelas formas de existir fundadas na variação do ritmo cósmico, este "outro" homem reaparece na história das ideias sob vestes inconfundíveis. Ali ele se mostra apto a imaginar e criar um mundo especial à sua semelhança, o "seu" mundo, no qual ele se põe a afrontar o acaso e a violar as leis naturais. Ao que tudo indica, o teórico mais notável dessa maneira de ver, por sua capacidade de apresentar um projeto de vida para uso do homem moderno, em que a existência se apresenta em pragmática desarmonia, foi Maquiavel. No *Príncipe* ele se descreve um Quíron[38] preceptor de príncipes, "mezzo bestia e mezzo uomo" (cap. XVIII), afeito a conclamar o governante a usar ambas as naturezas, pois "uma sem a outra não dura". O príncipe precisa saber usar o "bicho" que há nele, devendo figurar "a raposa e o leão": o leão, porque "não se defende dos laços", a raposa, porque "não se defende dos lobos" "É preciso pois ser raposa para conhecer os laços, e leão, para afugentar os lobos." (MAQUIAVEL, 1850, p. 556) A assunção da natureza animal ele a justifica como medida de justiça, porque os homens não são todos bons: "Se os homens fossem todos bons, este preceito não seria bom; mas como são odiosos, e não o observariam com você, você também não tem que observar com eles" (MAQUIAVEL, 1850, p. 556). O príncipe deve saber "disfarçar" a natureza da raposa e "ser grande simulador e dissimulador; e são tão simples os homens, e obedecem tão bem às necessidades presentes, que aquele que engana encontrará sempre quem se deixe enganar" (MAQUIAVEL, 1850, p. 556)[39]. Restam poucas dúvidas de que se um tal governante (um indivíduo, o estrangeiro ou um partido) tomasse o poder na América, com o fim de elevá-la a um novo patamar moral, tudo faria no sentido de su-

38 Centauro da mitologia, superior aos outros centauros, por seus dotes de inteligência e bondade. De qualquer modo, era filho dum titã.

39 Apud Opere Complete di Niccolò Machiavelli, vol. I. Milão: Ernesto Oliva, 1850.

blevar o espírito do "selvagem" pauwiano entranhado no "seu" povo e forçá-lo a fazer-se como ele, forte e orgulhoso. Com a visão dos fins ditados por seu desejo e os meios de realizá-los com a energia e a liberdade para superar os obstáculos naturais, trataria de juntar o impossível ao possível como quem meramente calça os sapatos. Aos súditos provavelmente deixaria como legado um bem que se tem por grande patrimônio na contabilidade das operações políticas modernas: o sentimento de magnanimidade.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES**.** Politica. *In*: **The Works of Aristotle.** Trad. de B. Jowett. Oxford: Clarendon Press, 1952.

ARISTÓTELES. Posterior Analytics. *In:* **The Complete Works of Aristotle.** Trad. de J. Barnes. New Jersey: Princeton University Press, 1991.

GAUTHIER, René-Antonin. **Magnanimité L'Idéal de la Grandeur dans la Philosophie Païenne et dans la Théologie Chrétienne**. Paris: J. Vrin, 1951.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Opere Complete di Niccolò Machiavelli.** Milão: Ernesto Oliva, 1850.

PAUW, Cornelius de. **Recherches philosophiques sur les Américains, ou Mémoires intéressants pour servir à l'Histoire de l'Espèce Humaine.** Avec une Dissertation sur l'Amérique & les Américains. Berlim: Berstecher Libraire, 1772.

PAUW, Cornelius de. **Selections from M. Pauw, with Additions by Daniel Webb.** Londres: R. Cruttwell, 1795.

SOARES DE SOUSA, Gabriel. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587.** São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

V

LACIANOS, ROMANOS E ROMÂNICOS, CIDADÃOS DO INSTITUTO LINGUÍSTICO LATINO

A primeira língua duma comunidade surge a partir da necessidade experimentada pelos seus membros de se comunicarem entre si, independentemente do fato de em momentos prévios, sejam estes perscrutáveis ou não, tal necessidade não se fazer presente. Desde o momento, porém, em que se faz requisitada nas trocas sociais, a língua entra no rol das coisas que contam no patrimônio cultural da comunidade. Conquanto contribua para reforçar os laços sociais entre os membros do agrupamento, a sua aparição extravasa do âmbito da prática propriamente dita. Isto porque a criação da língua, mais propriamente dos seus constituintes verbais que são as palavras, procede em parte do exercício duma arte específica, a arte de criar palavras, a qual prescinde da comunidade enquanto tal, embora a tenha em vista. A língua entra a fazer parte do equipamento social, na forma de atividade comunicativa, como resultado da intervenção de artífices

cujo fazer específico está associado primeiramente às coisas do mundo circunstante e secundariamente aos costumes do grupo a que pertencem. Em sua função secundária, desde que surge e se instala, por estar destinada a funcionar em concomitância com a ordem implícita ao *cosmion* comunitário, a língua caminha para se tornar uma instituição social. A produção e a concomitante aquisição das primeiras palavras, devidamente postas em circulação no intercurso comunicativo fundado na faculdade da linguagem, fazem deste, por sua vez, quando observado com atenção, um reflexo da realidade circunstante, a qual, por sua vez, se conhece em comum mediante os mesmos conceitos[40]. Com o advento da palavra, efetua-se no plano da expressão linguística uma reprodução do conhecimento conceptual adquirido sobre o mundo onde se vive. O impulso que move a inteligência para o conhecer da realidade diverge, porém, do impulso que a move para o realizar da obra linguística, pois, diferentemente das operações cognitivas que aproveitam as qualidades intelectuais comuns à espécie humana para com elas compor conceitos, as operações que tornam possível a geração da língua comunitária não são comuns a todos, mas, sendo produto da arte, requerem para a sua efetuação as habilidades encontradas em indivíduos particularmente dotados para a realização de tal obra[41]. Desse modo, deve-se separar, na experiência linguística, a criação do uso das palavras. Aquela se torna possível pela faculdade natural de fala/escrita aliada a uma prática poiética própria à atividade artística, ao passo que este não depende senão da capacidade de articular sons e empregá-los como símbolos de impressões mentais, além da habilidade de porventura dominar a escrita simbólica.

40 ARISTÓTELES. 1991, 16a 3-7, diz acerca da universalidade dos conceitos: "...mas as impressões mentais (psyché pathemata) de que originalmente são símbolos (symbola) todas estas formas (as escritas e as faladas) são as mesmas para todos; e as coisas reais de que estas impressões são similaridades (homoiomata) são também as mesmas".

41 Cf. Platão, 2011, Crátilo, 389a ss.

Na constituição da comunidade pode-se cogitar que o público vem primeiro no tempo[42], mas a língua, sendo produto duma arte, requer, para surgir, que estejam presentes os seus produtores, ou seja, os artistas capazes de a criar, os quais devem distinguir-se, enquanto seletos, dos muitos que os antecedem. Sob essa óptica pode-se dizer com propriedade que a primeira comunidade onde o latim foi inventado viu ser gerada em seu seio a instituição linguística destinada à comunicação conhecida pelo nome de língua latina. Essa instituição fundiu-se com o destino de Roma, cujo nome só fez crescer no curso dum longo processo civilizatório, até atingir dimensões extraordinárias, antes de conhecer a decadência e o declínio. O fim da Roma política não significou, porém, o fim da sua língua, como é notório. A associação natural entre ambas sofreu um abalo em consequência do enfraquecimento do sistema político-institucional. À medida que o Império caminhava para o fim, a língua contudo não desaparecia de todo, apenas mudava de portadores. Ela sofria a perda paulatina do seu elo com aquela parcela de homens que encarnavam à perfeição os "costumes ancestrais", entre estes os de caráter linguístico. Todavia, se bem examinada, compreende-se que essa ligação sempre se dera como a que há entre duas entidades em última análise distintas, bastando para isso examinar as fontes dos nomes dados a cada uma delas: enquanto "Roma", supõe-se, vem do etrusco "Ruma"[43], "*latinus*" deriva de "*Latium*", de etimologia desconhecida[44], a terra da latinidade e dos latinos que compartilharam o destino de Roma. Os nomes da ci-

42 Vide a respeito AL-FARABI, O Livro das Letras, onde se lê: "É claro que o público e a multidão antecedem no tempo os seletos. Do mesmo modo, as cognições partilhadas, que são as opiniões preliminares de todos, antecedem as artes práticas e as cognições que pertencem a cada arte, as quais são coletivamente as cognições comuns. O público e a multidão são os primeiros a surgir e a advir." In KHALIDI, 2005, p. 4.

43 "À Etrúria, aparentemente, deve-se o próprio nome da cidade – Roma seria derivado do etrusco ruma". (ROSTOVZEFF, 1960, p. 21). Este autor faz notar que no século VI a. C., independentemente de suas origens, puramente etruscas ou romanas, a aristocracia "falava e escrevia latim e sentia-se mais próxima das cidades latinas do que das etruscas" (p. 22).

44 Vide Latinus, in ERNOUT e MEILLET, 2001, p. 343. Este dicionário (p. 576) confirma a etimologia de Roma, indicada na nota anterior. G. Forsythe acrescenta esta nota curiosa ao tema: "...como o alfabeto etrusco não incluía a letra o, os etruscos soletravam o nome de Roma como Ruma, que em latim significa 'teta' ou 'mamilo'." (2005, p. 93)

dade e da língua não precisaram pois andar juntos o tempo todo. Isso em parte explica por que as graves peripécias que atingiram o povo romano não feriram de morte a sua língua. Assim, apesar do contraste de pormenores que embasam a historiografia da língua latina, não houve um latim da Monarquia, outro da República e ainda outro do Império, mas um mesmo latim, cujas raízes, ainda que desde sempre insondáveis, continuaram vivificando uma cultura de profundas raízes ocidentais, aberta a múltiplas influências canalizadas para desaguar numa língua única[45]. Somente por imposição do fato histórico representado pela "perda" definitiva da Roma política a saúde do latim ficou seriamente comprometida, quando já não pôde gozar da sua retaguarda protetora, e de próspero e até hegemônico que era viu a sua fama de língua por excelência da civilização ocidental empalidecer. A agonia teve o seu início com os altos e baixos do Império, no lapso de tempo em que se extinguia a administração romana; prosseguiu então por séculos até o limiar do movimento de criação das novas nações europeias levado a cabo em meados do segundo milênio, quando finalmente veio a perder o posto de língua corrente para os diferentes vernáculos que despontavam de sua cepa[46]; vale lembrar que antes de dar o último

45 QUINTILIANO, 2003, 1, 5, 55, testemunha tal fato e dá a sua anuência a um latim extrarromano que já se tornara uma realidade: "...direi [...] que as palavras são latinas ou estrangeiras. Ora, as palavras estrangeiras muitas chegaram até nós, como de resto ocorreu com as instituições de quase todos os povos. Não falo aqui das palavras etruscas, sabinas e até prenestinas, já que, como Lucílio censura Vettius, por usar o dialeto prenestino, assim Pollio nota em Lívio um certo provincialismo paduano; seja-me pois concedido ter por romanas todas as palavras itálicas." É interessante que na sua crítica à posição assumida por A. Manzoni acerca da língua italiana, G. I. Ascoli tenha adotado uma opinião análoga, ao fazer a defesa dum italiano "itálico" em contraposição ao purismo florentino defendido a princípio pelo escritor italiano. Aliás, essa dissensão linguística apenas punha em dia um desacordo que se arrastava havia séculos na Itália, alimentando as discussões em torno da questione della lingua. Vide a documentação sobre o assunto in LABANDE-JEANROY, La Question de la Langue en Italie, 1925, e VITALE, La Questione della Lingua, 1960.

46 Sobre o desaparecimento paulatino do latim e a sua transformação nas línguas românicas, consulte-se a cronologia apresentada por BANNIARD, Du Latin aux Langues Romanes, 1997; e MULLER, A Chronology of Vulgar Latin, os quais sustentam que o romance eclodiu tardiamente e não precocemente, em primeiro lugar no século IX na França e em seguida na Espanha e na Itália. Sendo assim, há de se testemunhar a notável durabilidade duma instituição linguística que não contava havia muito tempo com as instituições político-administrativas para sustentá-la.

suspiro, em que pese moribundo, logrou reviver no apogeu ilustrado do Renascimento, fazendo-se o comensal de gala duma pátria recém letrada[47]; finda a aventura renascentista, que afinal não passava duma repetição de episódios de restauração cultural frequentes na história escrita em bases idiomáticas latinas, fez recair sobre os ombros de seus herdeiros legítimos a sombra perene de seu legado, como a mostrar que ainda durava o seu império. E como do surgimento ao ocaso o seu patrimônio fora constituído de palavras com as quais se nutre uma civilização, o que dele restou acabou sendo bastante para que continuasse a fornecer recursos intelectuais aparentemente inesgotáveis destinados a fundar toda e qualquer pretensão a afirmar a existência duma identidade ocidental *lato sensu*.

Para situar a trajetória do latim pós-lacial é preciso remontar ao significado da Roma histórica, o solo fértil onde a semente do *Latium* deitou novas raízes e frutificou. Quanto aos povos sobre os quais Roma triunfou na Península Itálica importa saber que eram de diferentes origens, uns, habitantes quase autóctones que remontavam às eras paleolítica e neolítica; outros, adventícios que tinham penetrado na península e ali se tinham estabelecido em épocas menos precoces; outros ainda, de cepa indo-europeia e itálicos, reuniam-se no século IV em dois grandes grupos, os latinos e os osco-umbros[48]. Em razão da indefinição dos assentamentos humanos que a acompanhou desde os seus primórdios, a história antiga da cidade de Roma é muita incerta, mas sabe-se que no século IV ela praticamente domi-

47 Na sua trajetória literária, a língua clássica sobreviveu além dessa data, obviamente. In Le Latin ou L'Empire d'un Signe XVIe-XXe Siècle, F. Waquet mostra como o latim ainda conservou sua glória na escola, junto à realeza ou como opção douta, do século XVI aos dias de hoje.

48 "Quando os gregos chegaram à Itália encontraram...na península uma grande diversidade de povos indo-europeus e outros distintos do tronco indo-europeu. Estes povos tinham vindo à Itália em épocas distintas e falavam idiomas diferentes, constituindo uma diversidade de idiomas e povos parecida à que hoje se encontra no Cáucaso." SANCTIS, 1975, tomo II, p. 284.

nava a Itália e no III, finda a Batalha de Sentinum, tinha assegurado para si a dominação da península[49].

Sob a supremacia romana, a Itália antiga fez-se uma, ganhou uma ordem[50], para a qual contribuiu o fato de a língua latina ter sido adotada como o veículo de comunicação dos vencedores. Pela ordem dos fatos ela na verdade vem primeiro, pois, antes de ser possível pensar-se em Roma como a unidade política que fez história, esta língua já existia. Em termos institucionais, ela foi primeiramente lacial e depois romana. Língua de tribo antes que de cidade. E quando Roma, seguindo pelo caminho de sua maturidade robusta, se dispersa em províncias e em povos substancialmente alheios ao espírito e à administração romana, a sua língua continua a existir e a resistir, em parte por haurir o melhor de suas fontes proto-históricas, em parte por se desenvolver na forma de instituto a serviço duma civilização. Pode-se dizer que desde o passado mais longínquo, antes de servir a Roma, o latim já apresentava as propriedades de língua com potencial institucional para grandes voos, desde quando apenas emergia como meio de comunicação na proto-história da cidade. Na fase histórica propriamente dita ele se enriquece com as bruniduras que culminarão na *latinitas*, além de se fazer por todo o império uma *koiné* eficaz em todo tipo de atividades, curiosamente impregnando com seus dotes precoces de língua tribal o instituto linguístico da grande *urbs*. É nesta fase de sua existência histórica que ele serve a partir de raízes itálicas uma Roma propriamente romana; e, para além disso, desde que da história romana se desenovela a história pós-romana, ele con-

49 "Daí em diante, escreve G. de Sanctis, Roma, robustecida pelos êxitos obtidos, pôde olhar para o futuro com orgulhosa tranquilidade." Ibidem, p. 309.

50 "Roma dera forma a uma matéria itálica", diz PALLOTTINO in "Sul concetto di storia italica", p. 778. Este autor cita a seguinte passagem de MOMMSEN, Römische Geschichte, em abono à ideia da italicidade de Roma: "Se de um ponto de vista formal foi Roma que com a sua estrutura jurídica conquistou a senhoria sobre a Itália e em seguida sobre o mundo, esta prioridade não pode ser confirmada por um exame histórico rigoroso. Aquela que se costuma definir como a dominação romana sobre a Itália parece-nos antes a união de todas as estirpes itálicas num único estado; e destas estirpes os romanos foram a mais poderosa, mas apenas um ramo delas." (Citado da edição italiana, Storia di Roma Antica, 1960, I, p. 15.)

tinua servindo por todo o período subsequente às nações "neolatinas" entendidas em sentido amplo, ou seja, aquelas que farão uso do latim e de sua cultura a fim de se estabelecerem em nível civilizado.

Nesse quadro, é preciso pois separar, na apreciação da relação entre Roma e a língua latina, dois momentos fundamentais: um, o da proto-história de Roma, quando o instituto latinófono primacialmente lacial assenta as bases da futura língua da *urbs*; e outro, o da história de Roma, quando esta amalgama o instituto latinófono lacial-romano num rematado sistema de comunicação. O apogeu do idioma latino *lato sensu*, a par do da Roma cronológica, será atingido em algum ponto do período dito republicano da história da cidade. Em seguida, também em paralelo ao que ocorrerá no plano político-administrativo e cultural, já em meio aos estertores do Império, decairá dum máximo de exuberância para um impenitente esfacelamento, notório já no período tardo-romano de sua história. Por fim, na fase derradeira do ciclo de vida da gramática latina, a novidade será o espocar dos germes de individualidades linguísticas gramaticalmente *sui generis*, conquanto essencialmente vivificadas pela ancestral fertilização do léxico lacial, a qual se propagará como a descendentes e se fará sensível em todas as fases do desenvolvimento ulterior. Em razão dessa herança lexical recebida quer dos componentes da lacialidade primitiva, quer dos da lácio-romanidade, os quais passam a constituir material e formalmente as línguas românicas institucionais, pode-se dizer que uma latinidade lácio-romana tardia impulsionará a vida destas entidades linguísticas desde os seus inícios medievais até os dias de hoje e acabará por fornecer a base para a construção de suas identidades culturais[51].

O fator determinante na repartição entre um protolatim lacial e um latim romano diz respeito não a uma suposta diversidade

51 "Desde que, como afirma FORSYTHE, 2005, p. 10, a língua tem sido sempre um fator primordial na definição da identidade cultural e étnica dum povo, a história duma região linguística pode ser útil para se entender padrões culturais relevantes."

da substância linguística, mas ao fato de que no primeiro se desconhece, ao passo que no segundo se atesta a existência da escrita. É esta que propicia ao latim fazer-se instrumento da cultura latino-romana que informará a civilização romana e pós-romana[52]. Todavia, é no protolatim que se encontram os pressupostos para as atualizações linguísticas, incluindo as escriturais, já que se trata duma obra acabada em si mesma, conquanto passível de enriquecimentos, tanto mais orgânicos quanto mais estes se derem em conformidade com a substância da língua original[53]. A estabilidade duma tal criação pode ser aquilatada quando se consulta a história geral do latim, incluindo a sua derivação neolatina. Este ponto foi ressaltado com felicidade por Pietro Bembo que, nas *Prose della Volgar Lingua*, considera o latim como uma espécie de cidadela da tradição linguística, o qual assegura por sua vez a integridade do italiano. Diz ele: "Del come, non si può errare a dire che, essendo la romana lingua e quelle de' Barbari tra sé lontanissime, essi a poco a poco della nostra ora une ora altre voci, e queste troncamente e imperfettamente pigliando, e noi apprendendo similmente delle loro, se ne formasse in processo di tempo e nascessene una nuova, la quale alcuno odore e dell'una e dell'altra ritenesse, che questa volgare è, che ora usiamo. La quale se più somiglianza ha con la romana, che con le barbare avere non si vede, è perciò che la forza del natìo cielo sempre è molta, e in ogni terra meglio mettono le piante che naturalmente vi nascono, che quelle che vi sono di lontan paese portate." (VII, p. 33-34) Como se depreende, a força do "natìo cielo" conspira para

52 Não se deve esquecer a contribuição etrusca para este fato crucial para a Itália, como frisou E. Pulgram (1958, pp. 196-197): "Os falantes de dialetos indo-europeus na Itália adquiriram a arte de escrever dos etruscos. É à influência civilizadora dos etruscos, portanto, que devemos os primeiros registros na Itália [...] Além do progresso material que os etruscos trouxeram para a Itália, e superando-o de longe em importância para a história subsequente da Itália, temos pois a contribuição linguística dos etruscos, a qual não envolve tanto a disseminação e a imposição de sua língua entre os italianos quanto o fornecimento dos meios pelos quais a Itália ingressou na etapa histórica."

53 De mesma opinião é T. Mommsen quando diz: "...mesmo em seu começo a língua latina era essencialmente um fato consumado...evidente ante os fragmentos das Doze Tábuas, as quais, no entanto, foram em boa medida modernizadas por sua tradição semioral." (The History of Rome, 1894, vol. II, p. 113)

que a língua bárbara não erradique por completo a língua tradicional, conquanto por ingerência da sua gente e dos seus costumes tenham ocorrido transformações sociais de monta, a ponto de se fazer sentir a sua influência no surgimento duma nova língua a partir da antiga, mesclada com partes tiradas duma e doutra. Como sublinha Bembo, o vernáculo continuou mais próximo do latim em parte porque ao fim da cadeia transformadora sempre se podem perceber as semelhanças entre os corpos de palavra antigos e os novos. É assim que a persistência do material tradicional impõe, por fim, a vitória do elo institucional romano-românico, perceptível particularmente no segmento lexical[54].

O complexo institucional-linguístico constituído em bases latinas, ou seja, o da língua que perdurou desde a sua proto-história pré-escritural até a derivação neolatina, constitui uma realidade tanto material quanto espiritual ou semântica. A materialidade característica do étimo latino, ou antes, a sua exteriorização por meio do corpo de palavra identificador da latinidade, tal como foi constituído primeiramente na sua proto-história, perdurará na língua escritural romana e além, nas línguas derivadas, conquanto nestas últimas as modificações possam atingir um grau extremo de deriva fonética em comparação com as observadas nas fases anteriores, a ponto de se cogitar em bases concretas do surgimento de novos exemplares de línguas por meio de *alteratio* ou de *generatio*, conforme o ponto de vista adotado na análise da mudança[55]. O mesmo raciocínio vale para a produção original e as transformações ulteriores havidas no nível morfossintático. Por sua relevância como fato linguístico, as mutações de caráter material havidas ou em curso são naturalmente salientadas na análise levada a cabo no plano gramatical, como o demonstra a extensa literatura especializada produzida desde os albores da filologia români-

54 A língua "nova" conservar os traços da terra natal onde se desenvolveu, ou seja, a base latina em detrimento da bárbara, estrangeira, justifica o nome dado à filologia românica moderna enquanto disciplina dedicada ao estudo das línguas e da cultura da Romania.

55 Vide "Alteratio e generatio: duas visões renascentistas sobre a produção de língua vernácula", p. 77 ss.

ca. A descrição dessa classe de mutações em geral aponta para o fato de que estas ocorrem por efeito de duas intervenções externas: uma, resultante de adaptações impostas pela sistematização ortográfica requerida pelo exercício escritural na fase do latim romano[56]; e a outra, em consequência duma modificação na prática acentual via adoção do acento de intensidade nas línguas derivadas do latim, fenômeno extensamente examinado no âmbito das teorias do acento preocupadas em esclarecer as causas desse tipo de mudança verificadas ao longo da história daquelas línguas[57].

Entretanto, se não se adotar a perspectiva imposta pela análise das mutações materiais (do som e da morfossintaxe) como um absoluto imperioso, mas, pelo contrário, se se procurar matizar o princípio da mudança inexorável com o da conservação contínua (do significado etimologicamente traçável), pode-se chegar a uma compreensão melhor do que significa para uma língua derivar de outra, como é o caso das românicas em relação à latina. Por isso, antes de entrar na discussão sobre o que é e como se dá a mudança de língua como um todo, além da que visa exclusivamente à transformação sofrida por sua base material, é preciso ponderar os fatores que apontam quer para as transformações de natureza endógena, quer para as de natureza exógena, tendo em vista que o processo de mudança está ele mesmo sujeito a oscilações que mostram como o movimento é ora impulsionado para a frente, ora é controlado. Acredita-se ser demonstrável que no latim os fatores de mudança exógena têm atuado com peso menor do que os fatores de conservação do instituto linguístico tradicional, os quais

56 Mommsen sublinha a oscilação ortográfica em tempos remotos: "Quão pouco, apesar do esforço despendido, a língua romana e o modo de escrever se estabilizara no fim desta época [século V], mostram-no as inscrições conservadas do fim do século V, nas quais predomina a maior arbitrariedade, especialmente quanto à inserção ou omissão de m, d e s nos sons finais e do n no corpo da palavra, e quanto à distinção das vogais o u e e i." (Ib., p. 115)

57 À guisa de exemplo de teoria acentual aplicável ao latim e a fortiori aos fenômenos que concorrem para a mudança de língua latino-românica, pode-se citar, de SIDNEY ALLEN, 1973. Ressalte-se que esses fenômenos aludem singelamente a uma literatura sobre o tema demasiado vasta para que se possa indicá-la aqui.

possuiriam uma força de reação, ou uma ação de sobrestamento determinante mais eficaz do que a exercida por seus contrários, em razão de essa força ser gerada pela ação duplamente articulada entre causas materiais e causas formais, isto é, por o latim ter demonstrado ao longo de sua trajetória histórica uma capacidade notável de reunir matéria e significação numa constituição robusta em que sobressaem a resistência própria ao corpo de palavra original e à estrutura de língua flexiva que lhe é característico, a par duma eficiência semântica com a qual foi dotado desde o princípio. Mas então que força se deve atribuir à mudança endógena, se, como se afirma, a constituição estrutural latina atua como um freio à mudança? E como compatibilizar essa afirmação com a conhecida tese da lei fonética neogramática, segundo a qual em toda língua subsiste uma tendência inexorável e sem exceção à mudança fonética, especialmente se tal lei for interpretada como um fator que age na formação de língua nova? Considerando a hipótese de acerto relativo de tal tese, no momento o que se pode dizer é que o impulso de mudança age sobre sons e estes, em si mesmos, não significam propriamente o essencial na constituição duma língua na sua fase de consumo, ou seja, nos momentos em que esta, uma vez criada e posta em circulação, é submetida ao uso extensivo por uma população relativamente adversa ao primeiro grupo que presidiu e assistiu à sua criação.

Como quer que seja, a fim de esclarecer alguns aspectos secundários dessa questão, é preciso entender que a semântica do latim está ela também plenamente constituída na proto-história da língua, assim que perdurará nas fases posteriores, incluindo a neolatina, como o demonstra o fato de se discernirem significações produtivas do léxico neolatino (o produto último do desenvolvimento do latim) a cavaleiro do étimo lacial. O que não impede reconhecer que a investigação etimológica esbarra em limites óbvios determinados pela inescrutabilidade do passado linguístico mais longínquo, o qual, infere-se, deita

raízes nos tempos remotíssimos do protoindo-europeu e quiçá mais além[58].

O fato é que o instituto linguístico lacial perdurou enquanto perdurou a proto-história itálica de Roma[59], ou seja, até a introdução da escrita, por obra indireta dos gregos que "apareceram nas costas da península itálica e ilhas próximas como comerciantes e colonizadores. Deviam já conhecer então os gregos a escrita, posto que a introduziram imediatamente entre a população indígena, que até então não a conhecia" (SANCTIS, 1975, p. 279). De posse desse novo instrumento civilizatório, os romanos desenvolveram uma cultura cujos frutos na ordem política culminarão na criação da sua primeira monarquia, vinda à luz, segundo narra a história analista, em 753 a. C.[60]. Em todo o tempo vindouro decorrido desde a introdução da escrita o instituto linguístico latino adquirirá contornos propriamente romanos, afeitos a facilitarem a simbiose, numa mesma língua e cultura, entre uma tradição autóctone e a influência alóctone predominantemente helênica[61]. A partir das primeiras experiências literárias em la-

58 É o que atestam as pesquisas arqueológicas, quando escasseiam ou se apagam completamente as evidências filológicas. FORSYTHE, 2005, p. 27, enfatiza esse ponto: "...o estado atual de nosso conhecimento arqueológico da Itália pré-histórica e da história linguística pré-romana comprova a complexidade extraordinária dos processos culturais em curso antes do nascimento da história e a nossa incapacidade de prospectá-los em termos menos imprecisos."

59 A cultura lacial introduziu-se em Roma na Idade do ferro, entre os anos 1000 e 800 a. C., tendo-se tornado predominante em meio a outras culturas com as quais se amalgamou ao empreender Roma a "conquista" do Lácio. Por volta do ano 700 ela se dirigiu à conquista da Itália. Vide SCULLARD, 2013, pp. 49-53.

60 O progresso cultural e político acelerou-se desde então. Eis o que diz G. Forsythe, op. cit., p. 108: "No fim do século VI a. C. Roma convertera-se numa cidade-estado sólida e próspera e adquirira instituições sociais e políticas importantes que continuaram a existir e funcionar durante a época republicana. Os historiadores e antiquários à frente, desejando apresentar histórias acuradas dessas instituições, ligaram a sua criação e alteração ulterior aos vários reis."

61 "Foi a Grécia de fato a grande iniciadora de Roma; é à sua língua, da qual reconhecem ao mesmo tempo o parentesco e a superioridade, que os latinos confessam dever mais, chegando mesmo a lhe reconhecer a paternidade de palavras que o grego e o latim haviam herdado, cada um de sua parte, da língua da qual descendem ambos" (ERNOUT, 1946, p.8). Sobre a preeminência cultural grega, em geral admitida e acolhida de bom grado pelos próprios latinos, há uma vasta literatura, como sabem todos os estudiosos das interações que aproximaram ambos os povos.

tim, já nos quadros da República, no século III, estimula-se a produção latina em todos os campos do saber, no espírito de emulação que bem caracteriza a atitude do discipulado romano em face do magistério grego. Um exemplo claro disso desponta na historiografia, a qual, desde o início, com os primeiros historiadores romanos, Q. Fabius Pictor e L. Cincius Alimentus, persegue o intento de descer aos pormenores da história romana, fato tanto mais significativo, possivelmente, pelas consequências que traz, as quais se revelarão decisivas para a elaboração da legenda pátria, de que está recheada a literatura latina subsequente. Por outro lado, certamente, entre as circunstâncias mais dignas de atenção, do ponto de vista da história literária, está a da escolha da língua na qual tal história se faz conhecida. Assim, não é indiferente que Fabius Pictor e Cincius Alimentus tenham redigido em grego a primeira história romana. Importa antes que a narração do passado se faça com o instrumento linguístico mais adequado e atual à disposição, independentemente de os historiadores não serem eles mesmos gregos. Como o mundo veio a saber, estava ali pronta para ser adotada uma forma eficaz de procurar para si um lugar de destaque junto ao centro de cultura mais avançado que havia, o que foi feito sem rebuços ou sentimento de culpa[62].

Com o advento da historiografia, no século III, Roma e a sua língua tornam-se objeto de pesquisa literária propriamente dita, ao passo que a coleta de evidências concernentes à fase lacial de ambas fica reservada à arqueologia[63]. Essa dicotomia entre o parco conhecimento do passado mais longínquo e o atestado na memória escritural do passado recente engendra uma concepção permanentemente nebulosa da cidade e da sua língua. Como resultado, os fatos decisivos em torno da fundação da *urbs* e da criação do latim permanecerão sempre in-

62 "Como fizeram em vários setores da cultura e da literatura, os romanos adotaram dos gregos a prática de escrever a história, mas os mesmos gregos não começaram a prestar atenção séria em Roma em seus relatos históricos até a Guerra Pírrica (280-275 a. C.), quando Roma ultimava a sujeição da Itália e estava envolvida numa guerra com a cidade grega de Tarento." (FORSYTHE, 2005, p. 60)

63 Cf. OGILVIE, 2006. p. 4.

cógnitos, apesar da importância do tema, no âmbito da historiografia nacional, para a afirmação da identidade lacial-romana[64]. Por outro lado, a busca das origens divide-se compreensivelmente entre uma investigação da história da primeira Roma e uma outra acerca da história da língua primacial que a serve, conquanto naquela o eterno mistério que paira em torno dos homens e das ações heroicas que a fundaram aconselha a aceitação por aqueles que os sucederam dos melhores costumes herdados, ao passo que nesta última o legado das origens continua agindo de maneira natural na conformação da língua pátria romana, *pari passu* do desenvolvimento da cidade. Diante disso, para ser um bom cidadão o homem romano deve ser fiel aos *mores* fixados por seus ancestrais fundadores, mas o falante/orador/escritor romano só precisa dominar (de preferência, bem) a sua língua para se tornar um representante legítimo do instituto linguístico latino. Dentro dos limites amplos do domínio territorial romano, basta-lhe fazer girar com destreza o maquinismo do idioma latino e estará automaticamente habilitado a se fazer membro ou candidato a membro da *urbs* letrada. Entre a elite intelectual da República, até onde se nota, os cuidados com a língua ganham em geral contornos dum duplo serviço: à pátria e à sabedoria. O grau de mestria exibido no manejo do idioma torna-se um indicador do *quantum* de dignidade civil que a sociedade está disposta a oferecer à *intelligentsia* que a serve. Ao entrar na guerra de ideias um contendor, desde que *peritus sermonem*, pode ser epicureu ou estoico em filosofia, analogista ou anomalista em gramática, particularista ou universalista em política e, finalmente, pagão ou cristão em religião[65]. Cícero, neste pormenor quiçá o porta-voz mais eloquente da plêiade que contribuiu para dourar o latim, ao fazer o balanço dos resultados alcançados compara este idioma a nada menos que o grego, contra um juízo de longa data assentado: "Em minha opinião,

64 Cf. OGILVIE, 2006, p. 4.

65 Conquanto nesta última esfera o zelo pela língua tenha decaído com o tempo, até para demonstrar a preeminência da fé católica sobre a gramática "pagã", entendimento este de viés pragmático do agrado, entre outros, de Santo Agostinho, que aparentemente o adotou em consonância com os requisitos da consuetudo vulgaris. Vide a sua Doctrina Christiana.

como frequentemente tenho insistido, a língua latina, longe de ter um vocabulário parco, como geralmente se supõe, é na verdade mais rica que a grega. Desde quando nós, ou melhor, nossos bons oradores e poetas, nas ocasiões em que tiveram modelos para copiar, sentiram a falta de algum ornamento com que compor em linguagem copiosa e elegante?"[66] Confrontem-se essas palavras que enaltecem o vernáculo[67] com as suas invectivas lançadas contra a caterva de concidadãos caídos em vícios – os cúpidos, os soberbos, os traiçoeiros -, espalhadas por sua obra, de que fazem epítome nesse pormenor *Os Paradoxos dos Estoicos*. É que para o grande literato, ao contrário do que sugere a trajetória dos costumes, a língua latina pôde conservar-se fiel às origens, chegando até a enobrecer-se sob a guarda de seus cultores. Assim, se bem compreendida, a moral ínsita no seu pensamento parece dizer que a pena se fez instrumento da conservação dos primeiros nomes latinos, em reverência à *latinitas* mais pura, ao passo que as calamidades morais que se abatem sobre os seus coetâneos de carne e osso acabaram por manchar a memória dos *maiores*. Se os escritores romanos não tivessem sido fiéis à língua original, comportando-se neste particular como bons societários da latinidade linguística, seria difícil compreender o como e o porquê de o latim continuar a ser um baluarte central à civilização, uma herança do passado em plena atividade construtiva no presente.

Uma coisa, porém, é o latim portador duma história ao mesmo tempo original e evolutiva, tratado por seus melhores portadores ins-

66 De Finibus, 1, 10. Ao subverter a ordem dos méritos que colocava o grego acima do latim, Cícero tem em vista a riqueza da copia verborum latina colocada à disposição dos literatos de seu tempo. Tal opinião reflete o desenvolvimento incomparável da literatura romana entre os séculos III e I a. C, período este em que pôde gozar da sua máxima glória, já que a literatura grega da mesma época nada produziu que pudesse ameaçar o seu reinado. A escalada qualitativa da literatura latina abriu caminho para que a retórica escolar – originalmente definida como a arte de persuadir ensinada por Aristóteles na Retórica – passasse a ser conhecida, por iniciativa de Cícero e de Quintiliano, como a ars bene dicere, na qual de regra não falta o ornatus. Vide De Oratore, II, 2, 3; Institutio Oratoria, II, 15, 38: "rhetoricen esse bene dicendi scientam".

67 Um paralelo de concepção similar vem à mente ao se ler o prefácio aos Elegantiarum Libri de Lorenzo Valla, onde o apreço pela língua latina atinge o seu grau máximo.

titucionais como um relicário, outra é o que dele fazem os meros estudiosos de língua dissociados de sua tradição. À guisa de exemplo, comparem-se os estudos da *latinitas* feitos por gramáticos obsequiosos de autores representativos da melhor tradição vernácula – em que a pureza significa também autenticidade, tal como se vê em Máximo Vitorino, Cassiodoro, Pansa, Caper[68] – e os estudos propensos a fazer abstração do caráter identitário duma língua, os quais, em geral, ora por se voltarem para protolínguas absconsas, ora por estarem calcados em metodologia descritiva, costumam negligenciar os aspectos culturais encerrados no nome. Se se pretende fazer justiça à história (digamos) sociológica da herança latina instruída pelas peculiaridades do espaço cultural-linguístico latino, dum lado, e pelas do românico e internacional dele derivadas, de outro, a preocupação com uma língua como o latim deve estar equilibradamente desvinculada tanto do interesse estrito por suas raízes indo-europeias quanto do interesse estrito por sua mecânica funcional. O estudioso do nome latino tem antes a seu cargo uma tarefa específica diante do horizonte ou limite de abrangência delineado pela relação de convergência entre espaços culturais da latinidade como um todo; ao passo que a preocupação com o indo-europeu ou com os traços abstratos da língua

68 Vitorino, na Ars Grammatica, dá uma síntese da noção com as suas indagações: "Latinitas quid est? Observatio incorrupte loquendi secundum Romanam linguam. Quot modis constat latinitas? Tribus. Quibus? Ratione, auctoritate, consuetudine. Ratione quatenus? Secundum technicos, id est artium traditores. Quid auctoritate? Veterum scilicet | lectionum. Quid consuetudine? Eorum verborum, quae e medio loquendi usu placita adsumptaque sunt." (KEIL, VI, 1, 1857, p. 189) Cassiodoro, ao mencionar a geminação por aposição de re a vocábulos iniciados por consoante, encontrada amiúde em exemplos da língua do passado, reivindica a latinitas como medida decisiva de ornamento e leveza para todos os casos: "Quod apud poetas ita oportere scribi concesserim, tametsi apud oratores quoque antiquos est; nobis iam decor et levitas obtinenda est, qui maximus fructus est latinitatis.". (KEIL, VII, p. 203) Para os gramáticos clássicos de todas as épocas, de Varrão a Prisciano, a discussão do tema obedecia aos quatro critérios formulados por Pansa (L. Crassicio): natura, analogia, consuetudo e auctoritas. Embora adepto da formulação de Pansa, Caper passou a considerar como fundamental a latinidade dos veteres, salientando o fator antiguidade na análise da língua. Prisciano chamou-o a propósito doctissimus antiquitatis perscrutator e antiquitatis doctissimus inquisitor. Barwick nota que, embora Caper reconhecesse os critérios de Pansa na avaliação da latinitas, na sua concepção a natura foi preterida em prol da vetustas. Vide BARWICK, 1922, pp. 203-204, onde são respigadas copiosas referências à língua dos antiqui em gramáticos clássicos.

introduz o estudioso ou nas sombras dum espaço sociocultural fatalmente incompreensível ou no deserto da sistematização formal. Embora supostamente mais amplos ou, como se presume, científicos, tais estudos paradoxalmente acabam por desaguar numa especulação enfatuada que da ciência possui o método, mas não a razão de ser que reside em conhecer o princípio que rege a existência de seu objeto e a descrição dos fatos a ele concernentes. Por essa via, confronta-se indevidamente uma invenção primordial propiciadora dum instituto linguístico recheado de episódios, peripécias, mutações, que no todo refletem o processo civilizatório moldado pela latinidade, com uma cripto-história recosida a partir de fragmentos esparsos ao quais falta o sopro vital duma organicidade ativa; ou com uma pseudoexplicação restrita a uma espécie de lição de anatomia ministrada sobre um corpo sem vida. O complexo linguageiro formado pelo latim e sua derivação múltipla possui uma história regiamente documentada que atravessa os tempos sem sofrer solução de continuidade, não obstante o destino relativamente adverso tomado pelas novas formações sociais europeias e americanas às quais tem de preferência servido. O veredito sobre o bom estado da língua emitido por Cícero, acima mencionado, captura um dado pertinente à existência desse complexo, o qual é passível de verificação à vista dos dados disponíveis. Lembre-se que entender as palavras do orador latino requer uma perfeita compreensão do seu significado, tal como se fossem proferidas na atualidade. Por outro lado, importa saber que a elucidação do liame de significações entre tempos distantes entre si interessa de perto a filologia, mormente quando a esta se oferece um tal complexo "familiar" moldado por afinidades agnatícias atestadas desde os membros instituidores até os descendentes mais longínquos. A língua dum tal complexo, capaz de se enriquecer enquanto resiste à possível perda da sua identidade, há de ser vista como uma instituição que se impõe no tempo. Por isso, a filologia sempre manifestará um interesse maiúsculo em investigar o complexo de nomes tanto da latinidade primitiva quanto da latino-romanicidade e em contribuir para a compreensão de suas

características fundamentais. Assim conduzida, a pergunta que a filologia se faz é se o significado preservado nos nomes criados nos albores duma vida agreste poderá ser evidenciado e se tornar um fato ao alcance dos estudiosos do presente.

REFERÊNCIAS

AL-FARABI. **O Livro das Letras" (The Book of Letters, in Medieval Islamic Philosophical Writings).** Cambridge: Cambridge Univerity Press, 2005.

ARISTÓTELES. De Interpretatione. *In:* ARISTÓTELES. **The Complete Works of Aristotle.** Trad. de J. L Ackrill. Nova Jersey: Princeton University Press, 1991.

BANNIARD, Michel. **Du Latin aux Langues Romanes.** Paris: Nathan, 1997.

BARWICK, Karl. Remmius Palaemon und die Römische Ars Grammatica, Philologus. **Supplementband,** XV, 2, Leipzig, Dieterich'sche Verlagsbuchhandlung, 1922.

CÍCERO. **L'Orateur, Du Meilleur Genre d'Orateurs***,* trad. de Henri Bornecque. Paris: Societé d'Édition "Les Belles Lettres", 1921.

CÍCERO. **De Finibus Bonorum et Malorum.** Trad. de H. Rackham. Londres: William Heinemann, 1931.

ERNOUT, Alfred. **Philologica**. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1946.

ERNOUT, Alfred; MEILLET, Antoine. **Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine, Histoire des Mots.** Paris: Klincksieck, 2001.

FORSYTHE, Gary. **A Critical History of Early Rome, From Prehistory to the First Punic War.** Berkeley: University of California Press, 2005.

KEIL, Heinrich. **Grammatici Latini**. Leipzig: B. G. Teubner, 1855-1880.

MOMMSEN, Theodore. **The History of Rome.** Trad. W. P. Dickson. Londres: Richard Bentley & Son, 1894.

MULLER, H. F. **A Chronology of Vulgar Latin.** Halle: Max Niemeyer Verlag, 1929.

OGILVIE, Robert M. The sources for early Roman history. *In:* OGILVIE, R. M. **Cambridge Ancient History.** 2. ed., v. VII, pt. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

PALLOTTINO, Massimo. Sul concetto di storia italica. *In:* PALLOTTINO, M. **L'Italie Préromaine et la Rome Republicaine.** Mélanges Offerts à J. Heurgon. École Française de Rome, Paris

QUINTILIANO, Marco Fábio. **L'Istituzione Oratoria.** Turim: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 2003.

ROSTOVTZEFF, Mikhail. **Rome.** Trad. J. D. Duff. Londres: Oxford University Press, 1960.

SANCTIS, Gaetano de. El helenismo y Roma. *In:* AA. VV. **Hélade y Roma, El Origen del Cristianismo, Historia Universal.** Tomo II. Madri: Espasa-Calpe, 1975.

SCULLARD, H. H., **A History of the Roman World 753 to 146 BC.** Londres: Routledge, 2013.

SIDNEY ALLEN, W. **Accent and Rhythm Prosodic Features of Latin and Greek:** A Study in Theory and Reconstruction. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

VITALE, Maurizio. **La Questione della Lingua.** Palermo, 1960.

WAQUET, Françoise. **Le Latin ou L'Empire d'un Signe XVIe-XXe Siècle**. Paris: Albin Michel, 1998.

VI

ALTERATIO E *GENERATIO*: DUAS VISÕES RENASCENTISTAS SOBRE A PRODUÇÃO DE LÍNGUA VERNÁCULA

Um momento esclarecedor na discussão em torno da questão da mudança de língua ocorreu no Renascimento quando dois partidos se formaram, um sustentando que a diferença entre o latim e o vernáculo italiano era radical, a ponto de se poder falar em duas línguas completamente distintas; e o outro sustentando, ao contrário, que o vernáculo não passava dum latim modificado pelas circunstâncias históricas, mas ainda assim um mesmo latim tal qual o existente na época romana.

As facções em disputa obviamente não punham em dúvida que as línguas românicas descendiam do latim. O que as separavam tem a ver com a concepção acerca da formação duma língua a partir de outra, ou seja, no caso das românicas em relação ao latim, se as primeiras tinham vindo à luz por meio dum processo de criação duma coisa nova; ou se essas tinham surgido a partir de modificações singulares duma coisa que de alguma maneira, durante o processo, foi capaz de con-

servar ao menos parte de suas propriedades originais. Tomando emprestado do vocabulário aristotélico os termos para designar essas categorias de transformação, chamemo-las de *generatio* e de *alteratio*, respectivamente.

Como mostrou o debate humanista, travado em torno da formação específica do italiano, sempre haverá entre a língua primeira e a língua segunda um hiato cognitivo a separar eventualmente os entes considerados, de que procuram dar conta, à sua maneira, os conceitos de *generatio* e *alteratio*[69]. Em particular, a aludida discussão havida no tardo Renascimento italiano, mais precisamente em fins do século XVI, envolveu alguns filólogos vernaculares no momento em que se passou a sustentar às claras que a língua latina estava irremediavelmente morta[70]. Em 1540, Alessandro Citolini, um desses filólogos particularmente interessado no assunto, já assim o entendia e declarava: "[...] eles falam destas duas línguas em termos de igualdade e não percebem que a latina está morta e sepultada nos livros; e que a vulgar está viva e ocupa agora na Itália o mesmo lugar que ocupou a latina quando vivia."[71] Asseverar que uma língua ainda vive ou está morta pressupõe definir o que seria a espécie viva ou a morta, coisa que os filólogos humanistas se esforçaram por fazer, embora estivessem longe de o poderem resolver em definitivo, considerando a dificuldade em estabelecer as propriedades que distinguem uma espécie da outra. Em seu comentário sobre a cena intelectual à época, R. G. Faithfull resume a disputa como um embate entre uma concepção "humanista" e outra "vitalista", termos estes por ele adaptados da distinção feita por T. Labande-Jeanroy entre uma tendência "arcaizante" e outra "antiarcaizante" empregadas em referência às doutrinas opostas acerca da florentinidade ou da italianidade da língua literária italiana no con-

69 Esse hiato interpõe-se na distinção entre dois entes de razão, exista ele ou não de fato tal como se concebe.

70 "Foi durante o Renascimento que os filólogos vernaculares italianos vieram a reconhecer o latim como 'morto' e o italiano como 'vivo'" (FAITHFULL, 1953, p. 279.

71 In Lettera di M. Alessandro Citolini in Difesa della Lingua Volgare Scritta al Magnifico M. Cosmo Pallavicino. Veneza, 1540, fl. 6-7.

texto da "questione della lingua"[72]. Segundo Faithfull, "o conflito entre estes dois pontos de vista constitui o dualismo essencial da filologia vernacular do Cinquecento" (FAITHFULL, 1953, p. 289). Entre os arcaizantes ou "humanistas" contavam-se, entre outros, Pietro Bembo, Pico della Mirandola, L. Salviati; no campo oposto, G. Pergamini, G. B. Gelli e V. Marcellino. É importante frisar, com relação ao contexto italiano, que o sucesso do vulgar correu de par com a ascensão do "vitalismo".

A história mostra que o desenrolar da querela da língua latina na Itália, a qual é pressuposto da outra querela em torno da língua vulgar, ocorre no momento em que esta última passa a ameaçar o domínio do latim como língua de frente da cultura literária. Entretanto, dada a enramação da língua clássica na nova língua, aliás, nas novas línguas, que por tal motivo daquela podem ser consideradas derivadas, restava entender a maneira como se dera tal derivação. A tentativa de explicar a relação entre a matriz e as "filiais" trouxe à baila os conceitos de *alteratio* e de *generatio*. Para o primeiro, o italiano não passava duma continuação do latim, diferenciando-se deste por modificações contingentes sofridas à medida que avançara a corrupção do idioma clássico. Julgado pelo outro conceito, o vulgar constituía uma criação nova, levada ao ponto em que a substância da língua clássica deixava de existir para dar lugar à língua moderna. Vale lembrar que esta posição, defendida pelos filólogos vernáculos, foi a que historicamente acabou por atrair o maior número de adeptos.

A discussão humanista acerca da "conversão" duma língua tradicional em outras afins merece consideração especial, no mínimo porque a partir das bases por ela lançadas foi possível aprofundar os estudos sobre um tema filológico-linguístico que haveria de ocupar futuramente um lugar de honra entre os estudos de linguagem, especialmente na área da linguística românica. Empenhados em estabelecer critérios para se entender o problema da mudança linguística

72 Em síntese, a tese arcaizante "ensina que o escritor deve empregar o florentino arcaico, a outra, que deve empregar o florentino de sua época". (LABANDE-JEANROY, 1925, p. 8.)

– recorrente quando se procura desvendar a origem do vulgar românico a partir do latim -, os humanistas ajudaram a esclarecer certos aspectos ligados à descrição da filogenia dos romances e à constituição do objeto da linguística românica e da linguística histórica tal como ainda são estas disciplinas praticadas nos dias de hoje.

Ao discutir a mudança em si, os humanistas se perguntaram se no processo prevalecera a *generatio* ou a *alteratio* porque buscavam estabelecer o estatuto do italiano em face do latim, num momento em que a ascensão da língua vernácula como meio de escrita requeria uma tomada de posição por parte da *intelligentsia* humanista. Considerando a importância do tema em disputa, qual seja, o da mudança linguística, os contendores procuravam explicar os fenômenos inovadores atuantes na transformação do latim. Para um dos lados contava a tese renascentista da *generatio,* a qual, como sublinha Faithfull, "leva à visão do latim como morto e o novo italiano engendrado como vivo. Esta concepção geral aparece nas obras de Tolomei, mas os conceitos complementares aparecem primeiro numa fórmula dual exibida na *Lettera in Difesa della Lingua Volgare* de Citolini." (CITOLINI, 1540, p. 286) De fato, C. Tolomei, no *Cesano* (1554), onde expõe extensamente as razões linguísticas e estilísticas para se dar preferência ao vulgar sobre o latim, parte do princípio de que a corrupção da língua antiga dera motivo para o surgimento da língua nova. Ao tratar desta última, ele parte das provas que atestam esse fato, o que o leva a estabelecer uma relação sólida entre a língua passada e a atual. A esse propósito ele diz o seguinte: "Tutte le lingue , che di corruzione nate sono, riserbano nel loro nuovo nascimento imagine e segno della lingua corrotta, la qual cosa massimamente è più di tutte le altre manifesta ne' vocaboli: altrimenti se di quella niun segno o niun vestigio ci rimanesse, più tosto diremmo, che quella fosse sparita, e questa per miracolo creata, non si conoscendo la materia di quella convertita e tras-

formata in questa altra."[73]. Aos bárbaros, invasores da Itália, ele debita o ônus da corrupção irrompida no latim, não tão devastadora, porém, que daí não se colhesse alguma vantagem, pois assim gerou-se na Toscana uma outra "língua nobre". A boa qualidade do toscano ele procura mostrar, contra os adversários que veem neste um idioma irremediavelmente adulterado, com o argumento de que foi edificado com mais perfeição sobre as bases antigas remanescentes. A reconstrução linguística operada no vulgar acabou por emancipá-lo do latim, mediante a exploração de recursos próprios, daí a pouca semelhança com a antiga construção, antes pelo contrário, as muitas diferenças para com aquela. "A me certo pare, diz ele, che ella abbia con la romana simiglianze poche, e differenze molte, e se ne è di tal corruzione tal parlar generato, che non men proprio stimar si dee di qualunque altro, che del distruggimento d'altre lingue nato sia. Conciossiacosaché, se bene riguardiamo alla nostra del toscano idioma, vedremo quello aver certi suoi propri tesori, che lo fanno tutto di sè stesso padrone, ne lo lasciano tanto soggetto stare a comandi della latina lingua, quanto altri crede."[74] (TOLOMEI, 1554, p. 65) As suas observações tendentes a afirmar a novidade representada pelo toscano na Península fundam-se nas mesmas comparações fonéticas e morfológicas empregadas na linguística moderna com o fito de indicar o vínculo filoge-

73 "Todas as línguas, que da corrupção nasceram, continuam a ser no novo nascimento imagem e sinal da língua corrompida, o que mais que qualquer outra coisa se manifesta nos vocábulos; caso contrário, se nenhum indício ou vestígio daquela permanecesse, antes diríamos que aquela teria desaparecido e por um milagre criada, ao não se conhecer a matéria daquela convertida e transformada na outra."

Il Cesano, Dialogo di Messer Claudio Tolomei della Lingua Toscana (1554), in Biblioteca Rara, publicada por G. Daelli, 1864, p. 64.

74 "Parece-me certo que ela tenha poucas semelhanças com a romana, e muitas diferenças, e tal falar foi gerado de tal corrupção que não menos próprio se deve julgá-lo que qualquer outro, que tenha nascido da destruição de outras línguas. Se bem que, se olharmos bem para o nosso idioma toscano, veremos que possui certas riquezas, que o tornam inteiramente senhor de si mesmo, nem o deixam tão sujeito à autoridade da língua latina quanto alguns creem."

nético presente no interior duma mesma família linguística[75]. Mas a sua conclusão, à luz dos exemplos que recolhe, é que "niuna di queste scuole camini per la strada de' Latini, ma segue un viaggio, che è suo e proprio; nell'ordine poscia dell'una dizione con l'altra, vi si scerne differenza e difformità: che certamente averà gli occhi debili colui, che non vederà questa esser per se stessa propria; nè da quella scende; se non in pochissima parte..."[76] (TOLOMEI, 1554, p. 75) Em relação ao vocabulário, ele sustenta que o toscano pode prescindir de boa parte da herança lexical latina: "Forse perchè ella serba molti latini vocaboli? ma questo, che ci noia, per Dio? non ha ella nel tesoro suo quasi infiniti ancora, che non dirò forma propria, pur ritengono dal latino? Leggasi Dante, trascorrasi il Boccaccio, odansi gli uomini parlare de' paesi nostri, e vedrassi quanto senza quella eredità, che gli fu dai Latini lasciata, ella fusse riccamente vestita."[77] (TOLOMEI, 1554, p. 77) Os vocábulos receberam nova estampa, tiveram os sons, os acentos, as terminações alteradas, de modo que não se confundem com os vocábulos latinos. A língua, pondera, é voz, não letra. Quase nada devendo ao latim, o toscano se basta, pois serve para expressar todo e qualquer pensamento. Além disso, vem-se enriquecendo continuamente, dada a necessidade de contar com palavras novas para coisas novas. Por fim, repele a qualificação de vulgar dada ao toscano: "Chi non sa che '1 nome del volgo arreca con esso nome d'ignoranza, ed errore? chi non vede, come i dotti uomini sempre sono, come cosa molto dif-

75 Ao comentar um pequeno tratado de Tolomei sobre as "fontes" da língua toscana, F. Sensi observa que o filólogo humanista sobressai "pela fineza da análise e pela sagacidade demonstrada na intuição do método, igual ou mesmo superior a toda outra que a história da gramática neolatina possa pretender." ("Appunti per la storia della filologia neolatina in Italia", Archivio Glottologico Italiano, 1890-92, p. 446)

76 "...nenhuma destas escolas segue o caminho dos latinos, mas percorre um itinerário que é seu e próprio; na ordem das palavras de uma e de outra notam-se diferença e desconformidade: que certamente terá os olhos fracos aquele que não vir ser esta por si mesma própria, nem que daquela não descende, senão em pouquíssima parte..."

77 "Talvez porque ela conserva muitos vocábulos latinos? Mas isto, que importa, meu Deus? Não tem ela no seu tesouro quase infinitos ainda, senão direi forma própria, que todavia lembram o latim? Leia-se Dante, percorra-se Boccaccio, ouçam-se os homens das nossas regiões falarem, e se verá o quanto sem aquela herança, que lhe deixaram os latinos, ela estaria ricamente revestida."

ferente dal volgo distinti? Chi non conosce, come le litterate persone sono quelle, che maggior pregio danno alla lingua nostra? Come dunque dirittamente potrà chiamarsi volgare?"[78] (TOLOMEI, 1554, p. 90).

Assim como, entre os humanistas italianos, um filólogo vernáculo como Tolomei liga seu nome à tese da invenção ou mesmo irrupção da língua *volgare* onde antes subsistira o latim[79], outro nome pode ser associado à tese da formação daquela língua a partir da corrupção, conquanto parcial, da língua clássica. Tal é Flávio Biondo, cuja polêmica que travou com Leonardo Bruni acerca da distinção a se fazer entre língua literária e língua vulgar na Roma antiga tem merecido recentemente a atenção dos estudiosos[80]. Biondo admitia uma diferença entre as duas variedades de língua, "mas reconhecia que ambas tinham saído do mesmo fundo latino, e ambas permaneceram sempre latinas"[81].Como observa TAVONI, 1984, p. 34, o que permite a Biondo enxergar a homogeneidade do latim na antiguidade, onde outros viam na ausência do saber gramatical a causa da cisão entre o *litterate loqui* e o vulgar, é a certeza de que todos os falantes do idioma clássico com-

78 "Quem não sabe que o nome de vulgo traz consigo nome de ignorância, e erro? Quem não vê que sempre os homens cultivados são muito diferentes e se distinguem do vulgo? Quem não sabe que as pessoas letradas são as que maior mérito conferem a nossa língua? Como, pois, poderá ser chamada meramente vulgar?"

79 Outros obviamente podem ser citados neste que é no conjunto o grupo dos defensores da originalidade do italiano, como P. Bembo, N. Maquiavel e B. Castiglione.

80 Sobre o assunto consulte-se sobretudo TAVONI, 1984, onde se encontram não só uma extensa exposição dos motivos e fatos relevantes, mas também as cartas trocadas entre os contendores. Também MANCINI, 1882, p. 219, resume a posição de Biondo e companhia (Poggio, Andrea Fiocchi, Carlo Aretino, Francesco Barbaro, Filelfo, Leon Battista Alberti): "[Eles] entendiam ser o vulgar moderno uma corrupção da linguagem romana alterada e modificada pela transformção dos séculos e pelas relações com os bárbaros. Os oradores, os poetas, os cômicos usavam a língua falada pelo vulgo, o qual apreciava ouvi-los, porque a compreendia." Os adversários de Biondo, como Leonardo Bruni (na verdade, mal interpretado neste quesito, como demonstrou M. Tavoni, na esteira de Castelvetro e Lorenzo Valla, este in Givnta à particella 6ª de Le prose di M. Pietro Bembo nelle quali si ragiona della volgar lingua, divise in tre libri. 1714, p. 26), Lusco, Cincio Rustico, diziam ter existido "junto aos romanos um idioma vulgar ou plebeu, diferente da língua escrita que perdurou nos séculos seguintes. Nele até os oradores mais cultos proferiam diante do povo as arengas, que depois com muito estudo traduziam em latim gramatical e transmitiam aos pósteros." (MANCINI, 1882, p. 219)

81 Cf. G. Mignini, Il Propugnatore, 31, 1890, p. 137.

partilhavam um mesmo léxico. Para ele, mesmo no século XV, quando aquela homogeneidade fora substituída pela heterogeneidade dos vulgares, a paridade lexical entre a língua clássica e as modernas não passaria despercebida a um letrado que, em visita aos campos e montes, "scalpra inter et sarculos et asello bobusque adhortandis deterrendisque frequentari latina sentiet verba." (**De verbis romanae locutionis Blondi ad Leonardum Aretinum***,* XXII, 95, *apud* TAVONI, 1984, p. 212)[82]. A continuidade atestada do léxico latino será pois para Biondo suficiente para negar o "fundamento da discriminação qualitativa entre o latim e o vulgar" (TAVONI, 1984*,* p. 41).

Os modos distintos e opostos entre si de conceber a extensão da transformação sofrida pelo latim em sua história, de que dão exemplo Tolomei e Biondo, remetem a uma discussão em torno dos significados de *generatio* e de *alteratio*, termos estes cujo emprego remonta a Aristóteles, especificamente à *Física* e à *De Generatione et Corruptione*, onde, pelo ângulo da *génesis* e da *alloíosis*, se faz referência às formas de mudança possíveis a que estão sujeitas as coisas naturais. Na *Física,* I, 190a-192a e V, 224a-225b, a mudança em geral (*metabolé*), mais propriamente a passagem duma coisa dum estado a outro, é analisada tanto no nível da substância, cuja transformação em outra recebe o nome de *génesis*, quanto no das três categorias da qualidade, da quantidade ou do lugar, quando é denominada *kinesis*[83], reservando-se o termo *alloíosis* para a mudança segundo a qualidade. Em *De Generatione*

82 "...junto à foice e à enxada e ao aguilhoar e ao dissuadir o asno e o boi ouve palavras latinas sendo empregadas".

83 Por ocasião duma disputa travada no Archiv für Geschichte der Philosophie, VII, 1894, e IX, 1896, P. Tannery ("Sur la composition de la Physique d'Aristote") e G. Rodier (mesmo título) defendem, o primeiro, que no Livro V da Física Aristóteles distingue a mudança kínesis da mudança metabolé e declara que a produção e a destruição (génesis – phthorá) não são kíneseis, enquanto o segundo, apoiando-se no Livro III, afirma que o filósofo emprega kínesis e metabolé como sinônimos e considera a produção e a destruição exemplos de kíneseis. Ressalve-se que o resultado da disputa não interfere nas considerações aqui feitas.

et Corruptione o mesmo assunto é tratado em 324a e 328b-331a[84]. Com a distinção em tipos de mudança Aristóteles procura estabelecer o caráter definido da forma em face da possibilidade de sua desagregação como resultado último do processo de mudança gradual[85]. Preserva assim a identidade da substância, em que pese entrar em sua composição a matéria (além da forma), em si indeterminada, sobre a qual age a mudança que pode levar à desagregação. Por este ponto de vista, a forma (*eídos*) permanece enquanto princípio da substância completa desde que a matéria com a qual se combina não mude além do ponto demarcado pelas qualidades, pelas quantidades e pelo lugar. Como se vê, o problema maior enfrentado por Aristóteles ao tratar da mudança diz respeito à possibilidade de transmutação duma coisa em outra. A mudança operada na substância constitui a mais crítica (comparada à que atinge os acidentes), visto que entre o ser e o devir, o qual leva a negar a permanência ou identidade do ser, joga-se a partida decisiva em torno da validade da ontologia descrita nas *Categorias*. É assim crucial para Aristóteles tratar a gênese, mais propriamente a *genesis haplé* (simples), como modo de mudança substancial operada mediante um processo através do qual uma forma de ser dá existência a uma outra forma antes inexistente. Pode ele dessa maneira negar a primazia do movimento sobre o ser e deste fazer o suporte da sua ontologia. Uma ontologia digna desse nome pressupõe portanto formas separadas entre si como unidades distintas ou discretas, resistentes à mudança gradual.

Tomando por base esses princípios, em que pese a sua aplicação originalmente aos seres naturais, entende-se que o tratamento dado

84 Em 327a-328a um complemento temático da maior importância no âmbito da ciência natural é acrescentado sob o noção de mistura. Na esfera das humanidades, a mesma questão, tratada no âmbito da linguística causal, qual seja a da possibilidade de haver coalescência de línguas diversas, constitui no mínimo um grande desafio à espera de solução definitiva.

85 In Partibus Animalium 681a10-681a15, a diferença sutil entre certos seres merece esta observação: "Pois a natureza passa de objetos não vivos a animais numa sequência tão direta, interpondo-lhes seres que vivem, embora não sendo animais, que mal parece haver alguma diferença entre dois grupos vizinhos, devido a sua proximidade estreita."

pelos humanistas à mudança de língua pode ser generalizado e servir de guia numa análise da passagem duma língua a outra, de que dá exemplo específico a passagem do latim ao vernáculo. A dicotomia *alteratio vs. generatio* supõe que a língua submetida ao processo de mudança ou passa por modificações importantes, ao mesmo tempo que conserva suas características básicas, ou transforma-se por inteiro numa outra língua, perdendo ao fim do processo as características originais. Duas descrições de mudança linguística advêm daí.

Num primeiro caso, se chamarmos de LA a língua produzida por alteração (*alteratio*) e de L a língua preexistente, veremos que o que separa LA de L se mede por um certo grau de transformação que não interfere substancialmente na definição de língua associada quer a L, quer a LA. Ainda que se denominem as eventuais instâncias de LA com nomes distintos, sempre haverá entre L e LA uma identificação invariável, em razão de não se poder separá-las terminantemente, visto condividirem ambas uma mesma substância linguística, ainda que, por razões contingentes, possam receber nomes distintos, no caso o de LA associado à "imagem" de LA adquirida ao longo da transformação de L em LA.

Se aplicarmos o mesmo raciocínio ao processo de criação de língua nova (obtida agora por meio de *generatio*), e se chamarmos de LG a língua nova originada de L, teremos, ao fim do processo, algo que diferirá de L tal como um ente de língua difere de outro. O exemplo real *latim*, neste caso, não se confundirá com o exemplo *neolatino* (nas suas múltiplas variedades). Tal como no caso anterior, está claro que a prova da inovação radical depende da validação conferida a uma descrição abalizada.

Ao procurar definir a categoria a que pertencem as instâncias de LA, dum lado, e as de LG, de outro, a fim de discernir as propriedades formais de cada processo de mudança, duas possibilidades se apresentam. Pela primeira a diferença categorial se mede por uma mera

gradação entre um estado de língua e outro, portanto sem fronteiras precisas a separá-los. Pela segunda possibilidade, ao contrário, as fronteiras demarcadoras se fazem notar separando duas línguas entre si.

Essa dicotomia categorial pode ser entendida melhor quando por "língua" nos referimos a um certo domínio do sistema geral de comunicação humana, dentro do qual as múltiplas funções orientam-se pelas dinâmicas de produção comunicativa segmentadas segundo dois campos ou subsistemas, quais sejam o de representação cognitiva, dum lado, e o dos códigos comunicativos, de outro[86]. As características predominantes nesses subsistemas permitem entender melhor o que representam os dois tipos de mudança designados pelos termos *alteratio* e *generatio*.

Fazendo parte do sistema de representação cognitiva, o nível do léxico conceitual abriga um repositório de conceitos "de duração relativamente estável, compartilhados socialmente e bem codificados", os quais constituem "o mapa cognitivo de nosso universo experiencial" (GIVÓN, 2005, p. 65). Os conceitos léxicos dão conta dos vários tipos de experiência havidas nos âmbitos físico externo, sociocultural e mental interno. Para os psicólogos cognitivistas eles constituem o que chamam de memória semântica permanente[87]. Visto por esse ângulo, o léxico tem um caráter genérico, convencional, representável na mente como uma teia de nós e conexões delineada para acomodar tanto os fenômenos prototípicos quanto os variáveis. A noção de nó conceitual implica não só considerar como estável e prototípica a representação semântica efetuada através da categoria lexical em uso, mas também considerar que a formação do nó relativiza as variações à sua volta, de maneira a sugerir gradação nos seus padrões de ativação[88]. Empregando esse esquema com o fito de dar conta da relação

86 Segue-se aqui o ordenamento proposto por GIVÓN, 2005.

87 Vide a respeito ATKINSON e SHIFFRIN, in: SPENCE e SPENCE, vol. II, 1968.

88 Uma discussão teórica sobre aspectos da estruturação de conceitos, seguida de exemplificação no universo lexical grego, pode ser lida in L. A. Lindo, De "Aisthesis" a "Estética": um Estudo Crítico de Conceitos, 1998, passim.

entre o latim e as línguas românicas, entende-se como uma mesma dinâmica observada na língua-mãe se repete nas línguas-filhas, mediante o compartilhamento da mesma representação cognitiva transmitida pelo étimo que funda os padrões prototípicos do léxico latino.

A persistência semântica do léxico latino no românico se atesta em primeiro lugar pela proporção esmagadora de palavras de origem latina presentes no léxico das línguas românicas[89]. Uma consequência disso se manifesta, por exemplo, na existência dentro do vocabulário românico, histórico ou contemporâneo, de inúmeros dobletes que atestam a dependência etimológica do latim. Trata-se de formas semanticamente divergentes (em geral) que remetem a um único étimo latino, o qual, por isso mesmo, pode ser visto como o centro de irradiação dos padrões de ativação de nós prototípicos relacionados com o léxico conceitual atuante sob a rubrica de memória semântica. Sendo assim, a configuração léxico-conceitual observada no latim pode ser interpretada como um exemplo de grupo de fenômenos conexos a um protótipo, ou seja, como um centro de usos frequentes, convencionais, em face duma periferia de variantes infrequentes. Tomem-se, à guisa de exemplo, os seguintes dobletes que ilustram essa configuração em idiomas diversos:

Português:

Étimo latino	Empréstimo erudito	Palavra herdada
causam	causa	coisa
examen	exame	enxame
legalem	legal	leal

89 Citando G. Gougenheim et al., apud L'Élaboration du Français Élémentaire, P. Wunderli constata: "A essência do vocabulário francês é de origem latina. Das 1063 palavras mais frequentemente utilizadas no francês, acima de 96% possuem um étimo latino." (Französische Lexikologie, Einführung in die Theorie und Geschichte des Französischen Wortschatzes, 1989, p. 33) O mesmo afirma M. Cohen, in Histoire d'une Langue: le Français, onde dá conta de como no século XVII a quota do latim chegava a 95% do léxico total do francês (Id., ib.).

Espanhol:

causam	causa	cosa
examen	examen	enjambre
legalem	legal	leal

Italiano:

causam	causa	cosa
examen	esame	sciame
legalem	legale	leale

Francês:

causam	cause	chose
examen	esamen	essaim
legalem	légal	loyal

A dependência notória dos dobletes românicos acima apresentados em face do latim ilustra a persistência semântica da língua clássica nas suas derivadas. O étimo latino impõe-se como protótipo às variantes (no caso, sob a forma de dobletes). A variação se mostra maior nos casos da herança popular do que no do empréstimo erudito. Mesmo em tais casos a variação que se dá entre o mais erudito e o menos erudito tende a diminuir em alguns exemplos, como o de *examen*, que em latim designava, em primeira acepção, "enxame", ao lado de "exame", configurando menos um exemplo de doblete, tal como se entende normalmente o conceito, do que de dupla ocorrência de formas, donde o vocábulo em acepção popular se manifestar menos pela alteração de significado produzida do que pela forma tomada pelo corpo de palavra.

A amostra acima exibida faz ver que em geral cada vez que um nó conceitual ligado a uma palavra erudita ou herdada é ativado, algum nó conceitual correlativo ao étimo latino é igualmente ativado, ainda que o usuário românico não se dê conta do fato. A distância maior do étimo observada na posição semântica da palavra herdada asse-

melha-se à distância que separa o nó conceitual no universo latino do grupo de nós adjacentes por ele ativados no uso contextual original. Sendo assim, o significado adotado no românico, no caso de étimo compartilhado, está contido em germe no étimo latino. Implica isso dizer que os padrões de ativação dos nós conceituais em latim continuam valendo para a ativação dos nós correspondentes em românico.

A conclusão a que se chega à vista desse estado de coisas é que não ocorreu efetivamente uma mudança de língua de tal monta que permita distinguir de maneira estrutural-semântica o latim das suas derivadas. Para usar o jargão humanista mencionado acima, entre o latim e o românico diz-se que ocorreu meramente uma *alteratio*, nos termos da metafísica e da física aristotélicas.

Quando, porém, analisamos a língua sob o prisma dos chamados códigos sensório-motores e gramaticais, as coisas mudam de figura. Senão vejamos. Como se sabe, o sistema acentual adotado genericamente nas línguas românicas produziu uma série de modificações nos corpos de palavra que vieram a compor essas línguas, tornando-os com o tempo em grande medida estranhos aos lexemas latinos[90]. Apesar de periféricos em relação aos códigos comunicativos que regem a linguagem, os meios fonológicos são capazes de operar modificações notáveis na prática linguística. Se submetidos extensamente à corrosão infligida pelo tempo ou pela vontade humana, eles podem produzir modificações de monta junto ao código propriamente gramatical, a ponto de tornarem incompreensível uma língua antes compreensível submetida a sua ação. Basta lembrar o fenômeno da "compactação" do corpo de palavra em francês, o qual atingiu profundamente os níveis de expressão auditivo-orais e escritural desta língua, como mostram as nuanças registradas com relativo grau de precisão pela fonética histórica dedicada ao registro e à elucidação das causas de tão grandes transformações. O mesmo vale para a gramática propriamente dita (a sintaxe), a qual, sendo programada para codificar a coerência

90 Vide a respeito o meu artigo LINDO, 2015, pp. 123-148.

discursiva, sofreu, na passagem do latim ao românico, modificações igualmente decisivas, o que contribuiu, ao fim dum longo processo de transformação, para prejudicar a compreensão do latim pelos falantes de linguajares românicos. Nesse setor, cumpre destacar a ascensão de novas regras de regência e concordância, mercê da função determinante atribuída às preposições, com o concomitante sacrifício da flexão casual observada no latim, o que contribuiu para a transformação que fez duma língua sintética uma língua analítica, fato este assaz característico do processo de romanização do latim[91].

É portanto por razões das mudanças profundas operadas nos códigos sensório-motor e gramatical do latim que esta língua se tornou com o passar do tempo incompreensível aos *illiterati* que sucederam os antigos romanos e os seus aliados na ocupação do vasto território imperial. Como resultado, as regras gramaticais das línguas sucessoras acabaram por fixar modelos de língua distantes o bastante para darem a impressão de que o latim se tornara uma língua "morta". Vistas por esse prisma, e mormente por ele, as novas línguas constituem uma produção efetivamente inovadora, merecedoras de serem assim chamadas, quando então cabe dizer que vieram a lume em consequência duma *generatio,* segundo dispõe a terminologia aristotélica.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES**.** Physics. *In:* ARISTÓTELES. **The Complete Works of Aristotle.** Trad. R. P. Hardie e R. K. Gaye. Nova Jersey: Princeton University Press, 1991.

ARISTÓTELES. De Generatione et Corruptione. *In:* ARISTÓTELES. **The Complete Works of Aristotle.** Trad. H. H. Joachim. Nova Jersey: Princeton University Press, 1991.

91 Vide, por exemplo, o artigo da nota anterior.

ARISTÓTELES. In Partibus Animalium. *In:* ARISTÓTELES. **The Complete Works of Aristotle.** Trad. W. Ogle. Nova Jersey: Princeton University Press, 1991.

ATKINSON, R. C.; SHIFFRIN, R. M. Human memory: a proposed system and its control processes. *In:* SPENCE, Kenneth W.; SPENCE, Janet Taylor (eds). **The Psychology of Learning and Motivation.** v. 2. Nova York: Academic Press, 1968.

BEMBO, Pietro. **Le prose di M. Pietro Bembo nelle quali si ragiona della volgar lingua, divise in tre libri con le Giunte di Lodovico Castelvetro.** Nápoles, Bernardo-Michele Raillard e Felice Mosca, 1714

BIONDO, Flavio. **De verbis romanae locutionis Blondi ad Leonardum Aretinum***,* XXII, 95, *apud* TAVONI, 1984.

CITOLINI, Alessandro. **Lettera di M. Alessandro Citolini in Difesa della Lingua Volgare Scritta al Magnifico M. Cosmo Pallavicino**. Veneza, 1540.

COHEN, Marcel. **Histoire d'une Langue:** le Français (Des Lontaines Origines à nos Jours). Paris: Les Éditeurs Français Réunis, 1950.

FAITHFULL, R. Glynn. The concept of 'living language' in Cinquecento vernacular philology. **Modern Language Review**, 1953.

GIVÓN, Talmy. **Context as Other Minds The Pragmatics of Sociality, Cognition and Communication.** Amsterdam: John Benjamins, 2005.

GOUGENHEIM, Georges. L'Élaboration du Français Élémentaire. *In:* WUNDERLI, Peter. **Französische Lexikologie, Einführung in die Theorie und Geschichte des Französischen Wortschatzes.** Tübingen, Max Niemeyer, 1989.

LABANDE-JEANROY, Thèrèse. **La Question de la Langue en Italie**. Paris: Librairie Istra, 1925.

LINDO, Luiz Antônio. **De "Aisthesis" a "Estética":** um Estudo Crítico de Conceitos. São Paulo: USP, 1998.

LINDO, Luiz Antônio. A primazia do latim na constituição das línguas românicas. **Caderno Seminal Digital,** a. 21, n. 24, v. 1, p. 123-148, jul.-dez. 2015.

MANCINI, Girolamo. **Vita di Leon Battista Alberti.** Florença: Sansoni, Editore, 1882.

MIGNINI, G. La epistola di Flavio Biondo De locutione romana. **Il Propugnatore,** v. 31, pp. 135-161, 1890.

RODIER, Georges. Sur la composition de la Physique d'Aristote. **Archiv für Geschichte der Philosophie,** VIII, p. 455-460, 1894; IX, p. 185-189, 1896.

SENSI, Filippo. Appunti per la storia della filologia neolatina in Italia. **Archivio Glottologico Italiano***,* 1890-92, pp. 441-460

TANNERY, Paul. Sur la composition de la Physique d'Aristote. **Archiv für Geschichte der Philosophie***,* VII, p. 224-229, 1894; IX, p. 115-118, 1896.

TAVONI, Mirko. **Latino, Grammatica, Volgare Storia di una Questione Umanistica.** Pádua: Ed. Antenore, 1984.

TOLOMEI**,** Claudio**.** Il Cesano, Dialogo di Messer Claudio Tolomei della Lingua Toscana (1554). *In:* **Biblioteca Rara**. Milão: G. Daelli, 1864.

VII

HUMANISTAS E A LÍNGUA VULGAR

...os humanistas foram os primeiros a lidar com o problema da origem do vernáculo.

M. Tavoni

O humanismo, farta e majoritariamente representado pela sua experiência italiana, foi um tempo de transformação, semelhante ao que o organismo sofre na passagem da infância à adolescência. E, se porventura justa for a comparação, tal como na adolescência o organismo anseia por uma passagem rápida para a estabilidade da idade madura, os humanistas foram procurar deliberadamente essa passagem na volta a um estado maduro já vivido no passado. Mas por mais que os seus representantes mais conhecidos tenham em geral preconizado essa volta, como forma de adquirir a consistência própria dos sistemas mais completos de pensamento e de expressão, o fato é que o humanismo como um todo produziu obras e mormente ideias que têm fomentado antes o debate que a certeza das conquistas intelectuais que servem de modelos para as gerações seguintes. Ainda assim, o debate frutifi-

cou para lá do que entendiam ser bastante razoável para justificá-lo, sob a presunção de que estavam deixando para trás a infância do intelecto, ou seja, o que vieram a chamar de Idade Média[92].

O esforço por mostrar uma catadura madura, superior aos titubeios dos menos desenvoltos ante os desafios citadinos dos *comuni*, fez surgir algumas personagens características. Uma delas, Petrarca, um humanista ao pé da letra, se bem que precoce, enquanto ambi-

92 M. Miglio esclarece que a "conceptualização da Idade Média, a media tempestas,... teve lugar em Roma" no tempo da implantação da imprensa de tipos na corte papal, ou seja, na segunda metade do século XV. Segundo o mesmo autor, o termo media tempestas, cunhado por Giovanni Andrea Bussi, bibliotecário papal, "marca o momento final duma evolução cultural que trouxera consigo a consciência de algo novo (a moderna tempora versus a media tempestas)". (MIGLIO, 2006, p. 112.). Ressalte-se que foi Leonardo Bruni, na sua Historiarum Florentinarum (1442), o primeiro a empregar a periodização tripartida que divide a história do Ocidente em Idade Antiga, Medieval e Moderna. Diante dessa classificação dos tempos históricos, cabe perguntar: como podem os humanistas regressar ao passado em busca de lições das quais tirar proveito se ao mesmo tempo estão dispostos a rejeitar a "infância medieval"? Uma conclusão pode-se tirar: os que assim pensavam tinham em relação à história uma concepção não evolucionária ou somente parcialmente evolucionária, que lhes permitia ou negar simplesmente ter havido avanços decisivos sobre os tempos antigos ou separar os fatores que acarretaram avanços dos que não acarretaram. A declaração de Kant, feita em defesa da Aufklärung, contém uma proposta exemplar no espírito evolucionário, conquanto adicionalmente feita com zelo extremo pela missão de oferecer como aval do progresso histórico a prova racional da sua própria filosofia: "A Aufklärung, disse ele, é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Sapere aude! Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema da Aufklärung." Diante de tais manifestações, as do humanismo e as da Ilustração, só resta concluir que a periodização histórica bruniana, quando interpretada em moldes estritamente evolucionários, significa simplesmente a extirpação do parentesco com o passado clássico, em outras palavras, o parricídio cultural, ou, se este não é tolerável, o sentimento de abandono próprio dos órfãos que se veem perdidos no mundo e forçados a reconstruir a sua vida sem o amparo dos mais velhos, o que costumam fazer, sendo o caso, assombrados pelo sentimento de profunda autocomiseração. Quando a mesma periodização é interpretada em moldes parcialmente evolucionários – por exemplo, como quando no Renascimento surge o impulso para pregar a volta ao passado clássico, a fim de nele haurir a sabedoria plena, ausente nos espíritos condenados a prosseguir a sua marcha às apalpadelas -, pode-se concluir que só uma seção da história anseia por caminhar sob o signo do progresso, qual seja, a da história especificamente europeia, de vez que se apresenta como o período em que há o risco duma iminente desvinculação da antiguidade, tanto que esteve marcada nos seus inícios, na Alta Idade Média, pela substituição da ordem romana pela anarquia das hordas bárbaras invasoras do Império, um fato aliás central para se entender a influência decisiva exercida na cultura da época humanista por um Lorenzo Valla, entre outros. Não há equívoco, entretanto, em declarar que três fatores remanescentes dos tempos antigos haverão de contar na cultura do humanismo, sem os quais ele deixaria de representar o papel a si mesmo atribuído de elo fundamental entre o passado e os tempos novos, através do qual se viabiliza a "reconstrução" da sociedade humana: a filosofia grega, o cristianismo e a língua latina, nas quais se condensavam a razão, a religião e as artes necessárias a tal empresa. Curioso é que nenhum deles estivera ausente na Idade Média.

cionava chegar à humanidade plena dos Cipiões e dos Césares, o fazia em detrimento dos sonhos "proféticos" do Evangelho[93]. Pico della Mirandola, humanista já dum período mais taciturno, enquanto lançava a plataforma ideológica do homem figura central do universo e negava a essencialidade estática do mesmo homem, em nome da liberdade, punha-se em conflito tanto com as Escrituras como com a especulação racional e lançava entre as duas, a fim de as abarcar com o seu espírito "livre", uma ponte fictícia erguida entre o misticismo e a magia[94].

Como quer que seja, os temas colocados em discussão pelos humanistas em geral tornaram-se lugar comum e com o tempo institucionalizaram-se à medida que uma forma peculiar de república das letras veio a tomar forma na cidade moderna. Nesta, sob a égide dum complexo de organizações sapienciais e publicitárias capaz de aglutinar o debate de ideias, é característico observar-se o retorno frequente aos mesmos temas que o passado humanista consagrou. Um deles, recorrente em todas as fases do humanismo, veio a desembocar numa suposta solução que os séculos seguintes haveriam de encampar e procurar solidificar como uma conquista definitiva, agora nos quadros da lição universitária, em conformidade com as novas formas de produzir conhecimento. Refiro-me à controvérsia em torno da língua clássica e da língua dita vulgar. Essa disputa tanto tem valor em si mesma, quanto serve para mostrar algumas linhas de força decisivas que atuaram na conformação da cultura humanista e na cultura subsequente que dela se nutriu. Quem conhece algo dos condicionantes das discussões sobre a linguagem no âmbito da *Encyclopédie*[95], da escola filológica comparativo-histórica do século XIX-XX e do movimento estruturalista mais recente poderá comprovar a existên-

93 A propósito vide GARIN, 1993, p. 28.

94 Vide GARIN, 1937.

95 Duas indicações: PORSET, Grammatista philosophans: les sciences du langage de Port-Royal aux Idéologues (1660-1818). In: JOLY; STÉFANINI, 1977; e SWIGGERS, 1981, pp. 122-137.

cia de paralelos neste quesito entre a época humanista e as que lhe sucederam. Por exemplo, nos momentos em que a questão da origem das línguas românicas impõe como um fato inexorável a compreensão e a aceitação da língua de uso vulgar, não resta dúvida de que as ideias em jogo sobre o assunto entre os debatedores humanistas do passado têm muito a ensinar. Uma vez consolidada a posição da língua vulgar como raiz das línguas românicas, tornou-se possível vislumbrar nela uma base eficiente e adequada não só para a comunicação hodierna, mas também para a conceptualização exigida pelas ciências e pelas artes. Tal possibilidade fora já aventada por A. Citolini, quando este contrapôs o latim, língua "morta", ao *volgare*, língua "viva"[96]. Também devem ser lembrados, entre outros, C. Tomasei e seu *Cesano*, L. Salviati e seu *Degli Avvertimenti della Lingua Sopra'l Decamerone* e por fim L. Castelvetro e seu *Correttione d'Alcune Cose del Dialogo delle Lingue di Benedetto Varchi*..., cujos métodos seguros permitiram ver no chamado latim popular a fonte de modificações que levaram à criação das línguas românicas, num prenúncio quinhentista das ideias postas em voga pela escola comparatista moderna. Deve ficar registrado, porém, que as noções suscitadas no ambiente intelectual humanista a favor da língua popular, as quais poderiam ter pesado negativamente na afirmação do estatuto epistêmico das línguas descendentes, foram contrabalançadas pela longa tradição, vezes sem conta reafirmada, da primazia do latim literário. Essa inclinação para a língua clássica permitira defender e preconizar um padrão de língua adequado ao que se espera duma língua de cultura. E pelas razões implícitas nessa visão,

96 Eis os termos em que se expressou Citolini acerca da posição do volgare: "...eles falam destas duas línguas como se elas estivessem num mesmo plano, e não percebem que a latina está morta e sepultada nos livros; e que a vulgar está viva e tem agora na Itália o mesmo lugar que teve a latina enquanto viveu." Em outra passagem ele diz o seguinte: "Ela está viva, e enquanto viva, cresce, gera, cria, produz, dá à luz e cada vez se faz mais rica e abundante. Por isto, não veio logo à luz nenhuma das coisas que se veem nascer todo dia, em razão de estar ela vestida de vocábulo vulgar...E se bem que estes vocábulos não estejam ainda todos registrados no papel, não estão porém perdidos como aqueles pela latina que não se acham escritos, mas estão constantemente na boca da língua viva." Citado por FAITHFULL, 1953, p. 281. Aparentemente, Citolini foi dos primeiros a empregar o conceito de "língua viva", conquanto o tenha tomado de C. Tolomei (apud FAITHFULL, pp. 281-282).

mantinha-se por outro lado a suspeita sobre a capacidade da língua quotidiana em fornecer os mesmos recursos da língua clássica na boa apreensão da realidade, ou seja, em possuir um arsenal tão eficiente quanto essa possuía para o exercício duma potência semântica plena, tal qual se espera ver agindo nas línguas de cultura. Para ir adiante nesse raciocínio, deve-se introduzir um dado que é fundamental, qual seja, o da capacidade semântica das línguas, o que não é cogitado quando se adota uma definição da linguagem em que a semanticidade se vê esvaziada de seu sentido pleno de possibilidade de unir a linguagem à realidade. Tal é o caso quando se dá prioridade ao sistema funcional da gramática em detrimento da investigação sobre a natureza referencial do léxico ou quando o jogo da linguagem se sobrepõe à capacidade de informar sobre a realidade externa à língua. Nos quadros do debate humanista, esses riscos eram corridos em horizontes delimitados pelo confronto entre o latim e a língua vulgar, em parte sob a premissa da eficiência semântica duma língua, cuja meta se supunha em geral ao alcance antes da língua clássica do que da sua substituta eventual.

A primeira controvérsia humanista em torno do estatuto das classes de língua à disposição da coletividade foi modelar para a justa apreciação dos limites atingidos por duas variedades de língua, a douta e a vulgar, ou seja, pelo latim clássico, dum lado, e pela língua vulgar, de outro. Representando um dos lados da contenda, Leonardo Bruni (1369-1444), em resposta a uma carta de Flavio Biondo (1392-1463), opina que uma espécie de *vulgaris sermo* caracterizara na Roma antiga a língua dos *illitterati,* assim como em sua época havia um vulgar distinto do *litteratus sermo* dos estudiosos. Em síntese, ele advogava a existência duma diglossia tanto em Roma como no século XV. Em contraposição, Flavio Biondo acreditava que o populacho, na Roma antiga, usara o mesmo tipo de língua então usada por oradores e escritores. Pensava ele, pois, num único latim à disposição de toda a sociedade, não modificado como um todo em razão dos desníveis culturais dos falantes. O debate propiciou um dos primeiros exemplos de refe-

rência direta à existência da língua vulgar a par da língua culta e apontou para o perigo que isso representava para a alta cultura. Bruni particularmente estava atento à natureza aparentemente espontânea da língua vulgar, em oposição à forma artística, gramatical, tomada pela língua *litterata,* em Roma e no seu tempo. Retomava nesse ponto a perspectiva adotada por Dante, que no *De Vulgari Eloquentia* opusera *ars* à *natura* com propósito semelhante.

Apoiar-se numa oposição que tomava uma espécie de língua como um fato natural e a outra como uma criação artificial implicava essencialmente considerar na diferenciação de tais variedades linguísticas o índice de gramaticalidade de cada uma delas. Por esse prisma, tratava-se de analisar a estrutura morfossintática realizada nos fatos de língua em busca da diferença específica que permitisse distinguir a espécie culta da não culta. Quanto mais aperfeiçoada, ou normatizada, fosse uma forma de língua, por obra dos profissionais peritos, mais culta ela se mostraria, já que a perícia exigida para tanto pressupunha uma cultura linguística (técnica) superior.

Pode-se dizer que a adoção dessa perspectiva na análise da linguagem perdurou e deu frutos do século XII ao XVI[97], tendo adquirido força conceitual com Dante. Para lá das manifestações humanistas, ela guarneceu certos aspectos do método empregado pela escola comparativo-histórica de filologia (linguística) românica, desde as suas primeiras manifestações em F. Raynouard, F. Bopp e F. Diez, até as glórias do seu apogeu nos séculos XIX e início do XX. Pois, como se sabe, para essa escola são as modificações sofridas por uma língua nos níveis fonético, morfológico e sintático os principais fatores a serem levados em conta no seu estudo. As línguas surgem, se desenvolvem e se sustentam ou morrem, sendo identificadas em cada estágio desse processo pelas condições de suas estruturas fonomorfossintáticas. O método foi aplicado à exaustão por gerações de filólogos-linguistas, com resultados surpreendentes dentro dos pressupostos adotados, frise-se, em-

97 Vide TAVONI, 1984. pp. 15-16.

bora tenha contado em parte para a sua boa fortuna a sólida estrutura institucional que lhe foi assegurada no seio das universidades que lhe deram guarida, as quais não foram poucas nem despiciendas.

Os representantes do método comparativo-histórico logo expandiram a sua investigação para o estudo da passagem do latim às línguas românicas, o que fizeram em geral com eficiência, e quase se pode dizer como quem abraça uma causa, a qual, dada a diversidade dos motivos em jogo, ficava em geral circunscrita aos seus limites próprios, isto quando não atendiam a interesses de ordem extralinguística. Ter abraçado uma causa não implica necessariamente pôr em risco a veracidade dos resultados obtidos, ou seja, o valor científico do trabalho empreendido. Por outro lado, existiu sempre uma razão concreta que contribuiu permanentemente para afastar o vício da iniquidade intelectual nesse campo de estudos, e foi esta a constatação do fato indiscutível de as línguas românicas terem-se originado do latim. A esse propósito, vale salientar que esse parentesco é tanto mais robusto quanto mais se evoca a maternidade clássica do românico, em que pese os estudos empíricos optarem em geral por estabelecer o nexo deste com o latim popular. Por isso, a língua clássica e a cultura que a acompanha sempre foi e haverá de ser uma sombra gigantesca a pairar sobre a Romênia e o resto do Ocidente. Assim, quanto mais se procura penetrar nos segredos das transformações sofridas pelas línguas românicas, mais se penetra no âmago da sua genitora que é a língua latina atestada.

Tendo isso em vista, descobre-se que a fonte do românico reside propriamente no latim como um todo, o latim *tout court*, considerado nas suas variedades culta e popular. Constatar a existência duma língua falada inculta ao lado duma língua culta, esta socialmente restrita aos que a falam e a escrevem em registros altos e estão aptos a interpretar os textos nela redigidos, não põe em xeque a unicidade do latim,

como aliás sugeriu o mesmo Bruni, ao fazer idêntica distinção[98]. Assim, quando os comparatistas vieram a sustentar que o chamado "latim vulgar" fora a sementeira das línguas românicas[99], é preciso receber a sua opinião com a máxima cautela. Primeiro, porque a noção de "latim vulgar" remete a um quadro sociolinguístico concebido de modo a ser possível atribuir a uma determinada camada sociocultural uma certa prática linguística à distinção da prática encontrada em outras camadas. Apesar dos exemplos extraídos da vida real que corroboram essa impressão, lidar com eles implica de algum modo respeitar o hiato epistêmico que obriga a separar um fato social dum fato linguístico. Uma sociedade (não necessariamente identificada com o país ou a nação) pode estar dividida em partes e ainda conservar uma comunicação única, em cujo caso a língua comum poderá contribuir para diminuir

98 Quando o escritor humanista respondeu à carta de Biondo, houve quem entendesse (entre outros, o próprio Biondo) ter ele afirmado a existência de duas línguas na Roma antiga, uma culta e outra popular, e que esta última teria sobrevivido ao longo do tempo na forma do "volgare" contemporâneo, isto é, o italiano. Esta interpretação não se aguenta. Vide TAVONI, 1984, p. 5.

99 "O latim vulgar é a língua que está na base das línguas românicas; o latim vulgar é o latim com a exclusão do latim clássico; o latim vulgar é a língua falada que se opõe à língua escrita." (GROOT, 1923, p. 111, REICHENKRON, 1965, p. 58). O neogramático W. Meyer-Lübke, por sua vez, no Grundriss der Romanischen Philologie, vol. 1, 1904-1906, p. 456, já afirmara: "Ao 'latim escrito', especialmente enquanto este se mostra com fonemas e formas estáveis através dos séculos, coloca-se em oposição ou talvez à parte do 'latim vulgar', o qual se faz presente de forma direta ou indireta como um desvio desta forma fixa. As línguas românicas, que se baseiam na tradição oral ininterrupta, apresentam a forma atual daquele." O mesmo ponto de vista lê-se em obras mais recentes, conquanto sob forma amenizada, eventualmente por refletirem a influência da discussão em torno da oportunidade em se continuar a empregar a expressão "latim vulgar" para se referir ao latim falado ou popular como base exclusiva das línguas românicas. Ainda assim, um dos manuais de filologia românica mais respeitados diz o seguinte: "O latim, de que são continuação as línguas românicas, acha-se em franco desacordo com a forma literária e sobretudo clássica." (VÄÄNÄNEN, 1968, p. 27) Empenhado em captar a "fala espontânea", "o latim vivo", o "latim verdadeiro", o "latim nu e cru", este autor se propõe a passar em revista "todas as particularidades e tendências mais ou menos vivas, próprias da língua popular e familiar, e que se afastam da norma clássica e, em geral, literária". "Trataremos, na medida do possível, continua ele, de captar a língua viva e real." "O latim vulgar, diz ainda, tal como o concebemos, compreende os estados sucessivos desde a fixação do latim comum, no fim do período arcaico, até as vésperas do registro por escrito de textos em língua românica." (p. 29) Em outra passagem do mesmo livro se lê: "Em última instância, é a gramática comparada dos idiomas românicos a que revela as principais transformações sofridas pelo latim falado..." (p. 46) Para uma visão mais completa do problema do 'latim vulgar" colocado em discussão na filologia românica consulte-se o livro de G. Reichenkron, cit.

a distância entre as partes. Da mesma maneira, uma sociedade pode estar dividida entre duas expressões linguísticas distintas entre si, como na situação de bilinguismo, e ainda assim manter a sua unidade política. Esses exemplos mostram como o fato social não se confunde com o linguístico, conquanto se possa tratar este último com categorias sociológicas aplicáveis *a priori* ao conhecimento do primeiro.

Procurando o que condiz melhor com o exame da linguagem em si, deve-se atentar para uma dificuldade recorrente nos estudos filológicos tradicionais, qual seja a que surge ao se tomarem os componentes gramaticais como suficientes para se compreender o que seja a língua[100]. O estudo dos sons, das formas e da composição mostram-se particularmente decisivos quando se procura definir a identidade duma língua em face de outras línguas com as quais ela tenha ou não um possível parentesco. Tais componentes são também essenciais para se compreender como a atividade linguística faz trabalhar a maquinaria da linguagem. É graças a eles que os fatores físicos e psíquicos interagem para tornar possível o exercício linguístico. Desde os seus primórdios a pesquisa comparatista-histórica firmou-se estudando a relação entre esses componentes, tendo sabido lançar mão da análise das qualidades gramaticais, tais como a fonética e a morfologia, além da inferência analógica, bem como dos fatores extralinguísticos relativos à pertença socioeconômica dos falantes, com o fito de estabelecer uma ciência linguística apta a produzir resultados significativos no campo de sua especialidade, particularmente no da "filologia" linguística. Foi por intermédio desse enfoque que o nexo essencial entre o chamado latim vulgar e as línguas românicas veio a ocupar o centro das discussões levadas a cabo no seio daquela escola.

100 Essa exigência não passou despercebida a um estudioso eminente como Meyer-Lübke, que a mencionou ao definir a sua ciência: "O estudo científico da linguagem possui um objeto duplo; ela deve primeiramente voltar-se para a forma da palavra e em seguida para o seu sentido, isto é, para o que ela representa não como produto fisiológico do som produzido pelo ar através dos órgãos vocais, mas como intermediária de relações psicológicas com outros homens." (MEYER-LÜBKE, 1890, p. 1)

De modo geral, duas coisas, porém, não receberam a devida atenção nessa análise: por um lado, negligenciou-se o papel do gosto na transmissão dos valores culturais da língua; por outro, perdurou a resistência em reconhecer em certas propriedades do léxico colocado à disposição da comunidade de fala latina e depois românica aspectos que vão além do conhecimento da mecânica linguística[101].

Em relação ao primeiro ponto, descobre-se que repousa no gosto aprimorado pela prática constante da arte da palavra em língua latina a pedra angular do latim, a base dos seus incomparáveis monumentos literários. Esse aspecto foi levado em conta exemplarmente pelos humanistas, quando estes empreenderam a sua volta intencional ao clássico. Foi a confiabilidade transmitida pelo idioma do Lácio que lhes permitiu elegê-lo como paradigma para a emissão de juízos de valor em matéria de língua. A certa altura, o prestígio do latim, em oposição ao das línguas ditas vernáculas, gerou certezas como as que embalaram o ciceronianismo[102] e suscitou a busca de critérios sólidos que permitissem atestar a qualidade duma língua e de sua literatura. No conjunto, essa orientação do gosto fez com que os *studia humanitatis* conhecessem um progresso que andava de par com a satisfação proporcionada pelo culto à arte da palavra. Os instrumentos de investigação adotados nas disciplinas não podiam recusar o estalão do gosto definido nas obras literárias latinas. Desse modo, em paralelo a todo o desenvolvimento artístico ou simplesmente técnico da época, disseminado pelos vários espaços culturais da cidade das letras renascentista, desenrolou-se o diálogo de letrados empenhados em construir

101 Conquanto se saiba que o esforço reconstrutivo que caracteriza o trabalho dos romanistas desemboque necessariamente numa recomposição do léxico. Eis o que disse a respeito Meyer-Lübke: "A filologia românica tem por fim expor como o vocabulário latino modificou-se, pela forma e pelo sentido das palavras, nos diferentes países onde se falou românico." (MEYER-LÜBKE, 1890, p. 4) Entretanto, quando se examina o léxico recomposto mediante os procedimentos reconstrutivos descobre-se que mais importante terá sido o método empregado do que propriamente a compreensão dos mecanismos responsáveis pela significação.

102 Vide a respeito SABBADINI, 1885; e sobre a importância do latim para os humanistas FUBINI, 1961, pp. 505-550.

uma parcela da civilidade herdada das manifestações mais profundas da palavra latina. As forças contrárias ao latim, apoiadas em motivos práticos extraídos em parte do debate político ou ideológico, precisaram aguardar por muito tempo até que a língua até então (por mais de mil anos) soberana perdesse o domínio entre os letrados, o que, na Itália, só veio a ocorrer no fim do século XVI. A substituição duma espécie de língua por outra obedeceu a um movimento demográfico, durante o qual aumentou o número de falantes do vulgar, aumento este precedido pela defesa cada vez mais frequente que deste faziam os intelectuais convencidos da oportunidade de se adotar o vernáculo "vivo" em detrimento do latim "morto", o qual se tornava a olhos vistos uma língua também de gente culta e por fim objeto de homenagem pura e simples[103].

Tempos depois, uma vez assegurado o sucesso do vernáculo, numa época em que o passado se diluía no moderno, a escola comparatista, descendente intelectual dos campeões da língua corrente, ou seja, do vernáculo, e diversificada em ramos distintos entre si[104], fez silêncio sobre as qualidades semânticas preservadas no latim como um todo e que lhe asseguraram uma vida duradoura, possivelmente por estar ciente de que tais qualidades não precisavam ser salientadas, já que

103 Vide GIARD, 1984, pp. 35-55.

104 Para se ter uma ideia da variedade de posições em disputa no seio dessa escola, que incluí a vertente historicista, vide IORDAN, 1967. Também GREEN e POSNER, 1982.

seriam de qualquer modo transmitidas às línguas dele derivadas[105]. Uma consequência disso foi a possibilidade de descartar o argumento do gosto no juízo sobre a língua, por não condizer tal preocupação com o estatuto do vernáculo, válido em si mesmo[106]. Para se compreender melhor este ponto, é preciso ver que subterraneamente agia aquilo que os comparatistas chamavam de história, a qual trazia consigo o instrumento de liquidação do difícil problema relativo à disparidade patente entre uma língua de cultura e outra "vulgar". A história, se entendida como progresso, permitia desconsiderar a intervenção contínua dos mestres, sobretudo escritores e oradores, no aprimoramento da língua como um todo. Bastava que o tempo estendesse um pano

105 É preciso frisar todavia que alguns romanistas, a exemplo de C. Tagliavini, insistiram em que o estudo das línguas românicas seria mais bem conduzido se se levasse em conta a sua dívida semântica para com o latim clássico. Tal é a direção que se pode colher duma afirmação como esta: "O núcleo fundamental das línguas ditas neolatinas, seja no que concerne ao tesouro lexical, seja, e ainda mais, no que concerne ao organismo gramatical, é formado pelo latim." (TAGLIAVINI, 1972, p. 209) Na visão deste estudioso, tal latim não consiste exatamente no vulgar, como é costume entender, pois , como diz, "seria melhor falar de latim falado e de latim comum ou de koiné latina, já que o adjetivo vulgar pode ser mal interpretado". Assevera ele ademais que esse latim era não o falado "pelas classes mais baixas do povo..., mas a língua falada por todas as classes sociais com infinitas nuanças. Nunca existiu de fato um latim vulgar absolutamente unitário (como tantas vezes se pode depreender pelos manuais de linguística românica redigidos segundo esquemas neogramáticos)." (p. 212) Outro filólogo contemporâneo, M. Banniard, vai ainda mais longe, ao propor o banimento da expressão "latim vulgar" para aludir ao latim que originou as línguas românicas. Eis o que ele diz: "Convém por conseguinte revisar certas ideias recebidas a fim não de refutá-las, mas de enriquecê-las. A dicotomia tradicionalmente ensinada entre latim vulgar e latim literário deveria ser abandonada, no sentido de que ela não preserva suficientemente nem a flexibilidade natural do latim língua viva, nem sua diversidade nativa na palavra quotidiana, nem sua unidade profunda no tempo e no espaço. A descrição deve fundar-se no conceito bem mais flexível de diassistema latino. Este permite compreender que jamais houve um latim vulgar distinto do latim literário, levando uma vida obscura fora do campo de observação que nos oferecem os textos que são, por definição, escritos. Ao invés portanto de latim vulgar, é pertinente tratar de latim falado." (BANNIARD, 1989, p. 191)

106 Interessante notar como no seio da escola estruturalista costuma-se dar por assente a paridade entre o gosto e o funcionamento do sistema linguístico, o que indica a necessidade de restabelecer o problema permanente, ainda que por vezes escamoteado, do gosto. É o que deixa transparecer C. Bally, ao discutir neste trecho as tendências sincrônica e diacrônica na composição da língua: "A causa que as produziu [a arbitrariedade do sinal e a sequência progressiva] é puramente fonética, material; além disso, os sujeitos falantes não têm dela mais nenhuma noção, pela razão de que o acento atual é muito doce, o ritmo do discurso perfeitamente unido, as consoantes intervocálicas articuladas com nitidez, sem nenhuma fraqueza; enfim, como já dissemos, uma causa mecânica criou formas da expressão que repercutem nas formas do pensamento." (BALLY, 1937, p. 352)

de fundo para a ação humana para que uma fase se impusesse às demais que a antecederam. Uma vez que o românico veio depois do latim no tempo, a fase daquele haveria de se impor sobre a fase deste e por fim alçaria aquele a uma posição semelhante à deste, senão superior. No entanto, não fosse a ação dos mestres, que garantias teria uma língua de que passaria dum estágio elementar para o de língua plena?

Para corrigir esse equívoco, ao se procurar definir a verdadeira natureza da língua a noção de perfectibilidade histórica deve ser substituída pela de perfectibilidade semântica. Seguindo os passos tomados na discussão em torno da linguagem levada a cabo por Platão no *Crátilo,* especificamente o que ali está dito sobre a criação e o uso de palavras, descobre-se a necessidade de reintroduzir a semântica como uma instância decisiva no exame da linguagem. Um primeiro ponto a destacar diz respeito ao fato de uma língua compartilhada por uma comunidade constituir-se a partir de elementos originários, apropriados pela coletividade que dela se utiliza para o fim de estabelecer por seu intermédio um dos pressupostos para uma vida em comum[107].

Isto posto, o léxico latino deve ser levado em conta por quem acredita que em torno dele esteja a resposta para a existência duma identidade linguística da comunidade política romana, já que sem o compartilhamento das mesmas palavras não haveria por que falar em comunidade idiomática duma comunidade política. O fato de esta compartilhar um mesmo léxico constitui portanto o pressuposto das trocas comunicativas elocutórias entre os membros do grupo. Sócrates no *Crátilo*, ao discutir a relação das palavras com as coisas,

107 Al-Farabi refere-se a esse fato em "O Livro das Letras" (The Book of Letters, in Medieval Islamic Philosophical Writings, ed. por M. A. Khalidi, 2005). Depois de afirmar que "o público e a multidão antecedem os seletos no tempo" (AL-FARABI, 114, p. 4), ele diz que as letras e expressões da nação "surgem primeiro num certo grupo ou outro" e que elas serão compartilhadas "de tal modo que eles [os membros do grupo] concordarão sobre elas e agirão em conjunto. Eles então as usarão para se dirigir aos demais até que elas se espalhem por um certo grupo." (AL-FARABI, 120, pp. 6-7) Acrescenta ele que "se as naturezas do povo daquela nação são equilibradas e a nação tende para a sagacidade e o conhecimento, eles naturalmente exigirão daquelas expressões – sem pretendê-lo – que elas imitem os significados que são feitas para indicar." (AL-FARABI, 122, p. 7)

toca nessa questão ao propor que as palavras são criações originais dum nomoteta ou legislador, subsidiariamente submetidas ao escrutínio do dialético ou perito em legislação (entendido nas regras de funcionamento da linguagem), para que delas faça uso adequado a comunidade de locutores[108]. Tal inventor se caracteriza por sua aptidão em conhecer o ser das coisas e saber expressá-lo na forma de palavras. Já o dialético, valendo-se de sua habilidade em discernir o melhor uso para a palavra criada, tem o mérito de institucionalizar a atividade do inventor dando-lhe forma "legislativa". Da convergência de ambas as ações resulta o "produto" colocado à disposição da comunidade a que também pertencem o inventor e o dialético. No bom exercício da arte de criar palavras e colocá-las em circulação na comunidade repousa portanto o essencial da criação lexical. Somente assim, para Sócrates, constitui-se uma língua adequada ao exercício pleno das funções atribuídas à linguagem[109].

Uma vez constituído o patrimônio léxico da comunidade original, verifica-se que parte dele, em razão de propagação cultural, está sujeito a migrar para o patrimônio de outras comunidades falantes de linguas distantes. Como se sabe, esse fenômeno, conhecido como empréstimo linguístico, teve um papel importante na transmissão

108 Crátilo 389a: "Pois bem, Hermógenes, estabelecer um nome não é obra de qualquer um, mas dum certo tipo de fabricante de nomes [**onomatourgou**]. Eis o que é, parece, o legislador [**o nomoqethj**] – na verdade, a espécie de artesão [**dhmiourgo̱**] mais rara do mundo." (PLATÃO, 2011). "Segue que não está qualquer um apto a dar nomes, Hermógenes, mas somente um fabricante de nomes, e este, parece, é um legislador – o tipo de artesão mais raro entre os homens." (PLATÃO, 1997) O dialético [**dialektikoj**], por sua vez, "deve supervisionar o legislador na sua atividade de dar nomes" (BARNEY, 2005, p. 45). "Assumindo que quem sabe melhor com o que um instrumento deve parecer é quem o usa, está claro que esta pessoa deve supervisionar a atividade do artesão que fabrica o instrumento." (BERG, 2008, p. 4) No Crátilo 390d ainda se lê: "O [trabalho] do legislador é aparentemente o de criar um nome, sob a supervisão do dialético, se se deseja ter uma boa denominação." (Trad. de C. Dalimier) "Mas é trabalho do legislador, parece, fazer um nome. E se os nomes são bem atribuídos, um dialético deve supervisioná-lo." (Trad. de C. D. C. Reeve)

109 A principal dessas funções é a de instruir: "O nome é uma espécie de instrumento que permite, ao dividir a realidade, instruir-nos, assim como a lançadeira o faz com um tecido." (388b, trad. de C. Dalimier) "Assim como uma lançadeira é um instrumento para dividir, urdir e tramar, um nome é um instrumento para dar instrução, ou seja, para dividir o ser." (Trad. de C. D. C. Reeve)

do saber grego à cultura latina, particularmente na forma de terminologia científica, para a qual contribuíram ativamente os escritores latinos. A possibilidade de transmitir a substância semântica duma língua a outra, por meio da apropriação do léxico, realizou-se com sucesso igualmente na transformação do latim em línguas românicas, de vez que tal operação fez confluir para a descendência românica a essência do latim. Tal fato não se confunde com o ocorrido em níveis distintos do lexical, onde, por meio dum movimento dissimilar ao da transmissão do vocabulário, a intensa variação sofrida pelas formas gramaticais do latim durante o seu longo percurso pré-românico acabou por imprimir às línguas românicas a sua aparência nitidamente inconfundível *vis-à-vis* o latim, de que resultou uma reconfiguração fenomênica das formas originais, ou seja, um reprocessamento da matéria gramatical propriamente dita. A mudança no princípio acentual de musical para expiratório, a tendência à analiticidade, o recurso a uma ordem de palavras mais ou menos fixa, são todos exemplos de modificações na expressão material do latim que revelam aspectos fundamentais de como se deu a sua transformação em romance, sem os quais não se teria a configuração das novas identidades linguageiras da Romania. Entretanto, por mais que se tome a descrição dessa metamorfose como um fato revelador de identificação cultural e linguística, permanece o fato subjacente da identidade semântica entre a língua-mãe e as línguas-filhas. O mesmo recurso à prova empírica que serve para sustentar a mudança serve igualmente para sustentar a conservação. A diferença é que num caso a prova se concentra na classe de fenômenos fonomorfossintáticos, enquanto no outro ela captura a permanência da relação entre o léxico e o conteúdo semântico previamente estacionada na língua-mãe.

A transmissão do léxico de base latina, relativamente imune à variação conceitual na sua nova ambientação neolatina[110], configura em princípio um legado civilizatório à cultura românica. Entretanto, considerando que a língua latina procede de fontes rústicas[111], é preciso nuançar essa percepção, por mais que sobejamente justificada esteja por um número expressivo de monumentos literários e humanísticos por si mesmos reveladores de pujança cultural. Com efeito, é preciso discernir no vocabulário que serve a uma alta civilização a parte que é ela mesma produto exclusivo da civilização, desta mesma ou de outra qualquer da qual até certo ponto dependa, e a parte que representa o seu fundo primário, formado nas primícias da vida comunal. Entre um vocabulário enriquecido em função dos avanços técnicos e sociais e um vocabulário primitivo há de subsistir, porém, um nexo substancial, o qual possa justificar a atualização que permitiu ir do primário ao avançado sem sacrifício da língua elementar ou de seus avatares consecutivos implantados ao longo do tempo. Nesse sentido, a língua latina primitiva ser rústica não implica haver solução de continuidade entre os seus inícios e a língua ulterior das melhores lavras literárias e oratórias. Importa antes considerar como o fundo lexical latino continha desde sempre as propriedades semânticas necessárias para que as gerações futuras, espalhadas por suas várias províncias,

110 Citando Gougenheim et al., apud L'Élaboration du Français Élémentaire, P. Wunderli constata: "A essência do vocabulário francês é de origem latina. Das 1063 palavras mais frequentemente utilizadas no francês, acima de 96% possuem um étimo latino." (WUNDERLI, 1989, p. 33.) Ele afirma ainda que as três classes principais de palavras que constituem o léxico francês, a das herdadas, a dos empréstimos e a das criações novas (a partir do material etimológico latino), "deitam raízes na tradição latina". Citando COHEN, Histoire d'une Langue: Le Français, Wunderli acrescenta que este autor "avalia a quota do elemento de origem latina, qualquer que seja, no vocabulário total do século XVII, em cerca de 95% do léxico global. Com o forte incremento dos internacionalismos e anglicismos (que por sinal possuem alto coeficiente de origem latina), esses números se conservam durante os séculos XIX e XX." (WUNDERLI, 1989, pp. 34-35)

111 BONFANTE, in "Le latin, 'langue de paysans'", Revue des Études Latines, 32, 1955, passando em revista a opinião de M. Marouzeau e de outros estudiosos acerca das origens rústicas da língua do Lácio, procura mostrar com vários exemplos que se trata disso mesmo, como neste de que "é somente entre os latinos que encontramos os Asinii, Porcii, Lentuli, Verres, Ouidii, ou apelidos familiares como Capitones, Labeones, Nasones, sinais claros duma modesta mentalidade de gente rural." (BONFANTE, 1955, p. 166)

as aproveitassem na etapa mais proveitosa e culminante de sua história que foi a assimilação da interação operada entre filosofia grega e religião, pagã ou cristã, a qual possibilitou à *latinitas* tornar-se sinônimo de alta cultura do Ocidente. Na verdade, os pressupostos disto estavam dados muito antes de Roma ter-se tornado a *urbs* que conhecemos da história. O mesmo eventualmente se aplica ao léxico desenvolvido na Grécia. Da união de ambos os patrimônios lexicais surgiu em larga escala geográfica e cultural o mundo da linguagem que habitamos. Ambas as línguas de proa, a grega primeiro e a latina em seguida, cumpriram desse modo uma missão semelhante, ao abastecerem a sua clientela culta, particularmente a da Europa pós-clássica. Os depositários do vocabulário antigo irradiado pelo Mediterrâneo greco-latinizado foram não por acaso os povos da Romênia, ou seja, os romanizados, ainda que nestes a diversidade linguística se tenha instalado em consequência de vicissitudes históricas incontroláveis.

Vista pelo seu lado léxico-modelar, a interação greco-latina tornou-se a base do léxico românico primeiro pelo material fônico que forneceu, em específico o de fisionomia latina, graças aos traços marcantes com que gravou o corpo de palavra românico, visíveis quer na elocução fonética, quer na ortografia etimológica. A partir do sedimento greco-latino, aproveitado tal qual o material de construção que entra na feitura duma obra de engenharia, ergueram-se novas formas estruturantes que arremataram as conveniências particulares a cada grupo linguageiro. Mas a contribuição verdadeiramente fundamental daquela interação deu-se mediante o aproveitamento do material semântico, ou seja, dos recursos aproveitados pelo aparato referencial que sustenta o complexo significante duma língua. Os elementos sêmicos constitutivos da linguagem transmissora vieram em larga medida a servir de base conceitual para a linguagem herdada. Embora as expressões e os conceitos secundários da língua tomadora estivessem sujeitas a variar residualmente em relação aos conceitos primários de que se serviram, à medida que novas formas de pensar

o exigiram, no fundo o que contou foi em última análise uma reprodução estendida do que já existia. E o que subsistia desde o primeiro momento será ele também porventura uma reprodução do que lhe subsistia previamente. Quando, por exemplo, tomamos o latim como o tesouro dos conceitos de que se servem os seus descendentes culturais, estamos pressupondo o tesouro dos conceitos de que o próprio latim se serviu. O mesmo grego passou por um processo semelhante que ajuda a explicar o caso latino, situando-o à margem das paridades históricas que permitem fazê-lo depender em parte daquele. Em razão da filogenia indo-europeia que engloba ambas as formações linguísticas numa única família, fontes primitivas de ambas as línguas devem ser consideradas como suas ascendentes semânticas potenciais. Como quer que seja, nos limites do círculo latino-românico a irradiação dos primeiros conceitos impõe o padrão: o que se "escreveu" em latim arcaico "reescreveu-se" em latim clássico e posteriormente "reescreveu-se" em românico. É como se um livro contendo ensinamentos dignos de serem preservados fosse editado e reeditado, e a cada reedição sua recebesse ajustes com o fim de adaptá-lo aos requisitos e ao gosto do momento. As linhas gerais se mantêm, as linhas especiais se alteram, mas sempre será possível realinhar o conjunto por um esforço de interpretação erudita das discrepâncias e das convergências encontradas. Entretanto, por mais que se empreenda a busca das origens, será impossível descobrir o que contém o primeiro livro a partir do qual se estabeleceram os nexos subsequentes. O que orienta o percurso para trás, menos o início, a partir do conhecimento da última etapa, leva aos condicionantes definidos por este início, o qual no entanto permanece insondável. Ou seja, não subsiste um vínculo necessário entre o que se toma do passado e o que se possui no presente, ou ao menos não é possível defini-lo com precisão; entre ambos os limites prevalece apenas uma propensão para seguir os ensinamentos recebidos, já que não se pode remontar ao começo onde eles receberam sua forma definitiva. Sendo assim, a contingência que levou à escolha

do latim como o "livro determinante" para a sua posteridade poderia ter sido denegada pelas línguas dele derivadas. Mas o fato é que não o foram, em que pese a insistência com que, em alguns momentos, destacadamente no período mais agudo da "querelle des anciens et des modernes", se lutou por afirmar a independência do vernáculo e até a cogitar a sua pretensa superioridade sobre a língua-mãe[112].

Em razão da natureza referencial que preside a sua formação, o vocabulário latino-românico constitui-se também como uma ontologia. Esta tomou forma já nas palavras forjadas na primeira comunidade de língua latina. Ao longo de sua história, ou seja, de sua prática semântica, aquela ontologia reproduz-se continuamente, como mostra a análise etimológica. Duma palavra como *arbor* brota uma polissemia irradiante que não cessa de produzir resultados semanticamente correlatos nas línguas derivadas onde a mesma palavra fincou sua morada. Aliás, essas mesmas línguas são ditas derivadas porque capazes de abrigar uma palavra como *arbor* procedente da língua-mãe. Sua força vem provavelmente do fato de designar o ser real árvore, exatamente da maneira como o seu criador e o dialético que a gramaticalizou a introduziram na língua. Ou seja, da maneira como entendiam ser plausível dizer que uma árvore é uma *arbor,* pouco importando que o gênero gramatical se altere, como em italiano se tem *albero* masculino*,* ou que pequenas modificações na forma levem a gravá-la de maneiras diferentes em cada língua ou dialeto que a adotou.

112 Na época da querelle esta inclinação foi notável no âmbito de língua francesa, como nota RICKEN, in "L'Ordre naturel du Français Naissance d'une théorie" (apud La Grammaire Générale des Modistes aux Idéologues, ed. por JOLY e STÉFANINI, 1977, p. 206): "A discussão sobre a primazia do francês ou do latim, diz ele, teve um papel de primeiro plano", tendo atingido seu apogeu "nas décadas que seguirão o aparecimento da Grammaire de Port-Royal. Para provar a superioridade da língua francesa, não se podia encontrar argumento melhor do que a conformidade do francês à ordem natural, argumento cuja importância iria aumentar com a sua inserção num esquema racionalista, e que ainda vinha a apoiar o amor pelas normas e o sentimento nacional." De qualquer forma, nesta controvérsia a ruptura desejada entre a língua neolatina e a latina antiga está condicionada a uma concepção de língua que privilegia as formas a partir das quais operam as sequências codificantes, estando excluído das considerações o léxico porventura compartilhado.

Uma vez admitida a importância do estudo semântico no conhecimento das línguas, no âmbito da relação entre o latim e as românicas a pesquisa sobre o processo de criação lexical e os seus efeitos constitui a tarefa primordial. O momento inicial, para o fim de compreensão daquela relação, coincide com o da formação do vocabulário latino, incluídos os empréstimos porventura tomados, ou seja, o seu enriquecimento paulatino exógeno, além do endógeno. O momento seguinte coincide com a transmissão desse vocabulário aos romances e o seu desenvolvimento em novos cenários semânticos originados no curso da história do complexo latino-românico. O primeiro passo é pois procurar discernir, no léxico latino, a instrução sobre as coisas idealizada pelos primeiros fabricantes de palavras. A partir daí, em conformidade com os princípios duma teoria da referência que apreenda a importância dos significados primeiros, trata-se de procurar esclarecer as correspondências semântico-ontológicos entre o léxico latino abonador e o românico afiançado. Conhecem-se de antemão, à luz da abundante documentação disponível, os elos naturais e culturais entre os significados das palavras românicas e os das palavras latinas, as quais, operando como matrizes conceituais, se apresentam, para o propósito de investigação semântica, como os modelos para as palavras românicas. A garantia semântica de tal léxico, como se apontou, repousa na boa execução da arte de criar palavras pelo artífice lexical e no controle de qualidade exercido pelo técnico dialético. Apesar do apelo natural que uma tal perspectiva faz a uma investigação de tipo etimológico, é necessário levar em conta os efeitos das lacunas que invariavelmente se acumulam à medida que se refaz o caminho das origens. Por isso, toda vez que a pesquisa etimológica se mostrar incompleta, no sentido de não poder contribuir para um melhor esclarecimento da concepção que presidiu a criação da palavra, deve-se reintroduzir a prioridade daquela que é a atividade principal, ou seja, a interpretação do fenômeno lexical a partir da compreensão do que seja a arte de inventar palavras. A prevalência de tal técnica prospecti-

va justifica-se pelo fato de que em geral a palavra, desde que está destinada a exercer uma função semântica, aponta para aspectos das coisas que o fabricante de palavras reconhece ser fundamental buscar e capturar, expressando-os em seguida, de maneira que a sua criação seja bem sucedida. Fabricar palavras, nesta ordem de ideias, corresponde a expor uma crença sobre o modo como o mundo é constituído, ou seja, pressupõe a formulação duma filosofia. Para se levar a bom termo essa investigação é preciso renunciar a certas crenças. Uma delas é a da universalidade da linguagem, isto é, a da sua concepção como meio universal, no sentido apontado por J. Hintikka[113]. Como notou este estudioso, tal crença anula toda e qualquer tentativa de viabilizar um estudo efetivo da semântica das línguas. É preciso também renunciar ao dogma da arbitrariedade do sinal como a única maneira de observar a vida das palavras. Outras consequências advirão, como a de que as estruturas sintáticas devam imperar no estudo da língua, em detrimento da semântica, ou que uma teoria do sentido nos moldes convencionais possa negar a perspectiva orientada para a apreensão da diversidade de cenários significantes criados a partir do étimo latino.

Uma vez superados os escolhos que impedem o avanço, podem-se reavaliar os laços estreitos que unem o latim às línguas românicas. Esses laços revelam a singularidade semântica que une as línguas novas à clássica, através da ação perene dos inventores e dialéticos latinos, pré-latinos ou co-latinos, tanto na própria língua em que operaram quanto nas línguas derivadas do idioma do Lácio. E para que o percurso futuro traga bons resultados, é preciso ainda retornar aos temas caros aos humanistas, os quais, como acima tratamos, entendiam ser imprescindível investigar a língua vulgar como um "caso" respeitante à vida do latim.

113 Por exemplo, no ensaio "Is truth ineffable?", no livro Lingua Universalis vs. Calculus Ratiocinator An Ultimate Presupposition of Twentieth-Century Philosophy, publicado pela Kluwer Academic Publishers em 1997.

REFERÊNCIAS

AL-FARABI. **O Livro das Letras" (The Book of Letters, in Medieval Islamic Philosophical Writings).** Ed. M. A. Khalidi. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2005.

BALLY, Charles. Synchronie et Diachronie. **Vox Romanica,** v. 2, p. 345-352, 1937.

BANNIARD, Michel. **Genèse Culturelle de l'Europe Ve-VIIIe Siècle.** Paris: Ed. du Seuil, 1989.

BARNEY, Rachel. **Names and Nature in Plato's Cratylus.** Londres: Routledge, 2005.

BERG, R. M. van den. **Proclus' Commentary on the Cratylus in Context Ancient Theories of Language and Naming**. Leiden: Bril, 2008.

BONFANTE, Giuliano. Le latin, 'langue de paysans'. **Revue des Études Latines,** v. 32, p. 162-174, 1955.

CITOLINI, Alessandro. *In:* FAITHFULL, R. Glynn. The concept of 'living language' in Cinquecento vernacular Philology. **The Modern Language Review,** v. 48, n. 3, 1953.

COHEN, Marcel. **Histoire d'une Langue:** le Français (Des Lontaines Origines à nos Jours). Paris: Les Éditeurs Français Réunis, 1950.

FUBINI, Riccardo. La coscienza del latino negli umanisti. **Studi Medievali,** v. II, p. 505-550, 1961.

GARIN, Eugenio. **Giovanni Pico della Mirandola Vita e Dottrina**. Florença: Le Monnier Ed., 1937.

GARIN, Eugenio. **L'Umanesimo Italiano, Filosofia e Vita Civile nel Rinascimento.** Ed. Laterza, 1993.

GIARD, Luce. Du latin médiéval au pluriel des langues, le tournant de la Renaissance. **Histoire, Épistémologie, Langage,** p. 35-55, 1984.

GOUGENHEIM, Georges. L'Élaboration du Français Élémentaire. *In:* WUNDERLI, Peter. **Französische Lexikologie, Einführung in die Theorie und Geschichte des Französischen Wortschatzes.** Tübingen, 1989.

GREEN, John N.; POSNER, Rebecca (eds.). **Trends in Romance Linguistics and Philology vol. 2:** Synchronic Romance Linguistics. Berlim: De Gruyter, 1982.

GROOT, A. W. de. Idées d'hier et d'aujourd'hui sur l'histoire de la langue latine. **Revue des Études Latines,** v. 1, 1923.

HINTIKKA, Jaakko. Is truth ineffable? *In:* **Lingua Universalis vs. Calculus Ratiocinator:** An Ultimate Presupposition of Twentieth-Century Philosophy. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997.

IORDAN, Iorgu. **Lingüística Románica Evolución – Corrientes – Métodos.** Trad. M. Alvar. Madri: Ed. Alcalá, 1967.

MEYER-LÜBKE, Wilhelm**. Grundriss der Romanischen Philologie.** K. J. Trübner, 1904-1906.

MEYER-LÜBKE, Wilhelm. **Grammaire des Langues Romanes.** Trad. E. Rabiet. Paris: E. Welter, 1890.

MIGLIO, Massimo. Curial humanism seen through the prism of the papal library. *In:* MAZZOCCO, Angelo. **Interpretations of Renaisssance Humanism.** Leiden: Brill, 2006.

PLATÃO. Cratylus. *In:* PLATÃO. **Complete Works**. Trad. C. D. C. Reeve. Indianapolis: Hackett Publishing Company, Inc., 1997.

PLATÃO. Cratyle. *In:* PLATÃO. **Oeuvres Complètes.** Trad. C. Dalimier. Paris: Éditions Flammarion, 2008 e 2011.

PORSET, Charles. Grammatista philosophans: les sciences du langage de Port-Royal aux Idéologues (1660-1818). *In:* JOLY, André.; STÉFANINI, Jean. (eds.). **La Grammaire Générale:** des Modistes aux Idéologues. Lille, Publications de l'Université de Lille III, 1977

REICHENKRON, Günther. **Historische Latein-Altromanische Grammatik.** Wiesbaden: O. Harrassowitz, 1965.

RICKEN, Ulrich. L'Ordre naturel du Français Naissance d'une théorie. *In:* JOLY, André.; STÉFANINI, Jean. **La Grammaire Générale des Modistes aux Idéologues**. Lille: Université de Lille III, 1977.

SABBADINI, Remigio. **Storia del Ciceroniamismo e di Altre Questioni Letterarie nell'Età della Rinascenza.** Turim: E. Loerscher, 1885.

SWIGGERS, Paul. La grammaire dans L'Encyclopédie: signe et sens. **Romanische Forschungen,** p. 122-137, 1981.

TAGLIAVINI, Carlo. **Le Origini delle Lingue Neolatine Introduzione alla Filologia Romanza.** 6. ed., Bolonha: R. Patron, 1972.

TAVONI, Mirko. **Latino, Grammatica, Volgare Storia di una Questione Umanistica.** Pádua: Ed. Antenore, 1984.

VÄÄNÄNEN, Veikko. **Introducción al Latín Vulgar.** Trad. M. Carrión. Madri: Ed. Gredos, 1968.

TRADUÇÕES

IX

A GIESTA (*LA GINESTRA*) DE LEOPARDI: TRADUÇÃO E COMENTÁRIO

A GIESTA

Giacomo Leopardi

1 Aqui sobre a árida encosta
2 Do formidável monte
3 Exterminador Vesúvio,
4 Onde nada mais cresce, árvore ou flor,
5 Tuas moitas solitárias ao redor espalhas,
6 Perfumada giesta,
7 Feliz com o deserto. Também te vi
8 Com tuas hastes enfeitar os ermos caminhos

9 Que rodeiam a cidade,
10 A qual foi senhora dos mortais um dia,
11 E do perdido império
12 Parecer pelo grave e taciturno aspecto
13 Servir de prova e advertência ao que passa.
14 Ora te revejo neste chão, de tristes
15 Paragens abandonadas pelo mundo amante,
16 E de aflitos destinos sempre companheira.
17 Estes campos soterrados
18 De cinzas infecundas, e recobertos
19 Da petrificada lava,
20 Que sob os pés do peregrino ecoa;
21 Onde se aninha e contorce ao sol
22 A cobra, e onde ao sabido
23 Cavernoso covil regressa o coelho;
24 Foram[114] férteis vilarejos e amanhos,
25 E viram o alourar de espigas, e ressoaram
26 Com o mugir do gado;
27 Foram jardins e palácios,
28 Ao ócio dos poderosos
29 Agradável morada; e foram cidades famosas,
30 Que com suas torrentes a majestosa montanha
31 Pela ígnea boca fulminante oprimiu

114 O sujeito deste predicado é "Estes campos alastrados"

32 Com os habitantes juntos. Agora tudo em volta
33 De ruína se cobre,
34 Onde estás assentada, oh flor gentil, e, quase
35 Dos males alheios se apiedando, ao céu
36 De dulcíssimo odor lanças um perfume,
37 Que o deserto consola. A estas plagas
38 Venha o que exaltar com louvor
39 A nossa condição costuma, e veja como
40 É o gênero nosso tratado
41 Pela amorosa natureza. E a pujança
42 Aqui com justa medida
43 Avaliar também poderá da humana estirpe,
44 Cuja dura nutriz, quando aquela menos receia,
45 Com sutil meneio num instante elimina
46 Uma parte, e pode com movimentos
47 Um pouco menos suaves subitamente
48 Aniquilar inteira.
49 Retratados nestas margens
50 Estão da humana gente
51 *Os magníficos destinos e progressivos*[115].
52 Aqui observa e mira-te a ti mesmo,
53 Século soberbo e tolo,
54 Que a via já uma vez

115 Em italiano, "Le magnifiche sorti e progressive", verso de T. Mamiani, filósofo e poeta, colocado no prefácio dos seus Inni Sacri (1.832).

55 Pelo ressurreto pensamento traçada adiante
56 Abandonaste, e, dando passos atrás,
57 Do regressar te gabas,
58 Enquanto progredir o chamas.
59 O teu folgar os engenhos todos
60 Dos quais a sorte malvada te fez pai
61 Vão adulando, ainda
62 Que com escárnio às vezes
63 Te tenham consigo. Não serei eu
64 Que com tal vergonha baixarei à terra;
65 Mas antes o desprezo que se encerra
66 Por ti no peito meu
67 Haverei de mostrar o quanto puder escancarado:
68 Conquanto eu saiba que o olvido
69 Persegue quem o próprio tempo muito desgostou.
70 Deste mal, que contigo
71 Terei em comum, até agora muito me rio.
72 Liberdade vais sonhando, e servo ao mesmo tempo
73 Queres de novo o pensamento,
74 O único que nos fez ressurgir
75 Da barbárie em parte, e o único
76 Que faz avançar a civilização, que só e para melhor
77 Conduz os fados públicos.
78 Por isso não gostaste da verdade

79 Que é a rude sorte e o degradado lugar
80 Que a natureza nos deu. Por isto as costas
81 Covardemente voltaste à luz
82 Que o tornou patente; e, esquivo, chamas
83 Vil quem a segue, e somente
84 Magnânimo aquele
85 Que a si ou a outrem enganando, astuto ou doido,
86 Até acima dos astros a mortal posição exalta.
87 Um homem de pobre condição e membros malsãos
88 Que seja n'alma generoso e elevado,
89 Não se chama a si nem se julga
90 Rico de ouro nem vigoroso,
91 E de esplêndida vida ou valorosa
92 Pessoa no meio dos outros
93 Não faz risível mostra;
94 Mas de força e de posses mísero
95 Deixa que o vejam, alheio à vergonha, e declara,
96 Falando, francamente, e as suas coisas
97 Avalia com a mesma verdade.
98 Magnânimo animal
99 Não o creio, mas estulto,
100 Aquele que, nascido para perecer, crescido em dores,
101 Diz: para gozar sou feito,
102 E de abjeto orgulho

103 Enche folhas de papel, excelsos fados e renovadas
104 Felicidades, que o céu tudo ignora,
105 E não só este orbe, prometendo-os na terra
106 A povos que uma simples onda
107 Do mar agitado, um sopro
108 De brisa maligna, um subterrâneo abalo
109 Destrói talmente, que resta
110 Para seu grande pesar a lembrança.
111 Nobre natureza é aquela
112 Que ao ousar erguer
113 Os olhos mortais encontra
114 O comum destino, e que com linguagem franca,
115 Nada à verdade removendo,
116 Confessa o mal que nos coube acaso,
117 E a baixa e fraca condição;
118 Aquela que grande e forte
119 Mostra-se no sofrer, e os ódios e as iras
120 Fraternas, ainda mais severas
121 Que qualquer outra ofensa, não acresce
122 Às suas misérias, o homem culpando
123 Pela própria dor, mas põe a culpa naquela
124 Que é a verdadeira culpada, que dos mortais
125 Mãe é de parto e de querer madrasta.
126 A esta chama inimiga; e contra ela

127 Achando estar reunida,
128 Com razão, e organizada desde o princípio
129 A humana companhia,
130 Todos juntos coligados crê
131 Os homens, e a todos abraça
132 Com verdadeiro amor, oferecendo
133 Válida e pronta ajuda e o mesmo esperando
134 Nos alternos perigos e nas angústias
135 Da guerra comum. E às ofensas
136 Do outro alçar a destra, e armar o laço
137 Ao próximo e criar estorvo,
138 Tolo crê assim como se no campo de batalha,
139 Cercado pela hoste contrária, na mais viva
140 Sucessão dos ataques,
141 Os inimigos ignorando, acerbas disputas
142 Travar com os amigos,
143 E pôr em fuga e fulminar com o ferro
144 Entre os próprios guerreiros.
145 Tais pensamentos
146 Quando forem, como já foram, claros ao vulgo,
147 E aquele horror que no princípio
148 Contra a ímpia natureza
149 Reuniu os mortais em social corrente,
150 For restabelecido em parte

151 Por um verdadeiro saber, o honesto e o justo
152 Conversar citadino,
153 E a justiça e a piedade, outras bases
154 Terão então ao invés das pomposas fábulas,
155 Nas quais a probidade do vulgo
156 Vem encontrando arrimo,
157 Como apoio pode ter o que no erro repousa.
158 Amiúde nestas margens,
159 Que, desoladas, de pardo
160 Veste a vaga empedernida, que parece ondular,
161 Acho-me à noite; e sobre a funérea lande
162 No puríssimo azul
163 Vejo no alto coriscarem as estrelas,
164 Que de longe reflete
165 O mar, e tudo cintilando em torno
166 No vazio sereno brilhar o mundo.
167 E então os olhos àquelas luzes aponto,
168 Que lhes parecem um ponto,
169 E são imensas tanto
170 Que um ponto posto-lhes diante são a terra e o mar
171 Verazmente; a elas
172 Não só o homem, mas este
173 Globo onde o homem é nada,
174 Desconhecido é por completo; e quando contemplo

175 Aqueles ainda mais infindos e remotos
176 Quase grumos de estrelas,
177 Que nos parecem névoa, aos quais não só o homem
178 E a terra, mas todas duma só vez,
179 Em número infinitas na sua imensidão,
180 E mais o áureo sol, as nossas estrelas
181 Ou são ignotas, ou assim parecem ser, como
182 Aqueles à terra, um ponto
183 De luz nebulosa; no pensamento meu
184 Que semelhas então, oh progênie
185 humana? E relembrando
186 Tua situação cá embaixo, de que dá mostras
187 O chão que eu calco; e afinal, por outro lado,
188 Tu que senhora e fim
189 Crês ter dado a Tudo, e quantas vezes
190 Te aprouve imaginar, neste obscuro
191 Grânulo de areia, que de terra leva o nome,
192 Por tua causa, de todas as coisas
193 Descerem os criadores, e conversarem assíduos
194 Com os teus próximos amavelmente, e que os derrisórios
195 Sonhos reavivando, aos sábios insulta
196 Até a época presente, que em conhecimento
197 E em civis costumes
198 Parece todas suplantar; que ímpeto afinal,

199 Mortal prole infeliz, ou que pensamento
200 Para ti o coração me arrasta?
201 Não sei se o riso ou a piedade predomina.
202 Tal como da árvore o cair dum pequenino fruto,
203 Que lá no tardo outono
204 A madurez por si só faz derribar,
205 Dum povo de formigas os doces refúgios,
206 Escavados em macio terreno
207 Com grande trabalho, e as obras,
208 E as riquezas que acumulado com afã
209 E largas fadigas a assídua gente
210 Havia prudentemente no tempo estivo,
211 Esmaga, arrasa e cobre
212 Num instante; assim do alto desabando,
213 Das entranhas tonantes
214 Arremessada ao céu profundo,
215 De cinzas, pomes e calhaus
216 Noite e ruína, vertida
217 De férvidos riachos,
218 Ou pela montana encosta
219 Furiosa em meio à vegetação
220 De liquefeitas rochas
221 E de metais e de tórrida areia
222 Descendo imensa aluvião,

223 As cidades que o mar lá nas derradeiras
224 Praias banhava, arrasou
225 E destruiu e soterrou
226 Em poucos instantes: por isso sobre elas agora pasta
227 A cabra, e cidades novas
228 Surgem da outra banda, às quais servem de escabelo
229 As sepultas, e os derribados muros
230 O duro monte aos seus pés quase pisoteia.
231 Não tem a natureza pela raça
232 Do homem mais estima ou cuidado
233 Que pela formiga: e se mais rara para ele
234 Que para a outra é a chacina,
235 Tal não se dá senão
236 Porque o homem sua progênie tem menos fecunda.
237 Passaram-se bem mil e oitocentos
238 Anos depois que sucumbiram, vencidos
239 Pela ígnea força, os populosos centros,
240 E o aldeão ocupado
241 Nos vinhedos, que a custo nestes campos
242 Nutre a morta e calcinada roça,
243 Ainda ergue o olhar
244 Desconfiado ao cume
245 Fatal, que de jeito nenhum mais brando,
246 Ainda jaz tremendo, ainda ameaça

247 Destruir a ele e aos filhos e aos haveres
248 Seus pobrezinhos. E amiúde
249 O coitado sobre o telhado
250 Da casinha rústica, na errante
251 Brisa permanecendo a noite inteira insone,
252 E aos pulos às vezes, assunta a trajetória
253 Do temido borbulhar, que se entorna
254 Do inexaurível regaço
255 Sobre o arenoso dorso, onde reluz
256 De Capri a beira-mar
257 E de Nápoles o porto e Mergellina.
258 E se o vê aproximar-se, ou se no escuro
259 Da doméstica toca chega a ouvir a água
260 Fervendo a gorgolhar, acorda os filhinhos,
261 Acorda a mulher depressa, e sai, com quanto
262 De suas coisas pegar podem, fugindo,
263 E vê de longe o costumeiro
264 Ninho seu, e o pequeno campo,
265 Que lhe foi contra a fome o único amparo,
266 Presa da vaga rutilante,
267 Que crepitando chega, e inexorável
268 Demoradamente sobre eles se esparrama.
269 Torna à luz
270 Após o antigo esquecimento a extinta

271 Pompéia, como sepulto
272 Esqueleto, que da terra
273 A avareza ou a piedade escancara;
274 E do deserto foro
275 De pé entre as fileiras
276 Das mutiladas colunatas o peregrino
277 Ao longe contempla a bífida coruta
278 E a crista fumegante,
279 Que à dispersa ruína ainda ameaça.
280 E no horror da secreta noite
281 Pelos vazios teatros,
282 Pelos templos disformes e pelas carcomidas
283 Casas, onde o morcego os filhotes esconde,
284 Como sinistro luzeiro
285 Que por vazios palácios tenebroso vagueie,
286 Corre o esplendor da funérea lava,
287 Que de longe através das sombras
288 Lança o seu rubor e o espaço todo em volta vai tingindo.
289 Assim, do homem ignara e das épocas
290 Que ele chama antigas, e do suceder que põe
291 Depois dos avós os netos,
292 Esta natureza sempre verde na verdade trilha
293 Um tão longo caminho
294 Que parece imóvel restar. Caem os reinos entrementes,

295 Passam povos e linguagens; ela não o vê:
296 E o homem de eternidade se vangloria.
297 E tu, complacente giesta,
298 Que de bosques perfumados
299 Estes campos desataviados enfeitas,
300 Também tu logo à cruel pujança
301 Sucumbirás do subterrâneo fogo,
302 Que, voltando ao lugar
303 Já conhecido, espalhará sua ávida orla
304 Sobre tuas suaves floradas. E baixarás
305 Ante a força mortal não renitente
306 Tua cabeça inocente:
307 Não porém curvada até essa hora em vão
308 Covardemente suplicando perante
309 O futuro opressor; mas não erguida
310 Com insensato orgulho às estrelas,
311 Nem no deserto, onde
312 A sede e os natalícios
313 Não por querer mas por sorte tiveste;
314 Porém mais sábia, e tão
315 Menos imperfeita que o homem, quanto as frágeis
316 Gerações tuas não julgaste
317 Feitas pelo acaso ou por ti mesma imortais.

COMENTÁRIO

Em resultado da tradução, a prosódia da poesia original não pode ser plenamente reproduzida, e a impressão que se tem é que foi diluída numa musicalidade inferior. Além disso, os campos de imagens da primeira não são passíveis de uma precisa transposição, e a impressão que fica é que o tradutor não fez jus ao criador. Finalmente, os conceitos que intermedeiam o fim poético divergem de uma língua para outra, e isso provoca algum tipo de discussão. Pobre tradutor! Que lhe resta senão pedir a misericórdia divina, já que a dos homens jamais lhe será concedida? Um texto artístico é obra antes de tudo da fantasia e só nela se resolve de maneira absoluta. Que arquitetura ou engenharia serão jamais desenvolvidas e ensinadas nos "centros politécnicos" da linguística com aptidão para desenhar o projeto, baixar as normas técnicas, suprir os cálculos devidos e vistoriar a construção dessa obra armada no "ar"? E não se esqueça que o "edifício" deve ser "dinâmico", no sentido de poder trasmudar-se circunstancialmente mediante a interpretação externa motivada por pensamentos pensados e sentimentos sentidos encapsulados numa forma que é ao mesmo tempo um estilo, uma personalidade quase viva. Se traduzir um texto artístico é "trasladá-lo" usando "material", "técnica" e "organização" em tudo análogas às usadas na concepção e realização da obra original, não surpreende que o tradutor se sinta como alguém que participasse numa corrida em que a linha de chegada assinalasse invariavelmente a vitória de um suposto competidor "ideal" sobre o competidor "real". Na prática, e eis a razão de se correr o risco, as coisas parecem menos embaraçantes, quando se pensa na transferência propriamente semântica, sobretudo no que se refere a termos menos ambíguos, por serem menos dependentes da variabilidade dos seus conteúdos. É a confiança despertada nesse nível que encoraja a enfrentar a questão da transferência estilística, quando o embaraço é bem maior e se tem a certeza de esbarrar na interpretação das múltiplas qualidades

que a fantasia utiliza para chegar a uma forma, à qual estão vinculadas também as propriedades da matéria fônica, cuja adequação à prosódia musical pode contar como objetivo da tradução (vêm à mente sobretudo os efeitos fonoestilísticos e de ritmo e harmonia do verso; está claro que esta adequação não foi sequer perseguida aqui). Por sorte, o compartilhamento de amplas características etnográficas pelas comunidades linguísticas italiana e brasileira facilita o traslado dos significados menos ambíguos de um idioma para outro.

Uma visão tradicional da crítica leopardiana (por ex., BERTONI, 1932, p. 207 ss) atesta que o timbre suave e a expressão idílica são consideradas marcas distintivas do recanatense. De fato, conquanto copiosos os motivos campestres e pastorais na sua poesia, serão estes suficientes para definir o nexo psíquico do seu estro poético? Pelo menos n*A Giesta* que traduzimos para o português, a flor que lhe empresta o nome não é um conceito unívoco da gentileza, especialmente por estar erigida em pedra de toque do pessimismo do autor. Se a flor está vestida, que resta dela, além do seu perfume? Verdadeiro idílio, por mais que o termo tenha provocado confusão dentro da crítica de poesia, denota a existência tranquila em harmonia com a natureza, logo sem os sobressaltos causados pelos desastres naturais, os quais suscitam ao contrário o temor e o arrepio. Como imaginar uma disposição de ânimo isenta de preocupações e desconforto em relação à natureza "madrasta" retratada n*A Giesta*? Múltiplos exemplos tirados da poesia provençal bastariam para estabelecer um contraponto adequado: "Quando o regato que brota da fonte clareia, e parece a flor da roseira-brava, e quando o rouxinol na ramagem varia, modula

e afina seu doce canto, é justo que eu também faça ouvir o meu.” [116] (Jaufré Rudels)

N*A Giesta* a natureza é portadora de pesar e desolação, como se movesse uma guerra contra a humanidade. O ambiente físico em torno do Vesúvio fornece antes as imagens do que restou após uma batalha campal e serve para advertir o homem histórico sobre a sua odiosa fatalidade. Na realidade, Leopardi tem em vista por essa perspectiva participar do debate acerca da natureza do mal tal como foi levado a cabo durante todo o século XVIII. Basta substituir a erupção do Vesúvio pelo terremoto de Lisboa de 1755, em torno do qual as diferentes correntes de pensamento efetivamente se enfrentaram na altura, para se entender esse ponto com mais justeza.

A Giesta retoma as noções caras aos iluministas ateus e anticonfessionais e lhes associa as lições aprendidas com a antiga erupção catastrófica, *vis-à-vis* das suas consequências nefastas. Por isso, destacam-se as cenas de desolação e horror, pintadas com cores sinistras, como testemunho dos malefícios intrínsecos à ordem natural. Só a pequenina giesta, na sua inocência solitária, pode revelar o potencial inscrito nas criaturas, na medida em que pode ser comparada a uma “sociedade” sem manchas que povoa o “deserto” magmático e ainda o acaricia com o frêmito da sua presença delicada. Já o homem, diante desse cenário, a exemplo da flor, mas na sua própria escala, deve refletir sobre as consequências nefastas das doutrinas errôneas que o têm desnorteado por longos séculos, devendo contra elas e contra a na-

116 Quan lo rius de la fontana
s’esclarzis, si cum far sol,
e par la flors aiglentina,
e ·l rossinholetz el ram
volf e refranh et aplana
son doutz chantar et afina,
dreitz es qu’ieu lo mieu refranha.

tureza criar o seu próprio destino promissor[117]. O desfilar dos eventos cruentos na estrada percorrida pelo homem mal instruído não deixa nenhuma dúvida sobre o seu desvio fundamental. Contra isso dá testemunho o autor, que põe a sua lucidez inspirada para voar, embalado pela brisa poética, sobre os ermos escuros e ameaçadores da paisagem, a qual serve de espelho à própria alma humana.

Exemplos similares desta "revelação" dos males da espécie acham-se espalhados um pouco por toda parte nos *Canti*, nas *Operette Morali* e no *Zibaldone*. É difícil apontar em que ponto *A Giesta* se afasta da obra passada[118] e contém uma intenção palinódica a ponto de ameaçar a uniformidade do pensar do poeta manifestada ao longo de sua trajetória de vida, resumida nesta passagem por FLORA, 1993, p. 122:

> Os termos da concepção leopardiana do mundo, tal como foram sendo elaborados na experiência de vida e de pensamento e da poesia são demasiado claros para que seja necessária uma longa hesitação em evocá-los; e todos estão igualmente nos *Canti*, nas *Operette* e nas prosas preparatórias do *Zibaldone*. Tudo é mal; tudo é vão, certamente a dor; os bens dos homens são escassos, mas os males são infinitos; o prazer é alegria vã, filho do afã; a esperança no futuro é angústia maior do que o mal; o tédio, que é da natureza do ar, preenche os espaços deixados vazios pelo vão prazer e pela dor; também no sonho quem vive está em estado de penúria porque em estado de desejo. Os animais são afortunados porque inocentes e ignoram os seus males; mas é verdade que todas as coisas e todos os mundos permanecem no sofrimento.

117 Cremos que Condorcet fornece o elo para a compreensão do ideário positivo leopardiano, que sonha com a fraternidade universal, a supressão das guerras, a humanidade senhora do seu destino.

118 Publicada postumamente em 1845, esta poesia foi colocada em último lugar nesta edição, e representa uma espécie de juízo intelectual definitivo sobre a história e o homem. É talvez a que menos lírica se pretende na produção do poeta.

De qualquer modo, há um ponto porém em que este poema destoa dos anteriores, qual seja na clara intenção de revestir de eloquência o raciocínio moral destinado a fundar a ação virtuosa e por conseguinte buscar a expressão apta a influenciar as decisões alheias e combater as opiniões contrárias, não por acaso sobretudo a católica da época.

As tendências intelectualistas do escritor Leopardi já foram apontadas por alguns como a marca do pensador, medido mesmo pelos padrões que avaliam os filósofos genuínos. Os que assim pensam se baseiam em sua obra em prosa, onde não faltam vestígios de exposições doutrinais afinadas com o espírito da época. É inegável que o prosador manifestou dotes reflexivos abundantes nesse campo do seu trabalho, mas isto não significa que foi além do que prevê a literatura voltada para a discussão e solução dos problemas humanos, de tão grande voga em todos os tempos, a qual ele tratou de explorar adaptando-a aos propósitos particulares seus e do momento. O problema pois não é se ele pensa enquanto leva a cabo a sua atividade literária, fato que é óbvio desde sempre, na medida em que esta implica alguma forma de reflexão, mas se o modo como o fez permite considerá-lo um legítimo homem de ideias ou pensador filosofante. A esse título fica a impressão de que as suas ideias, quando se mostram, tratam de questões sublinhadas pela noção de moralidade. N*A Giesta*, por exemplo, e com muita frequência em outros lugares, os argumentos são extraídos das disquisições de filosofia moral e expressos de maneira alusiva. Trata-se de utilizar o modelo construído com método científico, no âmbito de uma ciência prática, a partir de objetos pertinentes, na esfera da literatura, o que implica restaurá-los mediante acréscimos e desbastamentos de feição estilística visando a obter o resultado condizente com os propósitos perseguidos. Desse modo, o substrato reflexivo transplantado para uma outra escala de valores, em que predomina a esteticidade, é como que resguardado para que não sofra nenhuma avaria no percurso, quando em condições naturais, ou seja, no texto demonstrativo, ele se apresenta como o elemento mais os-

tensivamente exposto, por ser este o fim perseguido pela demonstração, ao procurar trazê-lo o quanto mais possível à luz da consciência. É por isso que não deixam de comparecer nos discursos filosofantes leopardianos o sentimento virtuoso tanto quanto a virtude sentimental, incorporados ambos na crítica vivaz dos costumes, feita de asserções e réplicas vistas como essenciais para dar densidade e brilho às áridas sentenças da racionalidade. Pintar a virtude com "grave e taciturno" aspecto, chamar a natureza quase pelo nome, ou juntando-lhe um segundo apodo, como se hipostasiada perante o homem, também este convertido em metáfora, o fato de a virtude ser vista amiúde como o sinal do verdadeiro, tudo isto faz parte do expressionismo alusivo d*A Giesta*, no seu constante aceno a uma forma robusta de defender uma ética que não é apenas deduzida, e por isso veraz, mas que para tanto deve ser também "severa".

Outros pontos d*A Giesta* que decidimos tratar com brevidade dizem respeito à peculiar conformação sintática do período leopardiano e o uso constante de vocábulos inusuais. Ambos os fenômenos têm o seu eixo nas disposições estilísticas adotadas: de um lado, a *compositio* leopardiana emprega amiúde períodos rítmicos de *cola* variáveis adaptados ao estilo da plenitude desbordante, amplificado ou transgredido por hipérbatos, anástrofes e sínquises, de que resulta o efeito de estranhamento e não raramente o de levar a atentar para os procedimentos internos de composição. Vejamos um exemplo disto neste trecho:

> E poi che gli occhi a quelle luci appunto,/ Ch'a lor sembrano un punto,/ E sono immense in guisa / Che un punto a petto a lor son terra e mare / Veracemente; a cui / L'uomo non pur, ma questo / Globo ove l'uomo è nulla, / Sconosciuto è del tutto; e quando miro / Quegli ancor piú senz'alcun fin remoti / Nodi quasi di stelle, / Ch'a noi paion qual nebbia, a cui non l'uomo / E non la terra sol, ma tutte in uno, / Del numero infinite e della mole, / Con l'aureo sole

> insiem, le nostre stelle / O sono ignote, o cosí paion come / Essi alla terra, un punto / Di luce nebulosa; al pensier mio.LEOPARDI, 1998, p. 119

A "transgressão" no nível sintático representa talvez, à parte o seu valor positivo deliberadamente estilístico, uma possível tentativa de aumentar a produtividade construtiva da língua, na direção dos seus limites, mediante o aproveitamento da maleabilidade sintática típica do idioma italiano. O Leopardi filólogo tinha plena consciência de que umas línguas estão mais submetidas a "amarras" do que outras, como fez ver ao comparar a "rigidez" sintática do francês com a "flexibilidade" do italiano.

O efeito caótico na sequência das palavras e a "distinção elegante" no plano da expressão linguística, ao mesmo tempo que são meios empregados pelo poeta para produzir o estranhamento e expressar gentileza e elegância, denotam a preocupação em evitar os vulgarismos, indicadores de torpeza idiomática. Não deixa ele porém de incorrer frequentemente no vício do preciosismo, que o obriga a buscar no repertório léxico o espécime fulgurante. F. Flora lembra o seu formalismo léxico (no ensaio "Il linguaggio poetico leopardiano", publicado na obra de A. Marchese intitulada **"Le Strutture della Critica Letteraria"**) com franca benevolência, já que, como afirma,

> exatamente com essas palavras nos seus giros mais literariamente tradicionais, e que tomados em separado parecem gastos e até ridículos; justamente com esses vocábulos elevados numa música que os faz ressoar sob um novo arco, onde parece que foram proferidos pela primeira vez, Giacomo Leopardi criou os seus mais originais encantos.(FLORA, 1993, p. 126)

A delicadeza e a graciosidade empregadas para evitar a vulgaridade recebem o nome de *nitor* ou distinção elegante, mas quando

ele as força até aos limites da pedanteria ou *mala affectatio* arrisca incorrer na *vanitas*.

Vejamos alguns exemplos de ornamentos vocabulares notáveis, por nós recolhidos:

No verso 4 *dA Giesta* (em italiano) *destaca*-se o vocábulo *arbor,* literário e submetido a abreviamento, no lugar do usual *albero*. *Arbor*(*e*) não esconde a origem latina e se mostra um momento antes da dissimilação do – r- e da metátese que deram origem a *albero*.

4: *allegra*, raro, de *allegrare* no sentido de crescer, prosperar, dito das plantas.

7: *anco* é uma forma antiga.

13: *faccian fede*. *Far fede* sugere o uso burocrático.

15: *lochi* (sing. *loco*), do lat. *locus*, forma literária, encontra o seu lugar no léxico do século XIII em diante.

16: *ognor(a)*, emprego literário do advérbio *ogniora*, derivado da expressão antiga *ogni ora;* raramente utilizado; a forma literária de preferência é *ognor*, encurtada.

17: *cosparsi*, adjetivo e particípio passado plural de *cospargere*, do lat. *conspargere*; forma erudita.

19: *impietrata,* forma incomum.

24: *fur(o)*, variante antiga do perfeito (*passato remoto*) do verbo *essere*, no sentido especial de "existência passada".

24: *liete*, no sentido literário de "fértil", "exuberante", próprio da tradição textual, enquanto retoma a acepção do lat. *laetus*, do qual deriva.

24: *colti*, plural, vocábulo antigo no sentido de "terreno cultivado".

25: *spiche*, plural, forma antiga, no lugar da usual sonorizada *spiga*, setentrional.

26: *armenti*, plural, literário.

27: *palagi*, plural, literário, em vez de *palazzo*.

29: *ospizio*, no sentido antiquado, isto é, caído em desuso, de "casa", "morada", de valor semelhante a abrigo ou alojamento (*alloggio*) na acepção antiga.

30: *altero*, literário, no sentido de "majestoso", "nobre".

31: *ignea*, vocábulo francamente literário.

33: *ruina*, literário, em vez do comum *rovina,* do lat. *ruinam*, com epêntese do – v-.

37: *piagge*, plural, de uso literário, do lat. medieval *plagiam*, "extensão de terreno em declive".

39: *vegga*, forma literária no lugar da comum *veda*, do verbo *vedere.*

39: *ha in uso*, expressão literária.

40: *cura*, literário no sentido de "cuidado", "zelo".

41: *possanza*, forma antiga de "força", "potência", do antigo francês *poissante*, derivato de *poissant*.

43: *estimar*(*e*), incomum, no lugar de *stimare*, do lat. *aes* "bronze", "dinheiro".

44: *ov'ei*, encontro de *ove*, literário, do lat. *ubi,* com *ei* (*egli*), igualmente literário.

47: *lievi*, plural, no sentido antigo de "fácil", do lat. *levis*.

54: *calle*, literário para designar "via estreita", "caminho", do lat. *callem (callis)*.

54: *insino*, literário, da locução *in sino,* do séc. XIV.

55: *innanti*, advérbio literário escrito também *innante, inante, inanti*.

58: *il*, forma átona de *egli, esso*, na função de objeto direto; substitui *lo;* de uso letterario, como o aferético *'l*.

59: *pargoleggiar(e)*, literário.

60: *rea*, literário no sentido de "malvada".

62: *ludibrio*, incomum no sentido de "coisa horrível", "ignominiosa".

65: *disprezzo,* literário no sentido de "escárnio", "ultragem".

68: *obblio*, (*oblio)*, literário ou incomum, deverbal de *obliare*.

69: *increbbe*, perfeito (*passato remoto*) de *increscere*, literário.

70: *teco* = *con te*, pronome pessoal de uso literário, do lat. *tecum*.

71: *fia* = *sarà* (pt. "será"), antigo.

73: *novo*, literário, não popular.

77: *fato,* no sentido literário de "destino", "sorte", do lat. *fatum*, "decreto pronunciado pela divindade", derivado de *fari* "falar de modo profético".

80: *diè,* perfeito de *dare*; antigo.

80: *tergo*, literário no sentido de "dorso", "a espinha de pessoas ou animais".

82: *appelli,* de *appellare*, antigo no sentido de "chamar alguém pelo nome", "invocar alguém ou algo".

86: *estolle,* de *estollere* ("alçar"), literário.

87: *inferme*, fem. pl., literário.

88: *alma,* literário.

92: *infra* = *in fra*, preposição, vocábulo antigo.

94: *mendico*, literário, do lat. *mendicum,* derivato de *mendum*, "defeito".

95: *noma*, do verbo *nomare*, literário.

108: *aura*, literário no sentido de "espírito" ou "vento leve", "brisa"; de tradição erudita, diante de *ora*, e derivado do lat. *auram,* decalque do grego *aura*, "sopro".

110: *rimembranza*, literário, do antigo francês *remembrance*, derivado de *remembrer,* em italiano *rimembrare.*

117: *frale*, literário.

128: *in pria*, advérbio, literário.

133: *aita,* literário, deverbal de *aitare (aiutare)*.

134: *perigli*, plural, literário no sentido de "perigos"; do provençal *perilh*.

138: *fòra*, condicional antigo do verbo *essere.*

142: *imprender(e)*, literário no sentido de "dar partida", "começar", "iniciar", "empreender algo".

143: *brando*, linguagem literária no sentido de "espada".

146: *fien(o)*, forma antiga do futuro de *essere*.

153: *pietade*, como o antigo *pieta*, atual *pietà*.

160: *flutto*, literário.

161: *seggo*, forma antiga de *siedo,* di *sedere* ("sentar"), e no sentido literário de "estar situado num determinado lugar", "estar", "achar-se".

163: *veggo,* forma literária de *vedo,* de *vedere.*

166: *voto*, forma antiquada de *vuoto.*

170: *a petto* = *appetto*, advérbio literário.

173: *ove*, no sentido de *dove* (onde)*,* mas mais literário.

195: *rinnovellando*, literário.

202: *pomo*, literário.

207: *opre*, plural, antigo por *opere* ("obras").

208: *a prova*, literário.

223: *cittadi*, plural, forma antiga.

235: *d'altronde*, literário no sentido de "de outro lugar", do lat. *aliter unde*, "diferentemente de onde"; a locução *d'altronde* é decalque da francesa *d'ailleurs*.

250: *ostel(lo)*, no sentido literário de "casa", "morada"; do antigo francês *ostel,* donde o moderno *hôtel*.

250: *villereccio*, adjetivo, literário no sentido de "rural", "campestre".

254: *grembo*, literário.

258: *apprressar(e)*, literário.

266: *rovente*, antigo ou empregado hiperbolicamente.

269: *celeste raggio*, expressão literária no sentido de "luz"

270: *obblivïon(e)*, literário, do lat. *oblivionem*.

277: *lunge,* antigo; o moderno é *lungi*; advérbio, literário, do lat. *longe,* derivado de *longus*.

283: *parti*, plural, literário no sentido de "filhos".

289: *etadi*, plural, forma antiga diante da moderna *età*.

291: *nepoti*, forma antiga ante a moderna *nipote*.

295: n*ol* = *non lo*.

299: *dispogliate*, do verbo *dispogliare*, incomum.

310: *inver(o)*, conjunção literária.

315: *frali* = *fragili,* plural, literário.

Deve-se notar que algumas destas expressões são repetidas sem restrições.

Um último ponto que devemos tratar diz respeito ao "abreviamento" de palavras. Em italiano, ou melhor, no florentino que constitui a base da língua literária italiana, bem como do que hoje se conhece por italiano comum, a redução do corpo de palavra, do ponto de vista gramatical, na medida em que são respeitadas as regras usuais da língua, recebe o nome de *accorciamento*, *troncamento* e *elisione*, de acordo com a maneira como é feita essa redução. Os termos apócope, ou queda de uma sílaba ou de uma vogal final, síncope, ou queda no interior da palavra, e sinalefa, ou fusão numa única sílaba da vogal final e da vogal inicial de duas palavras contíguas, designam fenômenos similares observados de um ponto de vista evolutivo. Todos os três sempre foram determinantes no desenvolvimento das línguas indo-europeias, incluindo o latim e todo o grupo românico. A síncope (conhecida também na música, onde permite mudar a acentuação normal) é provavelmente o evento mais relevante para caracterizar as mutações internas e por conseguinte a acentuação, quer no latim, quer nas línguas dele derivadas, em todas as épocas da sua história. Nas línguas românicas a tendência para a queda dos sons internos da palavra, em suma, a tendência para a "compactação" da cadeia silábica, explica em parte o seu respectivo aspecto, a ossatura silábica propriamente dita de cada uma. No francês, por exemplo, a característica compactação dos vocábulos acarretou um *rendement* fônico superior das vogais, no que diz respeito às suas possibilidades de uso, levando até a um incremento no número dessas vogais, quando comparado a outras línguas. É interessante que o desfrute destas possibilidades é muito inferior no italiano, e pelas razões contrárias, ou seja, porque esta língua preservou relativamente intacta a estrutura das palavras, aparentemente em obediência ao preceituado pelos autores e gramáticos do florentino literário. É preciso estar atento ao fato de que literário neste caso implica a ingerência até certo ponto legítima mas de qualquer modo

apoiada numa determinação que visa à normatização do idioma. Quer isto dizer que o italiano, ao mesmo tempo que pôde dar prosseguimento às suas tendências espontâneas de mudança, precisou atender às expectativas das normas criadas pelos sábios e artistas e portanto presumivelmente conter as transformações no interior das palavras que acabariam por aproximá-la de outras línguas neolatinas (e não só destas, mas também de tantas outras da família indo-europeia), as quais se fazem notar por uma ossatura silábica mais "compacta". A comprovação desse fato depende de um exame empírico da configuração interna da palavra italiana nos seus vários nichos de prática regionais, sabendo-se, no entanto, que até o momento prevalece a estabilidade nos moldes da língua idealizada, o que, entre outros motivos, tem permitido legitimar a noção de língua *standard*.

Com o fenômeno da apócope as coisas são um pouco diferentes. No italiano, é notório o quanto a apócope mostra-se funcional na poesia, desde os primeiros tempos, graças à sua capacidade de contribuir para os necessários ajustes métricos e rítmicos que o gênero requer, tal como se vê n*A Giesta*, que disso constitui um exemplo notório. Mas enquanto representa um artifício estilístico bastante engenhoso e válido, cuja utilização percorre toda a história da poesia italiana, na prosa e no italiano comum, ao contrário, a apócope comparece com parcimônia na linguagem de escritores e bem-falantes que preferem seguir a ortoepia padrão. A este propósito, pode-se repetir o que foi dito acima acerca da síncope, no sentido da tradicional injunção exercida pela padronização teórica que terminou por frear o desenvolvimento das tendências naturais que aproximariam a língua italiana das outras línguas românicas e até dos dialetos peninsulares circunstantes.

N*A Giesta* a apócope entra fundamentalmente na construção do ritmo. Bastante frequente, parece funcionar como procedimento harmonizador no afinamento da cadência musical. Não esqueçamos que se em matéria de língua Leopardi eventualmente pode ser con-

siderado em falta pelo seu preciosismo e pela escolha de vocábulos insólitos, ainda que compensados pela justeza da expressão, ao mesmo tempo é de regra considerá-lo irrepreensível no que diz respeito à "intonação" (*vide* FLORA, 1993). A possível explicação (incompleta, certamente) é que ele sabia manejar com grande precisão o "instrumental" representado pelas cadeias fônicas. É próprio do seu estilo que as restrições costumeiras feitas pela gramática sobre as terminações adequadas dos vocábulos sejam ignoradas, com a conseqüente investida contra a tipificação na formação das sílabas, mesmo levando em conta que este procedimento encontra respaldo como licença poética. Ocorre-lhe amiúde libertar-se dos hábitos que se formam em consideração ao grau de compressão respiratória e resultam na tipificação. Uma linguagem poética plena de tais experimentos comporta uma experiência de língua diferente, com uma liberdade legitimada por uma promessa de gozo maior. Assim, o "tom" leopardiano, enquanto um fato da sua linguagem, não é impedido de ocorrer por uma norma da língua, antes, ao contrário, torna-se ele próprio um fato de língua.

A propósito, dos 317 versos d*A G*iesta, identificamos 131 com um ou mais vocábulos submetidos a abreviamento.

REFERÊNCIAS

BERTONI, Giulio. **Lingua e Pensiero (Studi e Saggi Linguistici).** Florença: L. S. Olschki, 1932.

FLORA, Francesco. Il linguaggio poetico leopardiano. *In:* MARCHESE, Angelo. **Le Strutture della Critica Letteraria**. Turim: Società Editrice Internazionale, 1993.

LEOPARDI, Giacomo. La Ginestra. *In:* LEOPARDI, Giacomo. **Canti.** Milão: Rizzoli, 1998.

RUDEL, Jaufré. **Les Chansons de Jaufré Rudel.** Ed. A. Jeanroy. Paris: Champion, 1915.

X

AESTHETICA IN NUCE DE BENEDETTO CROCE[119]

EM QUE CONSISTE A ARTE OU POESIA. – Ao examinarmos uma poesia qualquer para determinar o que nos leva a vê-la como tal, distinguimos de imediato dois elementos, constantes e necessários: um complexo de imagens e um sentimento que o anima. Evoquemos, por exemplo, um trecho literário que aprendemos de cor na escola: os versos do poema de Virgílio (III, 294 ss), em que Enéias conta como, ao ficar sabendo que no país onde aportara reinava o troiano Heleno com Andrômaca, agora sua mulher, deixou-se arrebatar, em meio ao fascínio do inesperado, por um desejo imenso de rever o filho sobrevivente de Príamo e de conhecer feitos tão grandiosos. Andrômaca, que ele encontra fora das muralhas da cidade, junto às águas dum rio rebatizado com o nome de Simoente, celebrando ritos fúnebres defronte a um cenotáfio de relva verdejante e a duas aras erguidas para

119 Adoto este título, já dado por Hamann a um ensaio seu. Esta exposição foi escrita para a XIV edição da Encyclopaedia Britannica, onde se lê na rubrica Aesthetics.

O texto original utilizado nesta tradução encontra-se na obra Filosofia, Poesia, Storia. Milão: Riccardo Ricciardi Editore, 1955. (Nota do tradutor).

Heitor e Astianax; e o estupor que a invadiu ao vê-lo, fazendo-a cambalear, e as palavras entrecortadas com que o interroga procurando saber se está vivo ou se é uma aparição; e a resposta e as indagações não menos trêmulas de Enéias, e a dor e o pudor dela ao rememorar os tempos em que sobreviveu à carnificina e ao ultraje, em que foi escrava jogada ao léu e forçada a unir-se a Pirro, e depois a repulsa que sofreu, quando este uniu-a escrava a Heleno escravo, e o assassínio de Pirro por Orestes, e Heleno, libertado e transformado em rei; e a entrada de Enéias com os seus homens na cidade, sendo recebido pelo priamida naquela pequenina Tróia, naquela Pérgamo que imita a grande, com aquele novo Xanto, e abraçado à soleira da nova porta Céia – todos esses particulares, além de outros que omitimos, são imagens de pessoas, de coisas, de atitudes, de gestos, de modos de dizer, meras imagens que não se impõem como história e crítica histórica, e também não são apresentadas nem apreendidas como tais. Mas em todas elas flui o sentimento, um sentimento que não é mais do poeta do que nosso, um sentimento humano de reminiscências comovedoras, de horror, de melancolia, de saudade, de enternecimento, e até de algo ao mesmo tempo pueril e plácido, como nas reconstituições vãs de coisas perdidas, próprias daqueles jogos imbuídos de piedade religiosa, em torno da *parva Troia* [pequena Tróia], das *Pergama simulata magnis* [as Pérgamos que imitam a grande], do *arens Xanti cognomine rivus* [um árido regato chamado Xanto]: alguma coisa de inefável em termos lógicos e que somente a poesia, à sua maneira, sabe dizer com plenitude. Dois elementos que, mesmo parecendo ser dois numa análise preliminar e abstrata, não podem ser comparados a duas linhas, nem mesmo entrelaçadas, porque na verdade o sentimento converteu-se totalmente em imagens, naquele complexo de imagens, e é um sentimento contemplado e portanto resolvido e superado. Por isso, a poesia não pode ser considerada nem sentimento, nem imagem, nem soma dos dois, mas "contemplação do sentimento" ou "intuição lírica", ou (o que dá na mesma) "intuição pura", visto que é pura de toda referência histórica e crítica à realidade ou irrealidade das imagens

com as quais é tecida, e capta o puro palpitar da vida na sua idealidade. É claro que na poesia podem ser encontradas outras coisas além destes dois elementos ou momentos e da síntese de ambos; mas as outras coisas ou estão misturadas nela como elementos estranhos (reflexões, exortações, polêmicas, alegorias, etc.), ou não passam destes mesmos sentimentos-imagens, desfeitos do seu nexo, tomados materialmente, reconstituídos como eram antes da criação poética: no primeiro caso, elementos não poéticos e apenas introduzidos ou agregados; no segundo, despidos de poesia, tornados não poéticos pelo leitor não poético ou não mais poético, que dispersou a poesia, seja por incapacidade de se manter na sua esfera ideal, seja por certos fins legítimos de pesquisa histórica ou por outros fins práticos, os quais reduzem a poesia a documento e a instrumento, ou então assim a empregam.

O que se disse da "poesia" vale para todas as outras "artes" normalmente assim chamadas: para a pintura, para a escultura, para a arquitetura, para a música; sendo preciso, sempre que se discute sobre a qualidade deste ou daquele produto espiritual, em matéria de arte, enfrentar o dilema: ou se trata de uma intuição lírica, ou de uma outra coisa qualquer, ainda que muito respeitável, mas não de arte. Se a pintura fosse, como às vezes se chegou a teorizar, uma imitação ou reprodução de objetos dados, não seria arte, mas coisa mecânica e prática; se o objetivo dos pintores fosse, como se diz em outras teorias, combinar linhas, luzes e cores com industriosa novidade de achados e de efeitos, eles seriam inventores técnicos e não artistas; se a música consistisse em semelhantes combinações de tons, poderia valer o paradoxo de Leibniz[120] e do padre Kircher[121], sobre ser possível compor parti-

120 G. W. Leibniz (1646-1716), grande filósofo, matemático e sábio alemão. Pretendeu, com Bossuet, a fusão das igrejas católica e protestantes, descobriu as bases do cálculo diferencial e quis criar uma língua universal. Imaginou as mônadas, sistema segundo o qual existe entre a alma e o corpo um acordo perfeito que denominou harmonia pré-estabelecida. (Nota do tradutor)

121 A. Kircher (1602-1680), jesuíta, arqueólogo e erudito alemão, professor em Wurtzburg e depois em Roma (1635-42), ocupou-se sobretudo de magnetismo, incentivou o estudo da língua copta e tentou explicar os hieróglifos; passa por inventor da lanterna mágica. (N. do t.)

turas sem saber música, ou se deveria temer, à maneira de Proudhon[122] para a poesia e de Stuart Mill[123] para a música, que, esgotado o número das possíveis combinações de palavras e de notas, a poeticidade e a musicalidade desaparecessem do mundo. É pois notório que nessas outras artes por vezes venham a se imiscuir, como na poesia, elementos estranhos, *a parte obiecti* [da parte do objeto] ou *a parte subiecti* [da parte do sujeito], seja de fato ou em virtude do juízo pouco estético dos espectadores e ouvintes. E os críticos dessas artes recomendam excluir ou não levar em conta os elementos que classificam de "literários" na pintura, na escultura e na música, do mesmo modo que o crítico de poesia recomenda buscar a "poesia" e não se deixar extraviar pela mera literatura. O entendedor de poesia vai direto ao coração poético e lhe sente o palpitar no seu próprio coração; e onde aquele palpitar cessa, nega existir a poesia, não importando quais e quantas sejam as outras coisas que lhe estejam tomando o lugar, acumuladas na obra, ainda que dignas de apreço por seu virtuosismo e sabedoria, pela nobreza de propósitos, pela destreza do engenho, pela aprazibilidade dos efeitos. O não entendedor de poesia se deixa levar por essas coisas, e o erro não está em admirá-las, mas em admirá-las chamando-as de poesia.

DO QUE A ARTE SE DISTINGUE. – Com a definição de intuição lírica ou intuição pura, fica implícita a distinção entre a arte e todas as outras formas de produção espiritual. Explicitando essas distinções, obtêm-se as seguintes negações:

1) A arte não é filosofia, porque filosofia é pensamento lógico das categorias universais do ser, e a arte é intuição não reflexiva do ser; portanto, enquanto a primeira transcende e resolve[124] a imagem, a arte

122 P. J. Proudhon (1809-65), publicista francês, em seus escritos trata com lógica precisa os problemas sociais mais relevantes, o que lhe valeu três anos de prisão (1848-51), várias perseguições e grande popularidade. (N. do t.)

123 J. Stuart Mill (1806-73), economista e filósofo inglês, renomado no mundo anglófono. (N. do t.)

124 "Resolve" no sentido de "converte", "transforma", ou seja, "usa para seus próprios fins". Decidimos manter o termo "resolver" por remeter a uma acepção técnica. (N. do t.)

vive nos limites desta como no seu próprio reino. Diz-se que a arte não pode comportar-se de maneira irracional nem prescindir da logicidade; por certo que ela não é nem irracional nem ilógica, mas a sua própria razão e lógica é na verdade diferente da dialético-conceptual, e, justamente para ressaltar a sua peculiaridade e originalidade, foram criados os nomes de "Lógica sensível" ou de "Estética". Nas não incomuns afirmações do caráter "lógico" da arte se está fazendo um jogo de palavras com a lógica conceptual e a lógica estética, ou se está expressando simbolicamente a última em termos da primeira.

2) A arte não é história, porque história implica distinção crítica entre realidade e irrealidade, realidade de fato e realidade da imaginação, realidade da ação e realidade do desejo; e a arte está aquém de tais distinções, vivendo, como se disse, de puras imagens. A existência histórica de Heleno, de Andrômaca, de Eneias é na verdade indiferente à qualidade poética da poesia de Virgílio. Sobre isto também já surgiu a objeção de que não é estranho à arte o critério histórico, e que ela observa a lei do "verossímil"; entretanto, aqui também o "verossímil" não passa de uma metáfora pouco feliz para se designar a coerência recíproca das imagens, as quais, se não tivessem coerência interna, não subsistiriam com a sua força de imagens, como não subsistem os horacianos *delphinus in silvis* [golfinho na floresta] e *aper in fluctibus* [javali no mar], a não ser de propósito, por exotismo da imaginação que faz troça.

3) A arte não é ciência natural, porque a ciência natural é realidade histórica classificada e tornada abstrata; nem é ciência matemática, porque a matemática opera com as abstrações e não contempla. As aproximações que se fizeram por vezes entre as criações dos matemáticos e as dos poetas estão baseadas em analogias extrínsecas e genéricas; e metáfora também é a assim chamada matemática ou geometria, aninhada e em operação no fundo das artes, com a qual inconscientemente se simboliza a força construtiva, coesiva e unificadora do espírito poético, que molda o próprio corpo com imagens.

4) A arte não é jogo da imaginação, porque o jogo da imaginação passa de uma imagem a outra, impelido pela necessidade de variar, de repousar, de se distrair, de se deixar levar pela aparência de coisas agradáveis ou com interesse afetivo e patético; ao passo que na arte a imaginação está tão dominada pelo único problema de converter o sentimento tumultuado em clara intuição, que amiúde se reconheceu oportuno não chamá-la de "imaginação", mas de "fantasia", fantasia poética ou fantasia criadora. A imaginação enquanto tal é estranha à poesia, como lhe são estranhas as obras de Ana Radcliffe[125] ou de Dumas[126] pai.

5) A arte não é o sentimento na sua imediatez. Andrômaca, ao ver Enéias, fica *amens, diriguit visu in medio, labitur, longo vix tandem tempore fatur* [fora de si, dirige um olhar perdido, cambaleia e, após um longo momento, mal pode dizer:], e ao falar, *longos ciebat incassum fletus* [soltava longos e vãos lamentos]; mas o poeta não delira, seu rosto não se petrifica, não vacila, não custa a encontrar as palavras, não cai em prantos, mas se expressa em versos harmoniosos, fazendo de toda essa comoção o objeto do seu canto. É claro também que os sentimentos na sua imediatez "se expressam", como se costuma dizer, porque, se não se expressassem, se não fossem ao mesmo tempo fatos sensíveis e corpóreos ("fenômenos psicofísicos", como os chamam os positivistas e neocríticos), não seriam coisas concretas, ou seja, não seriam em absoluto; e Andrômaca se expressava da maneira que se apontou. Mas essa "expressão", ainda que acompanhada de consciência, declina até ao grau de simples metáfora quando comparada à "expressão espiritual" ou "estética", a única que expressa verdadeiramente, isto é, dá forma teórica ao sentimento e o converte em palavra, canto e figura. Nesta diferença entre o sentimento contemplado ou poesia e o sentimento exercitado ou experimentado, está a virtude atribuída à arte, de ser "libertadora dos afetos" e "apaziguadora" (catarse); e a

125 A. W. Radcliffe (1764-1823), escritora inglesa, cujos romances dão ênfase ao maravilhoso e aos incidentes dramáticos. (N. do t.)

126 A. Dumas (1802-70), célebre romancista e autor dramático francês, de vasta obra. (N. do t.)

concomitante condenação estética das obras ou partes de obras de arte em que o sentimento imediato prorrompe ou busca desafogo. Dessa distinção também deriva o outro caráter (aliás sinônimo, tal como o anterior, da expressão poética), a sua "infinitude", em oposição à "finitude" do sentimento ou da paixão imediata; o qual é também conhecido como o caráter "universal" ou "cósmico" da poesia. De fato, nota-se que o sentimento não vivido no seu tormento, mas contemplado, acaba por se espalhar em largos círculos por todo o domínio da alma, que é o domínio do mundo, com ressonâncias infinitas: regozijo e desânimo, prazer e dor, energia e abandono, seriedade e frivolidade, etc., ligam-se por seu intermédio um ao outro e levam um ao outro, sob variados matizes, de maneira que cada sentimento, mesmo conservando a sua fisionomia individual e o seu motivo originário e predominante, não se limita nem se esgota em si mesmo. Uma imagem cômica, se é poeticamente cômica, traz consigo algo que não é cômico, como se nota em Dom Quixote ou em Falstaff: e uma imagem de algo terrível nunca se mostra, na poesia, sem um fundo de elevação, de bondade e de amor.

6) A arte não é didática ou oratória, ou seja, arte ultrapassada, subjugada e limitada por um objetivo prático, qualquer que seja ele, como o de inculcar nos espíritos uma certa verdade filosófica, histórica ou científica, ou o de predispô-los a um sentimento particular e à ação correspondente. Duma só vez, a oratória retira à expressão a "infinitude" e a independência, e, tornando-a num meio para um fim, dissolve-a nesse fim. Daí o caráter "não determinante" da arte, já uma vez assinalado (por Schiller[127]), em oposição ao da oratória, que consiste em "determinar" ou "mover". Daí também a justificada desconfiança para com a "poesia política" (poesia política, poesia ruim), quando, bem entendido, continua "política" e não se erige em serena e humana poesia.

127 J. F. Schiller (1759-1805), grande poeta, historiador e autor dramático alemão; um dos chefes da escola romântica alemã. (N. do t.)

7) A arte, do mesmo modo que não se confunde com aquela forma de ação prática que lhe parece mais próxima, qual a didática ou oratória, com mais forte razão não se confunde com nenhuma outra forma de ação destinada a produzir certos efeitos de prazer, de volúpia e de bem-estar, ou, ainda, de disposição virtuosa e de fervor piedoso. Não só as obras meretrícias devem ser evitadas na arte, mas também as movidas pela preocupação com o bem, por serem igualmente, embora por outras razões, não estéticas e portanto repugnantes aos admiradores da poesia; e se Flaubert[128] notou que os livros obscenos faltam com a *verité*, Voltaire zombou de certas *Poésies sacrées*, que eram na verdade *"sacrées* (dizia ele), *car personne n'y touche"* ["sagradas, porque ninguém as toca"].

A ARTE NAS SUAS RELAÇÕES. – Estas "negações", que tornamos explícitas, são, por outro lado, como é fácil compreender, "relações", não sendo possível conceber as várias e distintas formas da atividade espiritual separadas umas das outras e operando isoladamente, cada qual ocupando-se de si mesma. Não cabe aqui delinear um sistema completo das formas ou categorias espirituais na sua ordem e na sua dialética; mas, restringindo o tema à arte, bastará dizer que a categoria da arte, como toda e qualquer categoria, pressupõe mutuamente todas as outras e é por elas pressuposta: é condicionada por todas, assim como a todas condiciona. Como poderia surgir a síntese estética que é a poesia, se não fosse antecedida por um estado de ânimo comovido? *Si vis me flere, dolendum est*, etc [o verso inteiro de Horácio conclui o trecho acima com *primum ipsi tibi* = Se queres que eu sofra, é preciso que sofras primeiro]. E esse estado de ânimo, que chamamos sentimento, que é senão todo o espírito, que pensou, quis, agiu, e pensa, deseja, sofre, desfruta e se inquieta? A poesia se assemelha ao raio de sol que brilha nessa escuridão e a inunda com a sua luz, clareando os aspectos ocultos das coisas. Por isso, ela não é obra de ânimos va-

128 G. Flaubert (1821-80), ilustre romancista francês, da escola realista. Abandonou a medicina pelas letras. (N. do t.)

zios e de mentes obtusas; por isso, os artistas que, professando equivocadamente a arte pura e a arte pela arte, se fecham para as emoções da vida e a ânsia do pensamento, mostram-se afinal improdutivos e conseguem no máximo imitar os demais ou praticar um impressionismo dissipador. Por isso, o fundamento de toda poesia é a personalidade humana, e, como a personalidade humana se completa na moralidade, o fundamento de toda poesia é a consciência moral. Que fique bem entendido que não se está dizendo que o artista deva ser pensador profundo e crítico arguto, nem que deva ser um homem moralmente exemplar ou herói; mas deve ter aquela participação no mundo do pensamento e da ação que lhe faça viver, por experiência direta ou por simpatia para com os demais, o pleno drama humano. Poderá pecar e manchar a pureza do seu ânimo e fazer-se culpado enquanto homem prático; mas deverá manter vivo, de uma forma ou de outra, o sentimento da pureza e da impureza, da retidão e do pecado, do bem e do mal. Poderá não ser dotado de grande coragem prática ou até dar sinais de desânimo e hesitação; mas deverá sentir a dignidade da coragem: muitas inspirações artísticas surgem não do que o artista é na prática como homem, mas do que não é e sente que se deve ser e admira onde o vê e procura com o desejo; muitas, quiçá as páginas mais belas da poesia heróica e guerreira, se devem a homens que jamais saberiam ou poderiam brandir uma arma. Por outro lado, não se pretende afirmar que basta possuir personalidade moral para ser poeta e artista: ser *vir bonus* [homem virtuoso] não basta sequer para ser orador, se não lhe for acrescentado o *dicendi peritus* [perito na arte de se expressar]. Para haver poesia faz-se necessária a poesia, aquela forma de síntese teórica definida acima, a genialidade poética sem a qual todo o resto é como a pilha de lenha que não queima porque não há jeito de atear-se-lhe o fogo. Por outro lado, a figura do poeta puro, do artista puro, cultor da Beleza pura, desprovido de humanidade, não é real, mas uma caricatura. – Que a poesia portanto não só pressupõe as outras formas da atividade espiritual humana, mas também é por elas pressuposta, que é não só condicionada, mas por sua vez condição, tem a

sua demonstração no fato de que sem a fantasia poética que dá forma contemplativa aos tormentos do sentimento, expressão intuitiva às impressões obscuras, e se faz representação e palavra, falada, cantada, pintada, ou o que mais seja, não surgiria o pensamento lógico, o qual não é a linguagem, embora não exista sem linguagem e utilize a linguagem que a poesia só ela criou; distingue, graças aos conceitos, as representações da poesia, ou seja, domina-as, mas não o poderia fazer se antes estas suas futuras súditas não tivessem nascido. Além disso, sem o pensamento que distingue e critica seria impossível a ação, e, com esta, a boa ação, a consciência moral e o dever. Não existe homem, por mais completamente lógico, crítico e científico que pareça, que não tenha no fundo da alma o seu pequeno tesouro de fantasia e poesia; até o pedante Wagner, o *famulus* [criado] de Fausto, confessava ter ocasionalmente as suas "*grillenhafte Stunden*" [momentos caprichosos]. Se isso lhe faltasse inteiramente, não seria homem, e portanto nem mesmo um ser pensante e atuante; e, visto ser absurda esta hipótese extrema, é somente na medida em que aquele pequeno tesouro é relativamente escasso que se percebe uma certa superficialidade e aridez no pensamento, uma certa frieza na ação.

A CIÊNCIA DA ARTE OU ESTÉTICA, E O SEU CARÁTER FILOSÓFICO. – O conceito de arte que expusemos acima é, em certo sentido, o conceito comum, o mesmo que aparece com maior ou menor clareza em todas as declarações sobre a arte e ao qual se faz constantemente referência, expressa ou tácita, e que é como que o centro em torno do qual gravitam todas as discussões a esse título. E não apenas em nosso tempo, mas em todos os tempos, como se poderia comprovar recolhendo e interpretando as afirmações de escritores, de poetas, de artistas, de leigos e até do povo. No entanto, convém desfazer a ilusão de que esse conceito existe como uma ideia inata, e substituí-lo pela verdade, qual seja a de que ele operaria como um conceito *a priori*. Ora, o *a priori* jamais subsiste por si, mas apenas nos produtos singulares que engendra; e como o *a priori* da Arte, da Poesia e da Beleza

não existe como uma ideia em algum espaço supramundano onde pode ser percebido e admirado por si mesmo, mas somente nas infinitas obras da poesia, da arte, da beleza que moldou e continua moldando, do mesmo modo, o *a priori* lógico da arte não existe alhures, mas nos juízos particulares que formou e forma, nas contestações que provocou e provoca, nas demonstrações que conduz, nas teorias que constrói, nos problemas e grupos de problemas que resolveu e resolve. As definições, distinções, negações, relações, acima expostas, têm todas a sua história, e foram elaboradas pouco a pouco ao longo dos séculos, e nós as possuímos como fruto de um trabalho diversificado, penoso e lento. A Estética, que é a ciência da arte, não tem pois por objetivo, como imaginam certas concepções acadêmicas, definir de uma vez por todas a arte e completar o respectivo quadro de conceitos, de modo a cobrir todo o campo dessa ciência; mas é apenas a ordenação contínua, sempre renovada e crescente, dos problemas que, em cada época, se apresentam à reflexão sobre a arte, e coincide inteiramente com a solução das dificuldades e com a crítica dos erros que dão estímulo e matéria ao progresso incessante do pensamento. Em vista disso, nenhuma exposição estética, muito menos uma exposição sumária, tal como cabe fazer aqui, pode jamais pretender tratar e esgotar os infinitos problemas que se apresentaram ou se apresentarão na história da Estética; mas pode apenas lembrar e tratar alguns deles, e, de preferência, os que ainda se mostram resistentes e persistentes na cultura em geral, ficando aí subentendido um "*et cetera*", para convidar o leitor a prosseguir, conforme os critérios que se lhe apresentam, no seu estudo, seja retomando os antigos debates, seja voltando-se para os relativamente novos de nossos dias, que variam e se multiplicam, por assim dizer, a toda hora, ao assumirem novos aspectos. Uma outra advertência a fazer é que a Estética, embora seja uma doutrina filosófica particular, que tem por princípio uma categoria específica e distinta do espírito, justamente por ser filosófica nunca pode ser separada do tronco da filosofia, porque os seus problemas dizem respeito à relação entre a arte e as outras formas espirituais, portanto à diferença e à identidade.

Ela é, na realidade, toda a filosofia, apenas com o foco principal dirigido para o lado da arte. Várias vezes exigiu-se, concebeu-se ou desejou-se uma Estética que valesse por si mesma, alheia a toda concepção filosófica geral determinada, consistente com várias dessas concepções ou com todas; mas a empresa é inexequível, porque contraditória. Mesmo aqueles que anunciaram uma Estética naturalista, indutiva, física, fisiológica ou psicológica, em suma não filosófica, ao passarem do projeto à execução, introduziram sub-repticiamente uma concepção filosófica geral, positivista, naturalista ou até materialista. E os que consideram falazes e ultrapassadas estas concepções filosóficas do positivismo, do naturalismo e do materialismo, não terão dificuldade em contestar as doutrinas estéticas ou pseudoestéticas que se baseavam nelas e que elas por seu turno contribuíram para fundar, e não tomarão como problemas ainda pendentes, dignos de discussão ou de insistente discussão, os problemas que nelas tinham a sua origem. Com a derrubada, por exemplo, do associacionismo psicológico (isto é, do mecanismo que substituiu a síntese *a priori*), caiu não só o associacionismo lógico, mas também o estético com a sua associação de "conteúdo" e "forma" ou de "duas representações", que era (ao contrário do *tactus intrinsecus* [toque interior], de que fala Campanella[129], exercido *cum magna suavitate* [com grande suavidade]), um *contactus extrinsecus* [contato exterior], no qual os termos, reunidos, *discedebant* [separavam-se] logo em seguida. Com a derrubada das explicações biológicas e evolucionistas dos valores lógicos e éticos, caiu também a outra análoga dos valores estéticos. Com a comprovada incapacidade dos métodos empíricos em darem conta da inteligibilidade da realidade, que eles só conseguem tipificar e classificar, caiu toda esperança de uma Estética construída mediante a classificação dos fatos estéticos e a indução das suas leis respectivas.

129 T. Campanella (1568-1639), filósofo italiano, feito prisioneiro durante 27 anos (1599-1626), sob pretexto de conspiração política. (N. do t.)

INTUIÇÃO E EXPRESSÃO. – Um dos primeiros problemas que se apresentam, uma vez definida a obra de arte como "imagem lírica", diz respeito à relação entre "intuição" e "expressão" e o modo como se dá a passagem de uma à outra. Este é, substancialmente, o mesmo problema que se apresenta em outras partes da filosofia, tal como o de exterior e interior, espírito e matéria, alma e corpo, e, na filosofia da prática, de intenção e vontade, vontade e ação, e outros similares. Colocado nestes termos, o problema é insolúvel, porque, uma vez separado o interior do exterior, o espírito do corpo, a vontade da ação, a intuição da expressão, não há como passar de um termo ao outro ou como reunificá-los, a não ser que a reunificação seja transferida para um terceiro termo, que volta e meia é apresentado como sendo Deus ou como o Incognoscível: o dualismo leva necessariamente à transcendência ou ao agnosticismo. Porém, quando os problemas se mostram insolúveis nos termos em que são postos, não resta senão criticar os próprios termos, e indagar como foram criados, e se a sua criação é logicamente legítima. A indagação neste caso leva à conclusão de que eles surgiram não em consequência de um princípio filosófico, mas por efeito de uma classificação empírica e naturalista, que formou os dois grupos de fatos internos e fatos externos (como se os internos não fossem ao mesmo tempo externos e os externos pudessem subsistir sem interioridade), de almas e corpos, de imagens e de expressões; e sabe-se que é um esforço inútil reunir em sínteses superiores o que foi objeto de distinção não filosófica e formal, mas apenas empírica e material. A alma é alma enquanto é corpo, a vontade é vontade enquanto move as pernas e os braços, ou seja, enquanto é ação, e a intuição enquanto é, no próprio ato, expressão. Uma imagem não expressa, que não seja palavra, canto, desenho, pintura, escultura, arquitetura, palavra ao menos murmurada para si mesmo, canto ao menos entoado dentro do peito, desenho e cor que se vê na fantasia e que dá cor por si mesmo a toda a alma e ao organismo, é coisa que não existe. É possível declarar a sua existência, mas não confirma-lá, porque a única confirmação possível seria a da imagem corporificada e expressa. Esta profunda proposição filosófi-

ca sobre a identidade de intuição e expressão encontra-se, de resto, no simples bom senso, que ri dos que dizem ter pensamentos, mas não saber expressá-los, de ter concebido uma grande pintura, mas não saber pintá-la. *Rem tene, verba sequentur* [Tem a ideia que as palavras se seguirão]: se os *verba* não existem, não existe sequer a *res*. Tal identidade, que deve ser afirmada em relação a todas as esferas do espírito, na da arte possui uma evidência e uma relevância que talvez façam falta em outra parte. Ao ser criada a obra poética, assiste-se como que ao mistério da criação do mundo; daí a eficácia que a ciência estética exerce sobre a filosofia como um todo, através da concepção do Uno-Todo. A estética, negando na vida da arte o espiritualismo abstrato e o dualismo que dele resulta, pressupõe e conjuntamente propõe por sua vez o idealismo ou espiritualismo absoluto.

EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO. – As objeções contra a identidade de intuição e expressão se originam normalmente de ilusões psicológicas que levam a acreditar que se possui, a todo instante, uma profusão de imagens concretas e vivas, quando se possuem quase apenas sinais e nomes para elas; ou se originam de casos mal analisados, como os dos artistas que se supõe estarem expressando de modo apenas fragmentário um mundo de imagens que têm inteiro na alma, quando na alma não retêm senão esses fragmentos, e juntamente com estes não aquele mundo suposto, mas no máximo a aspiração ou o esforço obscuro para dominá-lo, ou seja, para dominar uma imagem mais vasta e rica, que pode ou não se formar. Mas essas objeções se valem também de uma confusão entre a expressão e a comunicação, dado que esta última é realmente distinta da imagem e da sua expressão. A comunicação diz respeito à fixação da intuição-expressão num objeto que chamaremos metaforicamente de material ou físico, se bem que não se trata efetivamente, nem mesmo neste caso, de material e de físico, mas de obra espiritual. Contudo, como esta demonstração quanto à irrealidade do que se chama físico e a sua solução na espiritualidade certamente possui um interesse primordial para a concepção

total filosófica, mas apenas indireto para o esclarecimento dos problemas estéticos, podemos, por concisão, deixar passar aqui a metáfora ou o símbolo, e falar de matéria ou de natureza. É claro que a poesia já existia por inteiro quando o poeta a expressou em palavras, cantando-a dentro de si; e que, ao passar a cantá-la a plena voz para que outros a ouçam, ou ao passar a procurar pessoas que a aprendam de cor e a declamem como numa *schola cantorum* [escola de poetas-cantores], ou quando a colocam em sinais de escrita e de imprensa, entra-se numa nova etapa, certamente de muita importância social e cultural, cujo caráter já não é mais estético, mas prático. O mesmo se pode dizer no caso do pintor, que pinta sobre painel ou tela, mas não poderia fazê-lo se em cada fase do seu trabalho, da pincelada ou esboço inicial ao acabamento, a imagem intuída, a linha e a cor pintadas na fantasia não antecedessem o toque do pincel; tanto é verdade que, quando aquele toque se antecipa à imagem, é eliminado e substituído durante a correção que o artista faz da obra. O ponto exato da distinção entre expressão e comunicação é por certo muito sutil para se apreender no caso concreto, porque no caso concreto os dois processos costumam se alternar rapidamente e parecem se misturar; mas está claro na idéia, e é preciso agarrá-lo com firmeza. Em razão de se ignorar ou não dar a esse ponto a devida atenção, surgem as confusões entre arte e técnica. A técnica não é algo intrínseco à arte, mas diz respeito propriamente ao conceito de comunicação. A técnica é em geral um conhecimento ou um conjunto de conhecimentos dispostos e voltados para o aperfeiçoamento da ação prática, e, no caso da arte, da ação prática que constrói meios e instrumentos para o registro e a comunicação das obras de arte, tais como os conhecimentos sobre a preparação dos painéis, das telas, das paredes, do material corante, dos vernizes, ou sobre os modos de obter a boa pronúncia e declamação, e outros que tais. Os tratados de técnica não são tratados de Estética, nem partes ou seções destes tratados. Isto assim é desde que, entenda-se, os conceitos sejam pensados com rigor e as palavras adotadas com propriedade em termos de seu rigor conceptual, pois não valeria a pena empreender

uma discussão sobre a palavra "técnica" quando é usada, ao contrário, como sinônimo do próprio trabalho artístico, no sentido de "técnica interior", que é justamente a formação da intuição-expressão; ou então no sentido de "disciplina", ou seja, do elo necessário com a tradição histórica, da qual ninguém pode desprender-se, ainda que ninguém esteja pura e simplesmente atado a ela. A confusão entre a arte e a técnica, a substituição de uma pela outra, é uma posição muito prezada pelos artistas impotentes, que esperam das coisas práticas, e das elucubrações e invenções práticas, aquela ajuda e aquela força que não encontram em si mesmos.

OS OBJETOS ARTÍSTICOS: A TEORIA DAS ARTES ESPECIAIS E O BELO NATURAL. – O trabalho da comunicação, ou seja, da conservação e divulgação das imagens artísticas, guiado pela técnica, produz, portanto, os objetos materiais metaforicamente chamados "artísticos" e "obras de arte": quadros, esculturas, edifícios e também, de maneira mais complicada, escritos literários e musicais, e, nos dias de hoje, fonógrafos e discos, que tornam possível reproduzir vozes e sons. Mas nem estas vozes e sons, nem os sinais da pintura, da escultura e da arquitetura são obras de arte, as quais não existem senão nas almas que as criam ou recriam. Para eliminar a aparência de paradoxo a esta verdade sobre a inexistência de objetos e coisas belas, será oportuno evocar o caso análogo da ciência econômica, a qual bem sabe que em economia não existem coisas naturalmente e fisicamente úteis, mas apenas necessidades e trabalho, das quais as coisas físicas tomam metaforicamente aquele adjetivo. Quem em economia quisesse deduzir o valor econômico das coisas a partir das suas qualidades físicas cometeria uma grosseira *ignoratio elenchi* [erro de classificação].

No entanto, esta *ignoratio elenchi* foi cometida, e ainda perdura, na Estética, com a doutrina das artes especiais e dos seus limites, ou seja, do caráter estético próprio de cada uma. As divisões das artes são meramente técnicas ou físicas, conforme os objetos artísticos sejam constituídos de sons, tons, objetos coloridos, objetos gravados ou es-

culpidos, objetos construídos e que não pareçam ter correspondência com corpos naturais (poesia, música, pintura, escultura, arquitetura, etc.). Perguntar qual é o caráter artístico de cada uma destas artes, o que cada uma pode ou não pode, que tipo de imagens são expressas em sons ou tons, em cores ou linhas, e por aí afora, é como perguntar em economia que coisas, por suas qualidades físicas, devem ter um preço e quais não, e que preço devem ter umas em relação às outras, quando está claro que as qualidades físicas não entram em questão e qualquer coisa pode ser desejada e procurada, e receber um preço maior do que outras ou do que todas as outras, conforme as circunstâncias e as necessidades. Foi por se meter inadvertidamente nessa esparrela que um Lessing[130] acabou chegando a conclusões tão estranhas como a de que a poesia trata de "ações" e a escultura de "corpos"; até Richard Wagner[131] se pôs a cismar com uma arte abrangente, a Ópera, que reunisse, por agregação, as potencialidades de todas as artes individuais. Quem possui senso artístico, num verso, num versinho poético, encontra reunidas musicalidade, picturalidade, força escultórica, estrutura arquitetônica, bem como numa pintura, a qual não é uma questão só de olhos, mas sempre de alma, e na alma não perdura apenas como cor, mas também como som e palavra, até como silêncio, que à sua maneira é som e palavra. Mas quando se tenta pegar separadamente a musicalidade, o pictórico ou as outras coisas, elas se esquivam e se transformam umas nas outras, fundindo-se na unidade, embora por costume sejam encaradas individualmente. Em outras palavras, percebe-se que a arte é uma e não se divide em várias artes. Uma, e ao mesmo tempo infinitamente variada; variada não de acordo com os conceitos técnicos das artes, mas de acordo com a infinita variedade das personalidades artísticas e dos seus estados de ânimo.

130 G. E. Lessing (1729-81), famoso literato, poeta, filósofo e crítico alemão. A sua extensa erudição e a importância de seus escritos deram grande impulso ao movimento literário e dramático alemão. (N. do t.)

131 R. Wagner (1813-1883), famoso compositor alemão, cujas obras caíram no gosto inicialmente na Alemanha. (N. do t.)

A esta relação e a este intercâmbio entre as criações artísticas e os instrumentos da comunicação ou "objetos artísticos" deve-se remeter o problema referente ao belo natural. Deixamos de lado a questão, que porém ocorre a alguns estetas, se, além do homem, outros seres estariam dotados pela natureza para a poesia e a arte; questão que merece uma resposta afirmativa, não só por devida homenagem aos passarinhos canoros, mas ainda mais por causa da concepção idealista do mundo, que é todo ele vida e espiritualidade; mesmo se, como na fábula popular, já não podemos contar com aquele fiapo de capim que, colocado na boca, permitia entender as palavras dos animais e das plantas. Por "belo natural" são designados na verdade pessoas, coisas, lugares, que por seus efeitos no ânimo são semelhantes à poesia, à pintura, à escultura e às outras artes; e não é difícil admitir tais "coisas artísticas naturais", porque o processo de comunicação poética, tal como ocorre com os objetos produzidos artificialmente, pode ocorrer com objetos produzidos naturalmente. A fantasia do enamorado cria a mulher que lhe parece bela e a personifica em Laura [musa de Petrarca]; a fantasia do peregrino cria a paisagem encantada ou sublime e a personifica na cena de um lago ou de uma montanha; e estas criações poéticas ganham por vezes difusão mais ou menos ampla nos meios sociais, donde a origem das "belezas profissionais" femininas, admiradas por todos, e das "paisagens" célebres, ante as quais todos se extasiam mais ou menos sinceramente. A verdade é que estas formações são instáveis: a zombaria às vezes as desfaz, a saciedade as exaure, o capricho da moda as substitui; e, diferentemente das obras artísticas, não permitem interpretações autênticas. O golfo de Nápoles, visto do alto de uma das "ville" mais belas do Vomero, foi, ao fim de alguns anos de visão inalterável, declarado pela senhora russa que comprara aquela "villa" *une cuvette bleue* [uma bacia azul], tornando-se para ela tão odioso no seu azul bordejado de verde, que acabou por vender a propriedade. Mesmo a imagem da *cuvette bleue* era, de resto, uma criação poética, sobre a qual não cabe discutir.

OS GÊNEROS LITERÁRIOS E ARTÍSTICOS E AS CATEGORIAS ESTÉTICAS. – Muito maiores e mais deploráveis consequências tiveram na crítica e na historiografia literária e artística uma teoria de origem bastante distinta, porém análoga, qual seja, a dos gêneros literários e artísticos. Ela também, como a anterior, tem por base uma classificação, em si mesma legítima e útil: aquela, os agrupamentos técnicos ou físicos dos objetos artísticos, esta, as classificações que se fazem das obras artísticas, segundo o seu conteúdo ou motivo sentimental, em obras trágicas, cômicas, líricas, heróicas, amorosas, idílicas, romanescas, com as devidas divisões e subdivisões. Na prática é útil distribuir por essas classes as obras de um poeta quando se faz uma edição, colocando num volume as líricas, no outro os dramas, num terceiro os poemas, num quarto os romances; e é conveniente, e até indispensável, adotar esses títulos nas obras e nos grupos de obras ao falar e escrever sobre elas. Mas aqui também é preciso declarar indevida e negar a transposição destes conceitos classificatórios para as leis estéticas da composição e para os critérios estéticos do juízo; tal como se acaba fazendo quando se pretende estabelecer que a tragédia tenha este ou aquele tema, este ou aquele tipo de personagens, este ou aquele curso de ação e esta ou aquela extensão; e diante de uma obra, quando, ao invés de se buscar e julgar a poesia que lhe é própria, se começa a perguntar se se trata de tragédia ou de poema, e se estão sendo obedecidas as "leis" de algum dos "gêneros". A crítica literária do século XIX deve os seus grandes progressos em grande parte ao fato de ter abandonado os critérios dos gêneros, dos quais se fizeram quase cativas a crítica do Renascimento e a do classicismo francês, como comprovam as disputas então surgidas em torno da *Commedia* de Dante[132] e dos

132 Dante Alighieri (1265-1321), grande poeta italiano, autor da Divina Comédia, composta no exílio, e um dos elaboradores da língua literária italiana. (N. do t.)

poemas de Ariosto[133] e Tasso[134], do *Pastor Fido* de Guarini[135], do *Cid* de Corneille[136], dos dramas de Lope de Vega[137]. Os artistas não puderam tirar o mesmo proveito com o fim destes preconceitos, porque, independentemente de eles serem negados ou admitidos na teoria, o fato é que quem tem gênio artístico passa através dos vínculos da servidão, e das próprias cadeias faz um instrumento de poder, ao passo que quem o tem pouco ou não o tem transforma em nova servidão a própria liberdade.

Chegou-se a pensar que se deveria salvar das divisões dos gêneros, conferindo-lhe valor filosófico, ao menos uma: a da "lírica", "epopeia" e "drama", interpretando-a como três momentos do processo de objetivação, que vai da lírica, efusão do eu, à epopeia, quando o eu separa de si mesmo o sentir, narrando-o, e desta ao drama, no qual é permitido que ele crie por si mesmo os seus porta-vozes, as *dramatis personae* [personagens dramáticas]. Mas a lírica não é efusão, nem clamor ou pranto, mas, ao contrário, é ela própria uma objetivação, pela qual o eu se vê a si mesmo em espetáculo e se narra e dramatiza; e este espírito lírico forma a poesia do epos e do drama, que, portanto, não se distinguem daquela senão por aspectos extrínsecos. Uma obra que seja toda poesia, como *Macbeth* ou *Antônio e Cleópatra*, é substancialmente uma lírica, da qual as personagens e as cenas representam os vários tons e as sucessivas estrofes.

Nas velhas Estéticas e ainda hoje nas que perpetuam o tipo, reservava-se grande espaço às chamadas categorias do belo: o sublime,

133 L. Ariosto (1474-1533), célebre poeta italiano, levou a vida inteira burilando o seu Orlando Furioso. (N. do t.)

134 T. Tasso (1544-95), grande poeta italiano, autor de Jerusalém Libertada. (N. do t.)

135 J. B. Guarini (1537-1612), poeta italiano, professor de literatura em Ferrara, amigo de Tasso. (N. do t.)

136 P. Corneille (1606-84), grande poeta dramático francês, considerado o criador da arte dramática no seu país. Morreu quase na miséria. (N. do t.)

137 F. Lope de Vega (1562-1635), célebre poeta e autor dramático espanhol. Depois de vários casamentos, tornou-se padre e capelão dos franciscanos. Autor de um número considerável de poesias e de peças de teatro que lhe conferiram fama e fortuna. (N. do t.)

o trágico, o cômico, o gracioso, o humorístico, e outras, que os filósofos, sobretudo os alemães, não só passaram a tratar como se fossem conceitos filosóficos (quando são simples conceitos psicológicos e empíricos), mas também desenvolveram com uma dialética que vale unicamente para os conceitos puros ou especulativos, isto é, para as categorias filosóficas, com o que perdiam tempo ordenando-as numa série de progressão imaginária que culminava ora no Belo, ora no Trágico, ora no Humorístico. Tomando aqueles conceitos por aquilo que se disse que eles são, percebe-se a sua substancial correspondência com os conceitos dos gêneros literários e artísticos, a partir dos quais, de fato, e principalmente a partir das "instituições literárias", vieram desembocar na filosofia. Na medida em que são conceitos psicológicos e empíricos, não pertencem à Estética, e no seu conjunto não designam nada mais que a totalidade dos sentimentos (empiricamente distintos e ordenados), que são a perpétua matéria da intuição artística.

RETÓRICA, GRAMÁTICA E FILOSOFIA DA LINGUAGEM. – Que todo erro tenha um motivo real e se origine de uma arbitrária combinação de coisas em si legítimas, é confirmado pelo exame de outras doutrinas errôneas, as quais tiveram larga difusão no passado e ainda continuam tendo, se bem que em menor escala. Quando se ensina a escrever, é perfeitamente legítimo lançar mão de divisões como as do estilo simples e do figurado, da metáfora e das suas formas, e indicar que num lugar convém falar sem metáfora, noutro com metáfora, e que noutro ainda a metáfora empregada é incoerente ou excessiva, e que conviria aqui uma figura de "preterição", acolá uma "hipérbole" ou uma "ironia". Mas quando se perde a consciência da origem realmente didática e prática destas distinções e se passa a filosofar, mediante uma teoria da forma que distingue uma forma "simples" de uma forma "ornamentada", uma forma "lógica" de uma forma "afetiva", etc., introduz-se no seio da Estética a Retórica e se vicia o conceito genuíno da expressão. Que nunca é lógica, mas sempre afetiva, ou seja, lírica e fantástica, e é sempre, e por isso mesmo não é nunca,

metafórica, e portanto sempre própria; nunca é simples para que seja preciso recobri-la, nem ornamentada para que seja preciso sobrecarregá-la de coisas estranhas, mas sempre resplandecente de si mesma, *simplex munditiis* [de uma elegância simples]. Também o pensamento lógico e a ciência, no momento em que se expressam, tornam-se sentimento e fantasia, sendo este o motivo pelo qual um livro de filosofia, de história, de ciência pode ser não só verdadeiro, mas também belo, podendo de qualquer modo ser avaliado não só por critérios lógicos, mas também estéticos, razão por que se diz às vezes que um livro está errado do ponto de vista da teoria, da crítica ou da verdade histórica, mas continua sendo, em virtude do sentimento que o anima e que nele se expressa, uma obra de arte. O sentido de verdade que se agitava no fundo da distinção de forma lógica e forma metafórica, de dialética e retórica, era a necessidade de construir ao lado da ciência da Lógica uma ciência da Estética; no entanto, fazia-se um esforço equivocado para distinguir as duas ciências no campo da expressão, que pertence a uma delas apenas.

Por uma necessidade não menos legítima, naquela outra parte da didática que é o ensino das línguas começou-se desde a antiguidade a dividir as expressões em períodos, proposições e palavras, e as palavras em várias classes, e em cada uma passou-se a analisá-las conforme as suas variações e composições em radicais e sufixos, em sílabas e em fonemas ou letras; assim nasceram os alfabetos, as gramáticas, os dicionários, tal como, de maneira análoga, para a poesia se conceberam as artes da métrica, e para a música e as artes figurativas e arquitetônicas, as gramáticas musicais, pictóricas, e assim por diante. Mas nem os antigos conseguiram evitar que também nesta parte se efetuasse uma daquelas passagens indevidas *ab intellectu ad rem* [da inteligência ao fato], das abstrações à realidade, da empiria à filosofia, que observamos nos outros casos; e assim se chegou a conceber a fala como reunião de palavras e as palavras como reunião de sílabas ou de radicais e sufixos: quando o *prius* é justamente a fala como um *continuum,*

semelhante a um organismo, e as palavras, as sílabas e os radicais são o *posterius*, o preparado anatômico, o produto do intelecto abstrativo e não exatamente o fato originário e real. Com o traslado da Gramática, a par da Retórica, para dentro da Estética, ocorreu um desdobramento em "expressão" e "meios" da expressão, que é afinal uma duplicação, porque os meios de expressão são a própria expressão, fracionada pelos gramáticos. Este erro, em combinação com o outro da forma "simples" e forma "ornamentada", impossibilitou ver que a Filosofia da linguagem não é uma Gramática filosófica, mas está além de toda gramática, e não torna filosóficas as classes gramaticais, mas as ignora, e, quando as encontra, destrói-as; e que, afinal, a Filosofia da linguagem é uma só com a Filosofia da poesia e da arte, com a ciência da intuição-expressão, com a Estética, a qual abarca a linguagem em toda a sua extensão, que compreende a linguagem fônica e articulada, e na sua realidade intacta, que é a expressão viva e de sentido completo.

O CLÁSSICO E O ROMÂNTICO. – Os problemas que repassamos pertencem mais ao passado, a um passado secular, que ao presente, no qual daquelas posições falazes e soluções errôneas sobraram apenas regras gastas, encontradas mais nos livros escolares que na consciência e na cultura em geral. Entretanto, é preciso estar sempre atento para podar e arrancar as mudas que não param de brotar dos velhos troncos, como hoje acontece com a teoria dos estilos aplicada à historiografia artística (Wölfflin[138] e outros), e levada à história da poesia (Strich[139] e outros), uma nova invasão de abstracionismos retóricos no juízo e na história das obras artísticas. Mas o problema principal de nossa época, que a Estética deve dominar, refere-se à crise na arte e no juízo da arte, surgido na era romântica. Não que a crise não tenha certos antecedentes e situações similares que se pode fazer remontar

138 H. Wölfflin (1864-1945), historiador da arte suíço. Em sua análise estilística formal dos motivos e da composição artística combinou história cultural e introspecção psicológica no processo criativo para formar um sistema estético completo. Sua teoria da forma influenciou o desenvolvimento da crítica de arte. (N. do t.)

139 F. Strich (1882-1963), historiador da literatura alemão, baseou sua pesquisa literária nos conceitos de história da arte de Wölfflin. (N. do t.)

a períodos anteriores, tal como na antigüidade a arte helenística e a literatura dos últimos séculos de Roma, e, nos tempos modernos, a arte e a poesia barroca que se seguiram às do Renascimento. Mas na era romântica a crise atingiu, com motivações e fisionomia próprias, uma dimensão superior, confrontando poesia ingênua e poesia sentimental, arte clássica e arte romântica, dividindo, com base nesses conceitos, a arte única em duas artes intimamente diferentes, e tomando partido pela segunda, como se fosse a mais adequada aos tempos modernos, ao reivindicar na arte o direito primordial do sentimento, da paixão e da imaginação. Por um lado, tratava-se de uma reação justa contra a literatura racionalista e classicista de caráter francês, ora satírica, ora frívola, pobre de sentimento e de fantasia, desprovida de senso poético profundo; mas, por outro lado, o romantismo era uma revolta não contra o classicismo, mas contra o próprio clássico, contra a idéia da serenidade e infinitude da imagem artística, contra a catarse e a favor da passionalidade tumultuosa, indócil e resistente à purificação. Foi o que compreendeu muito bem Goethe, poeta a um tempo de paixão e serenidade, e, como tal, e porque poeta, clássico; o qual se pronunciou contrário à poesia romântica, considerando-a "poesia de hospital". Mais tarde acreditou-se que a doença tivesse completado o seu ciclo e o romantismo estivesse ultrapassado; mas haviam passado apenas alguns dos seus conteúdos e das suas formas, não a alma, a qual se mostrava inteira no desequilíbrio da arte voltada para a expressão imediata das paixões e das impressões. Mudou só de nome, pois continuou a viver e operar, chamando-se "realismo", "verismo", "simbolismo", "estilo artístico", "impressionismo", "sensualismo", "imagismo", "decadentismo", e nos dias de hoje, nas suas formas extremas, "expressionismo" e "futurismo". O próprio conceito de arte sofre um abalo nessas doutrinas, que tendem a substituí-lo pelo de alguma outra espécie de não-arte; que a batalha seja contra a arte está confirmado pela aversão que a ala extremista desta escola manifesta contra os museus e as bibliotecas, contra toda a arte do passado, isto é, contra a idéia de arte, que coincide existencialmente com a arte realizada ao longo da histó-

ria. Os laços deste movimento, na sua feição atual, com o industrialismo e com a psicologia que ele favorece e promove, são evidentes: o que difere da arte é a vida prática, tal como é vivida nos tempos modernos; e a arte não quer ser a expressão e portanto a superação desta vida na contemplação do infinito e universal, mas o lado da vida que clama, gesticula e irrompe em cores. Por outro lado, como é natural, os poetas e os artistas que o são de verdade, sempre raros em qualquer época, continuam a trabalhar, hoje e sempre, de acordo com a antiga e única concepção de arte, a expressar o seu sentir em formas harmônicas, e os entendedores de arte (estes também mais raros do que se imagina) continuam a julgar de acordo com aquela concepção. Isto não impede, porém, que a tendência a destruir a idéia de arte seja um aspecto característico do nosso tempo, e que esta tendência tenha origem no *proton pseudos* [falso começo] que confunde a expressão espiritual ou estética com a expressão natural ou prática, aquilo que em tumulto passa pelos sentidos e irrompe dos sentidos como o que a arte elabora, constrói, desenha, colore e molda, e que é a sua criatura plena de beleza. O problema atual da Estética é a restauração e defesa do clássico contra o romantismo, do momento sintético, formal e teórico, no qual reside o que é próprio da arte, contra o momento afetivo, que a arte tem por propósito resolver em si, e que nos dias de hoje se volta contra ela e procura usurpar-lhe o lugar. É claro que as *portae Inferi non praevalebunt* [as portas do Inferno não prevalecerão] contra a inexaurível eficácia do espírito criador; mas o esforço por obter esse predomínio perturba no momento o juízo da arte, a vida da arte, e, conseqüentemente, a vida intelectual e moral.

A CRÍTICA E A HISTORIOGRAFIA ARTÍSTICO-LITERÁRIA. – Um outro grupo de questões encontradas nos tratados de Estética, embora dispostas de maneira oportuna, pertencem no fundo à Lógica e à teoria da historiografia. Trata-se das questões que dizem respeito ao juízo estético e à história da poesia ou das artes. A Estética, ao demonstrar que a atividade estética ou arte é uma das formas do espírito,

é um valor, uma categoria, independentemente do nome que receba, e não (como pensaram teóricos de várias correntes) um conceito empírico referente a certas ordens de fatos utilitários ou mistos; ao estabelecer a autonomia do valor estético, demonstrou e estabeleceu desse modo que ela é predicado de um juízo específico, o juízo estético, e é assunto da história, de uma história especial, a história da poesia e das artes, a historiografia artístico-literária.

As questões que se levantaram em torno do juízo estético e da historiografia artístico-literária são, desde que respeitado o caráter próprio da arte, fundamentalmente as mesmas questões metodológicas que se encontram em todos os campos da historiografia. Já se perguntou se o juízo estético é absoluto ou relativo; mas todo juízo histórico (e tal é o juízo estético que afirma a realidade e qualidade dos fatos estéticos) é sempre absoluto e relativo ao mesmo tempo: absoluto, na medida em que a categoria com a qual é construído constitui uma verdade universal; relativo, na medida em que o objeto, por ela construído, é historicamente condicionado; por isso, no juízo histórico a categoria se individualiza e a individualidade se absolutiza. Aqueles que no passado negavam o caráter absoluto do juízo estético (estetas sensistas, hedonistas, utilitaristas) negavam, de fato, a qualidade e realidade da arte, a sua autonomia. Houve quem perguntasse se o conhecimento da cronologia, isto é, de toda a história de um dado momento, seria necessário ao juízo estético; por certo é necessário, porque, como sabemos, a criação poética pressupõe todo o resto do espírito que ela converte em imagem lírica, e a criação estética individual, todas as outras criações de um dado momento histórico (paixões, sentimentos, costumes, etc.). Por aí se vê como igualmente se enganam tanto os que defendem um mero juízo histórico da arte (historicistas) como os que defendem um mero juízo estético (estetas); porque os primeiros pretendem ver na arte todo o resto da história (condições sociais, biografia do autor, etc.) e não, juntamente com e acima de tudo isso, aquela parte que é própria da arte, e os outros pretendem julgar a obra de arte

fora da história, isto é, privando-a do seu sentido genuíno, e tomando-a no sentido de fantasia ou adequando-a a modelos arbitrários. Como resultado, surgiu uma espécie de ceticismo quanto à possibilidade de se chegar a um entendimento com a arte do passado: ceticismo que, nesse caso, deveria se estender a todas as outras partes da história (do pensamento, da política, da religião, da moralidade), e que se refuta por si mesmo por redução ao absurdo, porque também a arte e a história que se diz moderna ou atual é "passada", como a das eras mais remotas, e se recria na atualidade, tal como aquela, apenas no ânimo que torna a senti-la e na inteligência que a compreende. O fato de existirem obras e épocas artísticas que nos restam obscuras significa apenas que faltam atualmente em nós as condições de fazê-las reviver interiormente e de entendê-las, assim como nos faltam em relação às idéias, costumes e ações de tantos povos e épocas. A humanidade, como o indivíduo, lembra algumas coisas e esquece muitas outras, a não ser que se renove nela a lembrança, quando para isso a conduz o desenvolvimento espiritual.

Uma última questão diz respeito à forma que convém à história artístico-literária, a qual, no tipo que se formou principalmente na era romântica e que ainda hoje predomina, expõe a história das obras de arte em função dos conceitos e das necessidades sociais das várias épocas, como suas expressões estéticas, ligando-as estreitamente à história civil: o que leva a desprezar, e quase a sufocar, a característica própria e individual das obras de arte, aquilo que as torna obras de arte, inconfundíveis entre si, e a tratá-las como documentos da vida social. A verdade é que, na prática, este método é moderado pelo outro, que se poderia chamar de "individualizante" e que dá relevo ao caráter próprio das obras singulares; mas a moderação tem o vício de todo ecletismo. Para sair disto, não há outra alternativa senão desenvolver de maneira consistente a história individualizante e tratar as obras artísticas não em função da história social, mas cada uma como um mundo em si mesmo, para o qual conflui de tempos em tempos toda a his-

tória, transfigurada e superada, graças à fantasia, na individualidade da obra poética, a qual é uma criação e não um reflexo, um monumento e não um documento. Dante não é apenas um documento da Idade Média, nem Shakespeare[140] um documento da era isabelina, existindo para fim documentário uma variedade igual ou maior de informações em poetas ruins e em não poetas. Já houve quem objetasse que, com este método, a história artístico-literária se configura numa série de ensaios e monografias, sem nexo entre si; mas é claro que o nexo é dado por toda a história humana, da qual as personalidades poéticas fazem parte e uma parte bastante notável (o advento da poesia shakespeariana não é menos importante do que o advento da Reforma religiosa ou da Revolução francesa), e, justamente por fazerem parte, não devem submergir e desaparecer nessa história, isto é, nas outras partes dessa história, mas conservar a sua própria e original relevância e característica.

A HISTÓRIA DA ESTÉTICA. – A história da Estética, devido ao caráter de ciência filosófica desta, já mencionado, não pode ser separada da história do conjunto da filosofia, que a ilumina e por sua vez é por ela iluminada. Por exemplo, fica claro a partir daí como a chamada tendência subjetivista da filosofia, tomada pelo pensamento filosófico com Descartes[141], em prol da busca do poder criativo do espírito, também favorece indiretamente a busca do poder estético; e, por outro lado, no que diz respeito à eficácia exercida pela Estética sobre o resto da filosofia, basta lembrar o quanto a consciência avançada da Fantasia criadora e da Lógica poética contribuiu para libertar a Lógica filosófica do intelectualismo e formalismo tradicional, e, reaproximando o ato do pensamento ao ato da poesia, para erigi-la em Lógica especulativa

140 W. Shakespeare (1564-1616), grande poeta dramático inglês, considerado o maior no gênero em seu país. Às vezes, visto como o pai da escola romântica, por exemplo por F. Schlegel. (N. do t.)

141 R. Descartes (1596-1650), grande filósofo e matemático francês, um dos maiores que o seu país produziu. Além de ser considerado o criador da filosofia moderna, fez grandes progressos nas matemáticas. Seus escritos lhe valeram reputação universal. (N. do t.)

ou dialética nas filosofias de Schelling[142] e Hegel[143]. Mas se a história da Estética deve fazer parte da história integral da Filosofia, esta mesma história deve ser, olhando por outro ângulo, ampliada além dos confins nos quais normalmente é mantida e nos quais se costuma fazê-la coincidir com a série das obras dos filósofos ditos profissionais e das exposições didáticas denominadas "sistemas filosóficos". Os novos pensamentos filosóficos, ou os seus germes, normalmente são encontrados ativos e vigorosos em livros que não são de filósofos profissionais, nem aparentemente sistemáticos: no campo da ética, nos livros ascéticos e religiosos; no da política, nos livros dos historiadores; no da estética, nos dos críticos de arte, e assim por diante. Além disso, vale lembrar que, a rigor, o objeto da história da Estética não é o problema, o problema único, da definição da arte, que deixará de existir quando se chegar, se se chegar, a essa definição; mas são os infinitos problemas que estão sempre brotando em torno da arte, e nos quais aquele problema único, a definição da arte, se particulariza e se concretiza, e só então verdadeiramente passa a existir. Com estas advertências, que é preciso ter bem presentes, pode-se passar a um delineamento geral da história da Estética, que sirva de orientação preliminar, sem o risco de vir a ser entendida de maneira rígida e simplista.

Neste esboço geral convém aceitar, tanto por corresponder aos propósitos da exposição como à verdade histórica, a declaração corriqueira de que a Estética é uma ciência moderna. A antiguidade greco-romana não especulou, ou o fez muito pouco, sobre a arte, tendo-se dedicado sobretudo a criar uma sua didática, em outras palavras, não a "filosofia", mas a "ciência empírica" da arte. Daí os seus tratados de "gramática", "retórica", "instituições oratórias", "arquitetura", "música", "pintura" e "escultura": fundamento de toda a instrução ulterior, bem como da nossa de hoje em dia, na qual aquelas exposições foram

142 F. W. Schelling (1775-1854), célebre filósofo alemão, um dos pensadores mais profundos do seu país, juntamente com Kant, Fichte e Hegel. (N. do t.)

143 G.W. F. Hegel (1770-1831), famoso filósofo alemão, inicialmente discípulo de Schelling e de Fichte. Desenvolveu uma espécie de panteísmo lógico. (N. do t.)

simplificadas e acabaram sendo interpretadas *cum grano salis* ["com uma pitada de sal" = com alguma ressalva], embora não inteiramente abandonadas, porque na prática são indispensáveis. A filosofia da arte não encontrava condições favoráveis e estímulo na filosofia antiga, que era sobretudo "física" e "metafísica", e apenas secundária e episodicamente "psicologia", ou, como é preciso dizer com mais exatidão, "filosofia do espírito". Aos problemas filosóficos da Estética foram feitas algumas alusões, ora negativas, como a negação platônica do valor da poesia, ora positivas, como a defesa aristotélica, que procurou assegurar à poesia uma esfera própria entre a história e a filosofia, e ainda outras, além dessas, como as especulações de Plotino, que pela primeira vez reuniu e unificou os dois conceitos, antes separados, da "arte" e do "belo". Outros pensamentos importantes dos antigos foram que à poesia pertenciam os "mitos" e não os "logoi", e que nas proposições as expressões meramente "semânticas", retóricas e essencialmente poéticas devem ser distintas das "apofânticas" ou lógicas. Ultimamente se tem falado de um novo filão da Estética grega nas doutrinas epicuristas expostas por Filodemo, em que a fantasia parece adquirir um realce quase romântico. De todo modo, estas alusões se mostraram pouco fecundas, e o robusto e seguro juízo dos antigos em matéria de arte não se aprofundou e plasmou no sentido de uma ciência filosófica verdadeira e adequada, em razão da barreira que persistia no caráter geral objetivista ou naturalista da filosofia antiga, e que só o cristianismo, ao dar importância aos problemas da alma e colocá-los no centro das discussões, começou a remover ou mobilizou as forças que levaram à sua remoção.

Mas mesmo a filosofia cristã, seja pelo predomínio da transcendência, do misticismo e do ascetismo, seja pela forma escolástica, recebida da filosofia antiga, à qual foi-se acomodando, se por um lado aguçou os problemas morais e tornou delicada a sua exposição, por outro não sentiu e não colocou os da fantasia e do gosto, do mesmo modo que evitou aqueles (que lhes correspondem na esfera prática) relati-

vos às paixões, aos interesses, à utilidade, à política e à economia. Como a política e a economia foram concebidas à feição moralista, a arte ficou sujeita à alegoria moral e religiosa; e os conceitos esparsos em escritores greco-romanos permaneceram esquecidos ou foram considerados de modo superficial. A filosofia do Renascimento, que foi à sua maneira naturalista, restaurou, interpretou e adaptou as antigas Poéticas e Retóricas; porém, apesar de se ver às voltas com o "verossímil" e o "verdadeiro", a "imitação" e a "ideia", o "belo" e a mística do belo e do amor, a "catarse" ou purificação das paixões e as aporias dos gêneros literários tradicionais e novos, não conseguiu estabelecer um princípio propriamente estético. Faltou então à arte e à poesia um pensador que fizesse o que Maquiavel[144] fez na política, ou seja, alguém que de maneira enérgica, e não só por meio de observações e sugestões ocasionais, afirmasse e definisse a sua natureza original e a sua autonomia.

Muito maior importância, embora por muito tempo não dessem conta os historiadores, teve a esse propósito o pensamento do Renascimento tardio, que na Itália é chamado de seiscentismo, barroco ou decadência literária e artística; porque a partir de então começou-se a distinguir com insistência, a par do "intelecto", uma faculdade que recebeu o nome de "engenho", *ingenium* ou "gênio", que seria a verdadeira produtora da arte; e, em correspondência com ela, uma faculdade julgadora, que não era o raciocínio ou o juízo lógico, porque julgava "sem discurso", ou seja, "sem conceito", e que acabou recebendo o nome de "gosto". Em apoio a estas palavras vinha uma outra, que parecia acenar a algo não determinável por conceitos lógicos, e um tanto quanto misterioso, o "*nescio quid*", o "não sei quê": expressão que se repetia especialmente no linguajar dos italianos e dava o que pensar aos estrangeiros. Na altura homenageou-se também a "fanta-

144 N. Maquiavel (1469-1527), célebre político, historiador e escritor italiano, secretário da república florentina (1498-1512), para a qual cumpriu várias funções. Caído em desgraça e perseguido com a chegada dos Médicis, em 1512, consagrou-se às letras e tornou-se historiador de Florença. Seus princípios em política, repousando na dissimulação e no êxito, receberam o nome de maquiavélicos. (N. do t.)

sia", maga do encantamento, e o "sensível" ou "sensual"[145] que perdura nas imagens da poesia, e na pintura os milagres da "cor" em face do "desenho", que parecia conter algo de lógico e frio. Por vezes essas tendências espirituais, que eram um tanto quanto turvas, purificaram-se, gerando teorias bem fundadas: como no caso de Zuccolo (1623)[146], que criticou a métrica e substituiu aos critérios desta o "juízo do sentido", que para ele era não o olho e o ouvido, mas "um poder superior, unido aos sentidos"; de Mascardi (1636)[147], que negou as divisões objetivas e retóricas dos estilos, reduzindo o estilo à maneira particular e individual que emana do engenho particular de cada um, e afirmou que os estilos são tantos quantos os escritores; de Pallavicino (1644)[148], que criticou o verossímil e reconheceu como o domínio próprio da poesia "as primeiras apreensões" ou fantasias, "nem verdadeiras nem falsas"; de Tesauro (1654)[149], que procurou desenvolver uma Lógica retórica, distinta da Lógica dialética, e ampliou as formas retóricas para além das verbais, até às expressões pictóricas e plásticas.

A nova filosofia de Descartes, se nele e nos seus sucessores imediatos se mostrou hostil à poesia e à fantasia, por outro lado, isto é, como já foi notado, com a investigação que promovia do sujeito ou do espírito, propiciou que estas tentativas esparsas confluíssem para um sistema e procurassem um princípio ao qual reduzir as artes; e aqui também os italianos, acolhendo o método, mas não o rígido intelectualismo de Descartes, nem o seu desdém pela poesia, as artes e a fanta-

145 Em italiano sensuoso, do inglês sensuous. (N. do t.).

146 L. Zuccolo (1568-c.1630), escritor italiano, sustentou que a razão de Estado, entendida como prudência, se concilia com o justo e o honesto. (N. do t.).

147 A. Mascardi (1590-1640), historiador e teórico da historiografia italiano. (N. do t.).

148 F. Pallavicino (1615-1644), filósofo e escritor italiano, de verve satírica, morreu decapitado. (N. do t.).

149 E. Tesauro (1592-1675), escritor e historiador jesuíta italiano, sua obra mais famosa é o Cannocchiale Aristotelico (1654-1670), considerada, ao lado da "Agudeza y Arte de Ingenio" de Gracián, o maior tratado sobre o conceptismo. (N. do t.).

sia, com Calopreso (1691)[150], Gravina (1692, 1708)[151], Muratori (1704)[152] e outros, produziram as primeiras Poéticas nas quais dominou e teve papel relevante o conceito de Fantasia; e não pequena foi a sua influência em Bodmer[153] e na escola suíça, e, através destes, na crítica e estética alemã, e em geral europeia: tanto assim que se pôde até falar nos últimos anos (Robertson[154]) da "origem italiana da Estética romântica".

O pensador para o qual confluíram todos estes teóricos menores foi G. B. Vico[155], que na *Scienza Nuova* (1725, 1730) propôs uma "Lógica poética", distinguindo-a da intelectual; considerou a poesia um modo de conhecimento ou forma teórica que antecede a racional e filosófica; recolocou o seu princípio único na fantasia, que é tanto mais poderoso quanto mais livre de raciocínio, seu inimigo e corruptor: exaltou como pai e soberano de todos os verdadeiros poetas o bárbaro Homero[156], e ao seu lado, embora embaraçado na cultura teológica e escolástica, o semibárbaro Dante, e lançou olhares, sem conseguir discerni-la direito, à tragédia inglesa, a Shakespeare, que lhe restou oculto e teria sido certamente, se tivesse podido conhecê-lo, o seu terceiro bárbaro e grande poeta. Mas Vico, tanto nesta teoria estética, como nas outras de sua autoria, não formou escola, porque se antecipou demasiado

150 G. Caloprese (o) (1651-1714), pedagogo, difusor do método cartesiano no ensino. Foi professor de G. B. Vico. Publicou um comentário às rimas de G. Della Casa e considerações sobre algumas passagens do Orlando Furioso. (N. do t.).

151 G. V. Gravina (1664-1718), escritor e jurisconsulto italiano, um dos fundadores da célebre Academia dos Árcades. (N. do t.).

152 L. A. Muratori (1672-1750), historiador e escritor italiano, cuja obra mais importante foi Antichità Italiche del Medioevo (1743). Considerado o fundador da moderna historiografia em bases científicas e documentais. Ocupou-se também de literatura. (N. do t.).

153 J. J. Bodmer (1698-1783), poeta e escritor alemão, professor de história em Zurique por 50 anos (1725-75) e membro do grande conselho dessa cidade. (N. do t.).

154 John G. Robertson (1867-1933), professor e crítico inglês, autor de Life and Work of Goethe 1749-1832 (1932) e Lessing's Dramatic Theory.

155 G. Vico (1668-1744), célebre filósofo, jurisconsulto e escritor italiano, professor de retórica durante 40 anos em Nápoles. Viveu em relativo isolamento e morreu quase na miséria. Considerado o criador da filosofia da história, teve seu mérito ignorado por mais de um século. Sua influência é considerável na filosofia da linguagem e na estética crociana. (N. do t.).

156 Grande poeta grego da antigüidade, de existência contestada. Pobre e cego, teria errado de cidade em cidade, compondo e recitando seus versos. (N. do t.).

ao seu tempo, e também porque o seu pensamento filosófico estava envolto por uma espécie de simbolismo histórico. A "Lógica poética" abriu caminhos, quando ressurgiu muito menos profunda, mas em ambiente mais propício, com o sistematizador da um tanto híbrida estética leibniziana, Baumgarten[157] (*Meditationes* [*de nonnullis ad poema pertinentibus*], 1735, *Aesthetica*, 1750-58), que lhe deu vários nomes, entre eles *ars analogi rationis, scientia cognitionis sensitivae, gnoseologia inferior*, e, aquele que ficou, *Aesthetica*.

A escola de Baumgarten, que tanto distinguia como não distinguia a forma fantástica da intelectual, tratando-a como *cognitio confusa*, porém possuidora de uma *perfectio* própria, e as especulações e as análises dos estetas ingleses (Shaftesbury[158], Hutcheson[159], Hume[160], Home[161], Gérard[162], Burke[163], Alison[164], etc.) e, em geral, os muitos "ensaios" sobre o belo e o gosto, que se multiplicavam na época, além das teorias e das exposições históricas de Lessing e Winckelmann[165], concorreram para estimular de maneira ora positiva, ora negativa, a formação da outra grande obra de Estética do século XVIII, a *Crítica*

157 A. G. Baumgarten (1714-62), filósofo alemão, fundador da teoria ou filosofia do Belo, denominada por ele de Aesthetica. Adotou as idéias de Leibniz e Wolf. (N. do t.).

158 A. A.-C. Shaftesbury (1671-1713), moralista inglês, membro da Câmara dos Comuns e dos Lordes. (N. do t.).

159 F. Hutcheson (1694-1747), filósofo e moralista inglês, um dos fundadores da filosofia escocesa. Dedicou-se ao estudo do bem e do belo. (N. do t.).

160 D. Hume (1711-76), célebre filósofo e historiador inglês. Introduziu a crítica na história; sua filosofia é um niilismo que deriva de um ceticismo radical. (N. do t.).

161 H. Home (1696-1782), filósofo e jurisconsulto inglês, advogado, juiz. Adotou os princípios da escola escocesa. (N. do t.).

162 A. Gérard (1728-95), escritor e teólogo inglês, ensinou filosofia e teologia no colégio Marechal, em Aberdeen. (N. do t.).

163 E. Burke (1730-97), orador e publicista inglês, empregou contra a Revolução Francesa toda a eloqüência de que era capaz. (N. do t.).

164 A. Alison (1757-1839), autor dos Essays on the Nature and Principles of Taste (1790). (N. do t.)

165 J. J. Winckelmann (1717-68), célebre arqueólogo alemão. Suas obras, notáveis pela ciência e pelo gosto, exerceram grande influência sobre as artes do século XVIII. Sua História da Arte, escrita com entusiasmo e elevação de ideias, é um modelo no gênero. (N. do t.).

do Juízo (1790) de Emanuel Kant[166], na qual o autor (após ter-se manifestado em dúvida na sua primeira *Crítica*) descobriu que o belo e a arte fornecem o assunto a uma ciência filosófica específica, isto é, descobriu a autonomia da atividade estética. Contra os utilitaristas demonstrou ele que o belo agrada "sem interesse" (sem interesse utilitário); contra os intelectualistas, que agrada "sem conceito"; e de novo, contra uns e outros, que o belo tem "a forma da finalidade sem a representação do fim"; e, contra os hedonistas, que é "objeto de um prazer universal". Basicamente, Kant não foi além desta formulação negativa e genérica do conceito de belo; tal como na *Crítica da Razão Prática*, uma vez assegurada a lei moral, não fora além da forma genérica do dever. Mas o que ele estabeleceu permanece para sempre; e, após a *Crítica do Juízo*, a volta às explicações hedonistas e utilitárias da arte e da beleza é por certo possível, e de fato já se viu, mas só por ignorância e incompreensão das demonstrações kantianas. Nem as reedições do leibnizianismo e baumgartenianismo, isto é, da doutrina da arte como conceito confuso ou imaginoso, não deveriam mais ter acontecido, se Kant tivesse conseguido fundir a sua teoria do belo, que agrada sem conceito e é finalidade sem representação de fim, à teoria viquiana, plena de imperfeições e mesmo de oscilações, mas poderosa, em torno da lógica da fantasia, teoria essa que na altura, na Alemanha, era até certo ponto representada por Hamann[167] e Herder[168]. Ele mesmo, porém, reabria as portas para o "conceito confuso", quando atribuía ao gênio a virtude de combinar intelecto e imaginação, e distinguia a arte da "beleza pura", definindo-a "beleza aderente".

166 I. Kant (1724-1804), grande filósofo e matemático alemão, dispôs-se a reformar o conjunto dos conhecimentos. Suas doutrinas produziram uma verdadeira revolução na filosofia. (N. do t.).

167 J. G. Hamann (1730-88), filósofo e escritor alemão, amigo de Kant, cognominado o "Mago do Norte". Prezava os traços enigmáticos e os princípios paradoxais. (N. do t.).

168 J. G. Herder (1744-1803), célebre filósofo, historiador e poeta alemão. Mostrou ser um dos pensadores mais profundos de sua época e procurou resolver o grande problema da marcha da humanidade. Juntamente com Vico, é considerado um dos fundadores da filosofia da história. (N. do t.).

Na filosofia pós-kantiana há uma clara retomada da tradição baumgarteniana, voltando a poesia e a arte a ser consideradas uma forma de conhecer o Absoluto ou a Ideia, ora igual à da filosofia, ora inferior ou propedêutica, ora superior, como na filosofia de Schelling (1800), onde se torna o órgão do Absoluto. Na obra mais rica e notável da escola, a *Estética* de Hegel (1770-1831), a arte, juntamente com a religião e a filosofia, é levada para a "esfera do espírito absoluto", na qual o espírito se livra do conhecer empírico e do fazer prático e se regozija no pensamento de Deus ou da Ideia. Não há certeza se, na tríade assim constituída, o primeiro momento é a arte ou a religião, porque, neste ponto, as exposições que Hegel fez da sua doutrina variam; mas não há dúvida de que tanto uma como a outra, a arte e a religião, são superadas e realizadas[169] na síntese final que é a Filosofia: o que é o mesmo que dizer que a arte é tratada ali como filosofia inferior ou imperfeita, filosofia imaginosa, uma contradição de conteúdo e de forma inadequada, que só a Filosofia resolve. Hegel, que se inclinava a fazer coincidir o sistema da filosofia e a dialética das categorias com a história real, chegou assim ao seu famoso paradoxo da morte da arte, enquanto forma que não satisfaz ao mais alto interesse intelectual dos novos tempos.

Esta concepção da arte como filosofia ou filosofia intuitiva ou símbolo da filosofia, além de outras semelhantes, é encontrada em toda a Estética idealista da primeira metade do século XIX, salvo raras exceções como a de Schleiermacher[170] com as suas lições de Estética (1825, 1832-33), que nos chegaram numa forma muito pouco ela-

169 Na terminologia hegeliana, usado com referência a tese e antítese, no sentido do que adquire realidade na síntese que as reconcilia. (N. do t.).

170 F. E. D. Schleiermacher (1768-1834), célebre teólogo e filósofo alemão, desenvolveu teses importantes acerca da Teoria da Interpretação ou Hermenêutica. (N. do t.).

borada. E, não obstante a elevação dessas exposições, e o entusiasmo que nelas havia pela poesia e a arte, o princípio artificioso que as regia não foi o motivo último da reação contra essa Estética, reação que, na segunda metade do século, acompanhou a reação geral contra a filosofia idealista dos grandes sistemas pós-kantianos. Esta virada antifilosófica teve por certo o seu significado, como sinal de descontentamento e necessidade de procurar novos caminhos; mas não produziu uma teoria estética que corrigisse os erros da anterior e a levasse adiante. Em parte, foi uma ruptura no curso tradicional do pensamento; em parte ainda, foi um esforço desesperado para resolver os problemas da Estética, os quais são problemas especulativos, com o método das ciências empíricas (por exemplo, em Fechner[171]); e por outro lado também foi uma retomada da Estética hedonista e utilitária, de um utilitarismo que se fazia associacionismo, evolucionismo e biologismo da hereditariedade (como, por exemplo, em Spencer[172]). Igualmente deixaram de contribuir de maneira realmente importante os epígonos do idealismo (Vischer[173], Schasler[174], Carrière[175], Lotze[176], etc.); ou os seguidores das outras escolas da primeira metade do século, como a do herbartismo (Zimmermann[177]), que se intitulou "formalista"; ou ainda os ecléticos e psicólogos, que, como todos os outros, operavam com duas abstrações, o "conteúdo" e a "forma" (conteudistas e formalistas), e às vezes discutiam a possibilidade de as fundir, sem perceberem que, desse modo, de duas irrealidades criavam uma terceira. O que

171 G. T. Fechner (1801-87), físico e escritor alemão, professor de física e de filosofia. Dedicou-se ao galvanismo, à filosofia natural e à antropologia. (N. do t.).

172 H. Spencer (1820-1903), célebre filósofo inglês. Fundou a filosofia evolucionista na Inglaterra. (N. do t.).

173 F. T. Vischer (1807-87), filósofo e crítico alemão, professor de filosofia em Tubinga, Zurique e Estugarda. (N. do t.).

174 Schasler, M. (1819-1903), crítico de arte e filósofo alemão da escola hegeliana, ocupou-se de problemas de estética.

175 M. Carrière (1817-95), filósofo alemão, professor em Berlim e Munique. Sofreu influência de Hegel. (N. do t.).

176 R. H. Lotze (1817-81), fisiologista e filósofo alemão, um dos fundadores da psicologia. (N. do t.).

177 R. Zimmermann (1824-98), filósofo alemão, esteta da escola de Herbart. (N. do t.).

de melhor se pensou sobre a arte no período deve-se buscar não nos filósofos e estetas de profissão, mas nos críticos de poesia e de arte, como na Itália em De Sanctis[178], na França em Baudelaire[179] e Flaubert, na Inglaterra em Pater[180], na Alemanha em Hanslick[181] e Fiedler[182], na Holanda em Julius Lange[183], além de outros. Só eles realmente servem de consolo à trivialidade estética dos filósofos positivistas e ao penoso vazio dos chamados idealistas.

Sorte melhor teve a Estética nas primeiras décadas do século XX, como consequência do despertar geral do pensamento especulativo. Especialmente notável é a união cada vez maior entre Estética e Filosofia da linguagem, favorecida pela crise em que entrou a linguística naturalista e positivista das leis fonéticas e abstrações similares. Mas a produção estética mais recente, justamente porque é recente e está em marcha, não pode ainda ser historicamente situada e julgada.

178 F. De Sanctis (1817-83), grande crítico italiano. Influenciou o pensamento de Croce, que o reverenciou em edições críticas e em inúmeras referências em sua própria obra. (N. do t.).

179 C. P. Baudelaire (1821-67), poeta e escritor francês, de grande originalidade. (N. do t.).

180 W. H. Pater (1839-94), escritor inglês e crítico pleno de intuição. (N. do t.).

181 E. Hanslick (1825-1904), musicógrafo tcheco, ensinou na Universidade de Viena (1865-95). (N. do t.).

182 K. Fiedler (1841-95), crítico de arte alemão, originariamente jurista. Como filósofo sustentou na era do naturalismo o idealismo estético. (N. do t.).

183 J. Lange (1838-96), historiador da arte dinamarquês, trabalhou numa história da expressão da figura humana. (N. do t.).

XI

OS PARADOXOS DOS ESTOICOS DE CÍCERO

1. Reparei várias vezes, Bruto[184], que o seu tio[185] Catão[186], quando expunha a sua opinião no senado, ao tratar de assuntos sérios da filosofia, estranhos à prática forense e comum, ainda assim tornava a sua exposição plausível aos olhos do público. **2.** Ocorre que isto mais vale para ele do que para você ou para nós, porque utilizamos de preferência a espécie de filosofia que produz uma abundância oratória na qual se diz o que não difere muito da opinião comum. Catão, ao contrário,

184 Trata-se de Marco Júnio Bruto, nascido c. 85 a. C., famoso pelo tiranicídio de César. Filho de pai homônimo executado a mando de Pompeu, após ser adotado por Q. Servílio Caepio passou a chamar-se Q. Caepio Bruto. Foi educado por Marco Pórcio Catão, o tio mencionado por Cícero nos Paradoxos. Após perder uma batalha decisiva para Otávio, Bruto suicidou-se. Ele próprio um reconhecido orador e diletante em filosofia, sua opinião sobre Cícero é de que era "efeminado e fraco" (TÁCITO. Dialogus de Oratoribus 18.5). Embora o admirasse, Cícero aparentemente não gostava dele. Cícero é a sua única fonte contemporânea.

185 Avunculus=tio materno.

186 Marco Pórcio Catão (95-46 a. C.), bisneto de Catão O Censor, seguidor de Pompeu e adversário de César. Ao ser perdoado por César, recusou o perdão e resolveu suicidar-se, o que lhe granjeou fama de mártir. Sua reputação de honestidade resistiu ao tempo. Seu ideal constitucionalista mesclava estoicismo especulativo e moral e respeito pela memória dos ancestrais.

a meu ver um perfeito estoico, cultiva uma filosofia que por um lado não convence inteiramente o público e, por outro, filia-se a uma escola que de modo algum busca o estilo brilhante ou a amplificação da matéria, mas se propõe a conduzir a argumentação por meio de um questionamento minudente e como que reduzido a um único ponto. **3.** Nada, porém, é tão pouco crível que a arte da palavra não torne plausível, nada tão rude e inculto que não adquira brilho e polimento pela eloquência. Por assim julgar, fiz-me mais audacioso do que aquele que menciono. Pois Catão, enquanto estoico, apenas costuma, mediante o emprego de ornamento oratório, falar da grandeza do espírito, da temperança, da morte, de todo o mérito da virtude, dos deuses imortais e do amor à pátria. Eu fiz para você o mesmo, enquanto me divertia conjecturando com lugares comuns o que os estoicos com dificuldade demonstram nas escolas de filosofia[187] e na calma das horas vagas. **4.** Por serem essas noções extraordinárias e contrárias à opinião geral (por isso eles mesmos as chamam de *paradoxa*[188]), gostaria de tentar, se possível, trazê-las à luz, ou seja, à praça pública, a fim de comprovar se há um estilo erudito e um estilo vulgar: sobre isto escrevi com o

187 No original gymnasium, vocábulo grego que veio a adquirir sentidos diversos ao longo do tempo, começando por se referir ao lugar para a prática de exercícios dos efebos destinados a se tornarem hoplitas e passando depois, em razão da frequência de homens mais velhos e a ligação destes com os filósofos do século IV, a designar centros intelectuais. Assim, ginásios em Atenas tornaram-se verdadeiras universidades, enquanto nas cidades helenísticas abrigaram escolas secundárias (vide gymnasium in Oxford Classical Dictionary, 3ª ed., 2000). Entre nós, a denominação "ginásio" há alguns anos referia-se de maneira similar aos estudos médios subsequentes aos curso primário e antecedentes ao chamado colegial.

188 O paradoxo se refere a objetos ou fatos que produzem efeitos contrários ao esperado ou ao aparente. O paradoxo teve início na literatura, particularmente nas ιστοριή jônicas, a partir do século III a. C. Na filosofia também se encontram exemplos notáveis, como em Heráclito, que através dos seus aforismos estabeleceu o modelo a ser seguido. A Stoa, inspirada em Heráclito, introduziu a prática nas lições da sua escola com finalidade didática. Igualmente, obteve resultados surpreendentes na demonstração de definições. Um exemplo que casa perfeitamente com o espírito e a matéria dos Paradoxos de Cícero é a definição de "riqueza" dada pelos estoicos. Se "riqueza" se define não pelo "ter muito", mas por "não precisar de nada", então nisto se acha a essência do ser rico. Nos Paradoxos Cícero reúne e discute alguns dos paradoxos mais característicos da Stoa. Vide DÖRRIE, H. Der Kleine Pauly Lexikon der Antike, IV, 500-501 (Paradoxa); e ZIEGLER, K. Real-Enzyklopädie, XVIII, 2.H., 1137-66 (Paradoxographoi).

maior prazer, já que para mim isto que chamam de *paradoxa* parece-me algo muitíssimo socrático e de longe o que há de mais verdadeiro.

5. Você aceitará, portanto, esta pequena obra, composta à luz de lâmpada durante as noites agora mais curtas, visto que a ocupação de minhas vigílias mais longas apareceu com o seu nome[189], e apreciará a espécie de exercícios que me acostumei a praticar enquanto transponho o que nas escolas chamam de qetika/[190] para este nosso estilo oratório. Entretanto, não peço que leve este trabalho à minha conta, pois não é tal que possa ser conservado no tesouro, como a Minerva de Fídias[191], embora possa parecer que saiu do mesmo ateliê.

PARADOXO I

Oti monon to kalon agaqon

Só é bom o que é digno

I. 6. Receio que para alguns de vocês este discurso pareça ter origem nas discussões levadas a cabo pelos estoicos e não nos meus pensamentos. Mesmo assim, direi o que penso, e de maneira mais breve do que reclama um assunto desta grandeza.

Jamais, por Hércules, considerei o dinheiro, as casas magníficas, os bens, o poder ou os prazeres daqueles que lhes têm apego como sendo coisas boas ou desejáveis em si mesmas, porquanto notei que, embora repletos dessas coisas, eles desejam acima de tudo aquilo que já têm em abundância. Pois a sede da cobiça nunca é extinta ou sa-

189 Trata-se de Brutus, seu De Claris Oratoribus. Sobre a data de composição dos Paradoxos em relação ao Brutus vide GROEBE, P., "Die Abfassungszeit des Brutus und der Paradoxa Ciceros", Hermes, 55, Nº 1, 1920, PP. 105-107

190 As teses em questão são as propostas pelos filósofos, quer como exercício, quer como base para a argumentação. Cícero procura nos Paradoxos desenvolver algumas teses estoicas sob forma retórica. Ele mesmo, em certos momentos, passa a discutir teses próprias que contrariam os paradoxos.

191 Estátua colossal de ouro e marfim alojada no Partenon de Atenas.

ciada. Não é só o desejo de fazer crescer o que têm que os atormenta, mas também o medo de o perder.

7. Na verdade, a este propósito muitas vezes sinto que falta a prudência dos nossos antepassados mais moderados, os quais resolveram dar às coisas frágeis e efêmeras o nome de "bens", conquanto as julgassem muito diferentemente em se tratando de fatos e disposições. Um bem pode ser mau para alguém? Ou alguém com uma abundância de bens pode ele próprio não ser bom? Pois observamos isto mesmo, a ponto de os maus possuírem e se verem carentes os bons. **8.** Talvez isto provoque o riso em alguns; para mim, porém, mais vale a razão verdadeira do que a opinião do vulgo. Assim, jamais direi de alguém que se viu privado do seu rebanho e das suas posses que perdeu os seus bens; e louvarei repetidas vezes aquele sábio, creio que Bias[192], que conta entre os Sete <Sábios da Grécia>: quando sua terra natal Priene foi tomada pelos inimigos, e os moradores fugiam levando consigo grande parte de suas coisas, ao ser aconselhado a fazer como eles, respondeu: "Justamente é isso que estou fazendo, pois levo comigo tudo que me pertence." **9.** Ele por certo não achava que fossem seus aqueles caprichos da sorte que insistimos em chamar de bens.

"Que é então um bem"?, alguém perguntará. O que é feito direito, de maneira digna e virtuosa, pode ser efetivamente chamado de bem feito. Só o que é direito, digno e virtuoso considero um bem.

II. 10. Mas estas opiniões podem parecer um tanto importunas quando discutidas com muita frieza. Por parecerem uma disputa empregando palavras mais sutis do que o recomendado, elas devem ser esclarecidas pela vida e pelos feitos de homens eminentes. Então lhes pergunto se acaso os que nos legaram esta república fundada à excelência parecem ter alguma vez pensado em dinheiro por motivo de avareza, em amenidades para se deleitarem, em posses para seu gozo, ou em festins para seu prazer?

192 Juiz e comandante de reconhecido valor, Bias de Priene se inclui entre os quatro sophoi oriundos de cidades orientais.

11. Ponham cada um deles diante dos olhos: dos reis vocês querem destacar Rômulo[193]? Vocês escolhem a cidade já libertada com aqueles mesmos que a libertaram? Por qual escada precisamente Rômulo subiu ao céu: por essa a que chamam de bens, ou pela dos grandes feitos e virtudes? E quanto a Numa Pompílio[194]? Podemos supor que as suas bilhas e pequenas urnas de barro agradavam menos aos deuses imortais do que as páteras enfeitadas de outros? Omito os demais, pois são todos iguais entre si, com exceção de <Tarquínio> Soberbo[195].
12. Se alguém perguntasse a Bruto[196] o que pretendia ao libertar a pátria, se alguém ainda perguntasse ao resto dos companheiros dessa mesma conspiração o que esperavam que se seguisse, acaso algum deles se mostraria como quem estivesse buscando o prazer, a riqueza, em suma, algo além do dever do homem bravo e nobre? Que levou Múcio Cévola[197] a tentar assassinar Porsena[198] sem nenhuma esperança de salvar a si mesmo? Que força sustentou na ponte Cocles[199], só con-

193 Rômulo, um dos fundadores míticos de Roma, cuja lenda já era conhecida no século IV a. C. (data disputada, porém), irmão gêmeo de Remo, venceu com o irmão os obstáculos naturais e humanos em seu caminho até fundar Roma e tornar-se o seu chefe por cerca de 40 anos, até desaparecer numa tempestade e converter-se no deus Quirino.

194 Lendário segundo rei de Roma (c. 715-673 a. C.), de origem sabina, organizou a religião pública romana com seus cultos, rituais, sacerdócios e reformas do calendário.

195 Lúcio Tarquínio Soberbo, o último rei de Roma pela tradição (534-510 a. C), destacou-se por capturar várias cidades do Lácio e reorganizar a Liga Latina sob o mando romano.

196 Lúcio Júnio Bruto, supostamente um dos primeiros no governo de dois cônsules em 509 a. C., responsável pela expulsão de Tarquínio Soberbo e morto heroicamente em batalha contra os Tarquínios.

197 Caio Múcio Cévola, ligado ao nome de Lares Porsena, rei de Clúsio, mais por lenda que por fatos comprovados, teria invadido o campo deste último a fim de assassiná-lo, mas confundiu-o com o seu secretário que lhe estava ao lado. Ao ser preso, desdenhou a ameaça de tortura colocando sua mão direita no fogo, donde o apelido que recebeu de Cévola "o canhoto".

198 Vide a nota anterior.

199 Horácio Cocles, personagem de uma das lendas romanas mais conhecidas, na qual é retratado sustentando com dois companheiros a ponte Subliciana contra o exército invasor de Lares Porsena, até vê-la demolida, quando então buscou refúgio nadando no Tibre. Cocles é o apelido que ganhou por ser zarolho.

tra todas as tropas inimigas? Que impeliu os Décios[200], o pai e o filho, a darem a vida contra as tropas armadas do inimigo? A que respondia a moderação de Caio Fabrício[201] e a frugalidade de <Mânio> Cúrio[202]? E os dois baluartes da guerra púnica, Cneu e Público Cipião[203], que resolveram proteger com os próprios corpos o ataque dos cartagineses? E os Africanos, o velho e o novo[204], e Catão[205], que lhes fica a meio caminho em matéria de idade, e os outros em número sem conta – já que excedemos em exemplos nacionais? Parecem alguma vez ter pensado que deviam desejar ardentemente em vida algo além do que é louvável e memorável? **III. 13.** Venham pois esses escarnecedores com seus discursos e afirmações e declarem agora mesmo se prefeririam ser como aqueles que desfrutam das riquezas de suas casas de mármore que rebrilham de marfim e ouro, de estátuas, de quadros, de obras cinzela-

200 Público Décio Mus, tribuno militar na I Guerra Samnita (343 a. C.). Como cônsul lutou contra os latinos e perdeu a vida lançando-se a cavalo sobre as forças inimigas. Seu filho homônimo, comandando as forças romanas em 295, encontrou a morte num gesto similar. Existe a sugestão de que o neto do primeiro repetiu o mesmo ato de devotio dos anteriores.

201 Caio Fabrício Luscino (séc. III a. C.) ficou famoso por ter executado um dos primeiros atos de expulsão no Senado quando era censor. P. Cornélio Rufo foi o alvo por possuir um faqueiro de prata pesando 4,5 quilos. Luscino tornou-se exemplo duradouro de honestidade por sua incorruptibilidade e austeridade.

202 Mânio Cúrio Dentatus (séc. III a. C.), soldado e estadista, sobre o qual corriam histórias sobre a sua frugalidade e incorruptibilidade.

203 Cneu Cornélio Cipião Calvo e Público Cornélio Cipião eram irmãos, o primeiro feito cônsul em 222 a. C., o último, em 218 a. C. Participaram da campanha contra Aníbal na Espanha, tendo vencido juntos a Asdrúbal. Em 211, ao enfrentarem três exércitos cartagineses distintos, os irmãos se separaram. Público foi capturado e morto em batalha, Cneu foi perseguido pelos três exércitos e perdeu a vida.

204 Público Cornélio Cipião Africano, o velho (nascido em 236 a. C.), gozou de grande prestígio em Roma, graças a sua atuação política e militar, a ponto de ser considerado inspirado pelos deuses. Público Cornélio Cipião Emiliano Africano (nascido em 185/4 a. C.), por sua moral e coragem civil e militar granjeou a amizade de Catão. Foi capaz de prever a queda de Roma, a qual se prenunciava pelo declínio na moral dos nobres e pelo perigo da democracia dos tribunos, conducente à anarquia e à tirania. Na República Cícero o classifica como o político romano ideal.

205 Alcunhado de o Censor (234-149 a. C.). Como figura de proa na vida política e cultural romana, serviu na guerra contra Aníbal e exerceu vários cargos públicos. Por se ter destacado como orador, leva o título de fundador da literatura de prosa latina. Foi o primeiro a escrever uma obra histórica em latim. De agri cultura é a única obra sua que restou. Embora conhecesse a literatura e soubesse a língua grega, em várias ocasiões mostrou hostilidade para com as coisas helênicas.

das em ouro e em prata e de obras de arte de Corinto, ou ser como C. Fabrício, que não tinha nada disso nem queria ter.

14. Além disso, embora eles[206] sejam facilmente levados a negar que as coisas boas sejam tais que passam de mão em mão, estando ora aqui, ora acolá, aferram-se à convicção, que sustentam zelosamente, de que o prazer é o bem supremo. Isto a mim me parece antes a voz do rebanho que a do homem. Deus ou a natureza, por assim dizer a mãe de todas as coisas, deu o espírito, acima do qual nada há ou é mais divino. E você se rebaixa e se prostra até não perceber o que o diferencia de um quadrúpede qualquer? Existe algum bem que não torne melhor aquele que o possui? **15.** Pois quanto mais se participa do bem, mais se é merecedor de elogios, e não há um bem do qual não se possa gloriar aquele que honestamente o possui. No entanto, o que existe de tudo isso no prazer? Faz ele um homem melhor ou mais louvável? Ou será que alguém gaba e alardeia os prazeres gozados? Entretanto, se o prazer, que tem a aprovação da maioria, não existe nas coisas boas, e se quanto maior é, mais desloca a mente de seu centro e posição, então é verdade que viver bem e com felicidade nada mais é que viver com dignidade e retidão.

PARADOXO II

Οτι αὐτάρκης ἡ ἀρετη προς εὐδαιμονίαν

Onde estiver a virtude nada faltará para a vida feliz

16. Na verdade, jamais achei que Marco Régulo[207] fosse um desgraçado, infeliz ou miserável. Pois as torturas dos cartagineses não lhe

206 Cícero estaria referindo-se aqui aos partidários de Epicuro.

207 Marco Atílio Régulo, cônsul em 257 e 256 a. C. A versão de que teria morrido brutalmente em Cartago e não de causas naturais, depois de se recusar a fazer concessões enquanto negociava a troca de prisioneiros em Roma, pode ter sido inventada. Durante a discussão do segundo paradoxo, ele será o exemplo de homem virtuoso, ao lado de Mário.

afetaram nem a grandeza de alma, nem a força de vontade, nem a lealdade, nem a constância[208], nem uma só de suas virtudes, nem mesmo seu próprio espírito, que, protegido e secundado por tantas virtudes, embora seu corpo fosse feito cativo, ele mesmo com certeza não foi possível tomarem. Na verdade, vimos Caio Mário[209], que me pareceu na prosperidade único entre os homens afortunados e na adversidade único entre os maiores homens, e por isso o mais feliz que pode ser um mortal.

17. Você[210] não percebe, louco, quanta força possui a virtude. Você apenas usurpa o nome da virtude, já o quanto ela própria significa ignora. Ninguém pode deixar de alcançar o mais alto grau de felicidade quando depende inteiramente de si e em si somente deposita tudo o que lhe pertence. Para quem toda a esperança, razão e planos dependem da sorte, nada pode existir de seguro, nada que tenha conseguido permanecerá consigo um só dia. Esse é o homem para repelir, se o encontrar, e ameaçar de morte ou com o exílio. Na verdade, para mim o que quer que aconteça numa cidade tão ingrata acontecerá sem que eu proteste ou sequer oponha resistência. Pois o que empreendi ou fiz ou qual foi o objeto da aplicação incessante de meus cuidados e pensamentos, se afinal nada tiver alcançado ou conseguido para merecer estar onde nem os caprichos da sorte nem a injúria dos inimigos podem arruinar? **18.** Você me ameaça com a morte para que eu deixe totalmente o convívio humano, ou vá para o exílio longe dos homens

208 Em latim, gravitas, fides, constantia, em seguida a "grandeza de alma", em referência aos predicados do homem superior.

209 Nascido c. 157 a. C., protótipo do homo novus não inteiramente assimilado pelos nobiles e por conseguinte pelo sistema político tradicional romano, conheceu altos e baixos em sua movimentada carreira militar e política. Exemplo de patriota para Cícero.

210 As evidências apontam para Públio Clódio Pulcher como sendo a personagem visada por Cícero. Este ataque será intensificado no Paradoxo IV. Clódio (92-52 a. C.) (Cláudio pronunciado à maneira popular) foi criticado por Cícero em 62 por causa da profanação do ritual da Boa Deusa. Eleito tribuno em 58, distribuiu trigo de graça para a plebe, além de ter tomado outras medidas fortes, entre elas a da ratificação do exílio para Cícero. Voltou-se também contra Pompeu, ao permitir a fuga do príncipe armênio Tigranes, o que punha em risco a vida do romano. Oportunista e independente, revelou-se um líder da plebe até ser morto por T. Ânio Milo. À sua morte, seus clientes populares queimaram o senado como se fosse a sua pira.

perversos? Terrível é a morte dos que, perdendo a vida, tudo perdem, não assim a daqueles cujo mérito não pode ser extinto. Por outro lado, o exílio é para aqueles cujo lugar que habitam é quase sitiado, não para aqueles que julgam ser todo o globo terrestre uma única cidade. É a você que oprime toda a miséria e desventura, você que se crê feliz e próspero. Seus prazeres o atormentam, você é torturado dia e noite, porque não está satisfeito com o que tem e teme que isso não seja duradouro. Você é aguilhoado pela consciência de suas más ações, pesa sobre você o medo das demandas e das leis. Para onde quer que olhe, você topa com as suas injustiças, tais as Fúrias[211] que não o deixam respirar à vontade.

19. Por isso, assim como nenhum homem mau, insensato e fraco pode estar bem, assim o homem bom, sábio e forte não pode ser infeliz. Na verdade, assim também a vida daquele cuja virtude e caráter são dignos de louvor não pode deixar de ser louvada, mesmo porque não se deve fugir de uma vida que deve ser louvada. Seria ela de evitar se fosse infeliz. Por isso, tudo o que é louvável convém igualmente que se mostre feliz, próspero e desejável.

PARADOXO III

àà Oti isa ta amarthmata kai ta katorqwmata

São iguais as faltas[212], e iguais as boas ações

I. 20. "Trata-se de um ato insignificante", dizem. Entretanto, grande é a culpa, pois de fato as faltas cometidas não devem ser medidas por seus efeitos, mas pelos vícios dos homens. Daí que os objetos das faltas que se cometem podem ser uns maiores que os outros,

211 As Furiae (em grego Erinyes) são espíritos de vingança predispostos a matar dentro da família e em outras esferas da ordem natural.

212 Em latim, "peccata".

ou menores, embora o fato de elas serem cometidas, não importa para onde você olhe, seja um só. Um timoneiro que faça soçobrar um navio com ouro ou com palha, quanto à coisa em si muita diferença faz, quanto à imperícia do timoneiro, nenhuma. A lascívia leva a escorregar com uma mulher obscura; o sofrimento atinge a menos pessoas do que se o atrevimento envolvesse alguma donzela de boa família e nobre. Na verdade, de qualquer maneira não se errou menos, se errar equivale a ultrapassar os limites, o que, uma vez feito, a falta terá sido cometida. Quão longe você avança depois que ultrapassou o limite não faz aumentar o erro da sua transgressão. Decerto, a ninguém é permitido cometer faltas. Ora, o que não é permitido consiste unicamente no seguinte: ficar provado que não é permitido. Se isto em nenhum momento pode ser mais ou menos do que é, já que a falta está no que não é permitido, a qual é sempre uma só e a mesma, é mister que sejam iguais as faltas assim originadas. **21.** E se as virtudes são iguais entre si, é necessário que os vícios também o sejam. Com efeito, pode-se notar facilmente que as virtudes são iguais e que não se pode ser melhor que o homem bom, nem mais comedido que o comedido, nem mais valoroso que o valoroso, nem mais sábio que o sábio. Você diria ser um homem bom o que devolvesse uma quantia em dinheiro obtida sem testemunha, podendo sem nenhuma punição lucrar dez libras de ouro, se assim não agisse se se tratasse de dez mil libras? Ou comedido, o que se privasse de um capricho e a outro se entregasse?

22. A virtude em harmonia com a razão e a constância ininterrupta é uma só, nada podendo ser-lhe acrescentado capaz de aumentá-la e nada diminuído que lhe permita ainda conservar o nome de virtude. De fato, se o que é bem feito é o que é feito corretamente, e se nada é mais direito do que o que é direito, então certamente não se pode encontrar nada que seja melhor do que o que é bom. Portanto, segue-se que até os vícios são iguais, se os vícios forem corretamente chamados de defeitos do caráter. Ora, assim como as virtudes são iguais, as boas ações, desde que procedem das virtudes, devem ser iguais, e do mes-

mo modo as faltas, desde que dimanam dos vícios, necessariamente serão iguais.

23. "Você toma isto que diz dos filósofos", é o que se retruca. Receava que você dissesse dos "alcoviteiros". "Sócrates debatia desta maneira." Por Hércules, você fala bem, pois conta a história que esse homem foi douto e sábio. Mas assim mesmo lhe pergunto: quando discutimos usando as palavras, não os punhos, acaso devemos andar à busca do que pensaram os carregadores e os operários ou os homens mais cultos? Particularmente, quando esta opinião não só é a mais verídica, mas também a mais útil que se pode descobrir para a vida humana? Pois qual é a força que mais afasta o homem de toda perversidade, senão a convicção de que não há diferença entre os delitos, não se fazendo distinção entre levantar a mão para um particular ou um magistrado, e de que o flagelo da devassidão é o mesmo qualquer que seja a casa a que se levou a desonra?

24. "Então não há diferença" (pois assim dirá alguém) "entre matar o pai ou um escravo?" Se você propõe isso apenas, não se pode julgar com facilidade do que se trata: se tirar a vida de um pai é um crime por si mesmo, os saguntinos[213], que preferiram ver seus pais antes morrerem livres que viverem como escravos, foram parricidas. Portanto, é possível às vezes tirar a vida de um genitor sem cometer um crime, assim como nem sempre é possível tirar a vida de um escravo sem cometer uma injustiça. Logo, o que distingue estas ações é o motivo, não a sua natureza. Já que o motivo presente numa ação a faz preponderante, se o motivo se manifesta em ambas as ações elas se tornam necessariamente iguais.

25. No entanto, há diferença pelo fato de que na morte do escravo, se houver injustiça, a falta será cometida uma só vez, enquanto na violência cometida contra o genitor são muitas as faltas: o que sofreu a violência foi alguém que procriou, que alimentou, que educou,

213 Em 219 a. C. os saguntinos, havia oito meses cercados, preferiram morrer e matar seus pais a cair nas mãos de Aníbal.

que conferiu um lugar na casa, na família e na sociedade. Por se tratar de uma série de delitos é o primeiro de todos e merece uma pena maior. Mas na vida devemos considerar não a pena que corresponde a cada falta, mas o quanto é permitido a cada um. Devemos julgar tudo o que não convém como sendo crime e tudo o que não é permitido como sendo uma violação da lei divina. "Até nas menores coisas?" Sim, precisamente porque se não podemos fixar um limite às coisas, podemos manter nos limites a nossa mente. **26.** Se um ator sai um pouco do ritmo ou pronuncia um verso com uma sílaba mais breve ou mais longa, é vaiado e desaprovado. Mas você, na vida – que deve ser mais controlada que qualquer gesto teatral e mais rigorosa que qualquer verso poético – afirma que erra apenas por uma única sílaba? Não dou ouvidos a um poeta que incorre em frivolidades; ouvirei um cidadão que mede nos dedos as suas faltas na vida social? "Mesmo parecendo menores do que são, parecem mais leves?" Como podem assim parecer, quando toda falta é uma falta porque perturba a razão e a ordem, além do que, uma vez perturbada a razão e a ordem, nada pode ser acrescentado que possa parecer um pecado maior?

PARADOXO IV

Oti paj afrwn mainetai

Todo insensato como tal se mostra

I. 27. Para mim você[214] é não insensato, como de hábito, não mau, como sempre, mas demente[215] <uma cidade fortificada, onde abundam> pode ser inexpugnável...coisas necessárias à subsistência, o espírito do sábio, com a sua grandeza de propósito, a constância em suportar as vicissitudes humanas, o desprezo da sorte, enfim, com as vir-

214 Refere-se supostamente a Clódio.

215 Segue-se uma lacuna no manuscrito.

tudes todas que o cercam como muralhas, será vencido e subjugado? Ele, que nem mesmo pode ser expulso da cidade? Que é pois a cidade? Todo um conglomerado de selvagens e desalmados? Toda uma multidão de desertores e ladrões reunida num único lugar? Com certeza você dirá que não. Portanto, a cidade não existia então quando as leis nela nada valiam, quando os tribunais eram inertes, quando o costume hereditário fora aniquilado, quando, exilados pela força das armas os magistrados, o nome do senado nos negócios públicos não existia. Aquele ajuntamento de salteadores, e a ladroeira no foro, sob a sua direção, e o que restou da conspiração saída das Fúrias de Catilina[216], transformada por sua cegueira em crime, não era uma cidade.

28. Por conseguinte, eu não fui exilado da cidade que não existia: fui chamado de volta a ela quando havia na república um cônsul, que até então para nada existia, quando havia o senado, que até então fora aniquilado, quando havia a união do povo livre, quando havia a repetida memória da justiça e da equidade, que são os liames da cidade.

E veja quanto desprezei a trama da sua ladroeira. Sempre me dei conta da nefanda injustiça proferida e lançada por você contra mim, mas nunca achei que me atingisse, senão talvez derrubando as paredes de minha casa ou colocando tochas criminosas num telhado, julgando arruinar ou destruir uma parte do que me pertence[217]. **29.** Nada é meu nem de ninguém que possa ser tirado, arrebatado ou perdido. Se você tivesse tirado a divina consciência de meu espírito, ou a consciência dos meus cuidados, da minha vigília e dos meus desígnios em manter, muitíssimo contra a sua vontade, a república, se você tivesse apagado a memória imortal dos eternos serviços por mim prestados, e muito mais ainda se a mente donde brotaram estes desígnios me tivesse ar-

216 Lúcio Sérgio Catilina, pretor em 68 a. C., depois de ver sua carreira política definhar, tornou-se campeão da causa do povo e dos despossuídos e organizou uma conspiração. Ao ser informado, Cícero moveu uma campanha contra ele que ajudou a levar à prisão e finalmente à execução os líderes da conspiração. Catilina foi perseguido pelo cônsul Marco Antônio e morto por Petreio.

217 Clódio efetivamente fez demolir a casa de Cícero no Palatino, assim como as suas casas de campo em Tusculum e Formies.

rebatado, então admitiria ter sofrido uma injustiça! Mas se você não o fez, e nem poderia tê-lo feito, a sua injustiça proporcionou-me um regresso glorioso e não um fim ruinoso.

Portanto, eu sempre fui um cidadão, e sobretudo quando o senado me confiou a salvaguarda dos negócios estrangeiros, tratando-me como cidadão de primeira. Você, no entanto, nem agora o é, a não ser quem sabe se o mesmo homem puder ser inimigo e cidadão. Distingue você um cidadão de um inimigo pelo nascimento e origem, e não pelo caráter e conduta? **II. 30.** Você cometeu assassinato no foro, ocupou os templos com ladrões armados, incendiou as casas de particulares e templos sagrados: por que será Espártaco[218] inimigo se você é cidadão? Mas pode você ser cidadão, quando por sua causa um dia a cidade deixou de existir? E me chama com o seu nome, quando todos julgam que com o meu afastamento o exilado seria a república? Você, o homem mais perturbado que há, nunca olha à sua volta, nunca reflete no que faz nem no que diz? Não sabe que o exílio é um castigo por crimes, que a trajetória por mim percorrida adveio dos feitos notabilíssimos que realizei? **31.** Todos os criminosos e ímpios (os quais você declara abertamente chefiar) que as leis tencionam punir com o exílio são exilados, ainda que não tenham deixado o país. Quando todas as leis o condenam ao exílio, não chamaria você de inimigo "quem foi pego com uma arma"? – tomaram-lhe o punhal às portas do senado; "quem matou um homem"? – você matou muitos; "quem provocou um incêndio"? – você ateou fogo ao Templo das Ninfas[219] com as próprias mãos; "quem ocupou os templos"? – você se entrincheirou no forum. **32.** Mas por que menciono as leis comuns, por todas as quais

218 Gladiador trácio e ex-soldado romano, Espártaco chefiou uma revolta iniciada nas escolas de gladiadores em 73 a. C. Seu movimento logo atraiu escravos, e o proletariado e chegou a contar com um exército de 70.000 a 120.000 homens, o qual foi derrotado após duras batalhas por Crasso e Pompeu. Depois de morto, Espártaco tornou-se uma lenda.

219 Um dos tabularia (arquivos) romanos, em específico onde se guardavam as tabulae censoriae, ou seja, os arquivos de impostos do que deveria ser a Receita Federal romana, jurisdicionada pelo censor.

você é um exilado? O mais próximo a você[220] propôs uma lei especial em seu nome, a fim de o exilar, caso você entrasse no santuário da Boa Deusa[221]. No entanto, você costuma gabar-se de ter feito isso mesmo. Como, com tantas leis jogando-o no exílio, você não tem horror à palavra exílio? "Estou em Roma", você diz. No entanto, esteve no santuário. Em suma, não se tem direito ao lugar onde se está se pela lei não se devia lá estar.

PARADOXO V

Oti monoj o sofoj eleuqeroj kai paj afrwn douloj

Só o sábio é livre, e todo insensato, escravo

I. 33. Supondo que alguém seja exaltado como comandante supremo, ou mesmo proclamado, ou se faça digno desse título: como será comandante? A que homem livre dará ordens, se não é capaz de controlar as suas próprias paixões? Que refreie antes os desejos, recuse os prazeres, contenha a cólera, reprima a avareza, afaste de si os demais flagelos do espírito. E que comece então a comandar os outros, quando tiver deixado ele mesmo de obedecer à senhoria mais dissoluta: a desonra e a torpeza. Enquanto, porém, a esta obedecer, não só não será considerado um comandante, mas também em hipótese alguma um homem livre.

Pois isto é levado em conta com clareza pelos mais ilustrados – a cuja autoridade não recorreria se tivesse de fazer este discurso entre homens rústicos. Mas como falo para homens sapientíssimos, aos quais nada disto soa inaudito, por que devo fingir que foi em vão que me de-

220 Marco Púpio Frugi, quaestor em 83 a. C., pretor em 72 ou 71 e procônsul em 69. Cícero voltou-se contra ele por causa de seu apoio a Clódio.

221 A Bona Dea é um título dado a uma deusa itálica outrora cultuada em Roma e no Lácio. Em Roma, era-lhe consagrada uma cerimônia anual noturna na casa de um magistrado, na qual estava proibida a presença dos homens. O ritual era secreto e conduzido por mulheres, em nome do bem-estar do povo romano. Cláudio teria entrado na casa de César disfarçado de mulher durante a cerimônia em 62 a. C. e profanado o ritual.

diquei a estes estudos? Porquanto já disseram homens eruditíssimos que ninguém é livre senão o sábio. **34.** Que é pois a liberdade? O poder de viver como se quer. Ora, quem vive como quer, a não ser quem segue o que é certo, quem gosta da sua ocupação, cuja estrada na vida está assentada e prevista, quem obedece as leis não por medo, mas segue-as e respeita-as sobretudo porque julga ser isso o mais salutar; quem enfim nada diz, faz ou pensa senão voluntária e livremente, cujos planos e ações que executa partem todos de si e para si retornam, coisa alguma existindo para si que lhe seja mais forte do que a própria vontade e razão? A quem cede a vez a própria Fortuna, cujo poder se diz que é o maior de todos, se se puder crer, como afirmou um sábio poeta[222], que "ela é feita para cada um segundo os seus costumes"? Assim, somente ao sábio cabe nada fazer forçado, nada com pesar, nada sob constrangimento. **35.** E ainda que isto precise ser discutido mais a fundo, trata-se de dizer algo breve e que é preciso admitir: que ninguém é livre, salvo quem assim se dispõe a ser. Portanto, escravos todos os perversos, escravos! E não é tanto a ideia quanto a expressão que passa por inesperada e extraordinária. Pois não se diz que se trata de escravos no sentido de propriedade, os que passaram às mãos do amo em consequência de aquisição ou de algum ato legal. Mas se a escravidão é, como de fato é, a submissão dum espírito alquebrado e abjeto e privado de sua vontade livre, quem negará que todos os fracos, todos os ambiciosos, enfim todos os perversos são escravos?

II. 36. Ou me parecerá livre quem[223] se deixa dominar por mulher, a qual lhe impõe suas leis, prescreve, decide, proíbe o que lhe pare-

222 Poeta anônimo.

223 O Paradoxo V supostamente tem por adversários Lúcio Licínio Lúculo e Q. Hortênsio. Lúculo, cunhado de Clódio Pulcher, foi cônsul em 74 a. C., após ter prestado serviços para Sula. No fim, teve contra si a opinião pública romana. Afastado da política, passou a viver no luxo, até cair na insanidade e morrer em 57/6. Quinto Hortênsio Hortalo (114-49 a. C.) foi um dos oradores mais preeminentes de sua época, a ponto de dominar as cortes com seu estilo asianista, apesar de recorrer também ao suborno. Cônsul em 69, defensor dos optimates (bem nascidos), no fim da vida voltou-se para o luxo, como Lúculo, tornando-se um requintado gourmant apreciador de lampreias, o que levou Cícero a situá-lo entre os piscinarii, aristocratas proprietários de tanques de criação. Apesar de desconfiar dele, Cícero, ao receber um favor seu, passou a prezá-lo e, após sua morte, recompensou-o com louvores em suas obras retóricas e filosóficas.

ce, a quem não pode negar nada que lhe é ordenado, nem ousa nada recusar-lhe? O que ela pedir é preciso dar-lhe; se ela chamar é preciso atender; se o enxotar, ele deve partir; se o ameaçar, cumpre temer. Realmente eu acho que esse sujeito merece ser chamado não só de escravo, mas de escravo imprestabilíssimo, ainda que tenha nascido em família da mais nobre estirpe.

37. E como numa grande família de insensatos[224] uns escravos são mais estimados que outros, como se imaginam, mas enfim escravos, assim também são os guarda-portões ou jardineiros da própria insensatez, que têm em demasiada conta quadros, cinzeladuras de prata, obras de Corinto e edifícios magníficos. E declaram: "Somos o escol da cidade." Na realidade, vocês não são o escol nem sequer dos seus companheiros na escravidão. Mas assim como entre a criadagem os que se dedicam a limpar, a esfregar, a lavar, a varrer, não ocupam o posto mais honroso na servidão, assim na cidade os que se dedicam por cobiça àquelas coisas estão perto de ocupar o menor posto nessa servidão. "Conduzi grandes guerras", você diz, "e estive à testa de grandes cargos e províncias." Logo, você se arvora em espírito digno de louvor. E fica abismado ante um quadro de Aécio ou uma estátua de Policleto. Omito de onde você os tirou e como os obteve. Quando o vejo contemplando-os, admirando-os, aos gritos, julgo-o escravo de todas as frivolidades.

38. "Então, não são estas coisas porventura encantadoras?" Claro que são, pois também temos olhos adestrados. Mas lhe suplico, façamos destas coisas sedutoras não grilhões para os homens, mas um divertimento para crianças. O que você pensa afinal? Se Lúcio Mummius[225] tivesse visto um sujeito qualquer manuseando avidíssimo um pequeno vaso de noite coríntio, quando ele próprio desdenhou toda a Corinto, teria achado aquele cidadão excelente ou um guarda-

224 Esta passagem traz insegurança, por fazer seguir a familia as expressões de stultorum e stultitiae suae, sem maiores esclarecimentos.

225 Lúcio Mummius, cônsul e pretor em 153-2 a. C., derrotou os lusitanos. Destruiu Corinto, tornando a terra ager publicus (pública, inclusive a adquirida dos inimigos por conquista ou confisco). Tomou inúmeras obras de arte e distribuiu-as aos amigos e comunidades italianas da sua clientela ou entregou-as para exibição em Roma.

-portão diligente? Torne a viver Mânio Cúrio ou algum daqueles cuja casa de campo ou morada não tinha nada de esplêndido ou esmerado além de suas próprias pessoas, e veja ele alguém que obteve os mais altos favores do povo apanhando barbos no aquário, examinando e gabando-se do seu grande sortimento de moreias: não julgaria este homem um escravo, sequer à altura de alguma função mais elevada junto à criadagem?

39. Ou resta alguma dúvida quanto à escravidão dos que por ganância por bens não recusam nenhuma condição da mais dura escravidão? Quando há a esperança de herdar, que iniquidade em matéria de servir não é levada a efeito? Que pequeno sinal de um velho rico sem filhos deixa de ser observado? Fala-se de acordo com a sua vontade, faz-se tudo o que é ordenado; se ele tem a nossa companhia, é assistido, gratificado: qual dessas é a atitude de um homem livre? Qual afinal não é a do escravo apático?

III. 40. E então? Aquela paixão que agora parece ser a mais nobre, a das honras, a do poder supremo, a dos cargos; quão severa soberana ela é, quão imperiosa, quão violenta! Obrigou os que pareciam mais importantes a servir a Cêtego[226], homem muito pouco estimado, a lhe enviar presentes, a ir encontrá-lo à noite em sua casa, e até a dirigir súplicas a Praécia[227]. Que é a escravidão, se isto se pode considerar liberdade?

E então? Quando o domínio dos apetites se retira, um outro se torna senhor, surgindo da consciência dos pecadores: o medo; como é mesquinha, como é dura a escravidão! Deve-se servir a adolescentes um tanto quanto tagarelas: todos que parecem saber alguma coisa são temidos como mestres. Quanto domínio exerce um juiz, que temor causa nos culpados! E não é todo medo escravidão?

226 Públio Cornélio Cêtego, ativo nas décadas de 80 a 70 a. C. Embora não ocupasse cargo de destaque, seu conhecimento dos procedimentos e sua habilidade para a intriga deu-lhe um poder comparável ao consular.

227 A amante de Cêtego.

41. Que vale pois aquele discurso, mais copioso que sábio, do eloquentíssimo Licínio Crasso[228]: "Livrem-nos da escravidão"? Que é esta escravidão para um homem tão brilhante quanto nobre? A escravidão são as apreensões de todo espírito enfraquecido, prostrado e quebrantado. "Não permitam que sejamos escravizados por ninguém". Quer recuperar a liberdade? De modo algum. Então, o que tem a acrescentar? "A não ser por vocês todos". Quer trocar de senhor, não ser livre. – "A quem podemos e devemos." Mas se ao menos tivermos espírito elevado e cumulado de virtudes, não devemos nem podemos; você, que diz que pode, visto que decerto pode, não diz que deve, já que ninguém deve nada, a não ser o que é vergonhoso não conceder.

Basta porém deste assunto. Que ele decida como pode ser o comandante supremo, quando a própria razão e a verdade comprovam que ele não é exatamente livre.

PARADOXO VI

Oti monoj o sofoj plousioj

Só o sábio é rico

I.42. Que ostentação tão insolente é esta que você[229] faz ao mencionar a sua riqueza? Só você é rico? Pelos deuses imortais! Não me alegrarei por ter ouvido e aprendido alguma coisa? Só você é rico? E se não for de fato rico? E se afinal for pobre? Pois quem entendemos ser rico, ou a que homem aplicamos tal nome? Suponho que serve para aquele cujas posses são tantas que, para viver como homem livre,

228 Lúcio Licínio Crasso (140-91 a. C.), notável orador. Em 92, como censor, juntamente com o colega Ahenobarbo fez aprovar uma lei proibindo o ensino de retórica em latim. Ensinou vários jovens bem nascidos na causa aristocrática . Cícero admirou-lhe a gravitas do estilo, asianista sem excessos.

229 O alvo aqui supõe-se ser Crasso, eminente figura política, morto em batalha perto de Carrhae, na Mesopotâmia, em 53 a. C., frequentemente citado nos discursos e cartas de Cícero.

ele se contenta facilmente; para aquele que não anda à busca de nada, que nada cobiça, nada pede, nada deseja além do que já tem.

43. É preciso que o seu espírito o julgue rico, e não o rumor alheio ou as suas posses. Ele acha que não lhe falta nada, não cuida de mais nada, está saciado ou satisfeito com o dinheiro que tem? Reconheço que é rico. Porém, se, em razão da avidez pelo dinheiro, nenhuma maneira de lucrar tem na conta de ignóbil (conquanto alguém da sua categoria não pode mesmo ser honesto), se todo dia você comete esbulho, engana, exige um preço, barganha, surrupia, pratica extorsão; se rouba os aliados e pilha o erário, se conta com o testamento dos amigos, ou então não os espera, mas os substitui fraudulentamente, são estas as marcas distintivas de alguém na plenitude ou na privação?

44. Costuma-se chamar de rico o espírito de um homem, não o seu cofre: embora esteja este repleto, enquanto eu vir você vazio, não o considerarei rico. Com efeito, os homens medem as riquezas conforme o que basta a cada um. Um homem tem uma filha? É preciso dinheiro. Duas filhas? Mais dinheiro. Mais filhos? Mais dinheiro ainda. Se, como dizem, Dánao[230] tem cinquenta filhas, tantos dotes assim requerem muito dinheiro! Pois o quanto é necessário a cada um, como disse antes, dá a medida do que convém em matéria de riquezas. Portanto, não quem possui um grande número de filhas, mas desejos sem conta, capazes de esgotar em pouco tempo grandes fortunas, quando o chamarei de rico, se ele mesmo se sente necessitado? **45.** Muitos ouviram você dizer que só é rico quem pode sustentar um exército a suas expensas, coisa que, desde há muito, mal é capaz de fazer o povo romano com tantos impostos. Logo, com esta tese você nunca será rico até que possa tirar de suas propriedades os recursos necessários para com eles manter seis legiões e grandes reforços de cavalaria e infantaria. Portanto, reconheça agora que não é rico, por lhe faltar tantas coi-

230 Dânaos foi pai de 50 filhas, as danaides, objeto da epopéia Danais, da qual pouco se sabe. Desdobramentos da história de Dânaos e suas filhas comparecem na literatura subseqüente.

sas para a plena satisfação dos seus desejos. Sendo assim, você nunca fez segredo da sua pobreza, ou melhor, da sua penúria e indigência.

46. Ora, entendemos que precisam ganhar os que buscam honestamente o dinheiro dedicando-se ao comércio, consagrando-se ao trabalho, assumindo o serviço público; assim, quem o vê reunir em sua casa bandos de denunciantes e alcaguetes, manejar culpados e endinheirados processados a fim de corromper o tribunal, os seus acordos financeiros na execução de defesas, as intercessões financeiras nas coalizões de candidatos, o envio de homens livres a províncias para lá praticarem a usura e o saque, a expulsão dos vizinhos, as extorsões no campo, as associações com escravos, libertos e clientes, as propriedades abandonadas, as proscrições de homens ricos, os assassínios nos municípios. E, para quem se lembra daquela colheita no tempo de Sula, tantos testamentos forjados, tantos homens desaparecidos, enfim tudo que é passível de suborno: o recrutamento, os decretos, o voto alheio e o seu próprio, o fórum, a casa, a palavra, o silêncio. Quem não pensaria que alguém assim se confessa carente de ganhos? Ora, quem porventura diria que aquele que precisa ganhar é verdadeiramente rico? **47.** Pois o fruto da riqueza consiste na opulência, e a opulência se manifesta pela suficiência dos bens e pela abundância. Como você nunca conseguirá isso, nunca jamais será rico.

Mas como você despreza o meu patrimônio (e com razão, pois na opinião comum ele é modesto, na sua não é nada e na minha é proporcionado), farei silêncio sobre mim e falarei dos bens. **48.** Se for preciso avaliar e estimar os bens, daremos mais valor ao dinheiro que Pirro[231] ofereceu a Fabrício ou à moderação de Fabrício, que recusou a oferta? Daremos mais valor ao ouro dos samnitas ou à res-

231 Pirro de Épiro (319-272 a. C.) apoiou Tarento contra Roma ao invadir a Itália e a Sicília, em 280 a. C. Fabrício Luscino foi até ele para negociar uma troca de prisioneiros, mas teve de rejeitar suas tentativas para cooptá-lo a seu serviço.

posta de Mânio Cúrio? À herança de Lúcio Paulo[232] ou à generosidade do Africano, que cedeu a sua parte da herança ao irmão Quinto Máximo[233]? Certamente, o que concerne às maiores virtudes deve ser mais estimado do que o que se refere ao dinheiro. Assim, se for para considerar como o mais rico de todos o que possuir o que vale mais, quem duvidará que a riqueza está na virtude, já que nenhuma propriedade, nenhuma quantidade de ouro e prata deve valer mais que a virtude?

III. 49. Ó deuses imortais, os homens não compreendem quão grande é o lucro da parcimônia! Dirijo-me pois agora aos gastadores e deixo para trás o ganancioso. Consegue este com as suas terras seiscentos sestércios, eu, com as minhas, cem. Para aquele que põe tetos dourados e pisos de mármore em suas casas de campo e cobiça infinitamente estátuas, quadros, mobiliário e roupas, essa renda é exígua, não só para cobrir essas despesas, mas também para pagar os juros. Já de minhas magras rendas, das quais estão descontadas as despesas ditadas pela cobiça, algo ainda sobrará. Qual deles então é mais rico, aquele que não tem o suficiente ou aquele que tem demais? A quem falta ou a quem sobra? Àquele que exige mais para se manter quanto maiores são as suas posses, ou àquele que se sustenta com os próprios meios?

50. Mas o que dizer de mim mesmo, que, em razão do vício dos costumes e dos tempos, ainda possivelmente me deixo levar pelos erros deste século? Mânio Manílio[234], lembrado por nossos pais (para não falar sempre dos Cúrios e Luscinos), era afinal um homem pobre?

232 Lúcio Emílio Paulo governou a Espanha ulterior como pretor de 191 a 189 a. C. Morreu em 160 a. C. sem riqueza. Do butim conseguido na guerra contra Perseu conservou para si apenas a biblioteca deste último. Apesar de seu interesse pela cultura grega e romana, deu ordens para saquear o Épiro e permitir atos de brutalidade praticados pelo exército romano.

233 Quinto Fábio Máximo Emiliano, irmão mais velho de Público Cornélio Cipião Emiliano Africano, pretor e governador da Sicília em 149 a. C. e cônsul em 145. Morreu antes do irmão.

234 Jurista eleito cônsul em 149 a. C. Orador eminente e autor de obras jurídicas relevantes.

Pois tinha uma pequena casa nas Carenas e terras em Labico. "Pois bem, os que temos mais somos os mais ricos?" Oxalá fosse verdade! Mas não é o valor da riqueza, e sim o modo de vida e os costumes que definem o montante da fortuna. **51.** Não ser ávido é uma riqueza, não ser consumista significa ter renda; na verdade, estar feliz com o que se tem é ter a maior e mais segura fortuna.

Com efeito, se estes astutos avaliadores de bens conferem um alto valor aos prados e aos pátios, por se tratar de uma espécie de propriedade minimamente prejudicável, por quanto se deve avaliar a virtude, que nunca pode ser roubada ou surrupiada, nem perdida num naufrágio ou incêndio, nem afetada pela força das tempestades ou das desordens do momento! **52.** Só os que a possuem são ricos, pois só eles possuem bens ao mesmo tempo fecundos e perpétuos, e só eles (o que é próprio da riqueza) se contentam com o que têm, e acham que basta o que lhes cabe, nada desejam, de coisa alguma carecem e sentem que nada lhes falta, e nada reclamam. Enquanto os maus e avaros, visto que o que possuem é inseguro e depende do acaso, e como querem cada vez mais, e nenhum deles até agora foi encontrado que estivesse satisfeito com o que tem, não só não devem ser considerados fartos e ricos, mas, pelo contrário, indigentes e pobres.

OBRAS CONSULTADAS NESTA TRADUÇÃO

BREHIER, Émile. **Chrysippe**. Paris: F. Alcan, 1910.

CÍCERO. **M. Tulli Ciceronis Paradoxa Stoicorum.** Ed. Otto Plasberg. Leipzig: Teubner, 1908.

CÍCERO. **Paradoxa Stoicorum,** original seguido de tradução por H. Rackham. Nova York: Harvard University Press, 1992

CÍCERO. **Paradoxa Stoicorum.** Original seguido de tradução e notas por J. Molager. Paris: Les Belles Lettres, 1971.

DÖRRIE, Heinrich. **Der Kleine Pauly Lexikon der Antike**. Stuttgart, Alfred Druckenmüller, 1964.

GAFFIOT, Félix. **Dictionnaire Illustré Latin Français**. Paris: Hachette, 1934.

GROEBE, Paul. Die Abfassungszeit des Brutus und der Paradoxa Ciceros. **Hermes,** v. 55, n. 1, p. 105-107, 1920.

MERGUET, Hugo. **Lexikon zu den Philosophischen Schriften Cicero's**. Jena: G. Fischer, 1887.

SMITH, William. **Dictionary of Greek and Roman Biography and Mythology**. Londres, 1854.

OXFORD Latin Dictionary. Oxford: Oxford University Press, 1968.

PAULYS Real-Enzyklopädie der Classischen Altertumswissenschaft. Stuttgart, Alfred Druckenmüller, 1894.

THE Oxford Classical Dictionary. Oxford: Oxford University Press, 2000.

TORRINHA, Francisco. **Dicionário Latino-Português.** Porto, Gráficos Reunidos, s. d.

ZELLER, Eduard. **The Stoics, Epicureans and Sceptics**, trad. O. J. Reichel. Londres: Longman, 1880.

ZIJNEN, F. P. J. S. **Specimen Historico-Philosophum, quo Plutarchi de Nonnullis Chrysippi Placitis Judicium Examinatur**. Van Hejningen, Van der Monde, 1850.

SOBRE O AUTOR

Luiz Antônio Lindo é docente da área de Filologia Românica do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo. Exerce ademais a docência em pós-graduação nos seguintes programas: Letras – Estudos da Tradução; Língua, Literatura e Cultura Italiana; e Prolam (Programa de Integração da América Latina).

SUMÁRIO

PREFÁCIO 6

ESTUDOS

I. A *GESTALT BRASILIANA* DE ANTONIL 10

II. O *ROTEIRO GERAL* DE GABRIEL SOARES DE SOUSA COMO TEXTO DE RAZÃO POLÍTICA 28

III. SENSIBILIDADE E VALOR NA CRIAÇÃO DO LÉXICO AMERICANO 56

IV. A AMÉRICA SOB O SIGNO DA SUA FUNDAÇÃO E DA SUA TRANSFIGURAÇÃO 67

V. LACIANOS, ROMANOS E ROMÂNICOS, CIDADÃOS DO INSTITUTO LINGUÍSTICO LATINO 85

VI. *ALTERATIO* E *GENERATIO*: DUAS VISÕES RENASCENTISTAS SOBRE A PRODUÇÃO DE LÍNGUA VERNÁCULA 104

VII. HUMANISTAS E A LÍNGUA VULGAR 121

TRADUÇÕES

IX. *A GIESTA* (*LA GINESTRA*) DE LEOPARDI: TRADUÇÃO E COMENTÁRIO 146

X. AESTHETICA IN NUCE DE BENEDETTO CROCE 175

XI. OS PARADOXOS DOS ESTOICOS DE CÍCERO 213

SOBRE O AUTOR 237

Pontes